

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**  
**WELLITON CARLOS DA SILVA**

**VIOLÊNCIA INVISÍVEL NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL: UMA  
COMPREENSÃO DO COMPORTAMENTO PRODUZIDO PELO ESTADO,  
COMUNIDADE E MÍDIA**

**2016**

**Goiânia - GO**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS  
DE TESES E  
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**     Dissertação     Tese

**2. Identificação da Tese ou Dissertação:**

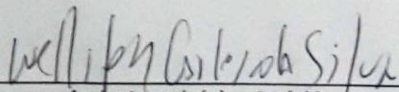
Nome completo do autor: **WELLITON CARLOS DA SILVA**

Título do trabalho: **VIOLÊNCIA INVISÍVEL NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL: UMA COMPREEN-  
SÃO DO COMPORTAMENTO PRODUZIDO PELO ESTADO, COMUNIDADE E MÍDIA.**

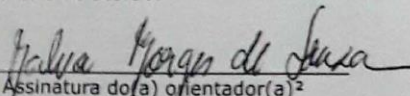
**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 29/11/2017

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

<sup>2</sup>A assinatura deve ser escaneada.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**VIOLÊNCIA INVISÍVEL NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL: UMA  
COMPREENSÃO DO COMPORTAMENTO PRODUZIDO PELO ESTADO,  
COMUNIDADE E MÍDIA**

**Welliton Carlos da Silva**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (Linha de Pesquisa: Direitos Humanos, Diferença e Violência) da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: **Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza**

**2016**

**Goiânia - GO**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Carlos da Silva, Welliton

Violência Invisível no Entorno do Distrito Federal [manuscrito] :  
Uma compreensão do comportamento produzido pelo Estado,  
comunidade e mídia / Welliton Carlos da Silva. - 2016.  
CCXCVII, 297 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Dalva Maria Borges de Lima Dias de  
Souza

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de  
Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Goiânia, 2016.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de  
figuras, lista de tabelas.

1. Sociologia. 2. Violência. 3. Entorno do Distrito Federal. 4. Mídia.  
5. Estado. I. Maria Borges de Lima Dias de Souza, Dalva,  
orient. II. Título.

CDU 316.334.55/56



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DA TESE DE DOUTORADO DE  
**WELLITON CARLOS DA SILVA**

Aos trinta dias do mês de novembro de 2016, às 14:00 horas, na Sala de Defesas da Faculdade de Filosofia da UFG, realizou-se a sessão de julgamento do trabalho da Tese de Doutorado de **Welliton Carlos da Silva**, intitulado *VIOLÊNCIA INVISÍVEL NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL: UMA COMPREENSÃO DO COMPORTAMENTO PRODUZIDO PELO ESTADO, COMUNIDADE E MÍDIA*. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores/as Doutores/as: Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza (UFG-presidente), Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (PPGC/UFG), Michele Cunha Franco (PPGIDH/UFG), Goiamérico Felício Carneiro dos Santos (PPGC/UFG) e Pedro Célio Alves Borges (PPGS/UFG). O candidato apresentou o trabalho, os/as examinadores/as o arguíram e ele respondeu às arguições. Às 18:05 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo ao doutorando os seguintes resultados:

**Aprovada**       Reprovada

Prof.ª. Dr.ª. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza

**Aprovada**       Reprovada

Prof.ª. Dr.ª. Ana Carolina Rocha Pessoa Temer

**Aprovada**       Reprovada

Prof. Dr. Goiamérico Felício Carneiro dos Santos

**Aprovada**       Reprovada

Prof.ª. Dr.ª. Michele Cunha Franco

**Aprovada**       Reprovada

Prof. Dr. Pedro Célio Alves Borges

Resultado Final Aprovada, mediante as adequações sugeridas pela banca.

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cleito Pereira dos Santos, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Cleito Pereira dos Santos

Cleito Pereira dos Santos  
Coord. do Prog. de Pós-Graduação  
em Sociologia - PPGS  
Fac. Ciências Sociais - FCSA/UG

## **TERMO DE AVALIAÇÃO**

**Welliton Carlos da Silva**

### **VIOLÊNCIA INVISÍVEL NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL: UMA COMPREENSÃO DO COMPORTAMENTO PRODUZIDO PELO ESTADO, COMUNIDADE E MÍDIA**

Tese apresentada no dia 30 de novembro 2016, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Goiás, perante banca examinadora formada pelos seguintes professores:

**Orientadora: Prof. Dra. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza (UFG)**

**Presidente da Banca**

**Prof. Dra. Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (UFG)**

**Programa de Pós-Graduação em Comunicação**

**Prof. Dr. Goiamérico Felício Carneiro dos Santos (UFG)**

**Programa de Pós-Graduação em Comunicação**

**Prof. Dra. Michele Cunha Franco**

**Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (UFG)**

**Prof. Dr. Pedro Celio Alves Borges**

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFG)**

**Goiânia, novembro de 2016**

*À minha companheira Jackeline  
Gonçalves Osório, que leu cada palavra  
escrita e que esteve em cada município  
comigo desde que iniciamos esta  
pesquisa.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é difícil, pois não raro nós nos esquecemos daqueles que foram tão importantes quanto quem foi lembrado. Daí as escusas antecipadas. É preciso antes de tudo agradecer ao trabalho determinado e profissional da professora Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza, que orientou esta pesquisa, dando ao pesquisador consciência e conhecimento para poder se desvencilhar das dificuldades. Ao seu trabalho de sugestão, correção e diálogo, eterna gratidão. À sua produção científica – que nos ensina, influencia e que marca o estudo sobre violência neste país – meu eterno agradecimento. Aos demais professores da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) e, sobretudo, aos professores da Pós-graduação um imenso reconhecimento por tudo que fizeram. Palavras, reflexões, ensinamentos, sugestões, ironias, conhecimentos e críticas de Jordão Nunes, Heloisa Dias Bezerra, Nildo Silva Viana, Telma Ferreira Nascimento Durães, Pedro Célio Alves Borges, Dijaci David de Oliveira, Eliane Gonçalves, Francisco Rabelo, Flávio Sofiati, Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira, dentre outros, estão de alguma forma nas páginas que seguem. Aos servidores da faculdade, principalmente os administrativos que foram sempre solícitos e educados, tornando os estudos e a frequência na faculdade um momento que marcará para sempre minha memória. E ainda aos professores que realizaram seminários e, sobretudo, aos que se dispuseram a ler esta pesquisa e participar da banca, ajudando na correção, realização de críticas e compreensão do mundo através da atividade científica. Seus apontamentos foram essenciais.

Ao Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI/UFG). Que amplie os debates e faça a diferença em um estado cada vez mais violento. Aos amigos da pós-graduação, que ajudaram com material, informação e trabalho em conjunto.

Ao amigo Walderes Lima de Brito (*in memoriam*), que começou ao meu lado esta jornada científica na Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb), na primeira turma de Mestrado em Comunicação. Sua passagem pelo doutorado da FCS deixa saudades pelo sorriso, lealdade, cultura e preciosa inteligência.

Aos familiares, uma eterna gratidão por ajudarem a tornar esta pesquisa uma realidade. Meus pais, Divina Alves da Silva (*in memoriam*) e Elvaldir Gomes da Silva (*in memoriam*), que desde cedo entenderam que a educação transforma a vida. Ao meu irmão Wilson Tede Silva, que primeiro me fez ver o Entorno com um olhar sociológico, através da crua realidade dos anos 1990. Ulisses Aesse, irmão para todas as horas, que foi *in locu* tentar compreender o Entorno. Ao irmão Heráclito Aquino, que juntou meus documentos para fazer a inscrição da seleção do doutorado e que, nos últimos minutos, me ajudou a apresentar toda aquela papelada. À minha querida irmã, Sara Silva, que foi embora do Brasil em 1986 e não sabe a dimensão da região próxima de Brasília. À minha querida filha Júlia Marie Nogueira Vasconcelos Silva, companheira de biblioteca, com quem aprendi a dividir um monte de coisas, e sua mãe, Dalvina Nogueira Vasconcelos, que foi sempre amiga e atenciosa.

Enfim, aos moradores das cidades do Entorno do Distrito Federal, aos que foram solícitos e extremamente interessados para com esta pesquisa, muito obrigado.

## RESUMO

SILVA, WELLITON CARLOS DA. **Violência invisível no Entorno do Distrito Federal**: uma compreensão do comportamento produzido pelo estado, comunidade e mídia. 2016. 279 f. – Tese (Doutorado), Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016

Esta tese se insere no campo da sociologia da violência e tem como tema o estudo do comportamento de unidades sociais e instituições como a mídia e o estado e os moradores quanto a produção de violências dentro de uma região denominada Entorno do Distrito Federal. Reconhecido juridicamente como RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), este conjunto de cidades, Distrito Federal e estados se organiza a partir da institucionalização e criação de Brasília. Com a urbanização e atração de inúmeros movimentos migratórios, as cidades próximas da capital passaram a sediar vários problemas sociais. A violência é um dos mais graves destes problemas já que coloca em destaque cidades do Entorno do Distrito Federal consideradas como algumas das mais violentas do mundo. Esta pesquisa analisa em específico uma categoria de violência batizada aqui de invisível. Este termo trata da dificuldade de percepção desta espécie de violência frente a criminalidade comum, categorizada por homicídios, estupros, roubos, etc. Ao contrário, a violência “invisível” não é física e nem provoca efeitos instantâneos, mas produz desconfortos sociais capazes de multiplicar a criminalidade e outras formas de violência. Síntese da violência simbólica, da violência institucional e da produção de estigmas sociais, a violência invisível se caracteriza pelo desrespeito aos direitos sociais e individuais. Para a realização desta pesquisa, foram utilizadas algumas técnicas de investigação e teorias. Na pesquisa sobre o comportamento da mídia, optou-se pela Análise de Conteúdo e Análise de Discurso; para a pesquisa da violência produzida no âmbito dos moradores, utilizou-se Grupo Focal e Análise do Discurso. E para a investigação da violência produzida pelo estado optou-se pela Análise Qualitativa e Comparativa dos Orçamentos Públicos. Antes, foi realizada a pesquisa bibliográfica e o estudo de campo, nos termos da “Sociologia da Experiência”, em expressão desenvolvida por François Dubet.

**Palavras-chave:** sociologia, violência, Entorno do Distrito Federal, mídia, Estado.

## **ABSTRACT**

SILVA, WELLITON CARLOS DA. **Invisible violence in the environment of the Federal District**: an understanding of the behavior produced by the state, community and the media. 2016. 279 f. - Thesis (Doctorate), Faculty of Social Sciences, Federal University of Goiás, Goiânia, 2016

This thesis is part of the sociology of violence and has as its theme the study of the behavior of social units and institutions such as the media and the state and residents about the production of violence within a region called the Federal District Environment. Legally recognized as RIDE (Integrated Development Region of the Federal District and Surroundings), this set of cities, Federal District and states is organized from the institutionalization and creation of Brasília. With the urbanization and attraction of countless migratory movements, the cities near the capital began to host various social problems. Violence is one of the most serious of these problems since it highlights cities in the Surroundings of the Federal District considered as some of the most violent in the world. This research specifically analyzes a category of violence baptized here as invisible. This term deals with the difficulty of perceiving this type of violence against ordinary crime, categorized by homicides, rapes, robberies, etc. On the contrary, "invisible" violence is not physical and does not produce immediate effects, but produces social discomforts capable of multiplying crime and other forms of violence. Synthesis of symbolic violence, institutional violence and the production of social stigmas, invisible violence is characterized by disrespect for social and individual rights. For the realization of this research, some research techniques and theories were used. In the research on the behavior of the media, we opted for Content Analysis and Discourse Analysis; For the study of violence produced in the context of residents, we used Focus Group and Discourse Analysis. And for the investigation of the violence produced by the state, we opted for the Qualitative and Comparative Analysis of Public Budgets. Previously, bibliographical research and field studies were carried out, in terms of the "Sociology of Experience", in an expression developed by François Dubet.

**Keywords:** sociology, violence, Environment of the Federal District, media, State.

## RÉSUMÉ

SILVA, WELLITON CARLOS DA. **Invisible Violence dans l'environnement du District fédéral**: une compréhension du comportement par l'État produit, la communauté et les médias. 2016. 279 f. - Thèse (Doctorat), Faculté des sciences sociales, Université Fédérale de Goiás, Goiânia, 2016

Cette thèse fait partie de la sociologie de la violence et a pour thème l'étude du comportement des unités sociales et des institutions telles que les médias et l'état et les résidents sur la production de la violence dans une région appelée Environnement du District fédéral. Juridiquement reconnu comme RIDE (Région de développement intégré du District fédéral et des environs), cet ensemble de villes, le District fédéral et les États est organisé à partir de l'institutionnalisation et de la création de Brasília. Avec l'urbanisation et l'attraction d'innombrables mouvements migratoires, les villes proches de la capitale ont commencé à susciter divers problèmes sociaux. La violence est l'un des plus graves de ces problèmes puisqu'il met en évidence les villes des environs du District fédéral considérées comme parmi les plus violentes au monde. Cette recherche analyse spécifiquement une catégorie de violence baptisée ici comme invisible. Ce terme traite de la difficulté de percevoir ce type de violence contre le crime ordinaire, classé par les homicides, les viols, les vols qualifiés, etc. Au contraire, la violence «invisible» n'est pas physique et ne produit pas d'effets immédiats, mais produit des malaises sociaux capables de Multiplier les crimes et autres formes de violence. Synthèse de la violence symbolique, de la violence institutionnelle et de la production de la stigmatisme sociale, la violence invisible se caractérise par le manque de respect des droits sociaux et individuels. Pour la réalisation de cette recherche, certaines techniques et théories de recherche ont été utilisées. Dans la recherche sur le comportement des médias, nous avons opté pour l'analyse de contenu et l'analyse du discours; Pour l'étude de la violence produite dans le contexte des résidents, nous avons utilisé le groupe de discussion et l'analyse du discours. Et pour l'enquête sur la violence produite par l'État, nous avons opté pour l'analyse qualitative et comparative des budgets publics. Auparavant, des recherches bibliographiques et des études de terrain ont été réalisées, en termes de «Sociologie de l'expérience», dans une expression développée par François Dubet.

**Mots-clés:** sociologie, violence, entourant le District Fédéral, les médias, l'Etat.

## **LISTA DE SIGLAS**

**A** – Argumento

**AC** – Análise de Conteúdo

**AD** – Análise de Discurso

**ANA** – Agência Nacional de Águas

**ANTT** – Agência Nacional de Transporte Terrestres

**COARIDE** – Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

**Codeplan** – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

**Ciops** – Centro Integrado de Operações de Segurança

**DF** – Distrito Federal

**DPCA** – Delegacia Proteção à Criança e ao Adolescente

**E** – Enunciado

**e** – Enunciador

**GSL** – Grafiteiros sem Lei

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IHA** – Índice de Homicídios na Adolescência

**FJP** – Fundação João Pinheiro

**FNS** – Fundo Nacional de Saúde

**GDF** – Governo do Distrito Federal

**GTA** – Grand Theft Auto

**LDO** – Lei de Diretrizes Orçamentárias

**LOA** – Lei Orçamentária Anual

**PCC** – Primeiro Comando da Capital

**PETI** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

**PMAD** – Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios

**PPA** – Plano plurianual

**PMCMV** – Programa Minha Casa Minha Vida

**PM-DF** – Polícia Militar do Distrito Federal

**PSF** – Programa Saúde da Família

**RIDE** – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

**Segplan** – Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás

**SES** – Secretaria Estadual de Saúde

**SIM Datasus** – Sistema de Informação de Mortalidade Datasus

**Simve** – Serviço de Interesse Militar Voluntário Especial

**Sudeco** – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

**TCM** – Tribunal de Contas dos Municípios

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1 – Entorno do Distrito Federal (cidades goianas) .....</b>	<b>97</b>
<b>Figura 2 – Entorno do Distrito Federal (com cidades mineiras) .....</b>	<b>99</b>
<b>Figura 3 – Luziânia .....</b>	<b>111</b>
<b>Figura 4 – Valparaíso de Goiás .....</b>	<b>113</b>
<b>Figura 5 – Águas Lindas .....</b>	<b>115</b>
<b>Figura 6 – Quantidade de postagens no site Youtube referentes a expressão Entorno do Distrito Federal .....</b>	<b>164</b>
<b>Figura 7 – Conteúdo violento de postagens no site Youtube referentes a expressão Entorno do Distrito Federal .....</b>	<b>165</b>
<b>Figura 8 – Anúncio veiculado em O Popular, no dia 13 de dezembro de 2015 .....</b>	<b>170</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – ‘Satisfiers’ do Entorno do Distrito Federal .....	39
Quadro 2 – Procedimento Análise de Conteúdo da Imprensa .....	46
Quadro 3 – Quadro dispositivo para Análise de Discurso .....	50
Quadro 4 – Referências ao Entorno do Distrito Federal (Jornal O Popular – 1º de dezembro a 31 de dezembro de 2015) .....	122
Quadro 5 – Referências ao Entorno do Distrito Federal (Webjornal do Jornal Correio Braziliense – 1º de dezembro a 31 de dezembro de 2015) ...	127
Quadro 6 – Notícias selecionadas do webjornal do Correio Braziliense .....	132
Quadro 7 – Notícias selecionadas de O Popular .....	132
Quadro 8 – Texto jornalístico .....	133
Quadro 9 – Questões parafrásticas .....	135
Quadro 10 – Leitura enunciativa .....	136
Quadro 11 – Texto jornalístico .....	139
Quadro 12 – Questões parafrásticas .....	140
Quadro 13 – Leitura enunciativa .....	141
Quadro 14 – Texto jornalístico .....	142
Quadro 15 – Questões parafrásticas .....	143
Quadro 16 – Leitura enunciativa .....	145
Quadro 17 – Texto jornalístico .....	146
Quadro 18 – Questões parafrásticas .....	148
Quadro 19 – Leitura enunciativa .....	149
Quadro 20 – Texto jornalístico .....	151
Quadro 21 – Questões parafrásticas .....	153
Quadro 22 – Leitura enunciativa .....	154
Quadro 23 – Texto jornalístico .....	155
Quadro 24 – Questões parafrásticas .....	157
Quadro 25 – Leitura enunciativa .....	159
Quadro 26 – Vídeo compartilhado pelo canal Valparaíso Web .....	166

<b>Quadro 27 – Argumentação em uma sequência.....</b>	<b>169</b>
<b>Quadro 28 – Grupo Focal 1 – Luziânia .....</b>	<b>179</b>
<b>Quadro 29 – Grupo Focal 2 – Luziânia .....</b>	<b>195</b>
<b>Quadro 30 – Grupo Focal 1 – Águas Lindas .....</b>	<b>204</b>
<b>Quadro 31 – Grupo Focal 2 – Águas Lindas .....</b>	<b>211</b>
<b>Quadro 32 – Grupo Focal 1 – Valparaíso.....</b>	<b>218</b>
<b>Quadro 33 – Grupo Focal 2 – Valparaíso.....</b>	<b>223</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 – Dados demográficos de Luziânia .....</b>	<b>111</b>
<b>Tabela 2 – PIB de Luziânia.....</b>	<b>112</b>
<b>Tabela 3 – Dados demográficos de Valparaíso de Goiás .....</b>	<b>113</b>
<b>Tabela 4 – PIB de Valparaíso de Goiás.....</b>	<b>114</b>
<b>Tabela 5 – Dados demográficos de Águas Lindas .....</b>	<b>115</b>
<b>Tabela 6 – PIB de Águas Lindas .....</b>	<b>117</b>
<b>Tabela 7 – Informações conforme temas / O Popular .....</b>	<b>125</b>
<b>Tabela 8 – Cidades e unidades que mais foram citadas nos textos / O Popular.....</b>	<b>125</b>
<b>Tabela 9 – Classificação quanto as fontes utilizadas / O Popular .....</b>	<b>126</b>
<b>Tabela 10 – Valor notícia / O Popular .....</b>	<b>126</b>
<b>Tabela 11 – Importância do Entorno nas informações / O Popular .....</b>	<b>127</b>
<b>Tabela 12 – Cidades e unidades que mais são citadas nos textos do Correio Braziliense.....</b>	<b>130</b>
<b>Tabela 13 – Informações conforme temas / Correio Braziliense.....</b>	<b>131</b>
<b>Tabela 14 – Classificação quanto as fontes utilizadas / Correio Braziliense .</b>	<b>131</b>
<b>Tabela 15 – Valor notícia / Correio Braziliense .....</b>	<b>131</b>
<b>Tabela 16 – Importância do Entorno nas informações / Correio Braziliense..</b>	<b>132</b>
<b>Tabela 17 – Número de inquéritos não concluídos em municípios do Entorno do Distrito Federal - 2013.....</b>	<b>243</b>
<b>Tabela 18 – Evolução dos gastos com Educação – Águas Lindas.....</b>	<b>248</b>

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>PARTE I</b>	
<b>CAPÍTULO 1 – PERSPECTIVA METODOLÓGICA</b> .....	29
1.1 A SOLUÇÃO METODOLÓGICA DE BOURDIEU .....	31
1.2 ESTRUTURA METODOLÓGICA DA PESQUISA .....	33
1.2.1 ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL .....	33
1.2.2 INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR DAS CIDADES .....	33
1.2.3 ESTUDO DO APORTE DE RECURSOS DO ESTADO E SUA APLICAÇÃO NOS MUNICÍPIOS.....	34
1.2.4 ORÇAMENTO PÚBLICO.....	35
1.2.5 TEORIA DOS SATISFIERS .....	36
1.2.6 LINHAS GERAIS PARA ESTUDO DO AGENDAMENTO MUDIÁTICO.....	39
1.2.7 ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	44
1.2.8 ANÁLISE DE DISCURSO .....	46
1.2.9 COMPORTAMENTO DOS MORADORES FRENTE À VIOLÊNCIA.....	53
1.2.10 QUEM SÃO OS MORADORES .....	54
1.2.11 GRUPO FOCAL COM MORADORES .....	55
1.2.12 UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA INSPIRADA EM GOFFMAN .....	59
1.2.12.1 PARTICULARIZAÇÃO DO ESTIGMA PARA DESENVOLVIMENTO DO GRUPO FOCAL.....	61
<b>CAPÍTULO 2 – PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA VIOLÊNCIA</b> .....	65
2.1 VIOLÊNCIA: CONCEITUAÇÃO, TEORIAS CENTRAIS E ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS .....	65
2.2 ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DE VIOLÊNCIA.....	70
2.3 ESTADO E VIOLÊNCIA.....	74

2.4 VIOLÊNCIA E COBERTURA MIDIÁTICA DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL .....	77
2.5 VIOLÊNCIAS NAS CIDADES .....	80
<b>CAPÍTULO 3 – VIOLÊNCIA INVISÍVEL E SIMBÓLICA .....</b>	<b>84</b>
3.1 VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL .....	92
3.2 VIOLÊNCIA MORAL.....	95
<b>CAPÍTULO 4 – ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL .....</b>	<b>97</b>
4.1 CENTRO E PERIFERIA: VISÃO TEÓRICA SOBRE AS CIDADES.....	101
4.1.1 EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO .....	101
4.1.2 TRADIÇÃO DA PESQUISA DE CIDADES .....	102
4.1.3 DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS E QUESTÕES FUNDAMENTAIS REFERENTES ÀS CIDADES CONTEMPORÂNEAS.....	106
4.2 CIDADES DO ENTORNO .....	110
4.2.1 LUZIÂNIA .....	111
4.2.2 VALPARAÍSO DE GOIÁS .....	113
4.2.3 ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS.....	115
<b>PARTE II</b>	
<b>CAPÍTULO 1 – ANÁLISE DA MÍDIA .....</b>	<b>119</b>
1.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO E DE DISCURSO DE O POPULAR E CORREIO BRAZILIENSE .....	120
1.1.1 JORNAL O POPULAR .....	120
1.1.2 CORREIO BRAZILIENSE .....	120
1.2 ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL COMO CONTEÚDO EM O POPULAR .....	121
1.2.1 ESPÉCIES DE INFORMAÇÃO .....	121
1.2.2 A RELEVÂNCIA DO ENTORNO DO DF PARA SEU OBSERVADOR .....	126
1.2.3 ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL COMO CONTEÚDO NO SITE DO CORREIO BRAZILIENSE .....	127

1.2.3.1 ESPÉCIES DE INFORMAÇÃO .....	127
1.2.3.2 A RELEVÂNCIA DO ENTORNO DO DF PARA SEU OBSERVADOR .....	131
1.3 REAFIRMANDO AS LINHAS GERAIS DA ANÁLISE DO DISCURSO .....	132
1.3.1 A.D DO TEXTO “TERREIRO NO ENTORNO DO DF É ATACADO PELA TERCEIRA VEZ EM MENOS DE ANO” .....	132
1.3.2 A.D DO TEXTO “TIROTEIO NA RUA ‘INFERNINHO’, NO ENTORNO, MATA UM DEIXA DOIS FERIDOS” .....	138
1.3.3 A.D DO TEXTO “TROCA DE TIROS EM VALPARAÍSO DE GOIÁS LEVA HOMEM DE 30 ANOS A ÓBITO” .....	142
1.3.4 A.D DO TEXTO “JUIZ MANDA SOLTAR PRESOS DA CIDADE” .....	146
1.3.5 A.D DO TEXTO “FUGAS EM GOIÁS DEIXAM 1,3 MIL LONGE DAS CADEIAS” .....	150
1.3.6 A.D DO TEXTO “EFETIVO EXTRA VAI AJUDAR EM DUAS FRENTES EM GOIÁS” .....	155
1.3.7 ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL NA REDE .....	161
1.3.7.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO DO SITE YOUTUBE: A EXPRESSÃO “ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL” .....	164
1.3.7.2 A.D DE HUMORÍSTICO SOBRE MORADOR DE VALPARAÍSO INTERPRETADO POR YOUTUBER .....	166
1.3.7.3 LEITURAS DO DISCURSO .....	168
1.4. PUBLICIDADE DO ENTORNO DO DF .....	169
1.5. CONSIDERAÇÕES .....	171
<b>CAPÍTULO 2 – GRUPO FOCAL COM MORADORES DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL .....</b>	<b>176</b>
2.1 MORADORES DE LUZIÂNIA – GRUPO FOCAL 1 .....	179
2.1.1 A COBERTURA DA MÍDIA EM RELAÇÃO AO ENTORNO .....	179
2.1.2 A VIOLÊNCIA NA VIZINHANÇA .....	181
2.1.3 MORADOR COMO VÍTIMA E AS CIFRAS NEGRAS .....	187
2.1.4 QUEM PROMOVE A VIOLÊNCIA .....	190
2.1.5 ESTIGMA E PRECONCEITO .....	194
2.2 MORADORES DE LUZIÂNIA – GRUPO FOCAL 2 .....	196
2.2.1 A COBERTURA DA MÍDIA EM RELAÇÃO AO ENTORNO .....	197

2.2.2 CIFRAS NEGRAS E VITIMIZAÇÃO .....	198
2.2.3 ENTORNO E BRASÍLIA .....	199
2.2.4 HUMILHAÇÃO E PRECONCEITO .....	202
2.2.5 DE QUEM É A CULPA DA VIOLÊNCIA .....	202
2.3 MORADORES DE ÁGUAS LINDAS – GRUPO FOCAL 1 .....	203
2.3.1 MÍDIA E VIOLÊNCIA NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL .....	204
2.3.2 VITIMIZAÇÃO E SOLIDARIEDADE EM ÁGUAS LINDAS .....	206
2.3.3 DE QUEM É A CULPA PELA VIOLÊNCIA NO ENTORNO .....	208
2.3.4 SIGNIFICADOS DE BRASÍLIA E ENTORNO .....	209
2.4. MORADORES DE ÁGUAS LINDAS – GRUPO FOCAL 2.....	210
2.4.1 MÍDIA E VIOLÊNCIA .....	211
2.4.2 VITIMIZAÇÃO, VIZINHANÇA E TESTEMUNHO DE VIOLÊNCIAS .....	213
2.4.3 PRECONCEITO, ESTIGMA E VIOLÊNCIA.....	214
2.4.4 SIGNIFICADOS PARA ENTORNO E BRASÍLIA .....	216
2.5 MORADORES DE VALPARAÍSO – GRUPO FOCAL 1.....	217
2.5.1 MÍDIA E VIOLÊNCIA .....	218
2.5.2 TESTEMUNHAS E VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA.....	219
2.5.3 VIZINHANÇA, SOLIDARIEDADE E PRECONCEITO.....	221
2.5.4 SIGNIFICADOS DE ENTORNO E BRASÍLIA .....	222
2.6. MORADORES DE VALPARAÍSO – GRUPO FOCAL 2.....	223
2.6.1 MÍDIA E VIOLÊNCIA .....	224
2.6.2 VITIMIZAÇÃO, VIZINHANÇA E TESTEMUNHO DE VIOLÊNCIAS .....	225
2.6.3 PRECONCEITO E REBAIXAMENTO MORAL.....	227
2.6.4 DE QUEM É A CULPA.....	227
2.7. ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS FOCALIS .....	229
2.8. COMPREENSÃO DOS DADOS .....	232
<b>CAPÍTULO 3 – ESTADO VIOLÊNCIA .....</b>	<b>237</b>
3.1. SATISFIERS E QUALIDADE DE VIDA .....	238

3.2. RELATÓRIO .....	252
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>254</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>265</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>274</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese pretende contribuir para o estudo da violência urbana no Brasil. Ela parte do fato de que existem violências visíveis – caso dos homicídios e lesões corporais – e uma espécie de violência invisível, simbólica, institucional, moral e psicológica. Optou-se pelo estudo em específico da violência invisível que ocorre no Entorno do Distrito Federal, região interfederativa localizada em Goiás e Minas Gerais e que se tornou um dos principais adensamentos urbanos do país nas últimas décadas. Interessou-me, em específico, como objeto de pesquisa, a violência não física produzida no âmbito do Estado, da mídia e entre moradores de três cidades goianas do Entorno (Águas Lindas, Luziânia e Valparaíso de Goiás). A investigação ocorreu por meio de Análises de Conteúdo, de Discurso e compreensão dos Grupos Focais.

Ao longo do século 20 parte considerável do aumento da violência no Brasil esteve associada ao processo de urbanização, surgimento de novas regiões metropolitanas e aos avanços da desigualdade social. Rapidamente o país apresentou um visível crescimento nas taxas de homicídios – uma das evidências estatísticas de que exista, de fato, um aumento significativo nos índices de criminalidade e também de outras formas de violência não necessariamente caracterizadas como crimes. Os dados oficiais e de instituições que pesquisam o assunto revelam a prática de uma violência materializada e pormenorizada em atos criminosos comissivos que atentam a sociedade, na medida em que ferem expectativas econômicas e sociais, ampliando a crise de segurança pública.

Em específico, conforme apontam diversos estudos quantitativos realizados nas duas últimas décadas, a região<sup>1</sup> do Entorno do Distrito Federal, localizada em Goiás e Minas Gerais, apresentou evolução considerável nos índices de criminalidade, destacando-se dentre aquelas com maior incremento numérico em várias modalidades de crimes contra a vida. Pesquisa quantitativa realizada em 2012 pelo Instituto Sangari,

---

<sup>1</sup> Opta-se pelo uso do termo região, consolidado pela norma que institui a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE), mas não se ignora que o Entorno comporta-se como um território, na acepção de Milton Santos. Para um grupo de teóricos, trata-se de território usado, que permite a territorialidade. Conforme Milton Santos, o território pode ser constituído de lugares contíguos e de lugares em rede submetidos a uma disputa de poder. Sob esta concepção, é possível entender a existência de uma ou mais territorialidades no espaço. No Entorno do DF, por exemplo, nesta espécie de observação, de imediato, identifica-se a territorialidade dos subalternos e dominadores. Já a expressão região denota algo técnico, expressão a ser manipulada teoricamente.

intitulada “Mapa da Violência: os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil”<sup>2</sup>, aponta um padrão ascendente nos números de homicídios em Goiás.

Na interpretação realizada através desta pesquisa, a região do Entorno teria papel central nesta escalada de homicídios no Estado de Goiás. Conforme o estudo, as taxas do Estado, distanciadas das nacionais, começam a crescer de forma intensa e ultrapassam os índices do país: “Se em 1998 a taxa nacional era de 25,9 homicídios em 100 mil habitantes, a do estado foi de 13,4 – quase a metade da nacional” (2012, p. 123). O crescimento dos índices de violência homicida – sugere o estudo quantitativo – coincide com o surgimento de novas cidades na região do Entorno e o aumento de moradores nos municípios que já existiam.

Esta violência visível que ocorre na região tem motivado ações de políticas públicas de segurança, como operações da Força Nacional, investigações da Polícia Federal, mobilizações de aparatos da Polícia Militar de Goiás, de Minas Gerais e do Distrito Federal. Além de provocar grande repercussão na mídia que realiza a cobertura jornalística, principalmente do Distrito Federal e Goiás, esta espécie de violência é identificável em seu contorno e forma: invariavelmente fere e ordena o espaço social localizado na região que abrange as três unidades da federação. O Entorno do DF, portanto, remete nossos sentidos a uma brutalidade transgressora que fere valores e que viola a subjetividade humana, tornando o homem em coisa (CHAUÍ, 2006, p. 123).

Em contrapartida ao volume de crimes visíveis flagrados nas cidades que integram esta característica região goiana, observa-se incompreensão ou desinteresse quanto a um grupo de ações e discursos que ocorre no Entorno do Distrito Federal, caso das violências simbólicas, institucionais e morais que ali se sucedem sem que exista uma discussão acadêmica ou social mais pormenorizada.

Esta pesquisa tem como objeto, portanto, o estudo da violência invisível<sup>3</sup> – assim denominada por expressar ocorrências não materiais ou ainda não perceptíveis

---

<sup>2</sup> “Mapa da Violência” é uma iniciativa do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, que tem passagem pelo Instituto Sangari e Unesco e que durante a presente pesquisa figura como integrante da FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. O “Mapa da Violência” tem ampla cobertura midiática desde 1998, quando foi lançado pela primeira vez e passou a ser adotado pelas instituições de pesquisa tendo em vista seu caráter quantitativo.

<sup>3</sup> Na ciência, Adam Smith foi quem usou a metáfora da invisibilidade para representar o mercado. Sua obra “A Riqueza das Nações” propõe que este objeto invisível seja a oferta e procura, que regula o mercado. É uma apropriação mais filosófica, sob o âmbito da justificativa de que não é necessária a regulação. A proposta da invisibilidade aqui sugerida no âmbito da violência é de que ela tem esta forma não física, além de ser insidiosa e se esconder, infiltrando-se tanto na falta de transparência dos atos administrativos quanto na irresponsabilidade da mídia e ausência de solidariedades dos moradores.

pelas estatísticas e estudos matemáticos da violência – que ocorre no Entorno do Distrito Federal a partir das relações entre Estado, mídia e moradores.

A expressão “violência invisível” é também emprestada de Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron e um conjunto de apontamentos do início do século 21 que procurou separar as violências físicas daquelas que ocorrem sob o domínio do discurso, das escolhas individuais/públicas, interações firmadas em sociedade e que não dependam do uso da força física. Estas violências ocorrem por meio do discurso, de palavras, de expressões, da constituição e estruturação de atos e ações de linguagem e de sentido que revelam e produzem um mal-estar tão lesivo quanto as violências físicas.

É importante deixar claro o que se pesquisou: quando um site de notícias como o G1 noticia a morte de uma moradora (“Jovem é morta após ser baleada em tentativa de roubo de caminhonete”<sup>4</sup>) no município de Luziânia, sucedem-se inúmeras interações sociais e comunicativas que produzem uma espécie de violência que não é perceptível da mesma forma que o latrocínio. Na seção de comentários da notícia do portal G1, por exemplo, várias expressões de violência contra Goiás, Entorno do Distrito Federal e embates agressivos com os comentaristas se sucedem. Tais atos produzidos no âmbito da linguagem ferem e agridem, produzindo violências estigmatizantes e mal-estar moral. No caso em específico, o leitor Pastor Trompete fala que “esse goias so tem bandido. Kkkkkkkkkkkkkk”. A leitora Maryanna Vasconcelos comenta que “O negócio é sumir desse sertão... Lugar tah o inferno... Só marginal”, “Ignorante que não sabe ler.. deve ser do Goiás msm” e que “É Nivaldo.. a diferença é que no Sul tem pessoas bonitas..aki nem isso”. Na mesma notícia sobre fato ocorrido no Entorno, Zeus Ricardo incita ao crime, com “Linchamento em praça pública, é o mínimo que merecem!” e “Digno da Capital Federal deste país”.

Assim, a partir da violência que ocorre no Entorno do Distrito Federal, diga-se violência física<sup>5</sup>, homicida, contra a vida, que acontece de forma mais reiterada em algumas cidades, principalmente aquelas que mantêm maior relação com Brasília e que sofrem com a urbanização desordenada decorrente desta relação (o que provoca desorganização social), busca-se compreender outra espécie de violência – a violência

---

<sup>4</sup> Notícia consultada em <http://g1.globo.com/goias/noticia/2017/03/jovem-e-morta-apos-ser-baleada-em-tentativa-de-roubo-de-caminhonete.html>. Acesso em: 06/03/2017

<sup>5</sup> Parte-se do pressuposto de que a violência física produz e acelera a violência simbólica: sem a grande quantidade de violência física, a fala do crime, o discurso da criminalidade e a linguagem da violência seriam diferentes ou em certos casos inexistiriam. Daí a necessidade de se cotejar também os dados da violência física para conhecer as origens e as especificidades da violência invisível.

simbólica, invisível, moral, provocada pela ação ineficiente do Estado, por critérios de cobertura e noticiabilidade da mídia e pelos próprios atos e falas dos moradores. A violência não física se estende aos demais municípios do Entorno, estigmatizando a população que, ao não perceber esta espécie de violência, ou não conseguir reagir, tem seus laços sociais enfraquecidos e acaba por se sujeitar à condição de estigmatizada e moralmente violentada.

Sob a categorização de violência invisível, esta pesquisa investiga não apenas as definições expostas por autores como Pierre Bourdieu e Pierre Passeron como violência simbólica (que aqui se percebeu, sobretudo, na mídia), mas também atos de gestão praticados no âmbito das instituições administrativas, agressões psicológicas entre moradores e a própria produção e assimilação de estigmas nas interações dos habitantes do Entorno do Distrito Federal. O objetivo desta pesquisa é compreender como se origina e processa esta violência invisível no Entorno a partir das relações dos moradores, mídia e Estado e atos que produzam esta espécie de violência.

O espaço geográfico denominado pela União como Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), instituído pelo Governo Federal por meio da Lei Complementar nº 94/98 e que reúne cidades goianas, do Distrito Federal e de Minas Gerais, enfrenta, além da criminalidade corrente e perceptível, um conjunto de práticas que interfere na sociabilidade e qualidade de vida dos moradores, alimentando a sensação de insegurança pública. O estigma da região – diga-se, estigma que a caracteriza nacionalmente – é de um fluxo de barbárie que mimetiza uma sociabilidade agressiva, com alto índice de homicídios e que revela descaso na efetivação dos direitos sociais dos moradores.

Adotada como ponto de partida para esta pesquisa, a partir da compreensão das pesquisas quantitativas, consulta documental e relatos de moradores, a violência física torna-se indicial da presença de outras violências de diversos níveis que se acumulam e se enrijecem no Entorno do DF. Observa-se que a taxa de homicídios é elevada, mas não em toda região. Por sua vez, o estigma que surge do discurso e da linguagem da violência se revela abrangente e uniforme, conforme se percebe através da mídia ou mesmo das conversações dos próprios moradores.

A análise de dados dos municípios que integram a região do Entorno do Distrito Federal demonstra que existe um grupo de quatro cidades com nenhum registro de assassinato, considerando os dados de referência do “Mapa da Violência 2014”. Mimoso de Goiás, por exemplo, não apresenta nenhum episódio nos levantamentos

efetuados desde 2008. Apesar de reduzida violência física perceptível, tanto as cidades sem homicídios quanto as que apontam altas taxas são tratadas de forma homogênea como lugares a serem evitados, espaços violentos e região de alta criminalidade, daí que expressões como “Lugar tah o inferno... Só marginal” serem cabalmente injustas e condenatórias de todas as cidades e principalmente daquelas que sequer apresentam taxas de homicídios.

Percebe-se que a violência física ajuda a cultivar outra camada mais sensível de violência, que surge a partir da condição de vida ali produzida pelos moradores e instituições presentes. Apesar de se verificar que as cidades com maior tradição agrária<sup>6</sup> revelam menor quantidade de casos de homicídios, a solidificação da imagem de terra violenta e desclassificada é atribuída ao todo, ao “Entorno sem Lei”, ao “Entorno ‘do’ Goiás”, a “Nova Embaixada Fluminense”<sup>7</sup>, ao Entorno dos “pés de Toddy”.

No levantamento do “Mapa da Violência 2014”, os municípios mais urbanizados, industriais e polos de serviço são os que apresentam maior incidência de assassinatos contabilizados. Enquanto Luziânia lidera com 190 homicídios, Águas Lindas figura em segundo lugar, com 100 casos. Valparaíso de Goiás aparece com 90; Formosa, 68, e Novo Gama, 61. Na classificação a partir do “Mapa da Violência 2014”, sete das dez cidades goianas com maior taxa de homicídios são originárias do Entorno do Distrito Federal.

Em um número significativo de cidades percebe-se que quanto mais próximo o município em relação à Brasília, capital do DF, maior é o índice de homicídios<sup>8</sup>. Por sua vez, das cinco mais distantes, quatro são cidades do grupo que não apresenta homicídios no levantamento de referência. Portanto, municípios mais próximos de Brasília apresentam maiores índices de violência homicida. As cidades com maior quantidade de

---

<sup>6</sup> Mimoso de Goiás, Cabeceiras, Água Fria de Goiás e Vila Boa de Goiás não apresentaram nenhum homicídio na pesquisa do Mapa da Violência 2014. Todas elas aparecem no IBGE com a agropecuária como modalidade econômica predominante.

<sup>7</sup> Já em 2001, o ex-senador Mauro Miranda (PMDB-GO) passou a usar o termo “Baixada Fluminense” em seus discursos e entrevistas (Agência Senado, 02/04/2001). Mas existem registros da comparação com a região do Rio de Janeiro possivelmente anteriores aos pronunciamentos do político, sem confirmação de data precisa. A Baixada Fluminense não tem o rigor legal e estrutural da região do Entorno, não existindo certeza até mesmo de quais municípios integram a região. Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis e Belford Roxo seriam alguns deles. Existem semelhanças, todavia, com o estilo de vida dos moradores do Entorno do Distrito Federal, caso do uso das cidades como dormitórios e do enfrentamento diário no deslocamento até o trabalho localizado na Capital. É possível identificar uma tradição de estudos sociológicos a respeito desta região, principalmente quanto aos motivos iniciais para sua ocupação, com levas de ex-escravos imigrantes que chegavam em busca de melhores condições de vida.

<sup>8</sup> Os dados citados aqui referentes ao desenvolvimento social e econômico, bem como aos índices de homicídios, estão expostos no anexo desta tese.

ações violentas geram também maior quantidade de discursos e interações simbólicas que comunicam violências invisíveis potencialmente estigmatizantes. É verdade que o que se passa no Entorno do Distrito Federal diz respeito às inúmeras pessoas (físicas e jurídicas), igrejas, políticos, sindicatos, servidores públicos, organizações não governamentais, empresários e comunidades em geral que habitam a região. Existe uma infinidade de atores que enfrenta o cotidiano deste limite territorial, ora se portando como vítima ora autor de uma prática violenta invisível que embota as relações sociais e intensifica emoções e riscos, sustentando a sensação de insegurança. O Entorno é, portanto, uma região complexa e que atende um universo diferenciado de brasileiros, muitos deles advindos de regiões distantes, mas que ali optaram em viver.

Seus dramas do cotidiano expõem uma potencial estigmatização e representam a intersecção da violência visível com a simbólica, na medida em que uma alimenta a outra. Da mesma forma que o homicídio espalha sensações ruins no ambiente virtual, como ocorre nos sites de notícias, o medo e o sentimento de insegurança circulam nos espaços físicos públicos, formando corredores de violência invisível.

Durante a pesquisa que aqui se inicia, no capítulo destinado à fase empírica, um dos moradores atribuiu aos demais uma “boa ação”: liderar um linchamento contra um suspeito de estupro. A reação dos moradores diante da violência, ainda que na maioria das vezes simbólica, possibilita a conjugação da violência física com a invisível, o que acaba muitas vezes por legitimar as ações que ocorrem sem a mediação do Estado.

O Estado, diga-se de passagem, é observado diante sua ineficácia, o que também gera um discurso violento. Quando um dos moradores questiona quem é o governador de Goiás, também durante uma das fases da investigação empírica, comprova-se uma hipótese muitas vezes dada como certa: afinal, quem é o pai do filho bastardo da República, o Entorno, irmão do Distrito Federal, criado por meio de uma Lei Complementar que lhe nega o essencial, um fundo para efetivar suas políticas públicas? Quem se responsabiliza juridicamente pelo Entorno? Não faltam entes responsáveis, com atribuições legais. Todavia, como se verá, sobram violências institucionais.

Assim, a circulação da violência – outrora física e depois também invisível – se dá, muitas vezes, por intermédio da inação dos poderes constituídos. É o caso mais uma vez dos homicídios, cujo produto é o corpo exposto por horas e até mesmo dias nas avenidas e espaços públicos à espera de uma viatura do Instituto Médico Legal (IML). O Estado demora para chegar, já que o único IML existente na região é obrigado a

atender todas as cidades – isso quando o instituto não está interdito judicialmente, como ocorreu com frequência durante a coleta de dados para esta pesquisa.

A ausência de institutos para realizar serviços de exames cadavéricos, de conjunção carnal, lesão corporal, etc, subsidia discursos e padrões informativos de um ambiente dominado pela morte, como revelará um dos estudos de conteúdo das mídias. A inoperância em retirar o corpo das ruas e calçadas e a demora na execução de procedimentos de investigação ganha dimensão ainda maior quando a mídia veicula o drama destes municípios em canais de tevê, sites de notícias e jornais impressos.

A escolha da mídia, Estado e moradores da região para esta pesquisa, portanto, se deve principalmente à observação prévia de que cada um ao seu modo se encaixa e se integra junto às violências físicas perceptíveis no cotidiano e nas manchetes dos jornais, fortalecendo discursos, reiterando estigmas e violentando moralmente os cidadãos por meio de uma violência invisível.

O estudo do comportamento e relação entre mídia, Estado e comunidade ocorreu por meio de metodologias diversas, sob a orientação praxiológica apresentada por Pierre Bourdieu, que inspira maior liberdade na utilização de técnicas variadas tendo em vista a compreensão social. Sob o manto do pensamento prático, para cada variável da pesquisa foi estabelecido um procedimento metodológico. O estudo do conteúdo da mídia revelou, por exemplo, uma violência simbólica que se perpetua através de inúmeros silêncios discursivos.

As mídias investigadas não particularizam as cidades nem concedem voz aos moradores, tratando a região quase sempre como problema. Potencialmente estigmatizadas, estas pessoas são plasmadas à região que pertencem e sofrem com a disseminação de um sentimento de vergonha, medo e insegurança. Tais informações sociais afetam a imagem dos moradores, das cidades e produzem uma violência simbólica, muitas vezes sequer percebida pelas próprias vítimas. Na medida em que comunicam, os indivíduos constroem teias de interdependência entre sua realidade e o que se informam em relação ao seu cotidiano.

Esta modalidade de violência, portanto, se dissemina, se perpetua e se acumula através dos conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação social. De acordo com John Thompson, a comunicação é um “tipo distintivo de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos” (2011, p. 44). E uma das características da mídia é seu caráter “público”, afirma Thompson. O autor diz que sua disponibilidade e existência está

localizada entre os domínios públicos e privados. Desta forma, o conteúdo das mensagens da mídia se torna visível e verificável a “uma multiplicidade de indivíduos que podem estar situados em contextos os mais diversos” (THOMPSON, 2011, p. 57). Esta variação de contextos é essencial para a compreensão dos efeitos da mídia: sob o enfoque de Thompson, portanto, a mídia é detentora do poder simbólico que possibilita transmitir e dar visibilidade aos conteúdos diversos do Entorno, conforme seu fluxo produtivo e de recepção. É a mídia que dissemina e alastra tais conteúdos.

Para esta pesquisa foram selecionadas mídias tradicionais e novas plataformas, que oferecem mecanismos de produção, circulação e dominação da informação tendo em vista a realização de Análise de Conteúdo e de Discurso – respectivamente, técnicas de pesquisa que se caracterizam pela sondagem do que existe na superfície das palavras e em seu contorno, já que despertam o caráter compreensivo do analista<sup>9</sup>. A investigação das mídias tradicionais recaiu na imprensa, cujo produto central é a notícia, reportagem e anúncio publicitário em jornal impresso e sites de notícia (jornal “O Popular” e site do “Correio Braziliense”). Por sua vez, a pesquisa examina também uma rede social, o Youtube, que possibilita a criação relativamente livre de conteúdo e disseminação de informações por meio de canais individuais. Em todas as sondagens percebe-se a presença do estigma como indicativo de uma violência simbólica que, por vezes, provoca paralelos com a agressão moral, caso das injúrias e difamações, que afetam a honra e o estado psicológico dos moradores.

Nesta pesquisa, efetuou-se também a verificação de como moradores percebem o Entorno do Distrito Federal e agem em suas vizinhanças. Compreende-se, como se verá, exatamente a ausência dos elementos que poderiam caracterizar a existência de uma comunidade, como a coesão e produção de interações mais ou menos perenes.

Em sociologia, a definição de comunidade é considerada por vezes delicada, principalmente devido a uma das compreensões mais correntes de que a conceituação não consegue abranger o sentido pleno que a expressão tem para significar. É dito que a

---

<sup>9</sup> Antecipa-se aqui a noção de Análise de Conteúdo (AC) para esta pesquisa como um estudo das unidades de comunicação que se formam nos diálogos e relatos (dos moradores), dos documentos consultados (leis, estatísticas, etc) e das notícias, reportagens e produções de redes sociais. A A.C é uma técnica e metodologia de perspectiva quantitativa, mas que aos poucos se aproximou da pesquisa qualitativa ao desenvolver em sua estrutura a noção de inferência. A Análise de Discurso (AD), por outro lado, diz respeito ao estudo qualitativo das mensagens, entrevistas e documentos. É a antítese da AC na medida em que firma paralelo com o materialismo, o contexto histórico-social e a ideologia, tendo em vista entender o discurso em seu paralelo com a polissemia, com seu caráter parafrástico, sua argumentatividade, etc. Na abordagem que aqui se seguirá, introduzida por Eni Orlandi, se procura desenvolver o caráter compreensivo do discurso. O primeiro capítulo servirá para a explicação destes métodos e sua aplicação ao que será pesquisado.

comunidade nunca existiu. Ou nas palavras de Zygmunt Bauman, seria um paraíso perdido, no qual esperamos ansiosamente voltar a viver (2003, p. 9). No sentido de Bauman, a comunidade da modernidade se manifesta de forma contraditória: é efêmera, não constituindo o que mais se espera de sua definição, ou seja, a prática de relações duradouras entre seus integrantes. Para Bauman, esta comunidade precisa ainda existir “tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos” (BAUMAN, 2003, p. 134).

Neste estudo, a pesquisa junto aos moradores, por meio de Grupos Focais, revela a inaplicabilidade do conceito puro e mais ainda: o agravamento da sociabilidade que resta, na medida em que ocorrem diversas rupturas entre os próprios moradores. Na pesquisa realizada junto aos residentes do Entorno percebe-se rupturas de ordens diversas, conflitos, agressões e um desaguar das violências. É dentro dela que se compreende a vitimização por meio de violências morais, cuja materialização discursiva se dá através de ofensas pessoais, por vezes, criminosas, que injuriam os moradores. Todavia, o autor insiste que o termo é ainda o mais adequado tendo em vista seu uso comum para descrever um conjunto de pessoas mais ou menos conhecidas. Daí que usa-se aqui comunidade como sinônimo de moradores, em que pese as particularidades e polêmicas intelectuais expostas.

A partir da compreensão teórica acerca dos moradores foi possível perceber que em algumas cidades do Entorno do Distrito Federal as sociabilidades precárias são ainda mais evidentes e perceptíveis e que coincidentemente ocorrem também em municípios com maiores índices de violência física. As ações se revelam na formação de agendas individuais, comprometidas não com alguma forma de solidariedade, mas com a busca da estabilidade individual e sobrevivência diante de conflitos persistentes.

Uma das hipóteses testadas junto aos residentes diz respeito ao ato de optarem por uma agenda individual em detrimento de posturas solidárias e de coragem cívica. Parcela dos moradores patrocina a ampliação das chamadas cifras negras<sup>10</sup> ao agir sem consciência coletiva e não oficializar as denúncias de crimes e violências que sofrem. Conforme se observará, parte da comunidade acha natural julgamentos sumários realizados pela coletividade e se mostra indiferente às barbáries dos linchamentos.

---

<sup>10</sup> Espécies de crimes não computados pelo Poder Público. Eles sequer são investigados pela Polícia Judiciária, visto que não ocorre a queixa ou denúncia destas espécies de violência. São as infrações penais desconhecidas "oficialmente" que, apesar de não existirem nas estatísticas, causam mal-estar da mesma forma ou pior, já que geram a ideia de injustiça.

Os moradores da região vivem um processo de diferenciação que pode ser compreendido por meio do que Erving Goffman (1988) evidencia em sua descrição de uma identidade deteriorada e hipoteticamente estigmatizada<sup>11</sup>. As qualidades dos indivíduos ali enraizados são muitas vezes eclipsadas pelo discurso do outro<sup>12</sup>, formando, assim, ambientes de perda de identidade. A sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e seus atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada categoria, como se percebe em páginas anteriores ao definir o morador do Entorno pelo padrão de beleza do residente do sul e ao desclassificá-lo na comparação. Por isso existe sempre uma premissa de que moradores do Entorno já estão marcados, apartados e separados por limites instituídos e contextualizados a partir de uma leitura individual da realidade das cidades que habitam.

Em uma terceira fase desta investigação, a pesquisa mostra como o Estado nega o que propõe em seus fundamentos: os entes federados do Entorno não executam políticas públicas conforme estabelecem suas constituições, não agem de forma eficaz contra a violência e muitas vezes atuam impulsionados pela mediatização dos conflitos<sup>13</sup>, tornando-se propagadores de um estado-manchete. Este comportamento negativo é visível através da percepção do conceito social de estado e regular atividade administrativa bem como através das normas que ele propõe à sociedade.

A Lei Complementar nº 94 que instituiu a RIDE, por exemplo, ordena a formação de uma região administrativa que tem como intuito, nas palavras da norma sancionada em 19 de fevereiro de 1998, garantir “serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos Municípios que a integram, especialmente aqueles relacionados à infraestrutura e de geração de empregos”. A partir de uma decisão de estado, portanto, a região do Entorno do Distrito Federal se constituiu através da coesão espacial e contorno legal dado pela Lei Complementar nº 94. Antes um emaranhado de municípios em volta da Capital Federal, a região passou a ser potencial receptora de políticas públicas igualitárias. É preciso sublinhar: a lei fala exatamente de políticas públicas

---

<sup>11</sup> Goffman trata deste tema em sua obra “Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada”(1988).

<sup>12</sup> O uso do termo estigma é sempre hipotético e condicionado ao caso concreto, pois na medida em que surge tal discurso entre as pessoas é também comum que elas reajam ao estigma.

<sup>13</sup> É perceptível que determinadas reações do Estado só ocorrem após um fato se notabilizar através do noticiário. Assim, cria-se uma sórdida relação: o Estado só age se a mídia agenda o assunto, fato que torna o Estado compromissado com a opinião pública e não com seus deveres, pactuados na Carta Política.

comuns que possam garantir infraestrutura, empregos e qualidade de vida. Mas não é isso que se vê. Ao fim desta tese, se percebe exatamente o contrário.

O Estado – que ao longo da civilização obteve êxito ao reivindicar o monopólio da violência – tem o dever de conter a criminalidade e instituir a racionalização administrativa, para usar termos centrais utilizados por Weber em sua caracterização da unidade estatal. Freund (2006, p. 159), a partir da definição de Weber, recorda que cabe ao Estado estipular “regulamentos explícitos, que lhe permitem intervir nos domínios mais diversos, desde a educação até à saúde, a economia e mesmo a cultura” (FREUND, 2006, p. 159). Em que pese a definição ser necessária para se compreender os limites da atividade estatal, observa-se um poder público descaracterizado no Entorno do DF. Ele se mostra impotente e na maioria das vezes ineficaz.

Em resumo, numa fase preliminar, este estudo abrangeu todas as cidades goianas do Entorno que integra Goiás, mas se especializou com a compreensão de casos de violência invisível praticados em Águas Lindas, Luziânia e Valparaíso de Goiás – municípios escolhidos para detalhamento após pesquisa de campo realizada nas 19 cidades do entorno goiano<sup>14</sup>.

Assim, o Entorno das manchetes sobre crimes e tragédias – cujas notícias optam pelo valor notícia “bad news is a good news”<sup>15</sup> e institui uma espécie de sociedade do espetáculo<sup>16</sup> – será mensurado por meio de Análise de Conteúdo e de Discurso tendo em vista a observação dos contextos de violência potenciais da noticiabilidade. Neste tocante, observa-se em detalhe a hipótese de que a mídia é produtora de informação estigmatizante por meio da divulgação de violências morais e simbólicas.

---

<sup>14</sup> O estudo optou pela compreensão do Entorno goiano, que é o mais visível no noticiário, pela facilidade de acesso do pesquisador, que reside no estado, e pela inegável expressão das cidades goianas, tanto quantitativamente como qualitativamente para a região. A ideia de pesquisar a violência no Entorno surge durante a realização do mestrado em comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), em 2008. No período, realizei pesquisa orientada por Ana Carolina Rocha Pessoa Temer sobre a presença da figura do ‘suspeito’ na cobertura jornalística, quando, dentre os dados conclusivos, se atestava que os veículos de comunicação de Goiás divulgavam mais a violência ocorrida em São Paulo e localidades distantes do que aquelas que acontecem na região do Entorno do Distrito Federal, geograficamente mais próximos e teoricamente mais importantes para a realidade do Estado (SILVA, 2009, p. 251). Essa invisibilidade inicial nas páginas dos jornais despertou atenção para outras, fator que exigiu o desenvolvimento de um olhar mais sociológico sobre a região do Entorno.

<sup>15</sup> Notícia boa é notícia ruim, um dos valores notícia (news value) recepcionado de um modo geral pelo profissional de imprensa.

<sup>16</sup> Termo utilizado por Guy Debord (1997), em sua busca de expressões para discutir a ideologia materializada da modernidade. Logo no início do livro que leva este nome, o pensador diz: “As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida e fundem-se num curso comum, de forma que a unidade da vida não mais pode ser reestabelecida. A realidade considerada parcialmente reflete em sua própria unidade geral um pseudo mundo à parte, objeto de pura contemplação”.

No caso dos moradores, será analisada suas formas de convivência e percepção geral sobre a solidariedade e coexistência no Entorno. Procura-se dedicar maior atenção à hipótese de que produzam sociabilidades precárias, sem compreensão cívica e que possibilitem, eles mesmos, a disseminação de estigmas e muitas vezes violências físicas e institucionais. O Estado, por fim, será avaliado em seu cotejamento de eficácia referente às políticas públicas e ao seu atributo de constituir a administração eficiente e garantir o monopólio da violência. Através da Teoria da Satisfação, é possível observar qual a medida da ineficácia estatal para fazer valer a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 94/98. Por tal hipótese, sondada através de análise de dados e documentos, o Estado emana uma violência institucional que expande práticas como corrupção, improbidades administrativas e desídias públicas.

### **Organização da tese**

Esta pesquisa será dividida em duas partes. Na primeira, se concentra o componente metodológico, bibliográfico e teórico. Na segunda parte, por sua vez, explora-se a Análise do Conteúdo e Discurso midiático, os estudos com moradores (através de Grupos Focais) e a atuação do poder público na região através de seus respectivos orçamentos e políticas públicas e sociais.

O primeiro capítulo apresenta a perspectiva metodológica desta pesquisa, com a explicação dos limites impostos e métodos escolhidos para a construção investigativa. Neste momento opta-se por revelar os critérios que norteiam o estudo bibliográfico e sua relação com o marco teórico responsável por orientar o estudo, a investigação documental, a pesquisa de campo, a análise das políticas públicas, das atividades da mídia e o comportamento dos moradores frente às violências que se presencia no dia-a-dia – realizado por meio de Grupo Focal e abordagem de viés interacionista simbólico. Portanto, neste capítulo, apresenta-se o aspecto teórico/epistemológico e técnicas metodológicas a serem utilizadas. Durante a investigação de cada ator institucional (Estado, mídia e moradores), respectivamente, serão apresentados em resumo os contornos metodológicos, bem como os quadros de conteúdo da pesquisa.

Após a discussão metodológica do primeiro capítulo, o estudo se orienta pelas ideias, definições, concepções e tradições de pesquisa em violência. Procura-se enquadrar a investigação em um campo de estudo predominante, a violência urbana, com enfoque também nos desdobramentos já apontados – a relação com a imprensa e com Estado – sob a ótica da violência.

Portanto, ainda na parte um, nos capítulos 2 e 3, segue-se breve revisão bibliográfica em torno de temas essenciais para pensar a violência e seus contornos com as abordagens aqui exigidas. No capítulo 2, o intento principal é resumir e sistematizar a teorização. Busca-se, na medida do possível, a garantia das definições referentes à violência e sua aproximação com o Estado. Os aportes teóricos da violência se concentram principalmente na tradição deste ramo de estudos sociológicos e nas modernas concepções do problema, sem deixar de procurar em ciências correlatas a ajuda para a compreensão.

Ainda neste capítulo 2, investiga-se a violência sob o ponto de vista da mídia. Desta forma, aspectos da cobertura midiática sob a ótica das teorias do agendamento (agenda setting) e da sociologia dos emissores, além dos fluxos de produção, serão tratados tendo em vista as notícias e demais comunicações (publicidade, produções para redes sociais, etc) geradas na região do Entorno do Distrito Federal. É aqui também que se realiza a compreensão de quem são os integrantes da comunidade, delimitando o que se pretende estudar com eles. Por fim, ainda no capítulo 2, procura-se tratar em específico da violência das cidades. Em capítulo específico e posterior é apresentada a conceituação de violência invisível adotada para esta tese.

Nestes dois capítulos, 2 e 3, o pesquisador desenvolve o marco teórico e seus desdobramentos em teorias ou leis que acredita serem condizentes para a formação de seu estudo. Dentre as teorias, existem aquelas que influenciam o caminhar da pesquisa, daí o alerta para que, além dos pensadores, se pensa aqui através de suas criações<sup>17</sup>.

Na segunda parte, abre-se a pesquisa com o capítulo 1, em que se investiga a cobertura midiática das cidades do Entorno do Distrito Federal. No segundo capítulo, expõem-se os Grupos Focais realizados em Luziânia, Águas Lindas e Valparaíso de Goiás. E, por fim, no capítulo 3, realiza-se estudo das políticas públicas e ações que visam teoricamente o bem-estar e o combate da violência, mas que, na verdade, mostram como o próprio Estado não cumpre a lei que convencionou.

---

<sup>17</sup> O alerta é para deixar claro que no ato de constituição da pesquisa e de seu desenvolvimento o autor não procurou encaixotar suas ideias em uma corrente de pensamento – seja marxista, interacionista, weberiana ou qualquer outra que seja.

## **PARTE 1**

## CAPÍTULO 1 - PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Esta pesquisa teve como premissa investigar o comportamento do Estado, mídia e moradores no tocante a uma determinada espécie de violência produzida em cidades que se concentram no Entorno do Distrito Federal. Pretende-se, com este capítulo, apresentar um caminho de interpretação do problema, sem, todavia, criar ou suscitar uma teoria do método propriamente para estudos específicos de violência, o que caberia a uma discussão mais aprofundada da Epistemologia ou Lógica da Pesquisa (POPPER, 2013, p. 45). De antemão, assume-se certo desconforto e espanto do pesquisador em referência ao assunto. A violência emociona e provoca aquele que a contempla. Com isso, se afasta qualquer pretensão de que seja esta uma pesquisa neutra, um recorte de verdade imutável, enfim, um estudo de inabalável neutralidade. É um estudo que pode e deve ser refutado, questionado, contraditado e reinterpretado. Como uma das técnicas metodológicas aqui utilizadas é Análise de Discurso, o autor sabe e reconhece que ele é locutor e enunciador, tendo aquele que lê o mesmo direito como enunciador-leitor.

Em referência à questão da objetividade científica, há tempos ela está dentre os temas mais discutidos no labor da ciência. “As ciências sociais críticas têm, pois, de refutar uma das reivindicações originais da teoria crítica moderna: a distinção entre objetividade e neutralidade” (SANTOS, 2001, p. 31). Boaventura de Sousa Santos revela que objetividade decorre da “ampliação rigorosa e honesta dos métodos de investigação que nos permitem fazer análises que não se reduzem à reprodução antecipada das preferências ideológicas daqueles que a levam à cabo” (2001, p. 31). Tal objetividade, assim, só é possível a partir da aplicação sistemática dos métodos, que possibilitam identificar preconceitos e os interesses que subjazem à investigação.

É neste sentido que Boaventura de Sousa Santos traz à tona a questão do desperdício da experiência, em busca de uma transição paradigmática que entenda a ciência como campo de necessária neutralidade e não de rigor e saber. Antes de buscar hegemonia e consenso, o pesquisador pode desenvolver uma normatividade da pesquisa por meio do entendimento de suas características únicas.

A multidisciplinaridade e a convergência de técnicas aparentemente divergentes têm sido uma das características nas elaborações metodológicas mais recentes. Pesquisadores como Anselm Strauss (1997) demonstram a necessidade de atravessar fronteiras em busca de uma abordagem criativa como forma de avançar no

conhecimento humano. Não se enxerga aqui, porém, uma prática científica sadia aquela que nega as convenções que foram se instituindo conforme a tradição sociológica.

Os cientistas sociais, na tentativa de investigar e entender o grupo e a estrutura institucional, desenvolveram modos convencionais, embora eficientes, de analisar a interação entre um membro e outro e entre os vários membros de posições sociais (STRAUSS, 1997, p. 61).

Se for verdade que podemos e devemos repetir metodologias clássicas que sempre funcionaram, como diz Strauss, não devemos olvidar de que muitas vezes é necessário tomar outros caminhos teóricos e metodológicos desde o início da pesquisa e também realizar mudanças diante das dificuldades não previstas. Sendo assim, diante da bifurcação dos estudos em ciências sociais e sociais aplicadas, optou-se pela reflexão qualitativa, sem ignorar os dados estatísticos. Percebemos que o estudo qualitativo corrobora o quantitativo e até mesmo o completa. Melucci (2005) tece críticas a quem procura estabelecer o confronto em seu uso:

Nesta enorme redefinição do estatuto da pesquisa social perde significado a oposição entre qualidade e quantidade, entre pesquisa quantitativa e qualitativa: é uma oposição que aparece sempre mais obsoleta e se funda sobre um falso debate, também continua a ocupar uma parte da cena, sobretudo no interior das corporações profissionais. (MELUCCI, 2005, p. 27-28)

É preciso fazer ressalvas quanto ao recolhimento de dados quantitativos, que muitas vezes podem sofrer distorções, praticamente relativizando dados tidos como certos. Sugere-se aqui o uso dos números e estatísticas apenas de forma subsidiária aos estudos qualitativos, que levam em consideração o indivíduo, o verdadeiro interessado e participante ativo da sociedade em análise. Nas investigações referentes à violência, em específico de homicídios, existe grande debate a respeito do uso de taxas. Elas se destacam dentre as manchetes diárias, conferindo ar científico e metodológico às informações divulgadas pelos institutos. Apesar da importância destes estudos, é preciso relativizá-los, pois existe potencial de distorção nos estudos matemáticos<sup>18</sup>.

Nas secretarias de Segurança Pública, por exemplo, as formas de classificação (encontro de cadáver, lesão corporal seguida de morte, confronto, auto de resistência, etc.) servem, muitas vezes, para manipular e esconder dados. Cerqueira (2013), Cano e Santos (2001) apresentam um cenário de preocupações até mesmo quanto aos dados

---

<sup>18</sup>O uso do teste de significância do qui-quadrado, por exemplo, é uma das formas adotadas para medir diferenças entre frequências esperadas (REA e PARKER, 2000, p. 190). Teste de diferença entre proporções, análise de variância, regressão múltipla, análise de correlação parcial e amostragens randômicas podem ser aplicadas no estudo de homicídios, mas não bastará: a violência das mortes ocorridas em sociedade permanecerá mais ampla do que fórmulas e gráficos quantitativos.

coletados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério de Saúde, que não leva em consideração estatísticas produzidas no âmbito da Segurança Pública<sup>19</sup>.

Esta preocupação quanto aos caminhos metodológicos é comum no delineamento científico e tornou-se uma miríade sem fim de embates e consensos temporários entre adeptos desta ou daquela corrente metodológica. É nesta acepção que Melucci situa sua preocupação, a de que a superação é necessária, mas que não existe um consenso em torno de uma metodologia que venha a agradar a todos.

### **1.1. A solução metodológica de Bourdieu**

Esta pesquisa se inspira em Pierre Bourdieu (1989; 1990; 1994) para conduzir suas premissas investigativas. Ele procurou a união dentro da dicotomia sociológica por meio de observações quanto à Teoria da Prática e as relações entre fenomenologia, objetivismo e praxiologia. Essa espécie de conhecimento teórico do mundo social proposta por Bourdieu resgata experiências e modelos de pesquisa já existentes, selecionando o que julga ser aproveitável de cada padrão. Na concepção de Bourdieu, a metodologia objetivista e fenomenológica avançam na possibilidade de conhecimento das relações sociais, mas de modo estanques se revelam insuficientes.

Ele propõe uma comunicação dialética entre o objetivismo e o subjetivismo. As rupturas que ele sugere em cada um dos tipos de conhecimento são colocadas em prática no sentido de articulá-las de forma a produzir um conhecimento científico mais consistente. Essa ideia de prática em Bourdieu é uma crítica aos procedimentos teóricos dos modelos objetivos e meramente fenomenológicos. Cada um, de forma distinta, se funda em teorias pré-existentes, operando questões implícitas a cada modelo.

O que motiva a produção sociológica de Bourdieu é a tentativa de descobrir “estruturas enterradas de maneira mais profunda nos diversos mundos sociais” (1989, p. 7). Não bastasse, ele persegue os mecanismos e as forças que visam assegurar a perpetuação de práticas ou mesmo a transformação social, observando-os de longe e

---

<sup>19</sup>Existem basicamente duas formas de contagem de homicídios. No primeiro caso, a própria Secretaria de Segurança Pública dos Estados mantém banco de dados, em que assinala a quantidade de mortes provocadas nas unidades da federação. Estes números, todavia, não são mais considerados para efeito científico, pois se suspeita de manifesta manipulação por conta das forças de segurança, ansiosas por mostrar controle da violência. Nestes casos, a partir da entrada do fato criminoso na Delegacia de Polícia, ocorre indexação do episódio em homicídio, suicídio e outros. O sistema de Segurança Pública compila os dados antes da efetiva finalização do processo e até mesmo dos inquéritos policiais – o que já, de antemão, exclui os efetivos resultados, mas apenas as impressões iniciais, em grande parte informações modificadas durante o processo penal.

também de perto. No sentido dado por Bourdieu, “o conhecimento praxiológico não anula as aquisições do conhecimento objetivista, mas conserva-as e as ultrapassa, integrando o que esse conhecimento teve que excluir para obtê-las” (1994, p. 48). Este autor considera ainda a experiência fenomenológica essencial, daí sublinhar que tais conhecimentos iniciais são excluídos pela objetividade sem a devida valorização.

Afinal, tendo como exemplo a questão da violência, em um estudo sobre homicídios baseado exclusivamente em dados estatísticos de quantitativo de mortes, não há como saber os motivos ou eventuais determinantes desta situação. Fica exposto, claro, um dos passos da produção científica: números revelam a questão a ser investigada e a saliência. O modelo quantitativo forneceu, assim, o que devemos nos propor a estudar, o objeto e seus contornos problemáticos, além de um potencial grau de gravidade do problema.

Parece óbvio, portanto, que as correntes de investigação que se inspiram na fenomenologia, no modelo qualitativo, tenham potencial para revelar novos conhecimentos não contabilizados pelos modelos matemáticos. O viés adotado por Bourdieu não nos obriga a seguir seu modelo, mas observa-se grande adequação deste preceito para a pesquisa aqui realizada.

A noção de Pierre Bourdieu para conciliação de metodologias não impede o olhar que busca a experiência. Além do mais, a Teoria da Prática também não satisfaz plenamente o que se pretendia com a pesquisa sobre violência invisível. Na época em que iniciei as visitas preliminares até o Entorno percebi que as ações se encaixavam na lógica da sociologia da experiência. Dubet (1994) fala que essa sociologia procura experimentar com o olhar de fora, pois se é de dentro, torna-se participativo.

Desta forma, como pesquisador realmente de fora da região, compreendi que a proposta de Dubet supria alguns vazios deixados por Bourdieu. Ou seja, se antes estava apenas com a discussão em torno da subjetividade e objetividade que ajuda a justificar os estudos qualitativos e quantitativos, no estudo de campo percebi que Dubet poderia ser mais útil, ou adequado, na medida em que ele permite perceber o sujeito como mais presente do que a estrutura. Dubet inclusive discute a solução de Bourdieu, ao apontar que a noção de “prática resulta da vontade de superar a alternativa entre o “subjectivismo” e o “objectivismo”, entre o ponto de vista do actor e a lógica do sistema” (DUBET, 1994, p. 77). De acordo com Dubet, a ação não é nem mecânica nem estritamente racional. Em sua linha, propõe uma sociologia da experiência social, onde seu objeto é a subjetividade dos atores (DUBET, 1994, p. 100). No sentido do autor, a

experiência social é construída e crítica – ou nas palavras de Dubet, a sociologia da experiência “incita a que se considere cada indivíduo como um “intelectual”, como um ator capaz de dominar conscientemente, pelo menos em certa medida, a sua relação com o mundo” (DUBET, 1994, p.100).

## **1.2.Estrutura metodológica da pesquisa**

A investigação da produção de violências invisíveis abrange duas fases:

- a) Estudo bibliográfico sobre violência e demais temas correlatos a esta pesquisa (caso das cidades, do Estado e da própria mídia), investigação documental e de campo em todas as cidades do Entorno goiano.
- b) Pesquisa detalhada em três municípios, tendo como principal sondagem aspectos da relação e interação entre mídia, Estado e comunidade com a violência produzida nas cidades selecionadas a partir do estudo realizado na etapa “a” da investigação.

Neste sentido, tendo em vista o princípio praxiológico de Bourdieu, inserem-se aqui, no arcabouço metodológico, a Pesquisa Bibliográfica, Análise de Conteúdo (A.C), Estudo Quantitativo, Análise de Discurso (A.D), Análise Qualitativa Documental e Grupo Focal. As Análises de Conteúdo e de Discurso serão utilizadas em mais de um momento da pesquisa, devido suas possibilidades compreensivas.

### **1.2.1. Estudo bibliográfico e documental**

A fase de estudos bibliográficos teve como intuito aprimorar ideias iniciais, compreender hipóteses, encontrar definições e observar aportes e contradições entre pesquisadores do assunto. É a partir dela que foi possível desenvolver o referencial teórico. Ao estruturar este estudo se optou por aplicar também os marcos teóricos a serem utilizados pelo autor. Assim, ao longo da disposição dos juízos de vários autores (para efeito de investigação dos conteúdos já produzidos) faz-se o uso de conceitos que guiam e orientam a pesquisa que aqui se realiza.

### **1.2.2. Investigação preliminar das cidades**

O estudo inicial que consta na alínea “a” serviu para a seleção de moradores de três cidades que foram pesquisadas de forma aprofundada por meio da realização dos

Grupos Focais e da Análise de Discurso/Conteúdo. A abordagem ocorreu no próprio meio, através de interações sociais nas cidades investigadas. Nesta fase, sucedeu-se a observação direta, levantamento de dados e estudos nos municípios.

Nesta investigação, a pesquisa de campo surge sob o manto da experiência social, tendo como fundamento a aplicação da Teoria Prática suscitada em Bourdieu. É neste sentido que se insere a ida preliminar do pesquisador até as cidades. Adotou-se a pesquisa de campo como uma experiência, tendo o enfoque de que ela não é, como diz Dubet (1994, p. 95), uma esponja que incorpora o mundo por meio das emoções e das sensações. Ao contrário, trata-se de uma maneira de “construir o mundo”.

Assim, a experiência que se realizou é uma atividade cognitiva, de verificar e experimentar a construção do que se imagina como o real. “A experiência constrói os fenômenos a partir das categorias do entendimento e da razão” (DUBET, 1994, p. 95). Apesar de apontar alguns problemas para a discussão da experiência, Dubet propõe que a sua noção só terá sentido e utilidade se “a ação não for redutível à versão subjetiva do sistema, se o ator não estiver totalmente socializado” (1994, p. 95).

Dubet explica que a experiência deve ser crítica, no sentido de entender certa igualdade dos atores sociais (tanto pesquisador quanto pesquisados) que interagem em um dado contexto. Cada indivíduo, diz ele, é um ator que tem capacidade de dominar conscientemente, pelo menos em certa medida, a sua relação com o mundo.

Por outras palavras, os atores não vivem na adesão imediata e no testemunho puro, pois que reconstruem sempre uma distância em relação a eles próprios. O trabalho reflexivo é tanto mais intenso quanto os indivíduos se acham em situações que não são inteiramente codificadas e previsíveis (DUBET, 1994, p. 106).

Esta sociologia, no viés de Dubet e também de Bourdieu, inspirou, assim, o estudo da violência invisível nas cidades do Entorno do Distrito Federal por meio das representações e emoções, condutas e maneiras como os indivíduos se explicam e como os olhos do pesquisador revelam esse ambiente (DUBET, 1994, p. 262).

### **1.2.3. Estudo do aporte de recursos do Estado e sua aplicação nos municípios**

A investigação quanto à relação do Estado com a violência abrange as políticas públicas que esta entidade jurídica concebe e aplica nas cidades que fazem parte da região do Entorno. Todavia, Max Weber entende que não exista uma ação exclusiva do Estado que possa defini-lo. “Sociologicamente, o Estado não se deixa definir a não ser

pelo específico meio que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física” (WEBER, 1968, p. 56).

Segundo Max Weber, a violência não é o único instrumento de que se vale o Estado, porém, se revela como instrumento específico. “Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos – a começar pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal de poder” (WEBER, 1968, p. 56). O monopólio do uso legítimo da violência, desta forma, seria uma das características do Estado contemporâneo, constituído por uma comunidade humana e um território. Diante desta especificação, Weber desenvolve sua visão de racionalização estatal, que se encarrega, dentre vários atos, por proteger indivíduos e assegurar a ordem pública. Weber apresentará o Estado como manifestação de domínio e este, por sua vez, em poder.

Na visão weberiana, a legitimação do Estado moderno residiria no poder que o valida e na manifestação legal que o evidencia. Estado seria, portanto, domínio racional legal, que se exterioriza por meio de atos e procedimentos administrativos – a burocracia. “O Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores” (WEBER, 1968, p. 56). Ele delinea esta entidade a partir da consolidação de um caráter legal das normas, formalização das comunicações, promoção da impessoalidade no relacionamento, incentivo da divisão do trabalho, hierarquização das autoridades, efetivação de rotinas e procedimentos, busca da competência técnica e mérito, especialização da administração, profissionalização e previsibilidade do funcionamento. Estas características da burocracia levariam à eficiência e negligenciá-las reduziria a capacidade do Estado de se impor como instituição social.

#### **1.2.4. Orçamento público**

Não se pretende aqui esgotar o estudo referente ao Estado, mas lançar luzes ao tema investigado sob o ângulo da relação Estado e violência. Se dito antes que o Estado tem obrigação e dever do bem estar, além de se fixar como ordenador da sociedade, fica evidente, claro, que ele se propõe a resolver inúmeros conflitos e problemas humanos. Para conseguir este intuito, o Estado lança mão de um instrumento que se denomina orçamento público, elemento de planejamento e execução das finanças. No Brasil, o orçamento público tem uma natureza jurídica, constituindo-se em lei elaborada anualmente e que regulamenta despesas e receitas da unidade federativa. A Constituição

Federal prevê três leis para cuidar do orçamento: lei do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei dos orçamentos anuais (JUNIOR, 2009, p. 1.104).

Realizada a cada quatro anos, a Lei Plurianual (PPA) oferece diretrizes, objetivos e metas da administração. Por sua vez, a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), que é anual, inclui as despesas de capital para o exercício subsequente e orienta a elaboração da lei orçamentária anual (LOA). A legislação a ser observada em detalhe nesta pesquisa será a LOA, que registra o que será investido por parte do Estado, prevendo as despesas e receitas. Cabe ao orçamento anual se orientar pelo que foi previsto no Plano Plurianual e LDO e concretizar os objetivos propostos.

Conforme Júnior (2009, p. 1.105), a lei orçamentária compreende três orçamentos: fiscal, de investimento das empresas em cuja maioria do capital seja da União (e de forma análoga aos Estados, municípios e Distrito Federal) e orçamento da seguridade social. Interessam-nos nesta pesquisa os investimentos potenciais e realizados em receitas correntes das despesas com segurança pública, saúde, educação, etc. E na mesma norma, busca-se realizar Análise de Conteúdo dos programas voltados para suprir necessidades nestas áreas prioritárias e nas que serão expostas em linhas à frente, no que se convencionou chamar teoria dos ‘satisfiers’.

É preciso entender que o Orçamento Público trata-se de documento legal (apresentado pelo Poder Executivo e aprovado pelos parlamentares) que traz previsão de receitas e consequentes despesas do governo durante um ano. O documento, por conseguinte, contém a estimativa do que será arrecadado por meio das receitas no ano posterior a que foi pensado e votado entre parlamentares.

### **1.2.5. Teoria dos satisfiers**

Para esta pesquisa, adota-se a compreensão de Doyal e Gough (1991) de que é possível a identificação de “satisfadores” (satisfiers) universais das necessidades humanas básicas. Os autores sublinham que existe variação de quais sejam os conteúdos dos satisfiers, dando como exemplo as necessidades de alimentação e alojamento. Conforme Doyal e Gough, a atenção a um determinado grupo de satisfiers pode contribuir para a melhora da saúde física e autonomia dos seres humanos. Amartya Sen evidencia algumas necessidades humanas, como o trabalho, para se atingir um equilíbrio humano que reduza sua capacidade de envolvimento em situações violentas.

There is abundant evidences that unemployment and the loss of income, has broad effects, such as psychological disorders, loss of motivation to work, the skills and self-esteem, increased illness and morbidity (and even mortality rates), disruptions in family relationships and social life, accentuation social exclusion and deeply racial tensions and gender asymmetries (SEN, 2003, p.108).<sup>20</sup>

Potyara Pereira (2006) afirma que por mais que os satisfiers universais sejam essenciais para a manutenção das condições de vida e de cidadania, existe uma necessidade de se adaptar satisfadores específicos, que interessam às comunidades em análise. As necessidades ou ‘satisfadores universais’, baseados na proposta de Doyal e Gough, são agrupados em onze tópicos: alimentação nutritiva e água potável, habitação adequada, ambiente de trabalho desprovido de riscos, ambiente físico saudável, cuidados de saúde apropriados, proteção à infância, relações primárias significativas, segurança física, segurança econômica, educação apropriada, segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto.

A relação entre pobreza e violência tem sido abordada por diversos autores, sendo uma das principais variáveis dos estudos sociais no Brasil. Não existe uma conclusão em definitivo, inclusive com grandes paradoxos a serem resolvidos tanto pelos pesquisadores quanto pelos agentes públicos<sup>21</sup>.

Como instância filiada potencialmente à pobreza e também aos efeitos do desenvolvimento, adota-se aqui nesta pesquisa a ideia de que a desigualdade social e não apenas a pobreza tenha relevante aproximação com o incremento de algumas formas de violência. Mas não se deve aceitar de imediato os binômios pobreza-violência e desigualdade social-violência, até por questões científicas e metodológicas.

Existe a percepção que em países desenvolvidos ainda persiste a produção de violências, mesmo que em taxas menores. Neste tocante, no cerne dos estudos de violência, talvez, continue a grande dúvida: até que ponto e qual o tamanho desta influência? Nos estudos com Grupos Focais desta pesquisa esta hipótese foi novamente

---

<sup>20</sup> Tradução livre: “Existem abundantes evidências de que o desemprego e a queda de renda produzem efeitos de ponta, como desordens psicológicas, perda de motivação para o trabalho das habilidades e da autoestima, aparecimento de doenças e morbidades (e até mesmo taxas de mortalidade), além de perturbações familiares e na vida social, da exclusão social, e acentuação das tensões raciais e assimetrias de gênero”.

<sup>21</sup> Em 2013, o Brasil apresentou dados que atestam a redução da pobreza, mas ao mesmo tempo trouxe à tona um aumento da violência – principalmente no contexto das taxas de homicídios. Essa constatação por si só traz a necessidade da ampliação de estudos quanto a relação entre pobreza e violência, tendo em vista outro parâmetro a ser investigado: a relação entre menor desigualdade e violência. Pesquisa anunciada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), divulgado em dezembro de 2013 mostra que três em cada dez brasileiros que vivem em cidades com mais de 15 mil habitantes dizem ter sofrido ao longo da vida algum tipo de crime ou ofensa.

aproveitada, tendo em vista hoje sua importância no campo da violência. Uma das percepções dos entrevistados, como se verá, é de que o desemprego motiva a violência.

Para a pesquisa sobre violência invisível foi feito um recorte de 2014 como o ano base do estudo, em que se enfocará a Lei Orçamentária Anual (LOA) e as políticas públicas implantadas. A descrição do conteúdo destes programas se deu a partir da análise qualitativa de sua aplicação. Quando se refere a Estado, aqui, opta-se por considerá-lo em todas as esferas – União, Estado de Goiás, Distrito Federal e municípios envolvidos. Foram avaliadas, portanto, normas orçamentárias da União, de Goiás, do Distrito Federal e de Águas Lindas – uma das cidades investigadas em profundidade no Entorno.

Conforme Potyara Pereira (2006, p. 67), o não atendimento a estas necessidades básicas pode acarretar potencialmente "sérios prejuízos" à pessoa através do impacto negativo que impede que este cidadão viva fisicamente e socialmente em condições de poder expressar a sua capacidade de participação ativa e crítica. A teoria de Doyal e Gough separa as necessidades básicas, consideradas universais, das preferências, aspirações, compulsões e desejos. Estes não teriam a aplicação universal. Ao contrário, variam de pessoa para pessoa. Potyara Pereira não desqualifica estas necessidades, mas demonstra que elas não são universais e passíveis de uma abrangência uniforme no tocante ao exercício do Estado.

A não satisfação de uma preferência, por exemplo, pode causar sofrimento e criar eventualmente prejuízos materiais ou psicológicos. Mas isso não impedirá o agente da preferência não atendida de viver e participar como sujeito na sociedade. Ademais, tais sofrimentos afetam especificamente o portador da preferência, produzindo impactos diferenciados em cada indivíduo que a apresente, o que revela seu caráter relativo e particularista (PEREIRA, 2006, p. 68).

Esta pesquisa se propôs a realizar análise qualitativa das políticas sociais destinadas às cidades investigadas, tendo parâmetros preconizados por Doyal e Gough como referência. Por entender empiricamente que seja um problema específico do Brasil, mas ainda mais agudo no Entorno, postula-se a avaliação do item 'transporte público' – essencial para se entender parte da realidade social destes municípios, na medida em que muitos deles se inserem na categoria de cidades-dormitórios.

<b>Quadro 1 - ‘Satisfiers’* do Entorno do Distrito Federal</b>	
<b>a) Água potável</b>	Avaliar a oferta de água e saneamento básico e a execução da dotação orçamentária.
<b>b) Alimentação nutritiva</b>	Analisar a extensão das políticas públicas voltadas para programas alimentares.
<b>c) Habitação adequada</b>	Avaliar as políticas públicas de habitação, qual a demanda, etc.
<b>d) Ambiente de trabalho desprovido de riscos</b>	Avaliar aspectos como espécie de emprego e grau de segurança.
<b>e) Ambiente físico saudável</b>	Avaliar aspectos da cidade quanto aos riscos existentes para a vida.
<b>f) Cuidados de saúde apropriados</b>	Avaliação da rede de saúde ofertada aos moradores, bem como a especificação da oferta médica de especialistas.
<b>g) Proteção à infância</b>	Avaliar as ofertas de espaços públicos que atendam as crianças, os conselhos tutelares e as políticas de proteção.
<b>h) Relações primárias significativas</b>	Observar as relações de convivência, familiaridade e de participação.
<b>i) Segurança física</b>	Observação das taxas de violências e do comportamento do Estado, com investimentos em segurança pública
<b>j) Segurança econômica</b>	Avaliação das políticas de emprego e de renda
<b>k) Educação apropriada</b>	Análise das escolas, das particularidades pedagógicas do município e a execução da dotação orçamentária.
<b>l) Segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto</b>	Buscar na estrutura social do município o entendimento dos mecanismos de atenção à gestante, tendo em vista o procedimento de parto seguro e saudável.
<b>m) Transporte</b>	Análise do transporte municipal e interestadual para o Distrito Federal.
*Satisfiers adaptados na classificação de Doyal e Gough e do artigo 6º da Constituição Federal. Esta fase do estudo terá, além da pesquisa documental, aportes de outras pesquisas primárias já realizadas no Entorno do Distrito Federal	

### **1.2.6. Linhas gerais para estudo do agendamento midiático no Entorno**

Entender o funcionamento da mídia na contemporaneidade é essencial para compreender a vida social. John Thompson (1994) afirma que o desenvolvimento dos meios de comunicação social tem sido essencial nas sociedades modernas. O que se chama de modernidade, diz o sociólogo, não teria como existir sem a presença das mídias. Organizações sociais de poder simbólico proporcionam “novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (1994, p. 13).

Da mesma forma, Niklas Luhmann afirma que a comunicação social adquire centralidade na era moderna: “Aquilo que sabemos sobre nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo no qual vivemos, o sabemos pelos meios de comunicação”

(LUHMANN, 2005, p. 15). Logo, a mídia reforça discursos e reelabora práticas, devolvendo, muitas vezes, uma conduta violenta para a sociedade. É a mídia, portanto, que possibilita o conhecimento de fatos muitas vezes não presenciados pelos receptores, tornando-se também o veículo que dá visibilidade aos eventos e ocorrências sociais.

Niklas Luhmann sugere que a comunicação deve ser entendida sob a ótica sistêmica, pois ela seria operadora central e autorreguladora de outros sistemas (2005, p.7). Na verdade, o sociólogo acredita que a comunicação, e a mídia como extensão, teria o poder de “irritar” a sociedade, na medida em que subleva o mal-estar social através do seu noticiário.

Somente dos meios de comunicação esperamos todos os dias essa performance especial e somente assim é possível organizar a sociedade moderna em sua realização da comunicação, endogenamente intranquila, como um cérebro, e assim evitar uma ligação demasiadamente forte a estruturas estabelecidas (LUHMANN, 2005, p. 160).

A partir de outro ângulo, da produção e de seus efeitos, a atividade jornalística, uma das especialidades midiáticas mais destacadas, pode ser observada como legitimadora e até mesmo institucionalizadora de práticas sociais. Sob a teoria de Anthony Giddens (1991) para os sistemas peritos, observa-se, por exemplo, que existe espaço para o jornalismo, como fiel depositário daqueles que apresentam capacidade e técnica para o exercício de suas competências – não olvidando que o próprio jornalista se comporta como perito, na medida em que seleciona aquilo que entende como fato noticiável. Assim, um sistema perito nutre essencialmente seu comportamento a partir da confiança que exerce em seus usuários. Essa racionalização da perícia inclui a comunicação como área de importância vital nos diversos campos sociais.

Esta capacidade de legitimar situações e dar publicidade aos fatos sociais torna a mídia mais do que mera empresa capitalista ou simples configuração técnica de que seja um “meio” de comunicação. A partir da evolução da sua presença na sociedade contemporânea, principalmente com as conquistas de novas atribuições, Gomes (2004) opta em classificá-la como instituição social:

Onde só se via um meio, constitui-se agora numa instituição social, com valores, regras de funcionamento, definições sobre a própria natureza, hierarquias, conhecimento acumulado, discurso de autolegitimação social e deontologia específica (GOMES, 2004, p. 57).

Habermas (2007) reconhece a porosidade da mídia e a equipara com uma nova esfera de debates e deliberações: ela se comportaria como veículo que também objetiva

a construção da opinião pública e garante a penetração de pressupostos comunicativos da sociedade. A partir do argumento de que a esfera pública constitui-se em uma esfera de pessoas privadas reunidas em um público, ideia firmada em 1962 com a pesquisa sobre a mudança estrutural da esfera pública, ele diz que a sociedade requisita a ação do Estado sob a perspectiva da norma através das deliberações em público.

Sob o manto desta teoria, a mídia seria o espaço público ideal para a troca de informações em torno de causas comuns à sociedade. Apesar do otimismo atual com as possibilidades da mídia, Habermas não exclui sua análise crítica quanto à estandardização dos conteúdos e a conotação industrial cada vez saliente das empresas que fabricam notícias. Conforme Habermas (1984), a mudança estrutural da esfera pública (representada por um dos seus exemplos, a imprensa) ocorre com a entrega da mídia impressa ao sistema capitalista de produção, gerando não mais uma informação deliberativa ou o exercício da cidadania comunicativa, mas o discurso publicitário voltado para as trocas mercantis. O jornal abandona sua inspiração democrática e assume sua potencialidade industrial para vender a notícia, almejando lucro.

Ao reavaliar a importância das mídias, Habermas (2007) propõe que a sociedade encontre mecanismos para financiar os veículos impressos que sucumbem às constantes crises capitalistas e que se mantenham àquelas esferas realmente públicas, destinadas ao ato de deliberação entre os integrantes da sociedade. Ele considera as informações culturais e políticas como necessidades essenciais que não devem ser ofertadas apenas como produtos. “Ouvintes e espectadores não são apenas consumidores mas também cidadãos com direito à participação cultural, à observação da vida política e à voz na formação de opinião” (HABERMAS, 2007)<sup>22</sup>.

Nas cidades, portanto, as notícias, agiriam como marcadores sociais de tempo e espaço, reorientando a sociedade a partir dos eventos que elas selecionam e dão visibilidade. Robert Park (1976) caracteriza a notícia como uma criação determinante do presente – afinal, o tempo em que se vive a vida. “Como forma de conhecimento, a notícia não cuida essencialmente nem do passado nem do futuro, senão do presente – e, por isso, foi descrita como 'presente especioso'. Pode-se dizer que a notícia só existe nesse presente” (PARK, 1976, p.175).

---

<sup>22</sup> HABERMAS, Jürgen. O valor da notícia. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2705200707.htm>>. Acesso em: 06-04-16.

Para a produção das notícias existe um processo que se inicia com a seleção do tema e que evolui para o tratamento dado a ele. A lógica de mercado tendo em vista atender nichos de audiência e de publicidade propicia a organização da empresa de mídia de forma hierárquica, ocorrendo, desta maneira, restrições editoriais e de conteúdo. As teorias da Agenda Setting, do Gatekeeper e do Newsmaking – e sua subteoria dos valores-notícia (news value) – possibilitam uma compreensão mais detalhada de como as notícias surgem.

No campo jornalístico, os produtores de notícia são integrados dentro de uma estrutura, em que eles optam por selecionar determinados fatos e ignorar outros, os alçando como noticiáveis. Chamados de gatekeepers, estes produtores de notícia mantêm abertas ou fechadas as portas da mídia, desempenhando uma espécie de poder ao classificar fatos sociais em fatos noticiáveis ou não noticiáveis:

A premissa básica da escola do gatekeeping é que as mensagens são geradas a partir de uma informação sobre eventos que tenha atravessado uma série de portões e tenha sofrido modificações ao longo do processo (SHOEMAKER, 2011, p. 37).

Esta seleção do que é noticiável, portanto, incumbe aos proprietários das mídias e seus subordinados de confiança, que seguem inúmeros critérios de noticiabilidade. Além de se atender os interesses dos meios<sup>23</sup>, que noticiam apenas aquilo que lhes interessam, os jornalistas vivem uma rotina de produção. Para a escolha dos assuntos, este profissional aplica um conjunto de critérios – geralmente mentais.

E são estes critérios e rotinas que dão ou não visibilidade aos fatos sociais que ocorrem, por exemplo, na região do Entorno do Distrito Federal. Conforme se verá no capítulo da análise das mídias, existe uma agenda que abre e fecha os portões do noticiário para a região, alçando determinados fatos como noticiáveis e outros não. Não são todos os fatos sociais que ganham status de noticiável, sendo atribuído ao gatekeeper da mídia a seleção dos fatos. Nesta pesquisa, optou-se por pesquisar o comportamento da mídia em referência ao noticiário da região metropolitana do Distrito Federal, a publicidade<sup>24</sup> sobre cidades divulgadas na mídia e à utilização das redes sociais para publicar conteúdo do Entorno. Uma das hipóteses testadas é de que cidades

---

<sup>23</sup> Não se vê, por exemplo, a TV Globo noticiando em seus programas casos em que perde uma ação judicial, a não ser quando se trata de ordem expressa da Justiça o comunicado, integrando alguma sentença ou acórdão. Desta forma, antes de tudo, a mídia seleciona assuntos convenientes e que não afetam sua reputação. Em seguida, aplica critérios semelhantes àqueles que são protegidos pelo meio.

<sup>24</sup> Durante os dias pesquisados foi possível identificar apenas um anúncio publicitário e uma sequência de reportagens classificadas como publeditorial (reportagens semelhantes aos informes publicitários e que são remuneradas).

desta região são temas de notícia quando apresentam eventos criminais ou violentos, fazendo com que a mídia explore em demasia o valor-notícia “bad news is a good news” (notícia boa é notícia ruim). Assim, outros assuntos e interesses determinados das comunidades são ignorados ou minimizados, tendo a mídia um comportamento superficial para com os moradores.

Essa construção de uma agenda<sup>25</sup> específica do Entorno do Distrito Federal não sugere que a mídia tenha o poder compulsório de interferir nos gostos ou na forma de pensar das audiências, mas pode selecionar o que elas veem. Assim, a mídia dispõe os assuntos de melhor conveniência, deixando outros fora de seu “cardápio” diário. Elas conduzem o olhar, selecionam, dão visibilidade e silenciam outros temas. As rotinas de produção jornalística, logo, são determinantes para que ocorra a disposição de um assunto e não outro no noticiário, velando temas de interesse dos moradores. Sob a ótica das teorias sociais que tratam da comunicação, os efeitos da mídia sobre as pessoas seriam limitados, mas com efeitos acumulativos – ou seja, efeitos de reforço e de solidificação de imagens já formadas.

No caso desta pesquisa, foi realizada a Análise de Conteúdo e de forma subsidiária a Análise do Discurso do que a mídia publica e propaga. A pesquisa de mídia abrangeu um período de 30 dias (1º a 31 de dezembro de 2015). Assim, para a realização da Análise de Conteúdo e de Discurso da cobertura jornalística foram selecionados dois órgãos de imprensa, onde se buscou comparar a presença de delitos que ocorreram no Entorno bem como eventos comuns, fatos culturais, esportivos e artísticos, por exemplo. A escolha recai no portal do jornal “Correio Braziliense”, devido a proximidade espacial com a região metropolitana do Distrito Federal, e “O Popular”, que é o veículo de comunicação mais tradicional de Goiás. Opta-se por dois veículos em formatos diferentes (impresso e digital) exatamente para avaliar o modo com que cada suporte midiático informa os assuntos de interesse das cidades.

Ainda dentro da perspectiva dos estudos de mídia produzida tendo em vista o Entorno do Distrito Federal, optou-se em investigar a publicidade veiculada no período,

---

<sup>25</sup> Apesar de corrente de estudos mais moderna, do final dos anos 1970 até os dias atuais, a Teoria da Agenda tem um importante precursor, Walter Lippman, com seu livro “Opinião Pública”, de 1922. Ele antecipa as propostas de reflexão desta teoria ao afirmar que as mídias têm o poder de produzir “imagens na cabeça” das pessoas que integram a audiência. Ou seja, ela não impõe e obriga comportamentos, como fazia crer a concepção de Indústria Cultural da Teoria Crítica, de Theodor Adorno e Max Horkheimer, mas sugere e oferece o que pensar. O problema é o que fica de fora desta agenda. Não se tem assim liberdade de escolha, mas uma ‘liberdade’ dirigida do que escolher.

bem como a produção realizada em uma das redes sociais populares entre os moradores do Entorno: site de produção e distribuição de vídeos Youtube.

A produção publicitária, assim como o jornalismo, propaga signos de diversas ordens, auxiliando as comunidades a acumularem informações variadas. Desta forma, a análise aplicada ao conteúdo e discurso do noticiário também foi executada no anúncio percebido nos dias investigados bem como uma sequência de publieditoriais encontrados em um dos veículos.

Para que tal estudo não se prenda apenas às mídias e formatos tradicionais de comunicação social, optou-se também estudar a produção voltada para as redes sociais, hoje consideradas essenciais nos processos comunicativos. Antecipadas pelas reflexões de Manuel Castells (1999), as redes se instituem, sendo hoje pontos de conexão e comunicação humana que revelam alto grau de ubiquidade. Sem se concentrar especificamente nas redes sociais da internet e nos diálogos virtuais, mas ampliando a expressão do que se imagina por redes, Castells observa que tal modelo de comunicação muda a sociedade: “A nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (1999, p. 497).

Para a realização da pesquisa foi adotado o seguinte detalhamento metodológico.

### **1.2.7. Análise de Conteúdo**

A Análise de Conteúdo trabalha com índices, palavras, expressões que ganham evidência nos discursos produzidos em sociedade. O tratamento das mensagens se dá por meio da criação de esquemas de compreensão de saliências e de presença ou não de determinados conteúdos. Questiona-se esta técnica principalmente pelo seu apelo quantitativo. Observa-se, de fato, que apenas as frequências estatísticas não seriam suficientes para revelar verdades científicas. É preciso concordar com esta premissa crítica, ainda mais se tratando hoje em dia de uma metodologia aplicada a partir de monótonos comandos de computador em estudos de repetições e conteúdos frequentes de banco de dados digitalizados. A aplicação mecânica da AC não serve a esta investigação.

É no sentido praxiológico, de vivência e interação da vida em sociedade na região do Entorno, que se propôs entender uma parcela da realidade da região, sendo ciente que a AC deve se integrar a esta possibilidade de interpretação da realidade. A

partir de 1948, a Análise de Conteúdo passou a ter autores preocupados com sua sistematização e uso detalhado. Os sociólogos Paul Lazarsfeld e Bernard Berelson publicaram o método em um livro e lançaram a *communication research*, linha evolutiva dos estudos pioneiros em comunicação que teve como base a investigação da psicologia comportamental-social e o funcionalismo das mídias.

Em torno das críticas de Berelson ao modelo, após sua dedicação à análise do comportamento e não mais aos conteúdos, surgiu um desdobramento desta modalidade de pesquisa, tendo maior preocupação com as inferências. “Na análise de conteúdo, a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada” (FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 284). Portanto, a busca do que é latente implica em lançar luz ao que não se vê ou que aparece oculto. A informação dissimulada e subentendida pode, assim, na maioria das vezes, ser reconhecida pela prática da inferência.

Sob esta ótica, a inferência amenizaria características positivistas da Análise de Conteúdo, sem, contudo, entrar no campo metodológico da Análise de Discurso.

Assim como o arqueólogo ou o detetive trabalham com vestígios, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência, tirando partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação (FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 284).

A Análise de Conteúdo tem na sistematização o que a distingue de outras técnicas, caso da semiótica ou do discurso, que libera o analista para estipular seu equipamento dispositivo. Neste sentido, como explica Lozano (1994, p. 141-142), a Análise de Conteúdo é sistemática, pois está baseada em um conjunto de procedimentos que será aplicado de forma uniforme. A partir de um mesmo objeto é possível que pesquisadores diferentes obtenham resultados semelhantes se repetirem os procedimentos da AC – o que nem sempre é possível com a AD. Após a escolha do material e da constituição do *corpus*, a Análise de Conteúdo segue um percurso: organização de material, separação, classificação, quantificação (se necessário), inferências e interpretação.

A definição do chamado *corpus*, o que se estuda, levou em conta a necessidade de se pesquisar o conteúdo da mídia que se produz tendo em vista assuntos da região metropolitana do Distrito Federal. Neste sentido, a leitura da superfície de produtos

jornalísticos da região do Entorno, bem como de redes sociais, serviu para revelar como a mídia noticia os fatos e os moradores comunicam assuntos referentes ao Entorno.

Apesar de não constar sistematizada em sua totalidade no corpo da tese, a presente pesquisa em Análise de Conteúdo se apoiou no seguinte modelo:

<b>Quadro 2 - Procedimento Análise de Conteúdo da imprensa*</b>	
<b>Seleção do corpus</b>	Decisão de acompanhar produção a <i>posteriori</i> : 1º de dezembro a 31 de dezembro de 2015
<b>Leitura flutuante da pesquisa</b>	Ocorrida após a junção de todo material (não necessariamente será descrita em relatório), revela as impressões iniciais e imediatas.
<b>Administração das técnicas sobre o corpus</b>	Estudo da dimensão, categorização, tratamento, separação de elementos
<b>Tratamento dos resultados</b>	Aplicação da separação dos elementos comunicativos: retransmissão, título, demais elementos textuais, foto (nesta tese foi apenas analisada em situações relevantes), hipertexto, vídeos, hiperlinks (não se observou o uso), etc
<b>Formulação estatística</b>	Frequência, matemática dos conteúdos, saliências de termos (exibida durante a exposição dos dados).
<b>Inferências</b>	Interpretação lógica do conteúdo, tendo em vista a superação dos dados numéricos e a revelação de fatos além da superfície, apesar de não explícitos.
<b>Relatório</b>	Conclusões da pesquisa
*Baseado em modelo proposto por Fonseca Júnior (2005)	

### 1.2.8. Análise do Discurso

A Análise do Discurso (AD) sugerida é utilizada de forma paralela para identificar no ambiente midiático as proposições dos falantes. O mesmo modelo, mas com adaptações, foi utilizado também na interpretação utilizada no Grupo Focal – conforme é explicitado mais à frente. Neste sentido, por meio da investigação, nos casos exigidos, procurou-se diante do comportamento da linguagem, perceber a camada interna (ideológica) ou externa (aparência) através do olhar do analista. O material de estudo foi retirado do mesmo *corpus* de informações previamente constituído para a

Análise de Conteúdo da mídia. O foco da pesquisa nesta fase foi o discurso, ou seja, a “língua funcionando para a produção de sentidos” (ORLANDI, 2002, p.17).

A consolidação da Análise de Discurso como método específico é outra polêmica da própria epistemologia metodológica<sup>26</sup>. A busca de elementos do discurso como espaço e objeto de reflexão data do começo do século passado nas incursões dos linguistas, mas a AD moderna se fundamenta em diversos autores – que inclui a influente escola francesa, desenvolvida a partir da década de 1960.

Seu primeiro diferencial é – ao contrário do atual estado da AC – a falta de uma sistematização em busca de uniformidade. O segundo é a liberdade dada ao autor para formular procedimentos, tendo em vista as escolas que melhor se aproximam de seu pensamento. É preciso sublinhar: a AD vai além da tentativa de interpretação:

A análise de discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. (...) Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (ORLANDI, 2002, p. 26).

Segundo Orlandi<sup>27</sup>, marxismo, linguística e psicanálise são as bases desta espécie de análise – que visa rejeitar os padrões sistemáticos da Análise de Conteúdo e as formas mais positivistas de pesquisa. Orlandi recorta a reflexão de Michel Pêcheux tendo o foco na paridade entre discurso e língua. Ao rejeitar a sistemática de Ferdinand Saussure para a linguagem, ele propõe que o discurso não pode ser visto como liberdade de ato, sem condicionantes linguísticas. Mas também diz que a língua não é totalmente fechada em si mesma (ORLANDI, 2007, p. 22). Desta forma, não é certo entender a língua como elemento autônomo da vida.

A língua é assim condição de possibilidade do discurso. No entanto a fronteira entre língua e discurso é posta em causa sistematicamente em cada prática discursiva, pois as sistematicidades acima referidas não existem, como diz M. Pêcheux (1975), sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica. A relação é de recobrimento, não havendo, portanto, uma separação estável entre eles (ORLANDI, 2007, p. 22).

---

<sup>26</sup> Existe uma tendência de confundir a Análise do Discurso com a Hermenêutica, com a Semiótica e Análise de Conteúdo. Delas, a Análise do Discurso é a corrente mais recente, com grandes avanços qualitativos. Não significa, todavia, que não existam pontos de encontro desta com as demais.

<sup>27</sup> A autora explica que a tradição de estudos de discurso pode tanto remontar aos pensadores da antiguidade quanto aos formalistas russos da década de 20 e 30 do século passado.

A AD difere da Análise de Conteúdo em sua essência por buscar significados imanentes e muitas vezes silenciosos e não se preocupar com estratificação numérica de resultados. Como advém da tradição materialista de estudos, suporta a análise qualitativa dos dados pesquisados:

A Análise de Conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que esse texto quer dizer? Diferentemente da Análise de Conteúdo, a Análise do Discurso considera que a linguagem não é transparente (ORLANDI, 2002, p. 17).

Orlandi indica a necessidade de se construir um esquema de compreensão que possibilite a observação das ações que formulam o texto, sua historicidade, a arqueologia do pensamento. Com este esquema seria possível:

Colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras (ORLANDI, 2002, p.5).

Conforme Orlandi, por esse “tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz o homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se” (2002, p. 15). Repetindo, não se fala na verdade sequer em interpretação, mas em compreensão, na medida em que se busca saber como um objeto simbólico produz sentidos<sup>28</sup>.

Na AD realizada neste estudo buscou-se extrair do discurso investigado (notícias de jornais, uma espécie de rede social e análise de Grupo Focal) um contexto e o texto. Define-se contexto como o espaço e o processo histórico que condicionam a produção do discurso. E do produto da atividade discursiva, o texto (ou a fala), avançou-se pela superfície da palavra e, por fim, em seu significado intencional e ideológico.

O modelo proposto por Sérgio Dayrell Porto<sup>29</sup>, que realizou investigações tanto de frequentadores de redes sociais quanto de material jornalístico político, é útil para a

---

<sup>28</sup> Orlandi exemplifica a diferença entre a compreensão da Análise do Discurso e a interpretação. Em uma dada situação, diz ela, Maria afirma que Antônio vai ao cinema. Se João perguntar como ela sabe, Maria dirá: “Ele disse isso”. Logo, interpretando, o “ele” da frase é Antônio. A compreensão procura ir além: busca-se entender, por exemplo, nas palavras de Maria, que ela não deseja ir ao cinema. Ou que Antônio manda sempre e ele que decide as coisas. “A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem” (ORLANDI, 1999, p. 26).

<sup>29</sup> Sérgio Dayrell Porto utiliza uma técnica criada por ele mesmo denominada de ‘massa folhada’, tendo em vista uma série de leituras interpretativas que ocorrem linearmente. Ele usa a metáfora da cebola para descrever seu método por ‘camadas’. Em sua obra “Análise de Discurso em massa folhada: o caminho das seis leituras interpretativas” ele trata da cobertura da imprensa durante as crises na gestão

composição do esquema compreensivo. Ele se filia à tradição de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Propõe-se, logo, o uso de um caminho discursivo cujo ápice é a aplicação de uma sequência de seis leituras. Estas leituras não se excluem, apesar de se revelarem independentes. Todavia, ao se interpenetrarem podem ampliar a compreensão, daí a metodologia abranger a realização de cada uma em sequência ao ato analítico do objeto em questão. A proposta de Porto não é a aplicação pura da AD, mas uma aproximação desta abordagem com a hermenêutica, na medida em que os dispositivos analíticos lançam mão de técnicas diferentes do campo metodológico de Pêcheux.

É mais explicitamente no sentido dado por Gadamer de que somos guiados por uma pré-compreensão que se aborda a Análise de Discurso. Na ótica de Gadamer, um texto não se exaure com as intenções do autor. Ao contrário, existe um contexto de produção e de leitura, dando assim ao hermeneuta a liberdade de fazer as perguntas que deseja ver respondidas a propósito do texto. Tanto Porto quanto outros adeptos da AD buscam em Gadamer esta maneira de confrontar a tentativa de se chegar a uma objetividade imaculada da hermenêutica. “Quem está e atua na história faz constantemente a experiência de que nada retorna. [...] A verdadeira experiência é, assim, experiência da própria historicidade” (GADAMER, 1999, p. 527-528).

Ele diz assim que esta experiência hermenêutica acaba por compreender acontecimentos não dentro de uma regularidade histórica linear, mas em um fluxo de atualização. É Gadamer quem orienta: não devemos nos assegurar de que estejamos sem preconceitos, pois existe um condicionamento histórico e natural. “Aquele que não quer conscientizar-se dos preconceitos que o dominam acaba considerando erroneamente o que vem a se mostrar sob eles” (GADAMER, 1999, p. 532).

Ele diz, assim, que a verdadeira experiência é histórica e vai além do simples ato de dominar técnicas e metodologias. Logo, ao se propor aqui que a investigação em AD seja cimentada por meio da hermenêutica filosófica é sabido que a experiência autêntica só se faz uma vez. E cada experiência tem o poder de trazer uma nova compreensão. É o próprio Porto que cita passagem de Gadamer tendo em vista esta elucidação de que a interpretação é própria e polissêmica:

Tendo em vista a experiência hermenêutica nas artes reprodutivas é mais provável admitir-se que não há uma objetividade absoluta e que todo intérprete propõe ‘a sua própria interpretação’, que não obstante não é de

---

do ex-governador do Distrito Federal, José Arruda: “A imagem é simples e significativa: a cebola é formada por uma série de camadas similares à massa folhada na culinária. Suas peles são tão agarradas umas às outras que é difícil separá-las uma por uma” (2010, p. 10).

modo algum arbitrária, mas pode alcançar ou não um grau definido de propriedade (*justesse*) (GADAMER *apud* PORTO, 2010, p. 17).

Orlandi não se esquivava da historicidade. Ela afirma que a “Análise de Discurso não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 1999, p. 59). A construção do dispositivo deve permitir, diz Orlandi, que o analista atravesse a transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito (ORLANDI, 1999, p. 61).

Ela sugere que a análise se faça por etapas que devem passar do texto ao discurso, que ocorre ao se tomar contato com o *corpus*. Em sua leitura, ela sugere três etapas: a) passagem da superfície linguística para o texto (discurso), b) passagem do objeto discursivo para a formação discursiva, c) processo discursivo para formação ideológica<sup>30</sup>. Orlandi afirma que nesta primeira etapa o analista deve procurar ver no texto a discursividade. E assim construir um objeto discursivo, desfazendo a “ilusão de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira” (1999, p. 77).

Nesse momento da análise é fundamental o trabalho com as paráfrases, sinonímia, relação de dizer e não-dizer, etc. Esta etapa prepara o analista para que ele comece a vislumbrar a configuração das formações discursivas que estão dominando a prática discursiva em questão (ORLANDI, 1999, p. 78).

Da segunda etapa, Orlandi confere ao analista a missão de avaliar os efeitos metafóricos. É a busca do “deslize da ordem da palavra” para o simbólico que concebe, assim, o funcionamento discursivo. Inspirado em Orlandi e Gadamer, principalmente nas leituras parafrásticas, polissêmicas e argumentativas, Porto apresenta sua proposta de AD para investigar a cobertura política – e que será aqui utilizada em parte na pesquisa das mídias e dos Grupos Focais. Ele sugere seis espécies de leituras:

<b>Quadro 3 - Quadro dispositivo para análise de discurso*</b>	
<b>1. Leitura polissêmica ou literária</b>	Nesta categoria, o leitor deixa carregar pela polissemia, sem interesse de catalogar as multiplicidades de sentidos. É uma leitura “silenciosa” e sem preocupação com paráfrases, redundâncias, etc.

<sup>30</sup>É preciso ter em linha de conta: a ideologia que se referem os adeptos desta linha de Análise do Discurso não é uma visão de mundo ou ocultamento da realidade, como às vezes aparece na sociologia. Pensa-se a ideologia a partir da linguagem, tendo enfoque em sua construção: “Pelo que podemos expor, a ideologia se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta significa. A conjunção língua/história também só pode se dar pelo funcionamento da ideologia” (ORLANDI, 1999, p. 96).

<p><b>2.Leitura parafrástica</b></p>	<p>O segundo nível de leitura é feito com uma pergunta ou hipótese formulada. É possível também fazer esta leitura com várias perguntas formuladas. Buscam-se respostas que possam negar ou comprovar as indagações. O sentido de paráfrase é fundamental para o entendimento do discurso: “Pelo sentido da paráfrase presume-se que se possa repetir, no texto, alguma suposição definida a priori.” (PORTO, 2010, p. 28). Neste momento se observa as intenções dos interlocutores. E se reduz o texto às ideias que são dominantes. Buscam-se, então, as formações discursivas. A maioria dos textos observados nas notícias pode ser parafraseado bem como as construções narrativas dos grupos focais.</p>
<p><b>3. Leitura arqueológica</b></p>	<p>Parte do pressuposto de que discursos são discursos, ou seja, uma continuidade. É a fase da categorização de referências documentais, históricas e contextuais. É a busca das lembranças que os interlocutores fazem surgir no texto. A arqueologia tenta remontar outros discursos que deram sustentação ao atual.</p>
<p><b>4.Leitura enunciativa</b></p>	<p>Porto afirma que não há "discurso sem sujeito, e identificar os sujeitos enunciadore e enunciatários (receptores) dos que se utilizam da linguagem é uma necessidade do analista. Caracterizar bem suas posições, se firmes e fixas ou em constantes mutações, se expressas ou ocultas, se ativas ou passivas, se conscientes ou assujeitadas e iludidas, tudo isso faz parte desta quarta leitura, a enunciativa, que diz respeito aos enunciados, aos enunciadore (...)" (PORTO, 2010, p. 36). Assim, a leitura enunciativa apresenta a formação dos enunciados, ressaltando o contexto que esta enunciação se realiza, bem como quem enuncia.</p>
<p><b>5.Leitura argumentativa ou de estratégia discursiva</b></p>	<p>Nesta fase, busca-se ver as ideias principais que foram expostas, discutidas. É o momento em que se observa o tom dialogal da narrativa ou até mesmo o autoritarismo. "Analisar como as ideias presentes nos textos são apresentadas e defendidas pelos sujeitos da enunciação, por exemplo, as empresas jornalísticas, e pelos sujeitos dos enunciados, podendo estes ser os personagens presentes nas notícias e até mesmo na escritura do jornalista repórter (2010, p. 40). Busca-se figuras de retórica, metáforas ou quando alguém tenta falar algo, mas acaba dizendo outra coisa – abrindo campo para interpretações não desejadas ou até mesmo intencionais.</p>
<p><b>6.Leitura de acontecimento</b></p>	<p>Porto trabalha o “momento do acontecimento” quando ocorre o encontro da estrutura da linguagem com a história. A linguagem ‘faz acontecer’, mas é preciso observar como tudo aconteceu. “Deve-se procurar saber se a narrativa flui normal e livremente, sem atropelos lógicos, ou se existem contradições argumentativas” (PORTO, 2010, p. 44). É o momento em que deve ser</p>

	detectado as práticas do sujeito, que podem estar a serviço de “ideologias e ilusões” (PORTO, 2010, p. 45). É a fase, portanto, que se busca a exterioridade do texto através do contexto. Sob o ângulo de Zilberberg (2007), com sua contribuição semiótica, é a passagem do simples fato ao acontecimento, com sua hiperbolização frente a tensão do episódio.
*Baseado em modelo proposto por Porto (2010)	

A presente pesquisa, portanto, pretende sondar esquecimentos, ideologias, metáforas, argumentos, enunciações, a oscilação, a montagem dos pensamentos das narrativas jornalísticas e de redes sociais que tratam do Entorno do Distrito Federal, em específico o foco em uma determinada espécie de informação: a notícia ruim ou informações potencialmente estigmatizantes. Não significa, todavia, o esquecimento das demais notícias ou mesmo as ausências. Permite-se, através da AD, o que não se consegue com a AC, verificar os silêncios, ausências e os sigilos.

Apesar do quadro acima já trazer o que se compreende pelas fases de leituras aqui propostas, cabe uma reflexão sobre a leitura enunciativa, leitura argumentativa e acontecimento – talvez os temas em AD com maior complexidade diante da divergência de compreensões e escolas teóricas.

Na enunciação, o locutor transforma sua ideia (ainda mental) em discurso e facilita assim a percepção para o analista compreender quem são os sujeitos enunciadore e enunciatários – os receptores. Daí o ato de enunciar, que é produzir o discurso. Por sua vez, a leitura argumentativa exige a extração das ideias principais que foram expostas e discutidas no discurso do enunciador. Assim, a argumentação se caracteriza como uma operação semântico-discursiva em que se flagra a passagem do sentido: é possível observar a “interdependência entre os segmentos do encadeamento argumentativo” (FLORES, 2009, p. 50). Logo, na argumentação existe um crescendo, um ápice do discurso – geralmente, portanto, várias ideias se organizam em frases até que ocorra a formação do argumento.

A sexta espécie de leitura a ser realizada é a passagem do acontecimento para o discurso. Nesta fase ocorre a separação cromática do fato para o acontecimento. Na abordagem semiótica, o acontecimento surge como fato raro diante do fato cotidiano, que pode ou não se revelar acontecimento. Se o fato se repete ininterruptamente sem despertar a atenção de seus observadores não se converte em acontecimento. Adota-se a ideia de acontecimento proposta por Zilberberg (2007), que descreve tal evento como ação dotada de grande intensidade e alta tonicidade – é o fato, portanto, com sua

hiperbolização. No caso da violência, ocorre algo intrínseco: a violência é contínua no Entorno do DF. Mesmo não raro, o fato violento se converte em acontecimento, talvez pelas características da “destrudo” que carrega em seu íntimo<sup>31</sup>.

### **1.2.9. Comportamento dos moradores frente à violência**

O estudo por meio de Grupo Focal busca comprovar a relação do binômio sociabilidade-responsabilidade com eventos violentos que ocorrem na comunidade, bem como com fatos violentos não registrados, além de mensurar outros fatores, como medo, insegurança, opinião sobre a mídia, relacionamento com a vizinhança, preconceitos em relação ao outro, expectativas, etc. Adotou-se para esta pesquisa a definição de sociabilidade apresentada por George Simmel, devido o autor estar presente nos estudos sobre a configuração da vida nas metrópoles.

Para Simmel, a sociabilidade se caracteriza pelo “jogo social”, podendo ser baseada em diversos ânimos da vida humana, inclusive através do “(...) fluxo de um jogo alegre e fácil” (SIMMEL, 1983, p. 179). Nestes espaços, existem evidentemente nichos para a sociabilidade conforme Simmel, como a troca amistosa de olhares, cumprimentos ou acenos. A pesquisa do Grupo Focal foi um importante recurso para perceber, por exemplo, os mecanismos adotados por parcela da população ao lidar com informações veladas de criminalidade e não computadas pelos sistemas de estatística de Segurança Pública e, mais do que isso, os códigos de silêncio produzidos nas comunidades devido ao medo dos moradores se exporem em um ambiente de violência.

Na orientação do Grupo Focal, o pesquisador observou comportamentos e opiniões dos envolvidos no estudo. Trata-se de espécie de entrevista do método qualitativo, em que se sonda o que pensa o entrevistado a respeito de determinados assuntos (MORGAN, 1997, p. 17). Seguem nas próximas linhas as formas de abordagem que esta pesquisa adotou durante a investigação da violência tendo como

---

<sup>31</sup> Muniz Sodré (2002) aborda a relação do interesse pela violência humana como algo relacionado à existência. Assim, a visibilidade da violência é maior na medida em que aumenta o interesse por ela. “À destrutividade representada nessas ficcionalizações híbridas de realidade e imaginário corresponde uma grande capacidade midiática de gerar fantasias apocalípticas, que ratificam o sentimento de precariedade da existência” (SODRÉ, 2002, p. 98-99). Ou seja, o fato violência, apesar de repetitivo, torna-se acontecimento com a renovada sensação humana de precariedade da existência. Nós, humanos, nos colocamos constantemente diante de tais fatos, os potencializando como acontecimentos, na medida em que o que se vê é o que se tenta evitar ou aquilo que se teme. Evidente que tal olhar não exclui outros, como o caráter sádico ou de desprezo pela vida humana daqueles que contemplam a violência com inegável prazer.

enfoque as delimitações de quem são os moradores, qual o viés teórico abordado e a técnica para a sondagem.

### **1.2.10. Quem são os moradores**

Esta pesquisa considerou que a investigação de todas as cidades do Entorno, no grau de estudo aqui proposto, era inviável para o projeto de pesquisa que se colocou em prática. Contudo, foi possível uma investigação das cidades mais urbanizadas da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Esta fase da pesquisa sondou integrantes das comunidades, sob a metodologia dos Grupos Focais. Conforme antecipado na introdução, o termo comunidade é aqui tomado como algo não realizado, já que na atualidade ela não se efetiva por conta das relações precárias entre os moradores. O princípio norteador das próprias ciências biológicas de que a comunidade “seja um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, que servem de meios comuns para lograr fins comuns” (FICHTER *in* FERNANDES, 1973, p. 154) é impraticável na realidade do Entorno. Daí que se admite, isto sim, a noção de algo não realizado e da existência de uma convivência através de sociabilidades precárias, já que a ideia de conjunto de pessoas tributárias de legados culturais e históricos comuns não foi encontrada durante a pesquisa<sup>32</sup>.

Bauman sujeita a expressão comunidade a uma fantasia ou um mundo que não está ao alcance dos humanos (BAUMAN, 2001, p. 9). Percebe-se uma complexidade no uso do termo, o que obriga a tradição sociológica a discutir sua polissemia. Por isso mesmo, neste sentido, se faz a ressalva da apropriação do termo por Bauman para negá-lo. Não se evita aqui, contudo, como Bauman, o termo, já que ele faz parte da compreensão social, ainda que categorizado por tal complexidade. Rejeita-se, portanto, que a solidariedade<sup>33</sup> seja o fundamento determinante de sua definição.

---

<sup>32</sup> Durante a pesquisa foi fundamental ter em mente que esta pretensa coesão da comunidade em torno de uma tradição histórica só se realizaria no contexto do Entorno do DF de forma hipotética e teórica. Na medida que se desenvolveu a pesquisa se percebeu a particularidade dos moradores. Não se olvida aqui que a classificação de Norbert Elias – os aldeões (estabelecidos) e os que chegam (outsiders) – seja essencial para compreender os habitantes em municípios tradicionais, como Luziânia, que revela camadas de chegantes, que muitas vezes se sobrepõem aos moradores estabelecidos há décadas na cidade colonial goiana, todavia, o mais adequado foi se aproximar da noção observada no sentido dado por Bauman (2001), apesar de assumir seu uso equivalente ao de simples moradores/residentes.

<sup>33</sup> Durkheim traz ao debate a questão da solidariedade orgânica e mecânica. Ao discutir a divisão do trabalho, ele trata da coesão social, que seria menor ou maior conforme a modalidade. Enquanto a solidariedade orgânica impera em sociedades complexas, com pessoas nem sempre originárias do mesmo agrupamento, a solidariedade mecânica é característica de grupos fechados, clãs, tribos, uniões familiares. A coesão social se dá por meio da tradição, dos valores religiosos, das origens comuns. O

Erving Goffman (1988), um dos autores utilizados para a construção teórica deste capítulo, como se verá adiante, se refere exatamente ao termo “comunidade” no sentido do que classificamos como agrupamento de moradores. No sentido do que é revelado ao final dos Grupos Focais, optou-se em manter a ideia da comunidade como expectativa, no sentido de que ainda pode se realizar plenamente, principalmente quando representar que os vínculos ali rompidos foram reestabelecidos.

### **1.2.11. Grupo Focal com moradores**

A escolha do Grupo Focal se deve a busca de uma metodologia que tenha o enfoque da interação no grupo, característica que costuma trazer à tona informações não mensuradas por outros meios<sup>34</sup>. Conforme Morgan, esta é sua principal característica: “A marca que define os grupos focais é o uso explícito da interação do grupo para a produção de dados e insights que seriam menos acessíveis sem a interação verificada em um grupo” (MORGAN, 1988, p. 12).

Esta pesquisa investiga aspectos extraídos de moradores inseridos na realidade do Entorno do Distrito Federal. O levantamento de dados ocorreu durante o mês de fevereiro de 2016 e a produção dos relatórios foi executada em março do mesmo ano, tendo como objetivo a classificação do *corpus* a ser submetido à Análise de Conteúdo e Análise de Discurso. Finaliza-se agora a digressão metodológica quanto aos aspectos teóricos a partir do interacionismo simbólico, aporte necessário para formar o conteúdo do que foi abordado na investigação grupal.

O interacionismo simbólico surge em consonância com adeptos da Escola de Chicago. O grupo de pensadores da ecologia humana e da sociologia urbana também se aprofundou, ainda que sem uniformidade de pensamentos e metodologias, nas possibilidades de uma pesquisa empírica que considera a existência de dois mundos na sociedade: aquele da objetividade presente no contexto social e o mundo da cultura.

---

autor diz que nas grandes cidades, metrópoles, enfim, nos meios urbanos esta espécie de solidariedade não se efetiva. Por isso nas sociedades complexas, sedimentadas pela divisão do trabalho e inúmeras espécies de consciências, surge o direito, responsável por garantir a coesão social (DURHKEIM, 2012). Não se vê aplicação destes conceitos no caso do Entorno, com acentuada desagregação e desemprego.

<sup>34</sup> Reconhece-se nesta tese, ao fim da execução dos Grupos Focais, a dificuldade em estabelecer polêmicas e contradições entre os moradores, que em sua maioria concordava um com o outro. Em todo caso, as contribuições foram várias e ricas, trazendo à tona outras questões necessárias para o entendimento da violência produzida no Entorno. Suscita-se que talvez nesta espécie de pesquisa seja necessário um preparo ainda maior dos entrevistados e uma seleção mais detida dos participantes, conforme o ‘roteiro’ que assumiriam.

Este último é tomado por um universo simbólico, aquele contido nas representações sociais. Sob esta visão científica, o universo simbólico é um dos fundadores da força motriz comunicativa que efetivamente move a realidade social.

Dentro desta visão sociológica, também compartilhada pelos adeptos da psicologia social, o símbolo é o alicerce onde se encontra o sentido que cada um dá às suas ações e também às ações dos outros. É preciso que se diga que este mesmo sentido subjetivo da ação pode se encontrar interligado e encaixado nos processos de interação que produz ações no eu (o indivíduo) e na sociedade, por meio de uma interação fluída e constante. Esta interação simbólica segue em produção contínua de sentidos e significados que motivam o agir humano dentro de uma acepção individual e também coletiva. Por isso, sob uma visão geral da ótica interacionista, se observa que as pessoas se constituem mutuamente. Dentro deste contexto de símbolos, a conjuntura da linguagem é sublinhada, na medida em que ela é tomada de racionalidade ao despertar compreensão naqueles que a usam e a observam.

Sob a perspectiva histórica, a expressão interacionismo simbólico surge com Herbert Blumer, em 1938, a partir de sua leitura da obra de George Herbert Mead<sup>35</sup>. O termo aparece com Blumer, mas, como bem lembra Jordão Nunes (2005), “é necessário levar em conta sua declaração, mais recente, de que estava realmente expondo uma posição de Mead em seu artigo fundador” (NUNES, 2005, p. 24).

Basicamente, e já em Mead, se observa o caráter questionador da interação social e suas consequências, principalmente em escritos voltados para as comunidades de filósofos. “Seu enfoque são os processos de interação – ação social caracterizada por uma orientação imediatamente recíproca –, ao passo que o exame desses processos se baseia num conceito específico de interação que privilegia o caráter simbólico da ação social” (JOAS, 1999, p. 130).

Hans Joas explica que inicialmente pode-se compreender o interacionismo sob o ângulo de que a ação não adota a forma de “mera transferência de regras fixas em ações, mas em que as definições das relações são, recíproca e conjuntamente, propostas e

---

<sup>35</sup> George Mead (1863-1931) é sempre colocado ao lado de William James (1842- 1910), John Dewey (1859-1952) e Charles Sanders Peirce (1839-1914), que formam a corrente filosófica pragmática, bastante influente nos EUA, na virada do século 19 para o 20. (JOAS, 1999). Cada pensador teve importância capital em outros nichos de pesquisa, não se preocupando em encetar uma definição e campo determinado de abordagem do pragmatismo. Como exemplo, basta a observação da trajetória de Peirce, que escolheu a tarefa de instituir uma ciência das ciências, a semiótica. Todavia é deste grupo a noção de que existiria uma necessária modificação da abordagem entre cognição e realidade. Todos concentram suas reflexões na ação, que em regra caracterizam como conduta determinada pelo meio.

estabelecidas” (JOAS, 1999, p. 130). É sob este ângulo, logo, que se percebe nas ações sociais algo que ocorre de forma aberta, tendo o reconhecimento contínuo dos membros da comunidade como necessidade para a manutenção de sua existência.

Joas deixa claro que esta definição não traz em seu bojo as contradições do interacionismo, como o fato de parcela dos seus adeptos ignorar questões de poder e dominação. Por isso ele se lança a buscar uma análise das origens da Escola de Chicago no pragmatismo filosófico e na orientação política reformista que emerge dos estudos desta corrente sociológica. Sob a ótica interacionista, a sociedade considerada estrutura pelos funcionalistas é tida como um mero processo. Uma premissa inicial, então, seria que as regras não fundamentam o que se pensa nem determinam as ações em sociedade.

Por acreditar que os interacionistas não se aprofundaram no pragmatismo, ou apenas adaptaram o que desejavam, Joas acredita que seja necessário entender e se estender em busca das origens desta corrente de pensamento. Assim, ele retorna na filosofia pragmática, que teria sido fonte das ideias interacionistas:

O pragmatismo desenvolveu o conceito de ação a fim de superar os dualismos cartesianos. Desse empreendimento surgiu uma compreensão da intencionabilidade e sociabilidade radicalmente diferente da compreensão do utilitarismo (JOAS, 1999, p. 133).

A filosofia pragmática, portanto, vai contra a ideia da dúvida cartesiana, posta por Descartes, que insinua ser tudo questionável. “Ele elevou o direito de duvidar à condição de autocerteza do ego que pensa e duvida, transformando no sólido alicerce da filosofia” (JOAS, 1999, p. 133). Esse dilema tocou a um dos principais pragmáticos, Charles Sanders Peirce, que vai colocar em combate a visão pragmática versus o sentido da dúvida cartesiana, na medida em que trata das ações dos indivíduos<sup>36</sup>.

Em resumo, o interacionismo simbólico aponta para uma microsociologia em vez da ideia macro de que uma mão estruturante organiza a sociedade. É pertinente, antes de detalhar o que se pretende com o interacionismo, reafirmar sua posição:

---

<sup>36</sup> “Não podemos partir da dúvida absoluta. Quando nos debruçamos sobre o estudo da filosofia, temos de começar pelos preconceitos que realmente temos. Esses preconceitos não podem ser dissipados por uma máxima, pois só as coisas que não acontecem para nós podem ser questionadas. Portanto, esse ceticismo inicial será um mero auto-engano, não uma dúvida real, e quem quer que siga o método cartesiano só se satisfará quando recuperar, formalmente, as crenças que adotara. Logo, trata-se de uma medida preliminar tão inútil quanto ir ao Polo Norte para descer Constantinopla pelo meridiano correspondente. É claro, no curso de seus estudos, a pessoa pode achar motivo de duvidar daquilo em que antes acreditava, mas então duvidará por ter uma razão positiva para isso, não em virtude da máxima cartesiana. Não duvidemos em filosofia daquilo de que não duvidamos em nossos corações” (PEIRCE, 1934, p. 156).

observa-se que ele surge de forma antagônica ao estrutural funcionalismo, privilegiando a ação – e não a estrutura. É por isso que Hans Joas começa seu texto a respeito do interacionismo tratando de evidenciar como Talcott Parsons ignorou tal corrente – e, por pagamento na mesma moeda, este tenha sido também ignorado pelos interacionistas, apesar de fazerem sociologia em um mesmo contexto social (JOAS, 1999, p. 129).

Outra lógica interacionista diz respeito ao embasamento que se faz em experiências interativas e abordagens do passado que participam de fluxos lógicos. A linguagem permite a troca de experiências, sentidos e significados. É ela que estrutura relações. Esta modalidade de abordagem sociológica se desenvolve em meio a uma nova realidade social: o crescimento das cidades, a crescente urbanização, os movimentos migratórios, a produção de novas criminalidades. Surge na Escola de Chicago, sob o efeito da realidade que bate à porta, uma maior preocupação com os temas de comunidade<sup>37</sup>.

No presente contexto de pesquisa da região do Entorno do Distrito Federal é fundamental retornar a Erving Goffman, um dos autores que fez parte desta corrente – ao menos para uma considerável parcela de autores que estuda o interacionismo. Ele realiza uma variação das reflexões catalogadas por Herbert Blumer – o que talvez tenha motivado ao próprio Goffman dizer que não se enquadra nesta abordagem sociológica, evidentemente por desvencilhar de sua programática<sup>38</sup>.

Goffman trata de duas formas de compreensão sobre esta relação entre indivíduo e sociedade. Um dos pressupostos deste autor: não existe – para ele – uma relação determinista entre indivíduo e sociedade. Ao contrário, é preciso se deter a uma observação das determinações presentes no contexto social e também aos espaços onde se alojam as expressões das liberdades humanas<sup>39</sup>. Cada caso, assim, gera um evento novo e produtivo sob o ponto de vista da interpretação social.

Goffman é o propositor moderno de uma observação do estigma social e também dos comportamentos desviantes. Nesta pesquisa, como nas abordagens de

---

<sup>37</sup> Jordão Nunes (2005, p. 22) diz que é um erro sustentar esta linha evolutiva. Para ele, os fundamentos da escola sociológica de Chicago não foram totalmente dominados pelo pragmatismo. Ao contrário: “Se considerarmos o termo “escola” ou “tradição de pesquisa” num sentido propriamente metodológico, concluiremos, na linha de Martin Blumer, que a orientação teórica do departamento de sociologia em Chicago até a década de 30 era muito diversificada e eclética, e nessa diversidade residia sua força” (2005, p. 22).

<sup>38</sup> Que não existe de forma fechada, conforme já se disse.

<sup>39</sup> De imediato, esta visão afasta qualquer ideia determinista de que o meio é suficientemente forte e coeso para fazer o indivíduo violento, por exemplo. A ação social no Entorno, portanto, passaria por complexos filtros destas demarcações taxativas.

Goffman, surge a necessária apreensão de que o terreno comum dos moradores e a base de todas as relações estão concentradas em regiões/espços ocupados. Essa capacidade do desvio e internalização ou não que os indivíduos fazem das regras em uma determinada localidade nos trouxe ao ensejo de tentar compreender as escolhas individuais e as imposições sociais.

### **1.2.12. Uma abordagem metodológica inspirada em Goffman**

As observações de Goffman quanto aos aspectos caracterizadores da presença de um indivíduo em um dado cenário ou mesmo em um campo – como propõe a nomenclatura de Bourdieu – servem para a análise dos ressentimentos, alinhamentos cognitivos, provocações, conflitos e interações sociais advindas da ação em conjunto entre pessoas, geralmente de um mesmo grupo.

Ele desvenda os meios que a própria sociedade adota – através de determinados antagonistas, não necessariamente superiores hierárquicos ou participantes da mesma realidade – contra aqueles que se veem em um fluxo de movimento e comunicação. Em Bourdieu, observamos que existe um conjunto de capitais que o homem concentra em torno de sua personalidade, que o auxilia a movimentar-se no campo. Esta relação com a prática reiterada, a formação do próprio hábito, capacita, enfim, o ser social com esta ou aquela maneira de agir e presenciar os acontecimentos sociais.

Em Goffman, para utilizar a expressão adotada particularmente por ele, será a ‘informação social’ o elemento caracterizador desta imagem pública responsável por definir também o que o próprio alvo da interpretação se reconhece.

No estudo do estigma, a informação mais relevante tem determinadas propriedades. É uma informação sobre o indivíduo, sobre suas características mais ou menos permanentes, em oposição a estados de espírito, sentimentos ou intenções que ele poderia ter num certo momento. Essa informação, assim como o signo que a transmite, é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem. Aqui, chamarei de "social" a informação que possui todas essas propriedades. Alguns signos que transmitem informação social podem ser acessíveis de forma frequente e regular, e buscados e recebidos habitualmente; esses signos podem ser chamados de "símbolos" (GOFFMAN, 1988, p. 53).

Conforme Goffman, o próprio ambiente social agirá como selecionador destas pessoas, delimitando que aquelas com determinado conjunto simbólico (e com ‘capital’, sob o viés de Bourdieu) possam por ali transitar.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. (GOFFMAN, 1988, p. 11-12)

É assim que ele propõe a definição do que entende como estigma – e aqui cabe a composição com Bourdieu. Apesar do estigma não ser uma espécie de reverso do ‘capital’ que acumulamos em um determinado contexto ou situação, mas uma imagem plasmada na retina do outro, existe ainda uma profunda reflexão do teórico do *habitus* para questões como a violência simbólica e a vida social em bairros estigmatizados<sup>40</sup>. Para Goffman, é preciso compreender que o olhar é que torna o atributo estigmatizado algo ruim<sup>41</sup>:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horrível nem desonroso” (GOFFMAN, 1988, p.13).

Ele, então, parte de uma observação simples, de pertencimento (como o uso de aliança ou mesmo a lapela adotada nos clubes sociais), para explicitar que as pessoas com estigmas idênticos ou semelhantes desenvolvem “carreiras morais” também parecidas. Ao participarem de um grupo, apesar da lapela trazer um símbolo, é a aceitação que o torna um integrante daquele grupo.

---

<sup>40</sup> Cabe aqui um paralelo ao sentido dado por Pierre Bourdieu

para a violência simbólica e bairro estigmatizado ao que também desenvolveu Loïc Wacquant a partir desta problematização do estigma. Ele recompõe, assim, a noção de estigmatização territorial ao analisar conjuntos de comunidade dos Estados Unidos. Bourdieu afirma que o “bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam e que, por sua vez, o degradam simbolicamente, sendo que, privados dos trunfos necessários para participar nos vários jogos sociais, apenas partilham a sua comum excomunhão” (BOURDIEU, 1993, p. 261). Assim, ele arremata ao dizer que “a reunião num só local de uma população, homogênea na privação, tem também como efeito redobrar a privação”. Assim, Wacquant revela que os efeitos dessa estigmatização territorial interferem até mesmo na aplicação das políticas públicas. O local, ao ser publicamente etiquetado como zona de “não direito”, como lembra Wacquant, torna-se vítima de ações e medidas especiais, muitas vezes derogatórias dos direitos civis. Todas estas violências, assim por dizer, decorrem também do poder simbólico. Diga-se de passagem, aliás, Bourdieu também faz uso da expressão ‘invisível’ para descrevê-la: “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2012, p.7).

<sup>41</sup> Ele próprio sublinha que a relação entre normalidade/estigmatizado está fora efetivamente do aspecto corporal e físico da pessoa: “O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro”. (GOFFMAN, 1988, p. 149)

As pessoas que têm um estigma particular tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu - uma "carreira moral" semelhante, que é não só uma causa como efeito do compromisso com uma sequência semelhante de ajustamentos pessoais (GOFFMAN, 1988, p. 41).

Portanto, para Goffman, tal imagem é construída e refletida dentre os demais. Esta identidade surge em dois espaços: interno e também externo. E sua comunicação é evidentemente semiótica, no sentido de agir em múltiplos signos, o que gera inúmeras gradações interpretativas – mas sempre delimitada por um alinhamento de percepção de cada grupo que a enxerga. “As identidades social e pessoal são parte, antes de mais nada, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão” (GOFFMAN, 1988, p. 116).

Goffman reitera, portanto, que existe uma coincidência de material a ser interpretado, apesar do objeto da interpretação ter uma visão diferenciada:

É claro que o indivíduo constrói a imagem que tem de si próprio a partir do mesmo material do qual outras pessoas já construíram a sua identificação pessoal e social, mas ele tem uma considerável liberdade em relação àquilo que elabora (GOFFMAN, 1988, p. 117).

#### **1.2.12.1. Particularização do estigma para desenvolvimento do Grupo Focal**

A pesquisa junto aos moradores de três cidades do Entorno do Distrito Federal reúne técnicas de Grupo Focal (para a coleta de dados), abordagem interacionista simbólica (para extrair informações dos entrevistados e interpretá-las) e Análise de Conteúdo e Discurso (para compreensão do corpus extraído deste contato com moradores das cidades). No tocante ao aspecto central do interacionismo, que é a observação da ação, este estudo compreende a produção de estigmas e outras formas de sensações e emoções, visões de mundo e interações com o outro, com o Estado, com a mídia e também com a própria violência.

De um modo geral, para se chegar a alguma conclusão referente aos moradores – como a não concretização da solidariedade ou a intensificação da individualização – foi preciso ter efetivamente contato com eles nos lugares que habitam. Esta ideia de dialogar com o grupo e procurar nele as pistas e índices da violência simbólica e moral, dentre outras, surgiu inspirada em uma leitura que se debruça na revelação de características encontradas em minorias e grupos observados. Goffman trata da transmissão do aprendizado em referência ao estigma:

Nos muitos casos em que a estigmatização do indivíduo está associada com uma admissão a uma instituição de custódia, como uma prisão, um sanatório ou um orfanato, a maior parte do que ele aprende sobre o seu estigma será transmitida durante o prolongado contato íntimo com aqueles que irão transformar-se em seus companheiros de infortúnio (GOFFMAN, 1988, p.46).

Através do interacionismo foi possível observar a identificação pessoal que os moradores têm uns com os outros bem como a identificação que eles extraem das mídias, que centraliza noticiários da região. Este pertencimento na comunidade é suficiente para fazer com que o morador deixe rastros e pistas de quem ele é para os outros e o que é, evidentemente, para ele próprio.

Quando um indivíduo deixa uma comunidade após haver residido nela por alguns anos, ele deixa atrás de si uma identificação pessoal, não raro presa a uma biografia bem circunstanciada que inclui suposições sobre como ele provavelmente acabará (GOFFMAN, 1988, p. 89).

Goffman trabalha o conceito de identidade desviante exatamente para revelar esta capacidade de fazer parte de uma comunidade<sup>42</sup> e dela extrair elementos característicos de ambos – dele próprio e do ambiente. Em uma comunidade, por exemplo, existiriam pessoas que partilham de ações comuns e ao mesmo tempo agem de forma diferente a determinado aspecto, partindo então a fazer parte do que Goffman chama de “subcomunidades”. Estes alinhamentos intragrúpicos, assim, facilitam a percepção do ato desviante: “Os que se agrupam numa subcomunidade ou meio podem ser denominados de desviantes sociais e a sua vida corporada pode ser chamada de comunidade desviante”. (GOFFMAN, 1988, p. 154).

Conforme sua indicação, estes grupos se situam em determinados ambientes e reproduzem ali outros signos, agora em conjunto, formados por uma visão majoritária, que muitas vezes vai interferir na construção da sociabilidade:

Fica bem claro, então, que os desviantes intragrúpicos, os desviantes sociais, os membros de minorias e as pessoas de classe baixa algumas vezes, provavelmente, se verão funcionando como indivíduos estigmatizados, inseguros sobre a recepção que os espera na interação face-a-face (GOFFMAN, 1988, p. 157).

Logo, estes comportamentos desviantes, que parecem estar fora dos padrões da normalidade estabelecida pelo contexto social, são importantes indicadores da quebra da sociabilidade, enunciadores de conflitos e formas que podem ser indícios de

---

<sup>42</sup> Goffman não particulariza a definição da comunidade, encarando-a como um agrupamento mais ou menos definido que partilha de características próprias.

desagregações sociais. Estes desvios poderiam atestar uma configuração social e estrutural e outra mais individual, na ordem das interações.

O próprio Goffman se distancia da ideia pura de interacionismo por se aproximar sem preconceitos da noção de estrutura, que lega ao contato interativo um modelo para ele se ordenar. Assim, lado a lado, quando possível, Goffman coloca na mesa a ordem social e também a ordem da interação. A interpretação do desvio serviria a ambas as correntes de análise.

Goffman contribui para esta pesquisa na medida em que nos traz a necessidade de compreender as interações dentro do grupo, mas não olvidar de perceber como este grupo ou pessoas desse grupo interagem com a estrutura – seja Estado, mídia ou outras instituições sociais. O ‘roteiro’ percebido pelos atores sociais, nesta visão de Goffman, teria outras formas quando compreendido à luz das estruturas que o contornam. Por mais que os atores sigam o roteiro, lógico, ocorrem mudanças individuais ao longo da apresentação cotidiana, tornando o *script* maleável frente ao contexto-estrutura.

É preciso ressaltar que a importância do estudo de Goffman não é paralisante a ponto de que não se empreenda uma ideia divergente. Mas é inegável que seus estudos lançam luzes, por exemplo, ao entendimento de comportamentos como o agir por consideração, a questão da representação do outro em relação ao observador, os jogos de insinuações, a desatenção civil no caso dos encontros fortuitos (como será o caso do Grupo Focal para uma parte dos entrevistados, que não se conheciam).

Assim, o Grupo Focal nos traz a observação de aspectos importantes para mensurar, por exemplo, as cerimônias de ‘preservação da face’, as quebras das normas, reconhecimentos, divergências, silêncios. É nesta forma que se apresenta o próprio Grupo Focal como um *frame* (enquadramento) que deve ser analisado sob o manto da Análise do Discurso. E ao mesmo tempo, sob a visão de Goffman e sua nomenclatura, pode se entender o *frame* como o enquadramento interior do indivíduo que organiza sua experiência conforme a estrutura exterior.

Sua demonstração de como o hospital se torna instituição, cria regras e submete os pacientes e médicos a uma estrutura que os degrada a ponto de retirar deles o papel social que antes adotavam é inspirador. Essa ‘role dispossession’ é perceptível em outros contextos. E ocorre como consequência desta relação indivíduo e estrutura. As ações microsociológicas não são determinadas pelas macrosociológicas. Na verdade, elas se conjugam.

Para esta parte em específico da pesquisa sugere-se uma tentativa de perceber: 1) as causas da violência, segundo os moradores, e a passagem dela para o nível simbólico e invisível; 2) a apreensão simbólica dos moradores quanto às imagens deles que circulam nas mídias bem como as ações de Estado, 3) a percepção interativa e simbólica que os mesmos têm dos agrupamentos nas cidades do Entorno do Distrito Federal, deles próprios e dos criminosos.

Optou-se por iniciar os diálogos com os moradores através de uma composição de títulos, manchetes de jornais e dados estatísticos que tratam das cidades em que eles residem.

## **CAPÍTULO 2 - PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA VIOLÊNCIA**

O intuito deste capítulo é traçar o panorama geral de algumas das principais teorias utilizadas na sociologia urbana que remetem à violência. Ainda que a temática da violência invisível, já introduzida nas páginas iniciais desta pesquisa, tenha um capítulo próprio para sua compreensão mais adiante e seja o assunto central desta tese, é preciso reconhecer que abordagens clássicas sobre a violência urbana e conceitos gerais formam paralelo com esta vertente de estudos. Busca-se então a conceituação e o desenvolvimento de teorias adequadas à compreensão da violência em um contexto social, sem ignorar, contudo, contribuições de outras áreas de pesquisa, como estudos em segurança pública e a própria filosofia clássica e política.

A compreensão teórica das violências físicas é necessária tendo em vista a percepção de que as agressões simbólicas muitas vezes se originam do acúmulo da criminalidade material e observável nas cidades. Desta forma, nas próximas páginas, opta-se em abordar percepções clássicas sobre violência e criminalidade, como a ideia da desorganização social, a desintegração social, a influência do processo civilizador na redução da violência e outras abordagens referentes ao processo de ordenação da violência nos territórios. Ainda neste capítulo, compreende-se a violência nas cidades, a crise, a ação e a passividade do Estado diante das inúmeras violências protagonizadas por ele, além da violência inserida nos conteúdos produzidos pelas mídias.

### **2.1. Violência: conceituação, teorias centrais e abordagens contemporâneas**

A preocupação com a investigação da violência remonta ao período antigo. A caracterização do termo já aparece entre pensadores gregos como Aristóteles (4 a.C.), que entende a violência como aquilo que advém do exterior e se opõe ao movimento interior de uma determinada natureza. Sob a ótica aristotélica, portanto, a coação física que se contrapõe à vontade livre é um ato violento. Aristóteles não trata da origem da violência, mas da relação entre pessoas, tendo a violência como um efeito colateral.

Portanto, a concepção de que a violência é uma ação antinatural, física e contrária à natureza do homem surge a partir da distinção de Aristóteles quanto ao movimento natural e o movimento violento (CHAUÍ, 2006, p. 121). Filósofos contratualistas como Hobbes (1979) dão, por sua vez, um significado diferente de Aristóteles. Para Hobbes os homens são movidos pelas paixões e como são iguais por

natureza desejam as mesmas coisas, o que provoca conflitos que podem ser resolvidos a partir da violência.

Nos últimos dois séculos, distantes da abordagem filosófica, as teorias sociais e psicológicas se rivalizaram e ao mesmo tempo se completaram para tentar entender a problemática da violência. Michaud (1989, p.11) afirma que a prática da violência é um substrato do convívio social. Desta forma, a violência ocorre quando “um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis”. Tanto a integridade física quanto a moral, bem como bens e posses, ou mesmo as participações simbólicas e culturais, podem ser violentadas, segundo o autor.

O termo que surge do latim *vis* significa abuso de força e vigor. Conforme Michaud (1989), a aplicação contemporânea é mais ampla do que a concepção grega que remete ao ato de demandar excesso de energia física em um determinado corpo. É neste contexto inclusive que se insere o presente estudo, já que abrange o conjunto de violências não físicas, cuja produção independe do esforço muscular. Daí que ao se pesquisar os efeitos e causas da violência pode-se chegar tanto às conclusões políticas quanto culturais ou psicológicas, sendo possível identificar até mesmo modalidades de violência simbólica (CHESNAIS, 1981, p. 12).

Marilena Chauí explica que a violência se revela como ato físico, psíquico, moral ou político em que um sujeito é tratado como objeto. “A violência é a brutalidade que transgride o humano dos humanos e que, usando a força, viola a subjetividade (pessoal, individual, social), reduzindo-a a condição de coisa” (2006, p.123).

Michaud (1989, p. 93) aponta um crescente grupo de pesquisas nas correntes fundadas pela sociologia, que firma seu entendimento a partir principalmente da noção de conflito. Durkheim investiga o homicídio e constata que ele “diminui com a civilização” (2002, p. 158), encontrando, na solidariedade orgânica, um tipo moral específico. Durkheim<sup>43</sup> não acredita que as taxas de homicídio desaparecerão, mas que tendem a diminuir com o enfraquecimento de sentimentos impulsivos e agressivos que antes constituíam a base da consciência moral (2002, p. 163). Todavia as expectativas de Durkheim não se comprovam, por exemplo, em regiões como o Entorno do Distrito

---

<sup>43</sup> No século XIX, na França, Durkheim já apontava a força do efeito civilizador nas taxas de homicídio, pois teria identificado redução de 62% dos assassinatos em 55 anos, principalmente no final do século XIX. Na atualidade é questionável o confronto de taxas de homicídio e civilização.

Federal, onde podem existir situações semelhantes ao progresso dos países civilizados e, ainda assim, persistir uma escalada da taxa de mortalidade homicida.

Alinhado a uma perspectiva mais funcionalista, Robert Merton interpreta que a estrutura social tende a convergir para comportamentos anômicos. A busca pela prosperidade, pelo bom êxito financeiro e reconhecimento podem levar a prática de um comportamento desviado. “A pressão de tal ordem social visa a que o indivíduo “faça melhor” que os competidores” (MERTON, 1968, p. 231). Como nem todos dispõem dos meios necessários para obter sucesso surge à necessidade do crime.

Georg Simmel (1971) não se concentra essencialmente na violência, mas absorve as interações advindas dos relacionamentos e se interessa pelo comportamento do indivíduo nas modernas metrópoles. Ao pensar o individualismo, ele demonstra que o homem urbano transita em diferentes grupos sociais, assimilando e sublinhando características como egoísmo e competitividade. É dele a construção teórica do olhar *blasé*, no sentido de que os homens das cidades adquirem determinada indiferença e uma atitude de reserva em relação aos indivíduos que vivem ao seu redor.

Norbert Elias (1990) também contribui indiretamente para reflexões acerca da violência contemporânea, notadamente em sua teoria sobre o processo civilizador. Em uma percepção mais aguda do que Durkheim no tocante a evolução, ele irá demonstrar que o surgimento da burguesia, o aparecimento do homem civilizado (cortês) em detrimento do homem guerreiro medieval, a diminuição das guerras e a distribuição das riquezas originarão relações interpessoais menos violentas.

Ele afirma que as inúmeras mudanças ocorridas no decorrer do processo civilizador surgem sem planejamento, mas apresentam ordem e geram autocontrole. Na visão de Elias, as atividades e ações humanas mais animais foram progressivamente “excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha (...)” (ELIAS, 1990, p. 193-194). Elias diz que esse processo vai modificar significativamente a forma do homem encarar seus semelhantes<sup>44</sup>. “A imagem que ele forma dos outros se torna mais rica em nuances, mais isenta de emoções espontâneas – ela é, numa palavra, psicologizada” (ELIAS, 1990, p. 227).

Nas quatro últimas décadas, novos autores desenvolveram estudos sociais da violência tendo como parâmetro as proposições mais gerais de Elias. Neste sentido, destacam-se Eisner (2001), Spierenburg (1996) e Decker (1996), além de autores

---

<sup>44</sup> O capítulo seguinte traz o desenvolvimento desta noção exposta por Elias tendo em vista o movimento da violência física em direção às violências invisíveis.

originários da Escola de Chicago. Decker (1996) aborda o homicídio e procura suas razões. Ele encontra, portanto, na interação entre vítima e ofensor o cerne de sua pesquisa. Para Decker, existem homicídios normais e “deviant homicides”.

Nesta temática, Decker avança em relação à divisão clássica de homicídios instrumentais (em busca de alguma forma de ganho) e expressivos (motivação emocional) e chega ao assassinato que ocorre em relacionamentos primários – aqueles que envolvem familiares ou usualmente relacionados a atos passionais. Ao estudar a realidade dos Estados Unidos, Decker será um dos primeiros a apontar o uso de drogas como um dos motivadores instrumentais dentro de relacionamentos primários para a ocorrência desta espécie de crime.

Outras teorias sobre violência urbana podem conduzir reflexões no sentido de perceber o que ocorre no Entorno do DF, caso das posições mais específicas apresentadas pela Teoria das Janelas Quebradas, alinhavada por Wilson (1983) e na motivação originada principalmente pela vítima, que ostenta bens ou provoca indiretamente o delito, conforme aponta Felson (2002). Enquanto na primeira aborda-se a influência das paisagens urbanas na inspiração de atos violentos, na segunda teoria é a oportunidade que gera o fato delituoso. As duas revelam traços de uma sociedade violenta, demonstrando aspectos referentes aos crimes contra o patrimônio, por exemplo. No Entorno do DF, conforme relatos coletados durante visitas nas cidades e nas descrições nos Grupos Focais, é comum a especificação de que os contornos ambientais, com ruas sujas, matagais, falta de iluminação, saneamento e habitações desestruturadas motivam a criminalidade. Mas seria necessária uma pesquisa específica para se certificar de sua pertinência como variável explicativa para a motivação das violências físicas ocorridas nas cidades goianas.

Teorias como a desenvolvida por Wilson (1983) se filiam a uma macroteoria: a Desorganização Social<sup>45</sup>. Sob este pensamento originado na Escola de Chicago, surgiu uma hipótese ecológica para a produção de violências. Baseada na existência de áreas degradadas e dominadas pela prática de comportamentos ilícitos, esta reflexão recebeu inúmeras críticas, mas sua aplicação é capaz de reestruturar diversas abordagens e contribuir com a compreensão da violência urbana.

A Teoria da Desorganização Social (TDS) é uma evolução das pesquisas realizadas nas décadas anteriores por autores como Robert Ezra Park e Ernest W.

---

<sup>45</sup> O marco que funda a Teoria da Desorganização Social (TDS) é a publicação de “Juvenile Delinquency and Urban Areas” (1942), obra de Shaw e McKay que debate a distribuição geográfica do crime.

Burgess, que refinaram a ideia da ocupação da terra nos espaços urbanos a partir da luta financeira dos envolvidos.

Em 1925, Park conclui que é a condição econômica que motiva a ocupação dos espaços urbanos. É dele, portanto, a noção de que existem áreas naturais e que se repetem em cidades diferentes. Em suas pesquisas, Ernest W. Burgess teoriza as áreas concêntricas, que serão utilizadas para a composição das reflexões de Shaw e McKay. Mário Eufrásio (1999, p. 79) afirma que a intenção de Burgess é “apresentar (...) a organização espacial da cidade como uma estrutura em expansão, em termos dos processos de extensão, de invasão, de sucessão e de concentração e descentralização”. É dele, assim, uma Teoria da Organização das Cidades.

Em 1942, por seu turno, Shaw e McKay, tendo interesse em entender a espacialização da criminalidade juvenil em Chicago, apresentam uma nova orientação a partir da pesquisa de Burgess. Em resumo, a TDS ajuda a compreender que uma das áreas com maior incidência de criminalidade juvenil era a Zona II, considerada de transição, já que os moradores não desejavam estar ali por muito tempo. As condições de vida desta região, com grande desvalorização imobiliária, além da atração de imigrantes e trabalhadores em situação de vulnerabilidade econômica, criaram um ambiente propício ao desenvolvimento de condutas violentas.

A partir dos estudos de Park e Burgess, Shaw e McKay compreendem que um conjunto de fatores e características poderiam aumentar os índices de criminalidade, caso da questão da heterogeneidade étnica, a ausência de coesão comunitária e a vulnerabilidade econômica. Desta forma, o estudo que marca o início deste pensamento demonstrou que onde os indicadores socioeconômicos eram baixos e existia alta mobilidade residencial a tendência de maiores taxas de violência era proeminente. A tese central da TDS é que uma comunidade coesa e organizada, com a dedicação da vizinhança para o estreitamento de laços sociais, construiria um ambiente de redução das condutas violentas. Desta forma, a grande mobilidade social nas áreas, principalmente na Zona II, indicariam um potencial complicador para o estabelecimento de laços de solidariedade.

A partir destas considerações sobre o meio, mas com resultados diferentes, outros autores demonstraram que a vítima também ajuda a produzir a violência. Esta compreensão de que o ambiente e a situação econômica dos envolvidos suscita a prática de violências foi contestada. Felson explica que a prática de um delito não significa necessariamente que exista uma relação entre crime e crise, colocando sua teoria em

choque com as abordagens da Teoria da Desintegração Social ou da Frustração e até mesmo algumas considerações da Teoria da Desorganização Social. “Nós notamos que as taxas da maioria dos crimes caíram durante a Grande Depressão” (FELSON, 2002, p. 12). Sob este viés, os ofensores são um elemento a mais no delito, e nem sempre devem ser considerados os mais importantes no ato: “A oportunidade é a raiz do crime” (FELSON, 2002, p. 35).

Pertinente para compreender a violência física e mesmo invisível no Entorno do Distrito Federal, a desintegração social indica que o ser humano buscaria bens culturais e materiais para desenvolver sua individualidade entre os demais. Esta espécie de garantia seria satisfeita a partir do acesso aos bens de consumo, moradia, educação, etc. Os autores propõem, assim, três dimensões de reconhecimento: a sócioestrutural (acesso aos sistemas funcionais da sociedade, como emprego, educação, renda, etc.), a institucional (cidadania, reconhecimento moral) e a sócioemocional (integração e apoio da família, dos amigos, etc.). Todas essas participações levam ao reconhecimento e a sua falta pode desenvolver comportamentos desviantes.

Anhut e Heitmeyer (2006) afirmam que a base social desta integração pressupõe uma prévia aceitação voluntária das normas. Ou seja, com tal acesso, o indivíduo entende por natural aceitar o conjunto de leis referentes à segurança. A conclusão de Anhut e Heitmeyer é de que a integração institucional, socioemocional e econômica produzem um reconhecimento individual suficiente para controlar a agressividade. Esta perspectiva se encontra ainda na hipótese da Frustração e Agressão, utilizada à exaustão desde a década de 1960 por psicólogos e sociólogos (WOLFGANG e FERRACUTI, 1967, p. 143). Durante a realização dos Grupos Focais, os moradores, conforme se verá, apontam o desemprego como uma variante motivadora dos atos violentos no Entorno do Distrito Federal. A questão sócioestrutural é notada pelos moradores, mas ressalta-se aqui que fatores institucionais, caso da ausência do reconhecimento moral, e sócioemocionais, verificados na sociabilidade e integração com a família e vizinhança, revelam também uma conformação com o que ocorre no Entorno – tanto nas violências invisíveis quanto nas formas perceptíveis pelo dispêndio da força física.

## **2.2. Estudos contemporâneos de violência**

Na contemporaneidade novas práticas e interpretações da violência suscitam debates inéditos acerca do tema. A violência é interpretada como linguagem, categoria econômica, elemento e consequência da urbanização e mundialização. Neste sentido,

seu entendimento avança das teorias evolucionistas de anomia e autocontrole para a de consequências advindas de uma pós-modernidade perversa. Permanece, entretanto, a noção de que ela é fruto e consequência de arranjos perpetrados por instituições poderosas. Mas agora não se trata de exclusividade das instituições, como o Estado. Seu caráter é mais difuso do que no passado, já que a violência serviu ao poder em sua ânsia ordenadora utilizada para dominar pessoas.

Wieviorka (1997, p.6) vai identificar a evolução do comportamento agressivo ao longo do tempo: “A violência, hoje, renovou-se profundamente nos significados de suas expressões mais concretas”. Não é, portanto, mais a solitária interpretação de anomia e disfunção, pois sua localização se dá dentro de um contexto de atribuições e novos paradigmas, como a globalização, mundialização e descentralidade do Estado.

A sociedade desperta-se, de repente, para o alto custo da violência. Para combatê-la, investe-se em segurança – que significa interromper a violência momentaneamente ou prevenir o ataque sob a ótica da vítima e não da compleição das motivações do agressor. Na modernidade, a violência é indesejada. Os custos sociais, econômicos, psicológicos e comportamentais, dentre outros, são imensos (KASZNAR, 2005, p.145). No entendimento de Kasznar, a segurança pode ser descrita e interpretada como uma função dependente de variáveis independentes, explicativas, que a gera, produz e influencia em graus diferenciados. Daí que não seja um objeto de simples manipulação, mas cotejado à luz de inúmeras e complexas variáveis.

Garland (2008), ao interpretar a cultura do controle e a busca da segurança, vai criticar o sistema que produz a segregação para que esse mesmo sistema social se perpetue e opere harmonicamente. Em sua visão, existe um imperativo comercial que gera uma criminologia que convive muito bem com a violência, pois dela se nutre.

Da mesma forma, ela possui uma óbvia afinidade com políticas policiais de “tolerância zero”, que tendem a ser associadas com repressão generalizada, com o uso discriminatório dos poderes policiais e com a violação das liberdades civis dos pobres e das minorias (GARLAND, 2008, p. 389).

Uma das tradições atuais de estudos de violência procura aproximar a abordagem territorial dos elementos históricos e sociais. Dalva Borges de Souza, ao se referir ao Estado de Goiás, entende que a violência adquire um caráter de estrutura na própria fundação da unidade territorial. “As incursões no território goiano deveram-se em primeiro lugar à caça de índios empreendida por paulistas no século XVII”

(SOUZA, 2006, p. 46). A distribuição de atos violentos ao longo do território tem a ver também com as ações privadas da dominação repressiva do coronelismo, que em determinado momento histórico ameaçava o monopólio estatal da violência.

Mais recentemente, inspiradas no uso dos dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM-Datasus), utilizados pelos pesquisadores em geral devido à sua abrangência, uniformidade e por permitirem comparações e estudos longitudinais, Dalva Borges de Souza e Najla Frattari (2010) tratam dos homicídios ocorridos em Goiânia e região metropolitana, colhidos entre 1998 e 2007.

Conforme concluem as autoras, o rápido processo de urbanização e a incapacidade do Estado em prover a população de serviços essenciais, aliados à explosão do uso de drogas, podem ser importantes fatores na interpretação dos índices explosivos de homicídios e das demais espécies de violência perpetradas na região. Tal contribuição de pesquisa de Souza e Frattari é indicativa do fenômeno que ocorre no Entorno do Distrito Federal, já que existe um conjunto de semelhanças entre os fenômenos que acontecem na relação territorial de Brasília e Entorno e Goiânia e região metropolitana, notadamente em municípios como Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo.

A partir de percepção semelhante, alinhado também a uma constatação de fatos contemporâneos, como o tráfico de drogas, Michel Misse (2008) propõe a abordagem da acumulação social da violência, que seria um complexo de fatores, uma espécie de síndrome que teria uma circularidade causal acumulativa. O autor utiliza o termo em referência ao Rio de Janeiro, mas não fecha seu uso para interpretações da violência em outras unidades territoriais. Misse trata principalmente do caso do tráfico de drogas:

O caso do tráfico é especialmente relevante, pois lhe é atribuída a principal responsabilidade pelo aumento da violência, seja pelo suposto efeito das drogas em seus consumidores, seja pelos crimes que jovens pobres cometem para comprarem essas drogas, seja, finalmente, pelos conflitos internos a esse mercado (MISSE, 2008, p. 383).

Esta dualidade da violência física com a violência invisível é perceptível nos relatos dos moradores, aos moldes do que anuncia Michel Misse (2008), quando ao tóxico é atribuído o aumento das taxas de criminalidade, principalmente se os populares decodificam o fato ocorrido e não presenciado diretamente, mas conhecido por meio das mídias. Nestes casos, a violência física se converte em simbólica, já que a droga carrega este estigma de produto alimentador do conflito e da criminalidade organizada.

Ao contrário de outros estados e regiões, todavia, o Entorno não reproduz narrativas como a de que a criminalidade seria fruto de um ordenamento organizacional – como foi suscitado em São Paulo. As narrativas e os fatos não caracterizam nem indicam, por exemplo, que o chamado Primeiro Comando da Capital (PCC) agiria de forma sistêmica no Entorno. Considerada megacorporação do crime, a facção criada dentro dos presídios paulistas teria, em várias linhas de pesquisa, o poder sobre as estatísticas criminais do país. Aos relatos colhidos para esta pesquisa, observa-se uma ausência acentuada desta ressimbolização, dando a entender que o crime no Entorno é uma obra, na maioria das vezes, individual, multifatorial, sem conotação com grandes organizações criminosas.

De fato, a autoridade máxima do PCC<sup>46</sup> esteve na região, o que pode ter reforçado no passado a suspeita de que a organização atuaria no Entorno. Marcos Camacho, o Marcola, ficou detido por dois anos no presídio Papuda, do Distrito Federal, e ao menos em suspeita teria aproximação com os presidiários do DF e do Entorno. Diante deste cenário, todavia, tendo em vista cidades da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), permanece a leitura de Misse, que enxerga o tráfico como importante acumulador da violência, mas não o elemento determinante e exclusivo.

Também fundada em uma percepção que atravessa o século passado e chega no atual, Alba Zaluar (1994) explicita a capacidade ordenadora da violência, que se forma em meio ao desejo reprimido de ter ou ser, enfocando principalmente a relação da masculinidade com a violência. “As referências explícitas à lógica da necessidade falam

---

<sup>46</sup> Um dos relatos sobre a origem do PCC remonta ao massacre do Carandiru, em São Paulo, ocorrido em 2 de outubro de 1992. Na ocasião, o massacre tirou a vida de 111 presidiários – 84 dos quais ainda considerados inocentes à luz da Constituição Federal, já que eram presos sem condenação definitiva ou transitada em julgado. O fato causou grande comoção em um grupo de presidiários que decidiu criar uma organização dentro das cadeias. Conforme as pesquisas mais recentes sugerem, os filiados do PCC devem pagar mensalidades para uma cúpula que garante segurança e auxílios vários para determinadas ocasiões. Em um segundo momento, no início dos anos 2000, a organização cresceu e se infiltrou no tráfico de drogas nacional, fato que exigiu a conquista de novos mercados fora de São Paulo. Relatório da CPI do Sistema Carcerário, de 2008, aponta a interferência do PCC no sistema prisional do DF. Marcos Wilians Herbas Camacho foi o líder da rebelião que ocorreu na Papuda, em 2002, apontam as investigações. Todavia, a aproximação com o Entorno do DF é tópica, sem aparentar interferir significativamente na produção da violência que ocorre na região – o contrário do que alguns teóricos abordam no tocante ao índice de homicídios em São Paulo. Camila Nunes Dias revela, por exemplo, que a partir de 2004 ocorre uma queda nos números referentes aos homicídios. O período coincide com relatos de que o PCC teria agido para reduzir estes índices: “(...) a análise desenvolvida neste capítulo vem ao encontro das asserções feitas por outros pesquisadores acerca da forte influência da emergência e a consolidação do PCC na brusca queda das taxas de homicídios do Estado de São Paulo. Ainda que outros fatores possam ser elencados para explicar essa queda, a velocidade com que ela ocorreu e a extensão que ela adquiriu num período relativamente curto, não encontram ressonância nas explicações oficiais para este fenômeno” (DIAS, 2011, p. 332).

do gosto que os jovens rapazes têm pelas roupas bonitas para aparecer bonito às mulheres” (ZALUAR, 1994, p. 103). Ela sublinha o *ethos* da masculinidade brasileira, que torna mais valorizado o homem que tem “muitas mulheres” ou que se torna atraente por ser poderoso e andar armado.

### 2.3. Estado e violência

Conforme exposto no início desta pesquisa, o Estado se apresenta como órgão legitimado através da dominação e que é aceito pelos dominados. Ao mesmo tempo, ele impõe a racionalização burocrática e se manifesta de forma violenta, já que usa a força para atingir a consecução de seus resultados. A acepção weberiana é de que o emprego da violência garante a legitimação existente através da aceitação de seus pressupostos de poder. Sob o viés de Max Weber, explica Paulo Bonavides (2012, p. 70), o Estado é uma comunidade humana que reivindica o monopólio da violência física legítima. O autor afirma que o exercício deste monopólio se dá de maneira bem sucedida já que a comunidade política oferece tal poder ao órgão.

Todavia, o estudo aqui proposto sobre violência no Entorno do Distrito Federal leva em consideração uma crescente mudança no comportamento do Estado, que se institui constitucionalmente como detentor do monopólio da violência, mas que não o exerce tal como foi conceituado. Trata-se de assunto imediato ao debate específico dos aspectos criminais, na medida em que o Estado propõe políticas de segurança e chama para si a função de garantir os direitos sociais e individuais.

Michel Wieviorka afirma que o estudo da violência deve se concentrar nas políticas de Estado, que se revela protetor e também autor de inúmeras formas de violência. Assim como Paulo Bonavides, ele registra a clássica passagem atribuída a Max Weber, que o define como “uma comunidade humana que, nos limites de um território determinado, reivindica com sucesso para seu próprio benefício o monopólio da violência física legítima”, para demonstrar que o Estado não consegue mais se sustentar sob este ponto de vista (WIEVIORKA, 1997, p. 18 - 19)<sup>47</sup>.

Ao contrário de Wieviorka, Claus Offe (1984, p. 69) enxerga no Estado, que não estaria em um processo de enfraquecimento, um macroorganismo que atende ou não faz oposição aos grupos capitalistas internacionais orientados nitidamente para o capital

---

<sup>47</sup> Michel Wieviorka afirma que a proposição de Max Weber é paradigmática e – em que pese não saber se esta definição seria abstrata ou concreta – que “é cada vez mais difícil para os Estados assumirem suas funções clássicas. O monopólio legítimo da violência física parece atomizado e, na prática, a célebre fórmula weberiana parece cada vez menos adaptada às realidades contemporâneas” (1997, p. 19).

global. Os Estados, até mesmo os que se originaram das sociais-democracias europeias ou estados periféricos, estariam, sim, voltados a atender as reivindicações destes grupos de poder e capital. No caso da violência, o Estado gasta cada vez mais recursos insuficientes para combater um mal multifacetado e já incompreensível para sua rotina burocrática. Logo, o Estado torna-se enfermeiro preocupado em curar com paliativos as crises e rupturas geradas pelo sistema (FREITAG, 1986, p. 127). A autora diz que uma das características do “Estado social” é evitar os conflitos latentes que mais cedo ou mais tarde eclodirão. Dependente do capital global, o Estado procura abafar os conflitos manifestos, sem efetivar soluções ou pacificar suas crises plenamente.

Desta forma, no caso específico da segurança pública, o Estado vivencia uma eterna crise: por mais que as leis orçamentárias apresentem faixas consideráveis destinadas à contratação de novos agentes penitenciários, delegados e militares, faltam mais recursos, articulação e comunicação para enfrentar o problema.

A tentativa de reprimir estas contradições, mediante novas políticas sociais e programas de subvenção e apoio aos grupos insatisfeitos, somente tem perspectivas de êxito na medida em que o Estado dispõe de recursos suficientes para cobrir os enormes gastos que a política econômica e social demanda em todas as frentes (FREITAG, 1986, p. 129).

Zygmunt Bauman trata da mudança da sociedade de produção para a sociedade de consumo, revelando aspectos provisórios de entendimento desta pós-modernidade. Na modernidade, o indivíduo tem que criar a própria individualidade, em novos estilos de vida, muitas vezes violentos – e tudo isso sem a presença do Estado, que o abandona diante de seus direitos sociais. Assim, Bauman cria a imagem de que os problemas se amplificam. E da mesma forma as consequências. Conforme menos relativa é a autonomia, mais relativo é o outro. Conforme mais definida é a solução dada aos problemas, menos manipuláveis são os problemas resultantes (BAUMAN, 1996, p. 89).

Bauman concentra sua análise nas relações interpessoais e nas consequências da pós-modernidade. O destino das cidades globais, por exemplo, estariam dependentes dos rumos destes novos tempos: “Nos últimos tempos, sobretudo na Europa e em suas ramificações no ultramar, a forte tendência a sentir medo e a obsessão maníaca por segurança fizeram a mais espetacular das carreiras” (BAUMAN, 2005, p. 13). A partir da fragilidade de nossos corpos, Bauman nos lembra da violência que não existe apenas mais lá fora, com os outros, mas dentro de nós mesmos. E demonstra a incapacidade do Estado e população lidar com tamanho problema.

Niklas Luhmann (1985) investiga o poder como um meio de comunicação. Em vez de fazer como Max Weber, que funde poder ao monopólio da violência, Luhmann isola seu conceito, por exemplo, ao que caracteriza a violência, separando, assim, o poder da coação. Usa-se coação, diz o teórico, quando falta o poder. E tal uso só perdura em sistemas muito simples, diferentes dos Estados contemporâneos. Luhmann afirma que a violência física não pode, sequer, ser usada ou entendida, como último recurso numa “escala de pressões crescentes” (1985, p. 50).

A violência física empregada intencionalmente contra homens é ordenada ao poder, como meio em relação ao agir, por eliminar o agir pelo agir, excluindo assim também uma transposição comunicativa das premissas reduzidas da decisão. Com estas propriedades, a violência física não pode ser poder, mas é o caso limite intransponível de uma alternativa a evitar constitutiva do poder (LUHMANN, 1985, p. 52).

Dentro deste grupo de autores que enxerga em detalhe a crise do novo Estado, surpreende a conceituação dada por Ulrich Beck ao que batiza de “sociedade de risco”. Ele realiza um estudo nas décadas de 1970 e 1980 a partir da sociedade alemã e percebe que existe outra modernidade. O modelo de Welfare-State implantado na Europa, segundo Beck, apresentaria consequências não previstas da modernidade, principalmente quanto as ameaças produzidas pela sociedade industrial em escala global – caso da poluição, acidentes nucleares e uso indiscriminado de agrotóxicos na produção de alimentos.

Ulrich Beck (2010, p.12) diz que “no século XIX a modernização dissolveu a esclerosada sociedade agrária estamental”. E deste processo, diz Beck, surgiu a imagem estrutural da sociedade industrial, que também passa a ser dissolvida. Ao tratar de situações sociais de ameaça, ele cria a metáfora do “Efeito bumerangue”: os riscos da modernidade acabam alcançando os produtores do risco ou aqueles que lucram com ele. Beck irá mostrar que existe um fluxo de situações perversas que passa pelo sistema legal e alcança a sociabilidade. Ele diz que nos resta o ‘safári humano’ e que a lei da selva sepulta a lei deliberada pelos representantes políticos.

Pensar a problemática do Entorno do Distrito Federal a partir desta modernidade é concentrar esforços para compreender que a legislação brasileira legitimou e permitiu que extensas faixas de terras e fazendas se transformassem em espaço urbano onde se inseriu Brasília. Ou seja: o Estado brasileiro, inicialmente a União, permitiu a transformação de um território que no passado serviu de moradia para povos indígenas e comunidades rurais em uma imensa periferia urbana. Na pós-modernidade, fundadora

de uma sociedade de risco ou não, o fato é que quilombolas, ciganos e agricultores enfrentam o grande fluxo de imigrantes, que chega em busca de oportunidades em uma capital instalada no meio do país sem qualquer espécie de consulta popular legítima. A violência é, assim, estruturante do território e perpetrada pelo próprio Estado:

Antes sede de inúmeras fazendas, o Entorno é hoje uma conformação de cidades industrializadas, tomadas por equipamentos urbanos disfuncionais e grande densidade demográfica. Valparaíso de Goiás é um dos raros municípios do Brasil com 100% de moradores em zona urbana, o que demonstra a espécie de desenvolvimento a que o município foi submetido: 0% de zona rural (SILVA, 2016, p. 183).

Ao pesquisar a legislação que institui o Entorno, observa-se que ela surge sem um fundo de efetivação dos princípios que inspiram a Lei Complementar n. 94/98. Antes disso, a Lei 10.633/02, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal possibilita ao centro, Brasília, ter parcela considerável de recursos públicos do Governo Federal. Por ironia ou injustiça, o mesmo não se aplica para os municípios do Entorno, que até foram contemplados com um fundo substancial de recursos no projeto de lei que institui a região, mas que na hora de converter o projeto em norma efetiva, marotamente foi negado pela União (SILVA, 2016).

#### **2.4. Violência e cobertura midiática no Entorno do Distrito Federal**

Desde os primórdios do jornalismo, nos séculos 16 e 17, o crime é um dos temas centrais da produção midiática. Gênero da cobertura jornalística sobre violência, o delito criminal rivalizava com catástrofes, servindo de elemento comunicativo para atrair a atenção dos espectadores. Conforme Jürgen Habermas (1984), em seu estudo da mudança estrutural da esfera pública, existiu uma fase jornalística anterior ao interesse desmesurado por temas referentes à violência, quando a imprensa foi espaço de diálogo das esferas públicas na intercorrência de debates literários e políticos.

Com o advento do sistema capitalista, todavia, a imprensa se voltou para uma ação mais pragmática, interessada em sua sustentação econômica. Ao abandonar o modelo artesanal, os jornais se orientaram a seguir uma tendência financeira. Na contemporaneidade, este sistema econômico acelerou os interesses das mídias em atrair audiências – que elas vendem em troca da exposição de anúncios publicitários. A busca por informações que despertam as sensações mais exaltadas e emocionadas do leitor surge já na infância do jornalismo.

Em 1631, por exemplo, a “Gazette de France” publicava o que chamava de “edições extraordinárias”, destinada aos chamados ‘fait divers’.

Roland Barthes (1964) procura resgatar a expressão ‘fait divers’ do passado e classificá-la. Para isso, exemplifica a diferença entre um homicídio comum e o assassinato de um político – que não deixa de ser notícia, mas que não ocorre todos os dias. O primeiro é um fait diver. O segundo remete a uma história, a um evento político que categoriza o personagem da notícia e que por si só é fato noticioso.

O assassinato político é pois sempre, por definição, uma informação parcial; o fait divers, pelo contrário, é uma informação total, ou mais exatamente, imanente; ele contém em si todo seu saber: não é preciso conhecer nada do mundo para consumir um fait divers; ele não remete formalmente a nada além dele próprio; evidentemente, seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, assassinatos, raptos, agressões, acidentes, roubos, esquisitices, tudo isso remete ao homem, a sua história, a sua alienação, a seus fantasmas, a seus sonhos, a seus medos (...) (BARTHES, 1964, p. 186).

Dentro do contexto contemporâneo, portanto, resta aos meios segmentar-se e em grande parte abraçar com ardor os ‘fait divers’. Aos empresários e demais instituições que desejam informar algum produto que esteja no mercado existem espaços delimitados, nichos de audiência, que cingem uma parcela de pessoas: a mídia. É ela que cerca esse grupo de pessoas, muitas vezes atraídas pelos ‘fait divers’, e os bombardeia de informações de interesse dos financiadores.

Os promotores das mídias realizam, assim, buscas incessantes de notícias e reportagens que mexem com o emocional. Neste caso, o crime é ao mesmo tempo entendido como suposto recorte da realidade e também potencial provocador de outros fatos criminosos – o que se vê mais nitidamente em teorias hoje rejeitadas, mas de grande imponência nas hipóteses dos estudos midiáticos, notoriamente naqueles estudos de viés psicológico behavioristas.

A percepção do potencial estigma de que o Entorno do Distrito Federal seja um campo concentrado de ações violentas é, portanto, produzido principalmente pelo discurso midiático que reelabora diariamente o conflito, despersonalizando vítimas e autores, embalando as histórias, como se fossem produzidas em série. Neste sentido, foi necessário se atentar para as características gerais do noticiário criminal e demais desdobramentos desta espécie jornalística:

(...) a notícia policial, pelas suas características, narra uma ocorrência, isto é, conta dentro de uma técnica que varia de acordo com o estilo de cada jornal. A doutrina jurídica identifica essa figura com a expressão latina de animus narrandi, que se traduz literalmente como a disposição, ânimo ou vontade de narrar o acontecimento, limitando-se - no caso da notícia policial - a se basear

nos dados oficiais colhidos preliminarmente através dos agentes incumbidos do atendimento (PORTÃO, 1980, p. 41).

É neste sentido de urgência em comover e sensibilizar suas audiências através deste *animus narrandi* que as mídias tornaram-se cada vez mais interessadas em um noticiário que trata de violência. Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007) apontam para a convergência da mídia tendo em vista a publicação de fatos mais violentos da sociedade, como crimes e catástrofes. Elas dizem que a cobertura jornalística produz uma violência simbólica contra suspeitos e envolvidos em crimes, além, claro, de estruturar a violência como linguagem – uma estratégia sensível para captar mais audiências. A cobertura não contempla os problemas em profundidade, mas se utiliza de um ato de banalização da violência, naturalizando, assim, os fatos que fogem da normalidade. “A pesquisa mostrou que a grande maioria das matérias apenas relata o factual (77,7% no caso do Rio e 63,8% na pesquisa Brasil)” (2007, p. 19). Reportagens com abordagem contextual, que apresentam análises, são a minoria no noticiário.

Ao propor uma teoria social da mídia, John Thompson (2005, p. 90) alerta que os receptores podem controlar a natureza e extensão de sua participação na leitura e absorção dos conteúdos midiáticos, mas é também verdade que recentes pesquisas demonstram que ele (receptor) tem muito pouco poder de intervir e determinar o curso e o conteúdo das mídias.

O olhar midiático, conforme diversos estudos já realizados, não representa a violência que ocorre na sociedade. Ao contrário, este olhar muitas vezes vela o ocorrido e oferta imagem diversa da realidade. Michel Wieviorka insere a problemática da violência em um mundo cada vez mais dominado por imagens. Em sua visão, estas cenas funcionam como suporte para a transmissão do medo e da insegurança (1997, p. 14). O autor postula que as formas mais espetaculares de violência não são, de fato, as situações que apresentam maior carência. Para isso, ele faz um jogo de comparações e coteja a violência urbana de jovens em Lyon e Milão. Na primeira cidade, a violência torna-se amotinada e midiática, mas em Milão a violência é tratada como delinquência, crime organizado e outras formas mais comuns. Michel Wieviorka afirma que a visibilidade produzida pela imprensa está correlacionada aos pacotes de políticas públicas ofertados pelo Estado. Ou seja, sem mídia, o assunto tende a ser ignorado. Mas com o acompanhamento da imprensa, o aparato público age frente ao temor da exposição negativa perante a opinião pública. Ainda no caso de Lyon e Milão, Paola Rebughini (*apud* Wieviorka, 1994) constata que um motim chama a atenção da

imprensa, que realiza operações mentais por meio da aplicação dos chamados valores-notícia (LUHMANN, 2005, p. 57) e alça tais fatos ao status de notícia ou informação relevante. E, com isso, suscita a vinda de responsáveis políticos ao local da turbulência.

## **2.5. Violência nas cidades**

A sociologia urbana, a partir de meados da década de 1940, passou a dedicar considerável espaço para o entendimento da violência. A observação da sociedade como um organismo, a busca da compreensão dos efeitos do crescimento desordenado e a procura por motivações desta produção de pequenos crimes e atos delinquentes gerou na Escola de Chicago um subtema de grande interesse: a violência nas cidades.

Nas últimas décadas, a evolução da pesquisa das cidades, principalmente, incorporou a chamada sociologia da violência, agrupando tipificações, crescendo as correntes de autores e fomentando uma gama enorme de intérpretes, interesses e aproximações, que passam desde a criminologia até o urbanismo. Conforme visto em páginas anteriores, é a Escola de Chicago a primeira a penetrar de forma mais aguçada nos aspectos da criminalidade, no zoneamento de áreas e na busca de correlações quantitativas e qualitativas da violência – apesar deste não ser o mote central e determinante do estudo de seus expoentes pioneiros.

Mais recentemente, a preocupação com zoneamentos criminais e violência em cidades ampliou o leque de domínios e interesses<sup>48</sup>. Pedrazzini (2006), por exemplo, foca suas análises na relação entre urbanização do mundo e cidades, favelas e globalização e crescimento e desestruturação urbana. O enfoque não deixa de ser uma evolução dos conceitos de Chicago, como se observa na aproximação que faz da violência com as subculturas:

Ao propormos uma “interpretação” social dos atos “anti-sociais” dos pequenos empreendedores da economia violenta, concluímos que a violência

---

<sup>48</sup> A estratégia da moda das secretarias de Segurança Pública no Brasil é direcionar efetivos para as chamadas “manchas criminais”, evidente inspiração nos estudos de Chicago quanto a geografia dos delitos. A diferença é que os sociólogos objetivam apontar as raízes do problema, demonstrando a violência como a consequência de um fato que é social, e os agentes do Estado enviam tropas para combater o crime geralmente sem chegarem na raiz. Resumo da ópera: enxugam gelo e refazem constantemente o trabalho diário, denotando artificialismo, incompreensão do problema e uma afronta ao princípio da eficiência pública. A ameaça dos criminosos é um alerta de que a estratégia não funciona. Em 2006, após sequestrar um jornalista e auxiliar técnico da rede Globo, um grupo de criminosos que se apresentou como porta-vozes do PCC obrigou a emissora a divulgar um vídeo em que teciam vários comentários sobre aspectos da criminalidade nas cidades e o sistema carcerário: “Se a polícia entra, mano, vai levar bala, certo, vai morrer bandido, vai morrer polícia e o crime não vai acabar, porque se sai nós, mano, entra outros no lugar e a bala vai comer do mesmo jeito”.

é decorrente da implantação radical nas sociedades avançadas dos princípios de mercado. Capitalismo selvagem. Portanto, devemos considerar a violência como um sinal dos tempos (PEDRAZZINI, 2006, p. 27).

Ele explica, logo, que a gangue dá sentido para os sinais caóticos e contraditórios da sociedade, fazendo com que seu integrante tenha a noção de pertencer a uma cultura urbana. Pedrazzini sugere que esta desestruturação e fragmentação da metrópole suscita uma análise dos fenômenos modernos da violência sem o apego das antigas teorias. Assim, ele instiga o que é preciso fazer: “Precisamos ouvir aqueles que mantemos afastados de suas próprias vidas: os pobres, os maus, os bandidos” (PEDRAZZINI, 2006, p. 28).

Não é outro o diapasão da proposta de Wacquant, que mergulha também na leitura da sociedade de mercado para vislumbrar como se dá o processo de construção de guetos dentro da sociedade. Ele é um dos autores a desnudar a chamada “tolerância zero”, modelo que diz ser uma “guerra contra os pobres nos Estados Unidos” (WACQUANT, 2008, p. 100). O autor aborda uma nova órbita da sociologia da violência, como o padrão de encarceramento crescente dos EUA, que visa acomodar toxicômanos, psicopatas e sem-teto nas prisões. Para Wacquant, o Estado toma o menor caminho quando tenta resolver os problemas de segurança através da prisão de usuários.

Essas tendências são particularmente pronunciadas nos estados que lideram o ranking carcerário. Assim, de cem pessoas condenadas à prisão no Texas no início desta década, 77 foram punidas por apenas quatro categorias de infrações menores: posse e transporte de drogas (22% e 15%, respectivamente), arrombamento e roubo (cada um em torno de 20%). Ademais, mais da metade dos condenados pela legislação de narcóticos foi punida pela simples posse de menos de um grama de droga (WACQUANT, 2008, p. 107-108).

Loïc Wacquant aborda, todavia, com interesse as características do gueto, que seria uma tipificação das áreas segregadas e as aglomerações étnicas que surgem dentro das cidades. Para além das violências, inclusive a simbólica, o gueto torna-se “meio concreto de dominação etnoracial por meio da segmentação espacial da cidade”. (2008, p. 88). É esta diferenciação que o faz querer entender a dinâmica excludente do gueto de outros espaços, caso dos campos de refugiados, bairros populares ou dos slums (cortiços urbanos). Em busca de uma violência mais característica da pós-modernidade, Zygmunt Bauman (2005) vai procurar na definição de medo e confiança nas cidades da atualidade o encaixe do seu tradicional olhar líquido:

As cidades contemporâneas são os campos de batalha nos quais os poderes globais e os sentidos e identidades tenazmente locais se encontram, se confrontam e lutam, tentando chegar a uma solução satisfatória ou pelo menos aceitável para esse conflito: um modo de convivência que – espera-se – possa equivaler a uma paz duradoura, mas que em geral se revela antes um armistício, uma trégua útil para reparar as defesas abatidas e reorganizar as unidades de combate. É esse confronto geral, e não algum fator particular, que aciona e orienta a dinâmica da cidade na modernidade líquida – de todas as cidades, sem sombra de dúvida, embora não de todas elas no mesmo grau (BAUMAN, 2005, p. 35).

Zygmunt Bauman investiga a cidade sob o ângulo da relação entre violência e arquitetura do medo e a constante intimidação que se prolifera dentro dos limites urbanos. Neste enfoque, entrecruza o moderno estilo de vida, a sociedade de consumo e as novas regras da cidade – como a busca incessante pela segurança pessoal e privada.

Uma das conclusões de Bauman é que a violência, bem como todas as demais desestruturas das cidades, surge de um círculo vicioso que não se consegue romper facilmente: “(...) as cidades são depósitos nos quais se procura desesperadamente soluções locais para problemas que foram produzidos pela globalização” (BAUMAN, 2005, p. 85). Mais determinada em investigar espaços urbanos específicos, Angelina Peralva (2000) lança luz, por exemplo, na relação entre narcotráfico, favela e democracia no Rio de Janeiro. Ela investiga como o clima de violência do narcotráfico impõe o silêncio nas urnas das associações de moradores controladas pelo tráfico.

A mutação igualitária e a urbanização transformaram profundamente as condições de vida dos favelados do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, as favelas se descobriram como o epicentro de um dos mais importantes dispositivos da criminalidade violenta, tornando-se, nos anos 80, uma das principais bases de operação do narcotráfico (PERALVA, 2000, p. 99).

A autora revela a construção do morro de Santa Marta a partir de suas bases associativistas e depois sua ligação mais emblemática com o tráfico de drogas. A cidade passa a ser um campo de batalha e de conquistas de públicos consumidores, como quando revela as primeiras ações colonizadoras do narcotráfico, que se delimita a partir de 1970. “O narcotráfico efetuou uma combinação complexa entre ações militares extremamente violentas e uma penetração política que visava controlar as associações de moradores nascentes” (PERALVA, 2000, p. 103). Sob esta binariedade de urbanização e medo, aos modos do Rio, as cidades do Entorno se caracterizam como espaços genéticos de conflitos. Originados em grande parte pela divisão de Luziânia, Santo Antônio e Formosa, os municípios derivados já surgem em uma situação de

conflito entre o urbano e rural, fator que retroalimenta um conflito primário que está na própria origem da colonização: a disputa por território e espaço nas cidades goianas.

A percepção da violência é assim passível de filtração sob o olhar de Loïc Wacquant (2008), que introduz esta observação a respeito da segregação, apesar do Entorno não oferecer características de gueto, objeto central de seus estudos. Todavia, é perceptível a segmentação espacial das próprias cidades e da região, dando uma sensível aproximação ao significado de Loïc Wacquant para a expressão de condenados das cidades, em um sentido de que estão presos neste novo contexto. No cerne da questão, diz Wacquant (2008), está a desorganização do trabalho, já que surgem todas as dificuldades possíveis, a começar da variabilidade de contratos. Dentro deste contexto é que aparece o que ele chama de marginalidade urbana avançada. As periferias urbanas tendem a se comportar, assim, com evidentes diferenciações, mas enclausuradas em ordens semelhantes, como o constante paralelismo da insegurança do emprego e trabalho e a conseqüente insegurança pública.

A observação de Zygmunt Bauman quanto a origem dos problemas, de que eles estariam inseridos em um contexto global, só em parte é verdadeiro para o Entorno, na medida que as cidades que existiam antes de Brasília foram atingidas pelo processo de construção da capital, algo previsto ainda em 1891, por conta da Constituição Federal. Todavia, é a globalização que traz para a região novos problemas, como a insuficiente demanda de empregos. Assim, as soluções locais para problemas que foram produzidos por sistemas exógenos, de fato, são testadas por um estado que faz vistas grossas para a precarização do emprego e novas criminalidades advindas da globalização – notadamente a intensificação do comércio de drogas no Entorno.

Assim, aliado ao que Pedrazzini aponta em referência a proliferação de gangues, observáveis em Planaltina de Goiás e Valparaíso, principalmente, surgem novas dinâmicas do tráfico, como apontado por Angelina Peralva e outros autores, como Ana Ribeiro e Jorge Atílio Iulianelli, que falam em uma narcogeografia brasileira (2000). Mercado de consumo, o Entorno se especializa na logística e na indústria do refino <sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> O Governo do Distrito Federal anunciou em 2011 que teria descoberto uma sequência de rotas da chegada da droga em Brasília e demais cidades. No caso do crack, em específico, a pasta base é boliviana e por conta do custeio da logística, atravessa o Mato Grosso e chega até cidades do Entorno do DF, onde são refinadas.

### **CAPÍTULO 3 - VIOLÊNCIA INVISÍVEL E SIMBÓLICA**

A partir do estudo dos conflitos em sociedade é possível perceber a existência de um grupo de violências que nem sempre está relacionado ao aspecto físico. Na maioria das vezes, as violências política, social, familiar, patrimonial, cultural, doméstica, midiática, visual, escolar, etc, são categorias que não exigem acentuado dispêndio de energia física. Este grupo de violências varia conforme o contexto, a conceituação dos autores, as gradações sociais e a intensidade de suas consequências.

Na mídia é perceptível, por exemplo, uma violência sociocultural, já que existe uma demonstração de força, arbítrio e poder ao selecionar a notícia ou produto cultural conforme os hábitos e interesses do veículo de comunicação e não de acordo com o receptor das informações. Na maioria das vezes, ocorre a superposição de violências não físicas, como a midiática e cultural. Em todas, sobressai o caráter não físico.

A noção de que existem violências menos perceptíveis ou menos gravosas em um sentido corporal e físico pode ser preliminarmente compreendida através dos estudos sobre o processo de transformação da agressividade na Europa. Conforme visto de passagem no capítulo anterior, a diluição dos atos violentos frente ao comportamento mais civilizado que teve início no final da Idade Média é uma das relevantes hipóteses para compreender a redução de impulsos agressivos na sociedade. Ao tratar do processo civilizador, Norbert Elias (1996) mostrou como a ampliação de uma cultura de controle dos instintos restringiu a prática da violência física.

Com a passagem do monopólio da violência ao Estado, os “homens fortes” não puderam mais realizar o expediente do ataque físico – ao menos tais práticas passaram a ser reguladas e legisladas em normas penais incriminadoras. O grosso da violência física, portanto, refluíu diante de uma nova ordem social que exigia um hábito mais cortesão, inclusive com a redução de incivildades pouco perceptíveis como o ato de tocar as pessoas em vez de observar com os olhos.

Ao tratar do estabelecimento histórico do autocontrole, Norbert Elias mostra que o condicionamento no final da Idade Média era de restrição aos atos violentos. Manifestações indesejáveis passaram a ser punidas, provocando desagrado social e mal-estar. A modernidade reduziu práticas comuns nas sociedades antigas e medievais como a pilhagem, a guerra, o duelo, dentre outros métodos praticados pelos fortes e poderosos. E outros sentimentos afloraram, caso da repugnância e vergonha, passando a

dominar as relações sociais diante das explosões de agressividade cada vez menos frequentes (ELIAS, 1996, p. 191).

Ceder imediatamente a seus impulsos e não pensar nas consequências era, nas fases precedentes em que os guerreiros podiam competir mais livremente entre si, um modo de conduta que – mesmo que levasse a queda do indivíduo – estava adequado à estrutura social como um todo e, por conseguinte, à realidade. O fervor marcial era uma preconização necessária para o sucesso e o prestígio do membro da nobreza. Com a monopolização e centralização em andamento, tudo isso mudou (ELIAS, 1996, p.233).

A mudança notada por Norbert Elias mostra que grande parte das tensões que ocorria diretamente nas lutas entre os homens foi convertida em uma “tensão interior, na luta do indivíduo consigo mesmo” (1996, p.247). Segundo o autor, a vida social deixou de ser um espaço na qual “regabofes e danças” sempre terminavam em pancadaria. Todavia, Norbert Elias não afirma que as pulsões e medos desaparecem de uma vez por todas: “O que acontece no curso do processo civilizador não é o desaparecimento de um e o aparecimento de outro (medo)” (1996, p. 248). Ocorreria, segundo Norbert Elias, a diferença de proporções dos medos internos e externos, o que tornou o homem menos suscetível aos atos coléricos – o que não erradicava evidentemente as reações em torno das necessidades humanas de se impor e de se estabelecer e que, de fato, continuaria a ocorrer, principalmente por outros meios.

Com a dependência mútua, as pessoas passaram a se observar mais, as sensibilidades e as proibições tomaram-se mais diferenciadas e, igualmente, tomaram-se mais sutis e diversificadas as razões para a vergonha e o embaraço provocadas pela conduta de outras pessoas (ELIAS, 1996, p.246).

Assim, junto às mudanças de hábitos, como assoar e escarrar, surgirá também um homem menos afoito fisicamente, capaz de controlar seus impulsos violentos. Norbert Elias diz que o padrão de agressividade vai se alterar, pois este comportamento passará a ser condicionado pelas mudanças que ocorreram, tais como o aumento da dependência dos indivíduos, a instituição da divisão de funções e o surgimento dos aparatos técnicos. (ELIAS, 1990, p. 190). A violência física e brutal, descontrolada e imediata, só aparecerá em casos de violência patológica, fatos que passam a ser isolados e condicionados a alguma forma de punição mediada pelo direito:

Essas explosões emocionais podem ainda ocorrer, como fenômenos excepcionais, como degeneração "patológica", em fases posteriores do desenvolvimento social. Mas no caso que ora estudamos não havia poder social punitivo, a única ameaça, o único perigo que podia instilar medo era o de ser vencido em batalha por um adversário mais forte. Deixando de lado

uma pequena elite, o saque, a rapinagem, e o assassinato eram práticas comuns da sociedade guerreira dessa época, conforme anotou Luchaire, o historiador da sociedade francesa do século XIII (ELIAS, 1990, p. 192).

Muniz Sodré (2006) também aceita a hipótese desta nova gradação da violência física e seu conseqüente arrefecimento. Ele reconstitui a ideia central de Max Weber e Norbert Elias acerca do monopólio da violência e sua pormenorização em atos de segurança tendo em vista a garantia da vida:

A contenção da violência – como bem observa Sorel – só se institui com a moral moderna, cujos valores se orientam no sentido do respeito formal à pessoa humana e de uma espécie de condescendência piedosa pelos mais fracos. Trata-se, porém, de uma contenção limitada ou relativa: não é que se ponha fim à violência, mas que se cuide para que ela se torne institucionalmente determinada. Assim é que o Estado se outorga o monopólio da violência, afirmando exercê-la de modo legítimo. (SODRÉ, 2006, p. 27)

Percebe-se que a redução das violências perceptíveis pela marcação corporal permitiu aguçar a compreensão de outras formas de agressividade, como a simbólica, que ocorre necessariamente sem o uso da força física. O esvaziamento das práticas mais violentas e agressivas, que levam ao assassinato ou mutilação, possibilitará um novo olhar para a violência contida nos atos de fala e nas atitudes discursivas do ser humano. Não que a violência simbólica ou moral inexistissem, mas elas não se sobressaíam como um problema social diante das outras modalidades aparentemente mais gravosas.

A percepção de que a palavra, o discurso e a linguagem produzem violências já estava explícita até mesmo na Bíblia. Com as invasões bárbaras e a germanização dos costumes europeus, e a conseqüente aceitação do livro cristão durante o reinado dos francos, práticas contidas na Bíblia passaram a ser ensinadas como fundamento da vida. Além de condenar o assassinato, a Bíblia traz um livro específico para tratar daqueles que usam a língua para difamar e violentar. Em “Provérbios” (16:28), por exemplo, existe um ensinamento para os que difamam: “O homem perverso espalha contendas; e o difamador separa amigos íntimos”. O livro de Tiago traz recomendações para que o homem não se deixe “irar”: “Se alguém entre vós cuida ser religioso, e não refreia a sua língua, antes engana o seu coração, a religião desse é vã” (TIAGO, 1:26).

O livro bíblico diz que “a língua também é um fogo; como mundo de iniquidade, a língua está posta entre os nossos membros, e contamina todo o corpo, e inflama o curso da natureza, e é inflamada pelo inferno” (TIAGO, 3:6). Sob a pregação do seguidor de Cristo, a determinação seria dominar a fala e amenizar os discursos. Tiago, todavia, se mostra céptico ao afirmar que nenhum homem pode domar a língua: “É um

mal que não se pode refrear; está cheia de peçonha mortal” (TIAGO 3:8). Esta percepção religiosa é indicativa de que desde a antiguidade as interações sociais estavam intercedidas pelas palavras rudes, agressivas e muitas vezes caluniosas, denotando o que um dos autores da Bíblia denominava de “inflamadas”.

A consolidação da ideia de que exista uma violência sem uso da força muscular, sem a coação física e corporal será refinada na Idade Moderna quando aumenta a preocupação com a virtude. Os pensadores iluministas se concentram nos vícios que os homens cometem e prognosticam o dever ser para uma vida em sociedade. Immanuel Kant (2003) vai analisar os achaques que violam o dever de respeito por outros seres humanos ao tratar da calúnia, da soberba e da detratção:

A propagação (propalatio) intencional de alguma coisa que prejudica a honra alheia – mesmo que não se trate de matéria de justiça pública, e mesmo que aquilo que é dito seja verdadeiro – reduz o respeito pela humanidade em geral, de sorte a finalmente arrojara a sombra de indignidade sobre a nossa própria raça, tornando a misantropia (a fuga da convivência com seres humanos) ou o desprezo a disposição de alma predominante, ou embotar o sentimento moral de cada um, os expondo reiteradamente à visão de tais coisas e nos acostumando com ela (KANT, 2003, p. 309 e 310).

Kant tratará da mentira, do uso das palavras rudes, das manifestações de desprezo e injúrias, portanto, do *spiritus causticus*, que prima pela ridicularização e que “encerra em si um júbilo diabólico, o que o torna uma violação ainda mais séria de nosso dever de respeito pelos outros seres humanos” (KANT, 2003, p. 310). Kant não adentra no domínio da linguagem, mas insere as pegadas para a percepção de que existe um dever ético de respeito à integridade moral e de que palavras provocam violências.

A ideia do simbólico, essencial para a percepção desta violência não física e invisível, é abordada por Pierre Bourdieu (1989). Ele parte do poder para discutir a violência, revelando que no espaço social existem os que exercem o poder e os que estão submetidos a ele. Bourdieu identifica nesta espécie de violência sua força “invisível”, já que o poder simbólico conseguiria produzir efeitos, mas sem gastar a mesma energia dispendida com a agressão física.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho da dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo

ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Esta espécie de violência, diz Bourdieu, é aquela que se exerce com a “cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la” (BOURDIEU, 1996, p 16). Portanto, em um âmbito geral, o autor revela que a violência simbólica ou dominação simbólica é uma forma de coerção baseada em acordos tácitos – considerados por ele de não conscientes – e que unem as estruturas objetivas e as estruturas mentais (BOURDIEU, 2012, p. 239).

Munido desta noção no acordo fundante da violência simbólica, Bourdieu vai afirmar que o próprio estado cria sua violência simbólica, que, em outros contextos, pode se caracterizar como violência institucional ao se estabelecer como poder: “O Estado é o que funda a integração lógica e a integração moral do mundo social e, por aí, o consenso fundamental sobre o sentido do mundo que é a condição mesma dos conflitos a propósito do mundo social” (BOURDIEU, 2012, p. 15). Bourdieu afirma que o estado surge, assim, de um golpe de estado, fazendo sua comunidade aceitar a ideia de que “todos os pontos de vista não são válidos e que há um ponto de vista que é a medida de todos os pontos de vista, dominante e legítimo” (2012, p. 116).

A expressão violência simbólica, apesar dos atributos para significar várias formas de coações não físicas, não abrange tudo o que se pretende investigar nesta tese, na medida em que a especificidade de algumas das espécies de violências questionadas é evidenciada de forma consciente e que se confunde com práticas que podem ser incriminadas, como os atos de negligência do poder público – o que se adequa melhor ao preceito de violência institucional, apesar de Bourdieu usar a expressão simbólica para tratar da violência de estado, ainda que em aplicação diversa.

Da mesma forma, sem isolar os termos, conforme visto antes, no capítulo anterior, Bourdieu assume a questão da invisibilidade ao utilizá-la como sinônimo do simbólico. Para ele esta violência é:

(...) violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2012, p. 7).

A apropriação do termo invisível que se utiliza nesta pesquisa visa abranger uma gama maior de entendimentos e comportamentos – inclusos aqueles reiterados por Bourdieu como não percebidos por vítimas e autores. Neste sentido, entende-se que a percepção do termo violência invisível na sociedade tem sido recepcionado de modo mais amplo para retratar variadas formas de violências simbólicas, sociais, institucionais<sup>50</sup> e morais, já que existe um uso corrente da expressão no cotidiano. Nestes termos, a violência invisível é aqui apresentada como gênero de violências não físicas e que adquirem a invisibilidade na medida em que se configuram através da linguagem e dos discursos, sendo estes conscientes ou não, intencionais ou não, exercidos de forma simbólica, institucional, moral, psicológica ou qualquer outro modo que apresente reduzido, mínimo ou nenhum uso de esforço físico.

A violência invisível se transforma em catalisadora da violência visível, possibilitando a construção de ambientes e consciências aptas aos eventos de violência mais sensíveis. Na imprensa desaguam usos da expressão “violência invisível”, como é o caso das publicações que sondam agressões contra crianças<sup>51</sup>, adolescentes<sup>52</sup>, trabalhadores<sup>53</sup>, mulheres, profissionais<sup>54</sup> e minorias.

A própria arte contemporânea também se apropria do termo, quando o expressa no sentido de envolver o simbólico e o criativo para tratar das tensões territoriais. Uma exposição coletiva batizada de “Violência Invisível”, com diversos artistas do mundo, foi lançada simultaneamente na Áustria, Sérvia e Espanha, em 2015, tendo como enfoque uma gama maior de questões do que a terminologia violência simbólica compreendida por Bourdieu e que contribui na busca de uma compreensão do termo:

---

<sup>50</sup> Em 2012, a Polícia Federal (PF) deflagrou a “Operação Violência Invisível”, cujo objetivo era desarticular uma organização criminosa que desviava recursos públicos. Pela lógica da Polícia Federal, o nome da operação se relaciona à violência que ocorre contra o cidadão nos casos de corrupção pública. Numa entrevista, um dos responsáveis pelo uso da expressão diz que, silenciosamente, esta espécie de violência provoca sérios danos à nação. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2013/07/pf-deflagra-operacao-violencia-invisivel-em-cidades-do-leste-mineiro.html>

<sup>51</sup> Artigo explora a publicidade dirigida para as crianças e define tal prática como espécie de violência contra as crianças, em um nítido sentido do que é atribuído por Bourdieu ao termo violência simbólica.

<sup>52</sup> Campanha da Unicef em 2013 tratou da expressão: “Torne o invisível visível. Ajude-nos a fazer a violência desaparecer. Una-se a nós. Levante sua voz!”. No comunicado da ONU, a expressão invisível é utilizada para separar a violência física das demais enfrentadas pelas crianças, enquanto um vídeo publicitário encenado pelo ator Liam Neeson trata de várias formas de violência contra a criança.

<sup>53</sup> É comum no Direito do Trabalho abordar o chamado assédio moral como uma violência invisível, que impõe situações humilhantes e vexatórias: “É uma forma particular de violência, sutil e pernicioso; uma forma de violência que gera vítimas entre indivíduos, grupos e organizações. Damos a essa forma de violência invisível o nome de assédio moral” (HELOANI, 2003, p. 58).

<sup>54</sup> O assédio moral é considerado uma forma de violência invisível por juristas que atuam no campo do Direito do Trabalho.

Esta exposição explora a chamada violência invisível como é discernível globalmente no doméstico, no trabalho e na vida cotidiana. Isto inclui a violência administrativa e burocrática; Formas de violência visual na mídia; Bem como formas sutis de sectarismo e animosidade comunitária de recentes circunstâncias sociopolíticas históricas e atuais. Essas comparações de violência estão sendo exploradas, reunindo trabalhos de artistas que problematizam temas territoriais, nacionalistas, mitológicos e identitários. Em geral, o projeto se esforça para não ficar atolado por representações particionadas ou opostas<sup>55</sup>. (<http://www.e-flux.com/>)

A problematização desta espécie de violência tem outras frentes de compreensão sob o enfoque da percepção das vítimas, caso de pesquisa batizada de “Violência Invisível”, publicada pelas Nações Unidas (ONU), na Albânia, em 2012, sobre a violência contra mulheres e crianças deficientes naquele país<sup>56</sup>. O estudo enfoca o termo no sentido de que é uma violência contra pessoas sem voz na sociedade, já que engloba tanto atitudes físicas quanto emocionais e financeiras, de vítimas incapazes de denunciar o violador devido às suas deficiências.

Na busca de conceituações, Muniz Sodré (2006) introduz a percepção desta forma de violência no sentido aqui adotado de que existe uma violência invisível em contraposição a uma violência visível – aquela mais perceptível pelos índices crescentes que engrossam as estatísticas da criminalidade, caso das taxas de homicídios, furtos, roubos, etc (SODRÉ, 2006, p. 12). Apesar das diferenças de exteriorização, Sodré afirma que a violência visível é “anômica” como aquela que brota da força desordenada e explosiva que afeta a ordem jurídico-social (2006, p. 16). Outra forma de violência é a que se protraí dos estados e do serviço público: “Trata-se da violência invisível, violência institucional ou estado de violência, isto é, uma condição contínua, estrutural e irremediável” (SODRÉ, 2006, p. 16).

No campo da comunicação, em específico no campo da cibercultura, Trivinhos (2011) adota o termo “violência invisível” no sentido de que ela ocorre sem dolo ou

---

<sup>55</sup> Tradução livre para: “This exhibition explores so-called invisible violence as it is globally discernible within quotidian, domestic, work-related, and everyday life. This includes administrative and bureaucratic violence; forms of visual violence in media; as well as subtle forms of sectarianism and community animosity from recent historical and current socio-political circumstances. These comparisons of violence are being explored by bringing together artists’ work that problematize territorial, nationalistic, mythological and identity-related topics. Overall the project strives to not be bogged down by partitioned or oppositional representations”. Texto consultado em 01/01/2016: <http://www.e-flux.com/announcements/30040/invisible-violence/>.

<sup>56</sup> Pesquisa foi realizada em 2015, com apoio financeiro do governo da Suécia. O estudo completo pode ser acessado em <http://www.al.undp.org/content/albania/en/home/library/poverty/invisible-violence-an-overview-on-the-phenomenon-of-violence-a.html>.

culpa, mas sem oferecer subsídios para a percepção conceitual e prática para o estudo da violência no Entorno. Apesar deste conceito seguir no limite da definição dada por Bourdieu, o autor afirma que ela se subtrai da lista das violências elencadas pelos sociólogo no sentido de “simbólico”. Em Trivinhos, as redes sociais acabam por corporificar a violência invisível<sup>57</sup>, apesar desta não ser exclusividade do virtual.

A violência invisível é a violência que se reveste de e se oblitera por todos os foros da normalidade convivial (em âmbito presencial ou virtual), com nuances peculiares. Seu índice de coação é nulo no seio das relações sociais. Por isso, vige, em regra, imperceptível não somente para as subjetividades em contexto (em especial, aquelas mais fortemente articuladas pelo desejo do único), mas também aos olhos dos observadores externos. Imaterial, ela se subtrai, com efeito, ao quadro das formas de violência simbólica (cf. BOURDIEU, 2002). Quando muito, nessa esteira, desdobra-se em zona proto ou pré-simbólica: não se insere, direta ou explicitamente, na linguagem, nem se vale necessariamente de quaisquer outros símbolos. É o tipo de violência não-evidente que se apresenta como o resultado fenomenológico autopoético e prático de uma presença com pulsão direcionada ao centro do contexto, de um desejo instrumentalizado com vistas ao único. (TRIVINHOS, 2011, p. 121).

Esta pesquisa busca uma acepção da violência invisível no sentido amplo, que abrange tanto a noção de violência simbólica quanto a violência institucional<sup>58</sup> e moral – e inclusive o silêncio e a omissão. Nos termos de Bourdieu, é uma violência que é simbólica, dentro da linguagem, mediada pela comunicação, mas que também oferta possibilidade de que seja perpetrada através de modalidades institucionais e morais.

O invisível vai abranger narrativas, relatos, decisões e acontecimentos no âmbito do estado que afetam a vida de suas vítimas, seja através da produção de estigmas seja por meio de negação de direitos ou prática de delitos morais que aniquilam a personalidade ou a cidadania de suas vítimas. Esta modalidade de pesquisa tem se constituído sociologicamente, portanto, a partir de Bourdieu e dos aportes de outros autores, que aplicam em casos concretos as percepções desta modalidade de violência.

Caldeira (2000), por exemplo, busca entender como as narrativas de crime são estruturadas em um bairro paulista. Em seus estudos da Mooca, antigo bairro industrial de São Paulo, demonstra a ordenação simbólica da fala do crime, que se repete e contribui para circular o medo entre a comunidade. Esta sua descrição é perfeita para a

---

<sup>57</sup> O autor afirma que devido as injunções sociotécnicas, a estrutura cibercultural do Twitter não “representa senão a quintessência da violência invisível da melancolia do único”.

delimitação da violência invisível, em específico a flagrada no Entorno do Distrito Federal, ao mostrar as implicações da fala do crime na sociabilidade dos moradores.

A ordem simbólica engendrada na fala do crime não apenas discrimina alguns grupos, promove sua criminalização e os transforma em vítimas da violência, mas também faz o medo circular através da repetição de histórias e, sobretudo, ajuda a deslegitimar as instituições da ordem e a legitimar a privatização da justiça e o uso de meios de vingança violento e ilegais. Se a fala do crime promove uma ressimbolização da violência, não o faz legitimando a violência legal para combater a violência ilegal, mas fazendo exatamente o contrário (CALDEIRA, 2000, p. 43).

Nos termos desta pesquisa, a violência analisada durante a realização dos grupos focais – principalmente no tocante aos estigmas observados – se coliga e se amolda ao proposto por Bourdieu quanto ao fato de parcela das vítimas perceber o estigma como violência suave, já que muitas vezes sequer é perceptível. O mesmo se diz da violência observada nas reportagens, notícias e redes sociais, que carregam em sua estrutura a característica da invisibilidade, na medida em que revelam uma orientação simbólica e de rotinas produtivas que excluem, de fato, o acesso a uma cidadania comunicativa – daí muitas vezes o silêncio das fontes. Percebe-se, portanto, a proeminência da noção de violência simbólica e sua constituição como vertente significativa de estudos das violências não físicas. É preciso, perceber, todavia as diferenças desta modalidade com as que ocorrem no âmbito institucional e no campo da moral, separando suas idiosincrasias e peculiaridades para uma compreensão detida do objeto da pesquisa.

### **3.1. Violência institucional**

Como visto no início deste capítulo, Pierre Bourdieu (2012) afirma que o próprio estado surge através de uma violência, no momento em que se institucionaliza, impondo regras, cingindo a sociedade e estabelecendo uma organização hierárquica estranha ao espaço ocupado. Neste sentido, a violência é estruturante, pois contorna o território, o delimita e institui uma nova ordem de uso. As leis utilizadas para criar o próprio Entorno do Distrito Federal trazem em seu conteúdo comandos que violentam institucionalmente a localidade. A mudança da capital do país para o centro de Goiás vai atender, principalmente, aos empreendedores e oligarquias, que desejavam variar sua produtividade e assim vender suas terras ao Governo Federal:

Em que pese atrair uma onda de industrialização e geração de emprego, as sociedades empresariais que se instalaram nas proximidades de Brasília contribuíram para reduzir as áreas verdes e rurais que se destacavam no

centro do Brasil e corromper os agricultores familiares que ainda tentaram se articular para viver em um ambiente ecologicamente equilibrado (SILVA, 2016, p. 178).

A própria fundação de cidades, territórios e regiões, dependendo de sua origem, carrega intrinsecamente a violência institucional, ordenadora e estatal, que faz uso do seu monopólio peculiar e impõe suas agendas e interesses. Assim, a violência estatal seria uma constante, já que tais decisões são de fato a exteriorização do monopólio da violência, pois se impõe sob o argumento da supremacia do interesse público. Uma outra definição corrente da violência institucional é a de que seria produzida por meio das instituições, tanto públicas quanto privadas, que detém poderes e funções específicas. As Nações Unidas (ONU) concentram sua definição principalmente quanto aos atos administrativos das estatais e empresas públicas.

A violência assume diversas facetas, mas uma das mais preocupantes é a institucional, aquela cometida justamente pelos órgãos e agentes públicos que deveriam se esforçar para proteger e defender os cidadãos. É uma discussão importantíssima porque, apesar de contarmos com uma Constituição democrática, o Estado brasileiro continua a fazer uso de práticas autoritárias herdadas do período da ditadura militar, em nome da manutenção da lei e da ordem – portanto, do controle social (ONU, 2014, p. 117).

As pesquisas avançam no sentido de que a institucionalização da violência se daria por ações comissivas dos órgãos públicos, dos seus gestores e também por meio da negligência, que violentaria o cidadão pela não realização de direitos garantidos na Constituição. No caso dos direitos sociais, obrigação assumida pelo Estado, observa-se uma confrontação da violência institucional com a simbólica, já que muitas vezes inexistente a percepção legal do que deve ser feito.

No caso dos moradores do Entorno, identifica-se uma junção de violências institucionais que firmam paralelo com as ocorrências simbólicas, sociais e morais, sendo muitas destas uniões de microviolências relatadas como eventos criminosos. Muniz Sodré (2006) categoriza como violência social aquela que se manifesta de forma silenciosa, burocrática e invisível. Ele trata como violência social ou invisível, por exemplo, uma inspeção da Secretaria de Saúde no município de Bom Conselho (PE), em que se atesta que um posto médico não tem álcool nem gaze, mas garante a todos servidores uma antena parabólica. Observa-se, logo, a negação ao direito social da saúde e ao mesmo tempo o desperdício público com o acessório e supérfluo.

Esta violência se configura por ações e omissões, promessas, silêncios administrativos e por atos de improbidade e corrupção. A violência institucional é

impulsionada pelo conjunto de ações públicas, diga-se, ações que muitas vezes sequer são exteriorizadas, mas de conhecimento apenas dos violentados e agressores. É, logo, aquela espécie de violência:

(...) que se realiza dentro das instituições, sobretudo por meio de suas regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas, reproduzindo as estruturas sociais injustas (MINAYO, 2007, p. 33).

Os serviços na área de saúde, assistência social, a violência policial, a demora processual, dentre outros, quando ofertados sem a atenção aos procedimentos adequados da racionalização estatal, produzem mal estar e indignação em moradores. Tais negativas de direito costumam ser objeto crescente de ações de entidades que zelam pelos direitos dos cidadãos, caso das Defensorias Públicas e Ministério Público. Quando negam o cumprimento da satisfação básica e ignoram os direitos sociais e individuais pactuados na Constituição Federal, os entes ferem princípios basilares que sustentam o Estado.

A partir da reação ou inação estatal, o cidadão é despersonalizado. Sente-se, logo, desconsiderado nos atributos que constituem a cidadania. Pesquisadores da violência institucional apontam a burocratização excessiva, a tecnificação e a corrupção como elementos determinantes para a produção do mal-estar institucional. Maria Inês Nogueira (1994) trata da negação ao cidadão dos direitos à saúde. Ele afirma que sob a ótica da atenção à saúde, esta violência se caracteriza pela falta de acesso e má qualidade. Clísy Bispo e Vera Lúcia Souza (2007) ampliam a noção de violência institucional para as relações entre os sujeitos que prestam o serviço e os que requerem esta atenção. Elas exemplificam o caso das mulheres grávidas: “Podemos estender também às próprias relações entre clientes e profissionais de saúde, dentro das instituições que atendem a população feminina” (BISPO e SOUZA, p. 27, 2007).

A noção de institucional – que caracteriza esta modalidade de violência – não diz respeito apenas aos aparelhos estatais, sendo as entidades privadas também operadoras destas modalidades de violência não física. Ao interpretar a Lei Maria da Penha, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece que a violência institucional se caracteriza pelas diversas formas de desigualdade, cuja formalização se dá por diferentes organizações privadas e aparelhos estatais:

(...) tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas etc.) predominantes em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações

privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades. (CNJ, 2016).

Caracterizam estas modalidades de violência a ausência de infraestrutura, a demora no atendimento dos pedidos, o não cumprimento de decisões judiciais a apresentação de programas de serviços públicos de caráter midiático, a ausência do estado em situações cuja presença é essencial para mediar os conflitos, dentre outras manifestações institucionais de desprezo pelos direitos do cidadão.

### **3.2 Violência moral**

A ideia de violência moral tem sido objeto de investigações principalmente no campo do direito e psicologia. Costuma-se cingi-la nos delitos de calúnia, difamação ou injúria quando está adstrita aos aspectos legais. Neste caso, a vítima ofendida tem como consequência a reação prejudicial à sua reputação, através de agressões à identidade e a autoimagem. No campo da doutrina psicológica, toma-se o termo para caracterizar violência psicológica se a vítima toma conhecimento<sup>59</sup> do fato e se sente prejudicada.

Autores da sociologia que discutem o trabalho (DEJOURS, 1992) e a vida profissional (AUBERT, 1993) têm exposto preocupação com as relações violentas inseridas no cotidiano produtivo das sociedades. Mais recorrente, no segmento do direito, é o uso do termo assédio moral, que também se caracteriza como uma espécie de violência moral, pois realiza a exposição de forma constrangedora dos funcionários. Marie-France Hirigoyen (2002) aponta o uso de gestos, palavras e comportamentos inadequados para tratar o empregado como manifestação da violência moral:

(...) toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo, por comportamentos, palavras, atos, gestos e escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho (HIRIGOYEN, 2002, p.65).

O que caracteriza todas estas violências é o caráter não físico, mas de grande consequência na personalidade do ser humano. Ao tratar da violência doméstica, a Lei Maria da Penha conceitua a violência moral como “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”. A mesma lei, que trata de outras formas de violência,

---

<sup>59</sup> Sob o amparo legal, protege-se até mesmo a memória e honra dos mortos. De modo que a noção de violência moral psicológica é a que mais se amolda ao caso em estudo, sem, contudo, se excluir a a conceituação referente aos atributos legais que categorizam a honra dos moradores do Entorno.

como patrimonial, física e sexual, trata da agressão psicológica, sendo aquela que cause dano emocional:

(...) violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Art. 7º, II, Lei 11.340/2006).

Pela legislação, a violência psicológica é considerada “ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação”. Mais uma vez, a violência psicológica firma paralelo com a violência tipificada penalmente quando trata da manipulação e de ameaças diretas ou indiretas – violências categorizadas no Código Penal Brasileiro por inúmeras espécies de delitos, caso da ameaça, invasão de domicílio e constrangimento ilegal. Estas espécies de violência psicológica são, portanto, caracterizadas pela humilhação, abuso e isolamento pessoal que podem prejudicar a saúde psicológica e autodeterminação do ser humano.

Na atualidade, o debate midiático chamou atenção para o termo violência moral e psicológica, evidenciando uma preocupação social em torno do tema. A inserção da expressão bullying<sup>60</sup> na agenda da mídia tornou a violência moral um tema recorrente e de grande preocupação a ponto dos poderes públicos buscarem sua colocação no ordenamento jurídico. Após recorrentes estudos no âmbito da violência escolar, o termo ganhou notoriedade devido aos exemplos expostos nos meios de comunicação social. A expressão apropriada pelos estudos sociais e psicológicos é, de fato, um conjunto de tipos penais, muitos deles caracterizados também como violência física, caso dos pequenos empurrões e confrontos físicos que não ocasionam lesões corporais (ARRIETA, 2000).

---

<sup>60</sup> A Lei 13.185/15 instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) e caracteriza esta espécie como “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas”. A norma categoriza desde apelidos pejorativos até a disseminação de rumores, além de tentativa de exclusão. Existe ainda uma categorização do bullying virtual: “depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social”. No tocante, ao ato de violência psicológica, usa-se o verbo “infernizar”: “perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar”. A lei também tipifica o uso de “grafites depreciativos”, “pilhérias” e “isolamento social consciente e premeditado”.

## CAPÍTULO 4 - ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

A região do Entorno do Distrito Federal abrange um conjunto de municípios localizados numa microrregião de Goiás pertencente à mesorregião do Leste Goiano. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) usa o conceito de mesorregião para subdividir os estados em uma área geográfica que apresente similaridades econômicas e sociais, servindo, assim, aos seus estudos e metodologias de análise estatística. As mesorregiões, por sua vez, são estratificadas em microrregiões.

**Figura 1 - Entorno do Distrito Federal (cidades goianas)**



Extraído de: SEGPLAN, 2013

É a Constituição Federal que permite aos estados organizarem seus territórios internos, tendo como fim estipular políticas públicas integradas. Portanto, existe uma permissão legal para que o estado, desde que deseje, reorganize o espaço, a partir da conjunção de políticas de ação e desenvolvimento. Eis o que diz a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

(...)§ 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A Constituição Federal ainda possibilitou que a própria União crie complexos geoeconômicos tendo em vista a diminuição das desigualdades regionais:

Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

Trata-se de norma extensa em tamanho, que delimita ações práticas voltadas para os moradores<sup>61</sup>. A legislação constitucional exemplifica, por exemplo, práticas de auxílio de recuperação de terras áridas e incentivos fiscais na região.

O Entorno do Distrito Federal é constituído por meio da Lei Complementar n. 94/1998. Conforme a norma, o Poder Executivo, a partir da autorização do artigo 43 e outros da Constituição Federal, criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Em linhas gerais, a lei estipula quais as cidades que integram esta região, o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal e repete de forma semelhante o que foi estipulado no artigo 43 da Constituição Federal: conforme a lei, o programa de desenvolvimento estabelecerá tarifas, fretes e seguros com preços diferenciados, bem como linhas de crédito especiais para atividades prioritárias, isenções e incentivos fiscais, em caráter temporário, de fomento a atividades produtivas em programas de geração de empregos e fixação de mão de obra.

A perspectiva da RIDE é de que possa existir uma atuação conjunta dos estados que abrangem o Entorno. O artigo 5º da norma estipula que programas e projetos prioritários para a região, com especial ênfase para os relativos à infraestrutura básica e geração de empregos, serão financiados com recursos:

---

<sup>61</sup>Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. § 1º - Lei complementar disporá sobre: I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento; II - a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes. § 2º - Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei: I - igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público; II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias; III - isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas; IV - prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas. § 3º - Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

I - de natureza orçamentária, que lhe forem destinados pela União, na forma da lei; II - de natureza orçamentária que lhe forem destinados pelo Distrito Federal, pelos Estados de Goiás e de Minas Gerais, e pelos Municípios abrangidos pela Região Integrada de que trata esta Lei Complementar; III - de operações de crédito externas e internas.

A Lei Complementar que estipula a RIDE bem como a legislação constitucional acabou por influenciar normas que incentivam a integração dos municípios e também dos interesses dos estados, caso do estipulado no artigo 3º da Constituição de Goiás, em seus objetivos fundamentais: “O Estado de Goiás buscará a integração econômica, política, social e cultural com o Distrito Federal e com os Estados integrantes do Centro-Oeste e da Amazônia”. A Lei Estadual de Goiás nº 17.661/2012, por exemplo, ratifica o protocolo firmado pelo Estado de Goiás, Distrito Federal e por Municípios da RIDE, com a finalidade específica de instituir o Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás.

**Figura 2 - Entorno do Distrito Federal (com cidades mineiras)**



Extraído de: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal IPPUR-(UFRJ), 2013

No tocante ao DF, existe uma secretaria extraordinária (Secretaria Extraordinária do Entorno do Distrito Federal) e políticas de planejamento realizadas pela Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), responsável pelas políticas públicas de planejamento de ações para as diversas regiões goianas – incluindo o Entorno do DF. Um dos objetos

de trabalho da Segplan é o anuário “Regiões de Planejamento de Goiás”, em que se estabelece ano a ano as perspectivas de ações. Na versão de 2012, a Segplan estipula 19 cidades na região do Entorno. Portanto, é diferente da lista que aparece enumerada na lei que estabelece a RIDE<sup>62</sup>.

#### **4.1. Centro e periferia: uma visão teórica sobre as cidades**

Ciente das dificuldades em estudar a violência invisível realizada em toda a região, opta-se nesta fase da pesquisa em selecionar cidades determinantes para compor o estudo detalhado da violência. Neste capítulo, portanto, abordam-se as principais teorias sobre as cidades e núcleos urbanos, tendo em vista a pesquisa referente a violência produzida no Entorno. Enfoca-se neste capítulo, sobretudo, a relação estabelecida entre centro (onde quem mora tem poder aquisitivo) e a periferia, que se configura por meio de uma zona de risco originada pela falta de estrutura e desorganização social. Na região do Entorno, a relação centro-periferia é determinante tanto na produção das violências físicas quanto nas modalidades de violência invisível.

Os estudos que se referem às cidades a partir da angulação sociológica tomaram grandes proporções nas últimas décadas. A investigação das cidades, todavia, é anterior à reflexão sociológica, tendo o campo da história cuidado dos apontamentos referentes às funções e forma, como ocorre com Coulanges (2001), e sua pesquisa bibliográfica do século 19 sobre as sociedades antigas.

Entretanto a temática da urbanização será desenvolvida a partir da sociologia. Louis Wirth (1987) reconhece a dificuldade de definição das cidades e do conceito do que seja urbano – termo que remete ao processo de aglomeração de pessoas dentro de um contexto social diferente do que se entende por rural. Nos estudos urbanísticos, existe uma grande dissonância entre pensadores: “Chegamos ao ponto que falar sobre o assunto implica revisar e refutar tudo o que os outros já disseram” (KOSTOF, 2001, p. 29). É no sentido proposto por Rigatti (2005, p. 229) que se busca extrair o conhecimento das cidades: “O processo de deterioração nos centros urbanos [...] em muitas cidades brasileiras compartilha algumas características comuns [...], o que nos

---

<sup>62</sup> A RIDE abrange, conforme a Lei Complementar nº 94, o Distrito Federal, os municípios Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais.

permite inferir que, a despeito das peculiaridades, as cidades experimentam um processo semelhante”.

#### **4.1.1. Em busca de uma definição para cidade**

Wirth define cidade como “um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1987, p. 96). Ele separa conceitualmente urbanismo de industrialização e capitalismo, afirmando que tais características não são suficientes para definir cidade. O “núcleo denso de pessoas diferentes” é a importante inferência teórica de Wirth, na medida em que aponta a problemática dos aglomerados humanos: o número agigantado de pessoas diminui o contato íntimo, segmenta as relações humanas e as categoriza em transitórias.

A heterogeneidade proposta por sua definição serve para se entender a quebra de estruturas sociais rígidas, ainda mais quando se observa que as cidades reúnem diferentes etnias e raças. Wirth relaciona a heterogeneidade ao processo de insegurança e mobilidade – que passa a ser maior nas cidades. Ele reitera o que foi dito por Georg Simmel, acerca do aspecto pecuniário<sup>63</sup> como mediador dos relacionamentos humanos. Além disso, explica Simmel, nas cidades, os indivíduos são eficazes apenas a partir dos grupos organizados que integram. Conforme Castells (1972, p. 40), em seu processo inicial de desenvolvimento histórico, as cidades tornaram-se “a forma residencial adotada pelos membros da sociedade cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era necessária”. O autor diz que investigações arqueológicas apontam que os primeiros aglomerados sedentários e com forte densidade de população apareceram no fim do neolítico, tendo como exemplos a Mesopotâmia (por volta de 3.500 a.C), China e Índia (3000-2500 a.C).

É neste momento que as técnicas de produção, aliadas às condições sociais e naturais de trabalho, permitem ao agricultor produzir mais do que suas necessidades (1972, p. 41-42). As primeiras cidades, portanto, só passam a existir no momento em que se tem excedente produzido por meio do trabalho na terra. Castells reelabora sua

---

<sup>63</sup>Para Simmel, a metrópole, como sede da economia monetária, orienta a pessoa intelectualmente sofisticada a ser indiferente a toda a individualidade genuína, porque dela resultam relacionamentos e reações que não podem ser exauridos com operações lógicas. E ainda assim, diz ele, a individualidade dos fenômenos não é mensurável com o princípio pecuniário: “A mente moderna se tornou mais e mais calculista. A exatidão calculista da vida prática, que a economia do dinheiro criou, corresponde ao ideal da ciência natural: transformar o mundo num problema aritmético, dispor todas as partes do mundo por meio de fórmulas matemáticas” (SIMMEL, 1979, p. 21).

definição, tendo em vista as funcionalidades das cidades e fornece um detalhamento maior do que são as cidades modernas, agregando pontos para uma reflexão:

Elas são os centros religiosos, administrativos e políticos, expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho. Trata-se portanto também de um novo sistema social, mas que não está separado do tipo rural, nem é posterior a ele, pois os dois estão intimamente ligados no âmago do mesmo processo de produção de formas sociais, mesmo que, do ponto de vista destas próprias formas, estejamos em presença de duas situações diferentes (CASTELLS, 1972, p. 43).

Castells introduz o conceito de cidade como sistema social, abarcando mais do que uma visão estatística ou cosmopolita de conjunto de pessoas aglomeradas. Não cogita, por exemplo, a concepção de urbanização como fundadora das cidades. Ao contrário, reitera que ela “não está separada do rural”. Ao mesmo tempo insere os aspectos econômicos e sociais, que tornam a cidade um centro de produção que tem no trabalho seu motor essencial de existência.

A pertinência de compreender a cidade como um sistema social é importante para que se rejeite a ideia de cidade apenas como núcleo denso de pessoas diferentes, pois existem, ainda sim, cidades não tão densas. Ou mais ainda, cidades menos integradas por diferenças e mais por similitudes. Castells demarca que a reflexão sobre cidades é uma análise sobre um sistema, o qual é orgânico e está em constante transformação – na verdade, a contextualização é ideal para as cidades do Entorno, já que muitas delas se originam de desdobramentos internos de outros municípios, de loteamentos iniciados distantes dos centros urbanos, das aglomerações que obrigam os distritos a adquirir suas autonomias administrativas, etc.

#### **4.1.2. A tradição da pesquisa de cidades**

A pesquisa de Castells é antecedida por uma vasta tradição dos estudos sociológicos de cidades. As linhas de pesquisas que se institucionalizaram na Escola de Chicago e as anteriores investidas de Max Weber e Georg Simmel nos modelos e tipos metropolitanos deram sustentação para que surgissem objetos de estudo clássicos como a democracia nas cidades, a efetivação dos direitos sociais (principalmente o de moradia) e as espécies de sociabilidade desempenhadas entre os cidadãos, incluindo aqui as interações violentas.

No núcleo científico de Chicago, Robert Ezra Park e E. W. Burgess desenvolveram estudos metropolitanos sob a ótica das consequências da urbanização –

como visto, não essencial para sua existência, mas delimitadora de sua característica. A concepção de ecologia humana, ao analisar fluxos de migrações, criminalidade e até mesmo a importância da notícia, tornou a cidade em objeto de estudo nas primeiras décadas do século passado. Uma das hipóteses iniciais testadas pelos sociólogos visava investigar a perspectiva de que as cidades adquirem personalidade dentro de um sistema onde o indivíduo é integrado a um grupo maior, apesar de permanecer sujeito de direitos dentro do seu limite territorial.

Em contraposição aos núcleos rurais, comuns na idade média, Georg Simmel (1977) aponta que as cidades urbanas produziram traços aparentemente insignificantes, mas que unificam e uniformizam espécies de comportamento e que tendem a modificar a vida das pessoas. Para ele, a mente moderna tornou-se mais calculista. Influenciado por esse novo olhar cidadão-urbano, o homem pautará suas realizações e necessidades pelos relógios que antes estavam apenas nos bolsos, mas que logo chegaram aos pulsos.

Cidades, portanto, seriam espaços territoriais onde um novo tipo metropolitano transitaria em busca de realizações imediatas. E o homem das cidades teria uma forma diferente de contemplar as coisas. Simmel caracteriza esse fenômeno psíquico de 'blasé', ou seja: a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia antes apropriada. "Não há talvez fenômeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto a atitude blasé" (SIMMEL, 1977, p. 12). A perspectiva do 'blasé' seria planificada pelo dinheiro, que acelera e impulsiona o comportamento:

O dinheiro, com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incompatibilidade (SIMMEL, 1977, p. 12).

Na interpretação de Simmel surge espaço para uma visualização das cidades como territórios de produção de relações sociais diferentes daquelas que ocorrem na vida rural. Pontualidade e dinheiro passam a ser elementos semióticos importantes na caracterização das cidades urbanizadas. As reflexões de Simmel influenciam o início das pesquisas sociológicas da Escola de Chicago. Park (1977) aponta para o que batiza de 'estado de espírito' das pessoas urbanas tendo em vista a industrialização americana. O laboratório social, na visão de Park, é a cidade com seu processo construtivo de realidades. Desorganização e marginalidade seriam intrínsecos a este território.

Park considera a cidade um corpo de costumes transmitidos por tradição. "Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção

artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem” (PARK, 1977, p. 26). Todavia, Park acredita que o próprio morador não a conhece, tendo sempre assimilado a cidade por meio da superficialidade das notícias. A crônica diária faz sucesso exatamente pelo motivo que nos fascina: a notícia revela que não conhecemos o que se repete e o que ocorre dentro das cidades (PARK, 1977, p. 28).

Gottdiener critica a análise que se concentra na dicotomia vida ‘urbana’ e ‘rural’, na urbanização e na definição de cidades como forma de ‘assentamento urbano’ (1997, p. 15). Para ele, assim como para Castells, a compreensão das cidades deve passar pelo entendimento político e econômico. Ele opta em examinar a “intersecção dos processos políticos e econômicos no espaço” e o uso do planejamento e da tecnologia da construção para “encerrar o ato físico de conversão da terra numa linguagem de sofisticada retórica arquitetônica” (GOTTDIENER, 1997, p. 16).

O autor utiliza o termo desconcentração de forma diferente ao uso comum, pois a palavra apreende a dispersão regional maciça de pessoas, comércio, indústria e administração pública. Em áreas imunes ao crescimento urbano, portanto, surgem domínios multicentrados. A desconcentração é fruto de muitos anos de crescimento suburbano fora dos centros da cidade, em distâncias cada vez maiores. Gottdiener conceitua então as cidades-dormitórios, tendo como objeto de averiguação as municipalidades de Westchester e White Plains, próximas de Nova Iorque, como exemplos de regiões invadidas, durante as décadas de 1940 e 1950. No conceito inicial, a perspectiva de morar distante do centro tinha uma característica de classe média. Gottdiener diz que velhas fazendas tornaram-se casas de famílias modernas.

Tal movimento extemporâneo para fora da cidade com propósitos residenciais deu origem à primeira imagem do subúrbio como o bairro-dormitório do centro da cidade; proporcionou também um status de classe média alta à separação entre casa e trabalho, tornando de bom tom a commutation (GOTTDIENER, 1997, p. 20).

É preciso se atentar, entretanto, que as cidades que serão analisadas na região do Entorno do DF não se aproximam deste conceito de cidades-dormitórios investigadas por Gottdiener, que se concentrou nos subúrbios da classe média americana, mas em um novo contexto de ocupação, em que territórios foram desordenadamente criados para aplacar as fortes correntes migratórias advindas da criação de Brasília. O caso do Distrito Federal é exemplo da formação de cidades dormitórios por necessidade natural da ocupação que ali se instalava. A instituição de uma periferia em torno da capital

ocorre pela tradicional concepção dicotômica de que existe um espaço mais importante do que o outro e de que existem diferenças de uso do território.

Esta imposição da relação social entre centro e periferia ocorre, sobretudo, pelo interesse do capital financeiro, que se apodera dos territórios agrários e os transforma em loteamentos. Através do rentismo, que se firma pela prevalência do setor financeiro em relação ao setor produtivo – e no caso do Entorno do Distrito Federal estaria intimamente relacionado ao ganho que se tem com o comércio e aluguel da terra –, a região passa a conviver com o surgimento de inúmeros loteamentos e, por fim, cidades.

A partir de políticas públicas instruídas no governo de Juscelino Kubitschek, que atendeu em grande parte demandas das oligarquias da região central do Brasil e também articulou ações com intuito de agradar o capital financeiro global, a região que recebeu Brasília foi praticamente esartejada, criando um grande alvoroço no “entorno” da Capital. Inseridos aos poucos no sistema financeiro após a variação produtiva, os rentistas que viviam apenas de juros passaram a ter inúmeros benefícios na medida em que o valor do alqueire passou a ser cotado em metros quadrados, inflacionando o valor calculado da futura periferia de Brasília. Patrocinado pelo Estado, o rentismo se concentrou principalmente na financeirização dos espaços ao redor da capital e no mais grave: no esgotamento dos recursos naturais e modificação brutal da paisagem, antes composta por fazendas e grandes faixas rurais.

Como explica Paulani<sup>64</sup> (2016), o dono de terra é rentista, já que explora a renda fundiária. Em vez de salário e lucro, ligados imediatamente ao aspecto produtivo, o dono das terras do Entorno manteve em suas mãos a propriedade privada da terra e a fatiou tendo em vista a produção de loteamentos. Harvey (2006), diz Paulani, é quem acrescenta que a diferença de localização da terra seria elemento fundamental para a compreensão da apropriação da renda fundiária. Assim, o preço da terra significa sempre a volatilidade do capital em busca de rendas futuras e aumentadas (PAULANI, 2016, p. 528).

---

<sup>64</sup> Paulani define o rentista: “Dá-se o nome de renda ao rendimento que deriva da mera propriedade, ou seja, é rentista todo aquele que tem direito a uma parcela do valor socialmente produzido pelo mero fato de ser proprietário” (2016, p.518). Paulani cita a reflexão de Harvey: “No prefácio de *Limits to Capital* que escreve para a reedição de 2006 (a obra original é de 1982), Harvey afirma que, muito longe da eutanásia do rentier que Keynes vislumbrou, o poder das classes burguesas está crescentemente articulado em torno a pagamentos de rendas, sejam elas provenientes da exploração de recursos naturais, da criação de monopólios, da existência de diferenciais de produtividade, ou das mais diferentes formas de rent seeking (2006/1982, p. xvi)” (PAULANI, 2016, p. 526)

Lefebvre compreende como a cidade passa a ter a função econômica mais acentuada: enquanto a cidade grega e romana se apega a um espaço vazio, a ágora e o fórum, as cidades medievais integraram mercados e mercadorias. “A centralidade urbana acolhe os produtos e as pessoas. Proíbe seu acesso àqueles que ameaçam sua função essencial, que passa a ser a função econômica, anunciando e preparando o capitalismo” (LEFEBVRE, 1991, p. 129)

Ele identifica nas cidades capitalistas a densificação dos comércios no centro, que atrai comércios raros de produtos e gêneros de luxo. Em sua perspectiva de estudo, que reúne um pouco da tradição de Chicago e a visão econômica, sobeja uma leitura superficial das sociabilidades, mas que não vai contra o olhar refinado de Simmel e de Chicago. “Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrines, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas; elas veem, olham, falam, falam-se” (LEFEBVRE, 1991, p. 129).

#### **4.1.3. Delimitações conceituais e questões fundamentais das cidades**

Para o estudo proposto nesta pesquisa referente à região do Entorno, é necessário buscar subsídios e informações nas próprias cidades que são objetos de investigação. Dentro de uma perspectiva contemporânea, tendo em vista a noção da cidade como um sistema social e fundado nas relações econômicas, sociais e históricas, logo, urge compreender algumas delimitações conceituais. No tocante aos aspectos urbanos, Castells trata da aceleração do ritmo da urbanização, a concentração deste crescimento urbano em regiões em desenvolvimento, o aparecimento de novas formas urbanas (como as grandes metrópoles) e a relação do fenômeno urbano (bem como sua articulação com novas formas de interação social) provenientes do modo de produção capitalista.

Em sua reflexão sobre a relação entre sistema econômico e cidade, Castells enxerga transformações a partir da atomização gerada pela evolução do capitalismo. Para ele, a urbanização e industrialização tendem a caminhar juntas na medida em que interferem na consolidação desta dinâmica:

A região metropolitana, enquanto forma central de organização do espaço do capitalismo avançado, diminui a importância do ambiente físico na determinação do sistema de relações funcionais e sociais, anula a distinção rural e urbana e coloca em primeiro plano da dinâmica espaço\sociedade, a conjuntura histórica das relações sociais que constituem sua base (CASTELLS, 1972, p. 57).

Castells cita reflexão de Donald J. Bogue a respeito da relação entre densidade populacional e distância. A densidade populacional tende a decrescer quando a distância com relação à metrópole central aumenta. Da mesma forma, sublinha que o valor monetário das atividades é mais alto na cidade central (1972, p. 58).

Em seu estudo da realidade americana da década de 1970, Castells aponta, assim, a relação entre metrópoles e cidades laterais. Todavia, conforme já suscitado, o pesquisador nega os dualismos entre rural e urbano, tendo em vista desenvolver uma análise geral e distante desta consonância e dissonância de populações.

Apesar de analisar em específico a metropolização em Paris e Estados Unidos, os problemas que levanta parecem se adequar ao Entorno, desde que guardadas as evidentes diferenças. A região metropolitana de Brasília, de fato, “anula a distinção rural e urbana”, assumindo, desta forma, a ideia de que seja um espaço dedicado ao estabelecimento de um capitalismo mais imediato. Como apontado por Bogue e Castells para o caso americano, o valor das atividades é maior também no centro de Brasília e cidades satélites e menor nos municípios goianos, considerados periferias da capital até mesmo pelos órgãos de planejamento urbano do Distrito Federal.

A problemática atual da urbanização nas cidades gira em torno de quadros fundamentais, dentre eles, a “aceleração do ritmo da urbanização no contexto mundial” (CASTELLS, 1972, p. 46). Existe, então, um processo mais amplo de urbanização das cidades, que traz, dentre outras consequências, o abandono gradual da vida rural – fato identificável em duas das cidades investigadas nesta tese, Valparaíso de Goiás e Águas Lindas. Existe, logo, um ritmo de crescimento das cidades que é motivado pelo sistema econômico. Castells relaciona a urbanização ao processo de rearticulação do modo de produção capitalista, que, por sua vez, modifica e desarticula as formas anteriores de relações de trabalho.

Uma noção dominante de desenvolvimento abrangeria ao mesmo tempo uma visão técnica e econômica e um processo – a transformação qualitativa das estruturas sociais, o que permite um aumento do potencial das forças produtivas. Castells não considera o desenvolvimento como acúmulo que ocorre dentro da sociedade devido um movimento dos recursos técnicos tendo em vista a distribuição. Ele aponta que é necessário levar em consideração a dependência<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> Tema abordado por Manuel Castells e que já extrapola em essência o objetivo do estudo aqui proposto, mas que permite outros aportes e discussões quanto a relação entre cidades e sistema

Todavia, é pertinente apontar uma delimitação teórica de Castells para o fenômeno da metropolização – que seria um segundo nível da difusão urbana e que representa esta decomposição prévia das estruturas agrárias. Sua compreensão de como ocorre este fenômeno é importante para o estudo aqui realizado. O crescimento urbano, assim, tem grande relação com o desenvolvimento econômico. A região metropolitana representa, portanto, este predomínio:

É através da análise do processo de produção de uma nova forma espacial, a região metropolitana, que toda a problemática de organização do espaço nas sociedades capitalistas é recolocada em questão (CASTELLS, 1972, p. 53).

Em sua caracterização, ele explica que a organização interna da metrópole implica uma interdependência hierarquizada das diferentes atividades. O sistema metropolitano, desta forma, apresentaria, segundo Castells, algumas constatações, parte delas já analisadas: a densidade da população tende a decrescer quando a distância com relação à metrópole central aumenta, as cidades centrais são mais especializadas do que a periferia nas operações de comércio de varejo e o valor monetário é mais alto na cidade central.

Numa tradição de estudos paralela a de Castells, a partir de uma leitura sobre São Paulo e seu mercado imobiliário, Kowarick evidencia os supostos motivos dos principais problemas centrais urbanos. A partir do esquitejamento imobiliário, se observa a depredação ambiental, a falta de infraestrutura e o transporte deficiente. Neste sentido, em um viés de matriz marxista, ele introduz a noção de espoliação urbana, como sendo:

(...) somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessárias para a reprodução dos

---

econômico. Na verdade, a própria criação de Brasília está envolta no debate do chamado desenvolvimentismo, que tanto atendeu as elites agrárias do interior do Brasil quanto as famílias de industriais e o capital financeiro internacional. A ideologia que motiva a construção do Distrito Federal em Goiás é a de ocupar o centro do Brasil, ligando estados e cidades, acelerando justamente esta produção e circulação de capital. A expressão “desenvolvimento” é inserida nas legislações que amparam a construção do DF e até mesmo na denominação da RIDE. Todavia, o princípio que inspira a norma constitucional e complementar estaria eivado de equívocos na própria origem e contornos da expressão “desenvolvimento”. No caso do Entorno, seria mais uma desculpa para atender aos grupos econômicos interessados em novos mercados e espaço de produção, já que em termos de qualidade de vida, ou desenvolvimento humano, pouco acrescentou ao interior de Goiás quando se compara as cidades ao redor do DF com outras do Estado de Goiás e dos demais estados, que não sofreram tal ocupação (SILVA, 2016).

trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta dele (KOWARICK, 2000, p. 23).<sup>66</sup>

Conforme se verá adiante, nos capítulos empíricos, a proposição de Kowarick se evidencia em várias cidades do Entorno, já que tal espoliação se caracteriza exatamente pela falta de trabalho. Ou para ser mais exato, na distribuição de subempregos e na inapropriada vivência em cidades dormitórios. A periferação das cidades mais próximas de Brasília é acompanhada pelas características comuns a estas espécies de aglomerados. Ao analisar o Índice de Bem-estar Urbano (IBEU), Rômulo Ribeiro (2013) demonstra que as consequências desta situação de cidades dormitórios e a rentização provocam o que foi observado em relação à distancia dos municípios e a região central:

Quando analisamos o IBEU, em sua Dimensão 1 – Mobilidade (Figura 1), podemos verificar uma situação interessante, a partir do centro do DF temos a redução dos valores do IBEU, mas, depois, temos municípios com valores próximos à melhor situação (entre 0,91 -1,00). As questões que surgem são: por que os municípios mais próximos do DF apresentam baixos resultados para mobilidade (menores que 0,70)? E municípios afastados apresentam melhores resultados? A resposta para as duas perguntas envolve a relação entre estes municípios e o DF e a consolidação do conjunto que tem sido chamado de Área Metropolitana de Brasília (AMB). (RIBEIRO, 2013)

A desigualdade urbana e a centralidade no DF é questionada pelo autor, que aponta o reforço da centralidade no Plano Piloto de Brasília como uma prática perniciosa. “Faltam políticas tanto para o desenvolvimento e melhoria de qualidade das áreas urbanas dentro do DF quanto para os municípios que compõem os dois conjuntos” (RIBEIRO, 2013). O pesquisador diz que enquanto esta realidade não é alterada, a desigualdade urbana afeta também a área central. Conforme Ribeiro, a manutenção da dependência dos municípios em relação ao DF acarretará a não melhoria do bem-estar urbano destas populações, um dos princípios adotados na lei que instituiu a RIDE.

---

<sup>66</sup> Kowarick se apresenta como um dos autores centrais e determinantes para tentar compreender esta construção urbana que se funde ao social e que permeia as principais cidades do Entorno do Distrito Federal. Seus estudos, todavia, partem de São Paulo. Ele analisa as consequências do acirramento da exploração do trabalho na região metropolitana tendo como enfoque o acelerado crescimento econômico paulista. Talvez apenas Rio e Brasília tenham sofrido processo tão semelhante, quando passa a atrair uma corrente migratória de trabalhadores do resto do país logo após o início de sua construção. Kowarick analisa a oferta de mão-de-obra e a expansão capitalista na região metropolitana paulista, bem como as condições de vida e trabalho advindas deste processo. Ele busca respostas para as condições terríveis de transporte, a luta pela habitação e as crises frequentemente enfrentadas pelos moradores. No caso do Entorno, é necessário realizar a apropriação de seus conceitos para lançar luz em algumas motivações simbólicas e cenários de violência que podem ser identificados na região.

A binariedade centro e periferia pode ser entendida, portanto, pelas características essenciais do que se processa no Entorno do DF. Na sociedade capitalista a acumulação de capital tende a acontecer no centro (HARVEY, 2001, p. 43). Daí a competição por espaços nas cidades, já que ocorreria a oferta de bens públicos e mesmo privados sob a ótica do capital (SILVA, 2016).

Rodrigues e Neves, a partir do instrumental de Niklas Luhmann, diferencia centro e periferia por meio das desigualdades, já que o princípio da segmentação é transposto pela existência de um centro (responsável por organizar os fluxos de comunicação) e uma periferia (2012, p. 92). A partir desta ideia, o centro atrairia o exercício da burocracia e governo, criando diante da periferia excluída a dinâmica dicotômica do civilizado/ não civilizado, cidade/campo, império/colônia (RODRIGUES e NEVES, 2012, p. 92).

O termo ‘peripheria’, extraído do latim, vai além do paralelismo com a definição de centro, e se adequa ao contido na expressão entorno. É sinônimo do que está ao redor, mas carrega um sentido que remonta a noção de Camargo (1976, p. 25) como de acomodações de trabalhadores nos espaços distantes das áreas consideradas estratégicas e daquilo que não é central, fundamental, determinante. As elites, portanto, guardariam tais espaços para atender a reserva de mão de obra. Para Camargo, tais periferias significam aglomerados clandestinos ou não que existem sem infraestrutura. Seriam a residência da mão-de-obra necessária para o crescimento da produção (1976, p. 25).

#### **4.2. Cidades do Entorno investigadas**

Esta pesquisa adota como municípios do Entorno do Distrito Federal o conjunto de cidades que consta no anuário ‘Regiões de Planejamento de Goiás’. Em sua versão de 2012, a Segplan estipula 19 cidades na região do Entorno. Destas cidades, nesta pesquisa, ocorreu a seleção de três delas para detalhamento e investigação empírica. Luziânia, Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás foram escolhidas por motivos diversos, como adequação ao aporte teórico das cidades, índices de violência física acentuados, facilidade para formação dos Grupos Focais, adequação para sondagem das violências simbólicas, institucionais e morais que recaem nos moradores, projeção das narrativas de medo, insegurança e estigmatização durante a fase de experiência nos municípios. Seguindo a abordagem de Castells quanto a relação intrínseca das cidades com o sistema de produção e suas realidades históricas, bem como a abordagem clássica

de desenvolvimento, adota-se aqui a estrutura de pesquisa documental das normas que constituíram as cidades, narrativas históricas coletadas nas próprias municipalidades ou em documentos eletrônicos (como o próprio site do IBGE) e as taxas de homicídios, tendo em vista a seleção dos municípios para que os estudos de violência invisível sejam aprofundados.

#### 4.2.1. Luziânia

**Figura 3 – Luziânia**



Extraído de: Google Maps, 2014

<b>Tabela 1 – Dados demográficos de Luziânia</b>	
<b>População estimada 2014</b>	191.139
<b>População 2010</b>	174.531
<b>Área da unidade territorial (km<sup>2</sup>)</b>	3.961.122
<b>Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</b>	44,06
IBGE (2014)	

Batizada em seu início de Santa Luzia, Luziânia é fruto do movimento da mineração que tomou conta de Goiás no século 18. O município surgiu a partir das descobertas, principalmente nas proximidades do Rio Vermelho. O povoado foi denominado Santa Luzia após os primeiros moradores erigirem um cruzeiro para

celebrar a santa. Grupos de mineradores que partiram de Paracatu (MG) e aventureiros em busca de ouro acabaram construindo roças e ranchos nas proximidades. No final do século 18, a mineração começou a declinar e em vez da população morar no aglomerado perto dos locais de extração, ocorreu a debandada para a zona rural.

Em 1759, Luziânia tornou-se distrito e uma resolução do Conselho do Governo, de 1º de abril de 1834, fez o arraial Santa Luzia tornar-se vila. Somente em 1943 passou a se chamar Luziânia. Devido a extensão das suas terras, a cidade esteve ligada a outros antigos distritos da região do Entorno – caso de Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto e Cidade Ocidental, hoje todos desmembrados.

O município forma limites com Alexânia, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Orizona, Cristalina e Silvânia. Luziânia sofreu grande impacto com a criação de Brasília a partir da introdução das rodovias BR 040 e 050. Até então imperava a agricultura como meio de subsistência:

Com raízes no período colonial, Luziânia, fundada em 1746, manteve-se durante três séculos como uma pequena cidade barroca, cuja vida econômica e social, de acordo com Coelho (1989, p. 13), girava ao redor das propriedades rurais, que desenvolviam a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência (PELUSO e TORMIN, 2005, p. 251).

Para o rápido crescimento populacional, acentuado nos anos 1970 e 1980, portanto, concorreu o direcionamento da legislação do uso do solo no Distrito Federal, a escolha das áreas que poderiam sofrer expansão urbana e a crescente especulação imobiliária. Em Luziânia, ocorreu o choque de uma população tradicional e de vocação interiorana com a jovem população da nova Capital, formada por pessoas que chegaram das diversas partes do país. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é considerado alto, com 0,701 apontados no levantamento de 2010. Nos dados de 2000, o município apresentava 0,550 e em 1991, o IDH marcava 0,430.

<b>Tabela 2 – PIB de Luziânia</b>	
<b>Variável</b>	
<b>Agropecuária</b>	192.477
<b>Indústria</b>	625.759

<b>Serviços</b>	1.104.598
IBGE (2014)	

Em termos de violência, sob a perspectiva da contagem de homicídios, Luziânia apresenta alto índice, sempre dentre os maiores de Goiás e do Brasil: ocorreram 77 em 2009, 133 em 2010 e 164 em 2011. Em 2012, foram 109, 89 em 2013 e 91 em 2014.

#### 4.2.2. Valparaíso de Goiás

**Figura 4 – Valparaíso de Goiás**



Extraído de: Google Maps, 2014

<b>Tabela 3 – Dados demográficos de Valparaíso de Goiás</b>	
<b>População estimada 2014</b>	150.005
<b>População 2010</b>	132.982
<b>Área da unidade territorial (km<sup>2</sup>)</b>	61.410 km <sup>2</sup>
<b>Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</b>	2.165,48
IBGE (2014)	

Município vizinho de Novo Gama, Santa Maria (DF), Cidade Ocidental e Luziânia, Valparaíso de Goiás teve sua emancipação declarada pela Lei Estadual nº 12.667, em 18 de julho de 1995. A localidade era antes distrito de Luziânia e atualmente costuma ser situada numa região denominada Entorno Sul. As primeiras narrativas de sua história datam do final da década de 1970, quando começou um movimento para a formação de um núcleo habitacional (Valparaíso I), promovido pela Prefeitura de Luziânia e que contou com a ação da Encol. Em 19 de abril de 1979 o prefeito do período, Walter Rodrigues, inaugurou o núcleo e aos moldes da gestão do Distrito Federal empossou um administrador regional, Clóvis José Rizzo.

Documentos da prefeitura indicam que nesta primeira etapa existiam 864 casas no núcleo habitacional. A região foi contemplada com uma escola estadual e um prédio da administração regional. Relatos orais revelam que o maior problema do início era a mobilidade, devido à falta de transporte público.

Historicamente, todavia, as raízes de Valparaíso são mais distantes. Em 1959, na mesma região foi construído o parque São Bernardo para receber trabalhadores que chegavam de diversos estados tendo em vista a construção de Brasília. Valadão e Nascimento (2004) afirmam que a área pertencia ao município de Luziânia e estava integrada à divisa entre Goiás e Distrito Federal:

Pelo Decreto nº 255 de 17 de dezembro de 1959, surge o loteamento São Bernardo, também conhecido, naquela época, como Parque da Divisa – por estar exatamente na área limítrofe com o Distrito Federal. Vale ressaltar que a área pertencia ao município de Luziânia (VALADÃO e NASCIMENTO, 2004).

O Parque São Bernardo atraiu tanto imigrantes quanto prostitutas, expurgadas de Brasília devido a uma nova política de cercamento da capital. Elas foram levadas para a avenida W3, batizada assim devido à influência de uma denominação homônima utilizada em Brasília. O Parque da Divisa, ou Parque São Bernardo, se transformou em um dos primeiros bairros do município. A economia é baseada no setor de serviços e indústria. Devido a formação urbana, Valparaíso tem baixíssima produtividade agropecuária.

<b>Tabela 4 – PIB de Valparaíso de Goiás</b>	
<b>Variável</b>	
<b>Agropecuária</b>	0,150
<b>Indústria</b>	109,633
<b>Serviços</b>	656,962
IBGE (2014)	

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2010 é de 7,46, considerado alto. O município registrou em 1991 um IDH de 0,531 e 0,632 em 2000. Quanto ao índice de homicídios, Valparaíso teve, em 2009, 76 assassinatos; 95 em 2010; 110 em 2011; 86 em 2012; 65 em 2013; e 67 em 2014.

#### 4.2.3. Águas Lindas

Figura 5 – Águas Lindas



Extraído de: Google Maps, 2014

<b>Tabela 5 – Dados demográficos de Águas Lindas</b>	
<b>População estimada 2016</b>	191.499
<b>População 2010</b>	159.378
<b>Área da unidade territorial (km<sup>2</sup>)</b>	188,385
<b>Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</b>	846,02
IBGE (2014)	

Uma das cidades mais populosas da região do Entorno, Águas Lindas de Goiás era, antes da década de 1990, conhecida como Parque da Barragem e pertencia ao município de Santo Antônio do Descoberto. O nome é uma homenagem a nascente Águas Lindas. Antes de ser cidade, foi zona rural loteada para atender ao fluxo de pessoas expurgadas de Brasília e unidades administrativas como Ceilândia.

Segundo depoimento do Secretário de Meio Ambiente de Águas Lindas de Goiás (2007), a área era habitada por menos de cinco mil habitantes, 95% dos quais vivendo na zona rural, sem acesso a transporte público, energia elétrica e água encanada (FONSECA, 2009, p. 13).

Fonseca (*apud* VIANA, 1997) relata que o início do município teve como ponto de partida a imigração de antigos moradores do Distrito Federal. Ele afirma que a primeira característica de Águas Lindas foi se enquadrar na classificação de cidade dormitório, com os moradores enfrentando o caos urbano e rodoviário até a Capital Federal. Em sua maioria, os moradores abandonaram os aluguéis de Ceilândia, Taguatinga e Gama para viver em um local de acesso mais barato à moradia – em que pese manterem suas relações de trabalho no DF. O aglomerado começou sem planejamento urbano:

Em 1982 começa com pequenos loteamentos na região denominada Parque da Barragem, próximo à Barragem do Descoberto. Em princípio era um distrito do município de Santo Antônio do Descoberto e, desde o seu surgimento, apresenta infraestrutura precária (ARIZA, 2010, p. 88).

Fazendas, chácaras e um clube batizado de Águas Lindas compunham o espaço territorial que hoje sedia o município. Um dos motivos para sua expansão como cidade ocorreu devido à existência da rodovia BR-070. Este corredor de saída do Distrito Federal propiciou a visibilidade e fluxo de inúmeras famílias de Brasília e de outras cidades vizinhas. A aglutinação teria ocorrido pelas margens, por meio da liberação de loteamentos dentro das chácaras e fazendas. Um abaixo-assinado realizado no Parque da Barragem, em 12 de outubro de 1995, requereu que o distrito se transformasse em uma cidade. A Lei Estadual nº 12.797, de 27 de dezembro de 1995, acabou por desmembrar a nova cidade do município de Santo Antônio do Descoberto. Wada (2003, p.6) diz que a ausência de planejamento urbano e gestão ambiental, aliada da ação especuladora dos agentes imobiliários, contribuíram para o surgimento de problemas socioambientais. Economicamente, Águas Lindas apresenta um setor de serviços mais avançado do que a indústria e agropecuária.

<b>Tabela 6 – PIB de Águas Lindas</b>	
<b>Variável</b>	
<b>Agropecuária</b>	2.325
<b>Indústria</b>	134.352
<b>Serviços</b>	627.109
IBGE (2014)	

No primeiro levantamento, realizado no final da década de 1991, o IDH apresentava 0,387, saltando para 0,497 em 2000. Em 2010, a cidade apresentou um índice de 0,686 na consolidação de dados que reúnem estatísticas de longevidade, educação e renda. Os dados referentes à violência, por sua vez, mostram que a cidade teve incremento proporcional de assassinatos ao crescimento da população. Em retrospecto, no ano de 2009, ocorreram 76 mortes; 100 em 2010, 108 em 2011<sup>67</sup>, 81 em 2012, 71 em 2013 e 53 em 2014.

<sup>67</sup>Dados extraídos do Mapa da Violência 2013, 2014, 2015 e 2016.

## **PARTE 2**

## CAPÍTULO 1 – ANÁLISE DA MÍDIA

A análise da produção midiática que abrange a região metropolitana do Distrito Federal tem como interesse perceber a incidência de violências simbólicas e conteúdos potencialmente produtores de estigmas no noticiário e nas redes sociais. Uma das hipóteses é de que cidades desta região são descritas e citadas em notícias e compartilhamentos principalmente quando apresentam eventos negativos, violentos ou criminais referentes às condições sociais da região. A pesquisa revela que existe proeminente conteúdo que possibilita a estigmatização do Entorno do DF, principalmente como periferia e território inseguro.

No período analisado, mês de dezembro de 2015, o valor-notícia “bad news is a good news” (notícia boa é notícia ruim) foi determinante na cobertura jornalística bem como nos compartilhamentos das redes sociais. Percebe-se que outros assuntos de interesse das comunidades (esporte, cultura, vida social, etc) são tratados com pouco ou nenhum destaque. Um fato a ser observado é a exclusão da fala dos moradores na maioria do material produzido pelos jornais.

A partir de referenciais da sociologia da comunicação – caso das teorias da Agenda Setting e das hipóteses dos valores notícia – é possível perceber que as cidades do Entorno são expostas na agenda da mídia quando trazem à tona noticiário que desvaloriza o ser humano. Para a mídia, segundo a Análise do Conteúdo, o Entorno do DF desperta atenção por conta da produção de sensações de medo e insegurança.

A pesquisa deste capítulo lida com o conteúdo midiático produzido pela imprensa e por uma rede social utilizada para compartilhar dados referentes ao Entorno. No âmbito da imprensa, os jornais “O Popular” e o webjornal do “Correio Braziliense” foram os veículos investigados devido à proximidade espacial que ambos têm com a região metropolitana do DF e do propósito em realizar a cobertura jornalística da região. Além disso, “O Popular” é um dos mais tradicionais veículos do Estado de Goiás e o “Correio Braziliense” se mostra um dos mais proeminentes ao tratar do DF e também seu entorno – fato percebido *in locu* na primeira fase desta pesquisa, quando se buscou experimentar e conhecer cada cidade do Entorno goiano. Por fim, se pesquisou também a incidência de violências simbólicas referentes às mídias interativas, caso das redes sociais que fazem uso da internet como suporte comunicativo.

Da mesma forma que as mídias tradicionais, as redes sociais oferecem importante material de investigação para perceber o conteúdo e o discurso que induzem

à propagação de estigmas e violências simbólicas responsáveis por niilizar os moradores. E nestes casos os próprios integrantes deste campo de observação produzem os conteúdos referentes à realidade e cultura em que se inserem.

### **1.1. Análise de Conteúdo e Discurso de “O Popular” e “Correio Braziliense”**

O Entorno do DF é na contemporaneidade objeto de ampla cobertura midiática, tendo em seu território a presença de emissoras de rádio, redatores de blogs, sites de notícia e impressos (não diários). Observa-se que o valor-notícia proximidade é determinante nos jornais diários de Goiás<sup>68</sup> e emissoras de tevê, que centralizam sua cobertura na região metropolitana de Goiânia, o que acaba por minimizar a cobertura da região do DF devido a distância desta em relação à capital goiana.

#### **1.1.1. “O Popular”**

“O Popular” surgiu a partir de uma papelaria e tipografia, na cidade de Goiás. Com a inauguração da nova capital, o impresso passou a ser produzido em Goiânia, em 1937, onde se transformaria no maior produto midiático impresso do Estado, em abrangência, circulação e tamanho. Um dos produtos do Grupo Jaime Câmara (GJC), “O Popular” influencia a produção jornalística de outras mídias, como a rádio “CBN”, o jornal “Daqui”, a “TV Anhanguera” e as demais emissoras de televisão, além dos sites de notícia “G1” e [www.opopular.com.br](http://www.opopular.com.br). O GJC tem hoje empresas em Goiás e Tocantins, sendo um dos grupos de comunicação mais tradicionais do país.

#### **1.1.2. “Correio Braziliense”**

O “Correio Braziliense” tem sua sede localizada em Brasília. É pertencente do Grupo Diários Associados, tendo ainda sob seu domínio o “Aqui DF”, a “Clube FM”, a “TV Brasília” e os portais para internet “Correio Braziliense” e “Correio Web”. O “Correio Braziliense” foi fundado em 21 de abril de 1960 por Assis Chateaubriand. Ele teria aceitado um convite do então presidente Juscelino Kubitschek para inaugurar o setor de comunicações da nova capital. “Correio Braziliense” é uma homenagem ao

---

<sup>68</sup> O “Diário da Manhã” veiculou de janeiro a novembro de 2014 o caderno DMEntorno, com quatro páginas diárias e cobertura na internet. Mas o jornal abandonou o projeto devido dificuldades financeiras. Na experiência, existia uma preocupação em realizar cobertura ampla, com noticiário esportivo, cultural, político, administrativo e sobre a criminalidade. Uma das pautas do impresso era dar voz aos moradores.

histórico impresso de mesmo nome editado em Londres a partir de 1808 por Hipólito José da Costa. Nas últimas décadas, o jornal se destacou por atuar também na internet, produzindo conteúdo inédito (webjornalismo) ou reproduzindo o que realiza em impresso (jornalismo online).

## **1.2.Entorno do Distrito Federal como conteúdo em “O Popular”**

Conforme análise realizada, dentre os dias 1º e 31 de dezembro de 2015, dos 31 dias pesquisados, 20 apresentaram notícias, reportagens ou notas que mencionam o Entorno ou alguma de suas cidades. Nos 31 dias analisados em “O Popular”, foram realizadas 41 citações ou do Entorno ou de municípios em separado que integram a região. Sendo que a maioria das menções estava relacionada às questões de educação, violência, saúde e economia e, bem menos, política, esportes e cultura.

Em relação à violência foram identificadas cinco notícias. Predominantemente a maioria estava relacionada com Pirenópolis. De todas as matérias selecionadas, duas foram manchetes de capa. Apenas um artigo de opinião citou o Entorno, assim como apenas uma carta do leitor tratou desta região. Na sequência, a pesquisa revela a disposição do material investigado por meio do isolamento deste conteúdo em tabelas e execução das inferências.

### **1.2.1.Espécies de informação**

A pesquisa no conteúdo do jornal “O Popular” constatou que o Entorno foi citado mais na espécie informativa (25) e menos no gênero opinativo (9)<sup>69</sup>. No tocante ao Entorno, uma publicação em específico trouxe à tona o desenvolvimento da região: a “Agenda Goiás”, evento que reúne especialistas e técnicos para tratar das cidades. Por conter produção realizada via agências de propaganda e devido às características de linguagem opta-se por classificar estes informativos como publieditoriais – espécie não jornalística, mas desenvolvida como comunicação organizacional e de categorização

---

<sup>69</sup> Uma das classificações do jornalismo é de que sua produção se divide em duas grandes árvores ou espécies: opinativa e informativa. A teoria dos gêneros jornalísticos não tem uma classificação consensual, mas existe uma separação entre espécies aceita por grande parte dos autores (MELO, 2010). Sendo assim, integram o jornalismo opinativo os editoriais, as cartas ao leitor, artigos, as resenhas, análises críticas, as cartas dos leitores, colunas de opinião, charges, caricaturas e crônicas. Por sua vez, a notícia, reportagem, nota (espécie de notícia curta e de menor impacto), entrevista e foto legenda são espécies informativas.

próxima da publicidade e da assessoria de comunicação. A observação do conteúdo em análise traz à tona a seguinte particularidade: apenas em cinco ocasiões o Entorno é considerado como tema pleno do material jornalístico. Na maioria das situações, ele é citado no corpo do texto, compartilhando sua importância com outras regiões/cidades.

<b>Quadro 4 – Referências ao Entorno do Distrito Federal (Jornal O Popular – 1º de dezembro a 31 de dezembro de 2015)</b>		
<b>Títulos /data</b>	<b>Espécies /Cidade</b>	<b>Grau de importância</b>
O debate chega a grande Goiânia (1/12)	Notícia/Entorno	Citação em publiteditorial
Marconi diz que neste mês transfere a gestão de 200 escolas para OSs (2/12)	Notícia/Entorno	Citação em nota fora de coluna
Presos buscam vaga na faculdade (2/12)	Reportagem/Águas Lindas, Alexânia, Formosa	Citação em reportagem
Goiás já tem 9 casos de bebês com microcefalia nascidos este ano (2/12)	Notícia/Pirenópolis	Citação em notícia
Todos em defesa da saúde (2/12)	Artigo/Pirenópolis	Sem citação
Suspeita de ligação com Zica em 3 casos (3/12)	Chamada de capa/Santo Antônio do Descoberto	Chamada de capa
Casos sob investigação sobem para 11 e há poucas certezas (3/12)	Notícia/Pirenópolis	Citação em notícia
Primeiro chamamento será amanhã (3/12)	Notícia/Pirenópolis	Citação em notícia
Transporte é o desafio maior das grandes cidades (3/12)	Publiteditorial/Entorno	Citação em publiteditorial
Centro é estratégico em logística (3/12)	Publiteditorial/ Luziânia, Formosa, Entorno	Citação em publiteditorial
Reconstrução de estradas impulsiona turismo (3/12)	Publiteditorial/Águas Lindas	Citação em publiteditorial
Juiz manda soltar presos da cidade (4/12)	Notícia/Pirenópolis	Notícia principal
Interior tem terra fértil para lucro (6/12)	Reportagem/Cristalina	Citação em reportagem
Interiorização de investimentos	Reportagem/ Cristalina	Citação em reportagem

(6/12)		
Estado pagará até R\$ 350 por aluno (9/12)	Notícia/Alexânia, Pirenópolis	Citação em Notícia
Pirenópolis (10/12)	Carta ao leitor/Pirenópolis	Carta ao leitor
Joelma Santiago representa Goiás no time de Lulu Santos (10/12)	Notícia/Planaltina de Goiás	Notícia principal
Efetivo extra vai ajudar em duas frentes em Goiás (12/12)	Notícia/ Cristalina, Luziânia, Valparaíso, Entorno do DF	Citação em notícia
Luziânia – Anúncio (13/12)	Anúncio	
TCE – Exoneração de bispo leva 7 meses (15/12)	Reportagem/ Entorno do DF	Citação em reportagem
Sem título - Palestra de juíza de Águas Lindas (15/12)	Nota/Águas Lindas	Nota em coluna
Primeiro caso de Zika é confirmado (17/12)	Notícia /Santo Antônio do Descoberto	Citação em Notícia
Apreensão em primeiro caso goiano (18/12)	Notícia/ Santo Antônio do Descoberto	Notícia principal
Petiscos (19/12)	Alexânia/Nota em coluna	Nota em coluna
Sem título – Zika em Santo Antônio (19/12)	Santo Antônio/Nota em coluna	Nota em coluna
Presentes – entrega de brinquedos (19/12)	Nota/ Pirenópolis	Nota em coluna
Desemprego formal bate recorde em novembro (19/12)	Notícia/Valparaíso, Águas Lindas, Cidade Ocidental	Citação em notícia
Novas brigas, velhos problemas (20/12)	Notícia/ Pirenópolis	Notícia principal
Prefeitura notifica 68 pousadas (20/12)	Notícia/ Pirenópolis	Notícia principal
Mix hell em Pirenópolis (21/12)	Nota/Pirenópolis	Nota em coluna
Quase 400 mil pessoas na rua 44 (21/12)	Notícia/ Cristalina	Citação em notícia
Sanduíches genuinamente goianos (21/12)	Reportagem/ Entorno do DF	Citação em reportagem
Faculdade diz trabalhar para melhorar índice (24/12)	Nota / Cristalina	Nota fora de coluna
Fugas em Goiás deixam 1,3 mil longe das cadeias (27/12)	Notícia / Luziânia, Formosa, Entorno do DF	Citação em notícia
Número de agentes é	Notícia/ Águas Lindas, Alexânia,	Citação em notícia

insuficiente (27/12)	Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Planaltina, Valparaíso, Luziânia, Padre Bernardo, Novo Gama	
Queijo europeu produzido no Cerrado (28/12)	Reportagem/Pirenópolis	Citação em reportagem
Arremate-serviço: Unidades de Vapt Vupt (30/12)	Nota/Águas Lindas	Nota em coluna
Uma agenda para pensar o futuro do estado (30/12)	Publeditorial/Formosa, Luziânia, Entorno	Citação em publeditorial
Prefeitos mais otimistas para 2016 (31/12)	Nota em coluna/Águas Lindas	Nota em coluna
Colisão entre caminhonete e ônibus deixa cinco mortos e cinco feridos (31/12)	Nota/Valparaíso, Formosa, Entorno do DF	Notícia principal
Pirenópolis ganha um novo meio de transporte: tuc-tuc (31/12)	Pirenópolis	Nota em coluna

Economia e cultura/comportamento foram os temas centrais das referências ao Entorno do Distrito Federal. É preciso observar, todavia, que uma das informações em destaque no tema violência foi a única a ter grande evidência na publicação. O jornal não realizou a cobertura esportiva dos municípios. Existe também uma reduzida publicação de assuntos relacionados às cidades e política.

<b>Tabela 7 – Informações conforme temas / O Popular</b>	
Economia	7
Cultura/ Comportamento	6
Saúde	6
Violência/crime/segurança	5
Educação	5
Transporte	3
Cidades (chuvas, construções, fiscalizações, etc)	3
Política	2
Esportes	-

Pirenópolis é a cidade que mais foi citada (13), seguida por menções ao Entorno do DF (10); Águas Lindas aparece nas páginas com sete menções.

<b>Tabela 8 – Cidades e unidades que mais foram citadas nos textos/ O Popular</b>	
Pirenópolis	13
Entorno do Distrito Federal	10
Águas Lindas	7
Cristalina	6
Formosa	6
Luziânia	5
Valparaíso de Goiás	4
Alexânia	4
Santo Antônio do Descoberto	3
Planaltina	2
Cidade Ocidental	2
Cocalzinho	1
Padre Bernardo	1
Novo Gama	1

O jornal “O Popular” não dá voz aos moradores do Entorno na mesma proporção que garante aos servidores e gestores públicos o direito a se manifestarem como fonte<sup>70</sup>. Apenas em três casos os moradores foram entrevistados. O jornal publicou ainda 11 informações em que a fonte não é revelada. As fontes que mais usufruíram do direito da informação são públicas, como governador, prefeitos, gestores, em um total de 22.

<b>Tabela 9 – Classificação quanto às fontes utilizadas/ O Popular</b>	
Fontes oficiais	22
Fontes não reveladas	11
Outras fontes (não moradores, mas interessados na região, técnicos, investidores, etc)	4
Fontes populares/moradores/comunitários	3
Fonte documental	-

Percebe-se que as más notícias foram mais salientes<sup>71</sup> na mídia analisada. Com 14 modalidades, as “bad news” se destacaram ao lado das boas, com 13. Ocorre que

<sup>70</sup> No jornalismo, fonte é o emissor/enunciador da informação original que é procurado ou recepcionado pelo jornalista como detentor de informação crível e de interesse público.

<sup>71</sup> Nas teorias de comunicação, o estudo etnográfico da atividade jornalística, batizado de newsmaking, tem uma subteoria que visa entender como fatos sociais são selecionados pelos jornalistas e alçados às categorias de informação ou opinião. Conforme os estudos do newsvalue (valores notícia), o que faz

parte das “good news” são oriundas do projeto “Agenda Goiás”, produzido dentro de um contexto comercial, cuja motivação maior é sublinhar os feitos das cidades e apontar soluções para problemas. As notícias ruins revelaram problemas sociais, violências ou questões endêmicas na saúde. Duas notícias são concentradas em personalidades ou agentes de destaque na sociedade – uma cantora que participa de um reality show na televisão e um bispo, que é nomeado para importante cargo de gestão estadual no Entorno, mas que é suspeito de ser um funcionário fantasma.

<b>Tabela 10 – Valor notícia/ O Popular</b>	
Notícia ruim (bad news is a good news)	14
Boas notícias	13
Importância hierárquica	3
Número de pessoas envolvidas	3
Fotografabilidade 1 (cidade, valores, aspectos)	3
Fotografabilidade 2 (uso de imagens de moradores)	1

### **1.2.2. A relevância do Entorno do DF para seu observador (O Popular)**

Entorno do DF foi objeto principal da informação em nove ocasiões. Somente Pirenópolis ocupou seis das manchetes. Nas demais modalidades, o Entorno foi cenário de fato relevante ou apenas região citada, tendo sua relevância diminuída em face da pouca profundidade do texto. Assim, as cidades do Entorno foram principalmente citadas em notas ou descritas em reportagens relativas a contextos amplos.

<b>Tabela 11 – Importância do Entorno nas informações/ O Popular</b>	
Citação em notícia/reportagem/nota	27
Objeto principal da informação	9
Cenário de informação relevante	6

---

com que jornalistas noticiem ou não determinados assuntos é sua disposição em relação à cultura profissional (WOLF, 2005; LUHMANN, 2005). Existem inúmeros valores notícias, como a ideia de que notícias ruins, de fato, são notícias que chamam atenção - como catástrofes, violências ou tragédias. Da mesma forma, a importância da pessoa envolvida no fato noticiável estabelece uma hierarquia, tornando mais noticiável os eventos que ocorrem com personalidades, famosos ou conhecidos do que com pessoas normais. Número de pessoas envolvidas/interessadas é também uma importante valoração realizada pelo jornalista quando realça um fato social e o torna notícia. Niklas Luhmann ainda salienta o valor notícia fotografabilidade, ou seja, aumentam as chances de um fato ser notícia quando o jornalista tem acesso a uma imagem de destaque ou que seja interessante, por chamar atenção.

### 1.2.3. Entorno do Distrito Federal como conteúdo no site do Correio Braziliense

Dentre os dias 1º e 31 de dezembro de 2015, dos 31 dias pesquisados, 12 deles não apresentaram notícias, reportagens ou notas que mencionam o Entorno e suas cidades. Foram realizadas 26 inserções sobre o Entorno ou municípios da região. Violência e segurança são assuntos dominantes nos textos, com 15 inserções. Depois, surgem publicações de cultura/comportamento e cidades, com quatro menções cada um.

Na sequência, a exemplo do que foi realizado com “O Popular”, esta pesquisa revela a disposição do material investigado por meio do isolamento do conteúdo em tabelas, momento que possibilita perceber como o Entorno é visto pelos jornalistas do “Correio Braziliense” e, posteriormente, filtrados como informação para o público.

#### 1.2.3.1. Espécies de informação

A pesquisa no conteúdo do site do “Correio Braziliense” constatou que o Entorno do DF foi citado exclusivamente na espécie noticiosa e no formato de reportagens, com nenhuma inserção na modalidade opinativa. O enfoque central da cobertura durante o mês de dezembro de 2015 tratou de temas como violência e cidades. O contrapeso aparece com notícias sobre comportamento e cultura, que não foram negligenciadas durante o relato da região realizado pelos jornalistas. No painel informativo, destaca-se de forma acentuada a presença da modalidade notícia com 24 unidades. Por sua vez, apenas duas reportagens foram publicadas durante o período.

<b>Quadro 5 – Referências ao Entorno do Distrito Federal (Webjornal do Jornal Correio Braziliense – 1º de dezembro a 31 de dezembro de 2015)</b>		
<b>Títulos</b>	<b>Espécies</b>	<b>Grau de importância</b>
Investigação mostra extorsão entre integrantes dos sem-teto (02/12)	Notícia/	Citação em notícia
Prédios em Pirenópolis serão construídos em 2016, garantem donos de imóveis	Notícia/ Pirenópolis	Tema principal
Terreiro no Entorno do DF é atacado pela terceira vez em menos de um ano (03/12)	Notícia/	Tema principal
Moradores estudam ir à Justiça contra construções em	Notícia/ Pirenópolis	Tema principal

Pirenópolis (04/12)		
Olhos D'Águas (GO): povoado conserva cenários e costumes de tempos atrás (04/12)	Reportagem/	Tema principal
Dois adolescentes de 16 anos morrem afogados em São Sebastião (06/12)	Notícia	Citação em notícia
DF e GO fazem operação contra fraude no transporte de passageiros e escolar (9/12)	Notícia	Citação em notícia
Pirenópolis abriga o Canto da Primavera, até domingo, com vários shows (09/12)	Notícia/ Pirenópolis	Tema principal
Bando rouba caminhão em São Francisco de Goiás e acaba preso em Valparaíso	Notícia/Valparaíso de Goiás	Citação em notícia
Fraude em licitação de transporte: ex-prefeito e outros políticos presos (11/12)	Notícia	Citação em notícia
Goianos de raiz (13/12)	Reportagem	Citação em reportagem
Jovem de 14 anos, morador do Gama, morre em cachoeira de Pirenópolis (15/12)	Notícia/ Pirenópolis	Citação em notícia
Bebê e crianças são encontradas trancadas dentro de casa no Entorno do DF (15/12)	Notícia	Citação em notícia
Construção de dois prédios em Pirenópolis mobiliza comunidade (16/12)	Notícia/ Pirenópolis	Tema principal
Construção de prédios em Pirenópolis (GO) é tema de audiência no Senado (16/12)	Notícia/ Pirenópolis	Tema principal
Grávida de cinco meses morre em acidente entre Cabeceiras e Formosa (17/12)	Notícia/Cabeceiras e Formosa	Citação em notícia
Traficante suspeito de matar adolescente de 13 anos em Formosa é preso (17/12)	Notícia/Formosa	Citação em notícia
Caso de zika no Entorno do DF é confirmado em grávida de 3	Notícia	<b>Tema principal</b>

meses e meio (17/12)		
Grávida contaminada por zika pegou vírus no Entorno; casa será isolada (17/12)	Notícia	<b>Tema principal</b>
Zika põe Entorno em alerta; 19 suspeitas ainda são investigadas (18/12)	Notícia	Citação em notícia
Tiroteio na rua 'infernhinho', no Entorno, mata um deixa dois feridos (19/12)	Notícia	Citação em notícia
Vento muda de direção e causa acidente com parapente próximo a Formosa (19/12)	Notícia/ Formosa	Citação em notícia
Troca de tiros em Valparaíso de Goiás leva homem de 30 anos a óbito (20/12)	Notícia/ Valparaíso de Goiás	Tema principal
Quilombo Mesquita se prepara para a 14ª edição da Festa do Marmelo (28/12)	Reportagem	Tema principal em reportagem
Acidente na BR-020, em Formosa, deixa cinco mortos e uma vítima grave (30/12)	Notícia/Formosa	Tema principal
Acidentes deixam feridos e provocam lentidão no trânsito no DF e Entorno (30/12)	Notícia	Citação em notícia

Conforme a análise de conteúdo nos 31 dias de dezembro, o webjornal que realiza a cobertura do Entorno do Distrito Federal privilegiou citações sobre Pirenópolis (7), tendo as referências gerais ao Entorno ganhado também considerável destaque (6). Na sequência, aparece Formosa, com 4 notícias. Ocorre uma menção a Unaí (MG), cidade do Entorno pouco noticiada nos veículos goianos e de Brasília.

<b>Tabela 12 – Cidades e unidades que mais são citadas nos textos do Correio Braziliense</b>	
Pirenópolis	7
Entorno do Distrito Federal	6
Formosa	4
Valparaíso de Goiás	3

Santo Antônio do Descoberto	3
Padre Bernardo	3
Águas Lindas	2
Planaltina	2
Alexânia	1
Cidade Ocidental	1
Cocalzinho	1
Luziânia	1
Novo Gama	1
Corumbá	1
Unaí (MG)	1
Cabeceiras	1

Quanto ao aspecto temático, a violência e cultura/comportamento foram os temas centrais das referências do webjornal. O primeiro assunto teve 15 menções no mês de dezembro de 2015. Já cultura e comportamento foram determinantes temáticos em 4. Temas gerais também foram publicados em quatro informações. “Correio Braziliense” não tratou de política ou esportes durante o mês investigado.

**Tabela 13 – Informações conforme temas/ Correio Braziliense**

Violência/crime/segurança	15
Cultura/ Comportamento	4
Cidades (chuvas, construções, fiscalizações, etc)	4
Saúde	3

A cobertura midiática do webjornal publicado pelo Correio Braziliense tem também a predileção por fontes oficiais, o que indica uma linha editorial voltada ao relato de fatos sociais sob o ângulo das autoridades e agentes públicos. Fontes oficiais contaram com 14 unidades. Por sua vez, as fontes populares foram citadas em 7 textos informativos. A obtenção de maior número de fontes do que notícias se deve ao fato de uma única notícia ter, em determinados momentos, mais de uma fonte, equilibrando fontes oficiais e comunitárias, por exemplo.

**Tabela 14 – Classificação quanto às fontes utilizadas/ Correio Braziliense**

Fontes oficiais	14
Fontes populares/moradores/comunitários	7

Fontes não reveladas	4
Outras fontes (não moradores, mas interessados na região, técnicos)	2
Fonte documental	1

Outro dado extraído da análise de conteúdo refere-se ao news-value que interessa aos jornalistas do site do “Correio Braziliense”. Os valores-notícia preferidos estão ancorados no princípio de seleção “bad news is a good news”. Dentre as informações tornadas públicas em formato jornalístico, 22 delas exploram fatos negativos. Outras oito notícias têm como valor determinante a fotografia.

<b>Tabela 15 – Valor notícia/ Correio Braziliense</b>	
Notícia ruim (bad news is a good news)	22
Fotografabilidade 1 (cidade, valores, aspectos)	8
Boas notícias	4
Número de pessoas envolvidas	3
Fotografabilidade 2 (uso de imagens de moradores)	3

#### **1.2.3.2.A relevância do Entorno do DF para seu observador (Correio Braziliense)**

A cobertura do webjornal do “Correio Braziliense” abrangeu 13 citações em notícias diversas ou reportagem que trazem em seu conteúdo cidades da região. Por sua vez, o Entorno foi objeto central da informação em 12 modalidades informativas. Em outras 23 ocasiões tornou-se cenário de informação relevante.

<b>Tabela 16 – Importância do Entorno nas informações/ Correio Braziliense</b>	
Citação em notícia/reportagem/nota	13
Objeto principal da informação	12
Cenário de informação relevante	23

### **1.3. Reafirmando as linhas gerais da Análise do Discurso**

Compreender como o material informativo produz uma forma peculiar de violência, seja a perpetração de estigmas seja a produção de silêncios e esquecimentos simbólicos é a função das próximas páginas. Optou-se por selecionar três notícias de “O

Popular” e três do “Correio Braziliense” que já contavam no *corpus* da Análise de Conteúdo e que foram destacados no mês de dezembro de 2015 para a seguinte A.D.

<b>Quadro 6 – Notícias selecionadas do webjornal do Correio Braziliense</b>
---

<b>Terreiro no Entorno do DF é atacado pela terceira vez em menos de um ano (03/12)</b>
---

<b>Tiroteio na rua 'inferinho', no Entorno, mata um deixa dois feridos (19/12)</b>
--

<b>Troca de tiros em Valparaíso de Goiás leva homem de 30 anos a óbito (20/12)</b>
--

<b>Quadro 7 — Notícias selecionadas de O Popular</b>
--

<b>Juiz manda soltar presos da cidade (4/12)</b>
--

<b>Fugas em Goiás deixam 1,3 mil longe das cadeias (27/12)</b>
--

<b>Efetivo extra vai ajudar em duas frentes em Goiás</b>
--

### 1.3.1. A.D do texto 1: “Terreiro no Entorno do DF é atacado pela terceira vez em menos de um ano”

<b>Quadro 8 - Texto jornalístico</b>
--------------------------------------

<b>Terreiro no Entorno do DF é atacado pela terceira vez em menos de um ano</b>
---

<b>A ocorrência foi registrada na Delegacia de Polícia do Céu Azul como ataque à residência</b>
---

<b>Mais um terreiro foi atacado no Entorno do DF.</b> Desta vez, na região do Céu Azul, no município de Valparaíso de Goiás, nesta terça-feira (1º/12). Após uma tentativa frustrada de arrombar a porta do local, <b>vândalos</b> quebraram o telhado e entraram no templo Ile Aira Axe Mersan Orun.
---

Andreia Ramos de Freitas, uma das <b>religiosas</b> do espaço, conta que no momento do <b>ataque</b> , por volta das 15h, a casa estava vazia. “Eles levaram um botijão de gás, dinheiro e um notebook, além de fazer uma bagunça enorme. Quebraram louças de porcelana, jogaram coisas no chão. Vários alimentos foram perdidos e sujaram as nossas roupas”, contou. Andreia acredita que a motivação do <b>ataque</b>
---

tenha sido **intolerância religiosa**. “Observamos que eles querem nos impor *medo*. *Querem que deixemos o local*”, justifica.

É a terceira vez neste ano que o terreiro é **invadido**. A religiosa detalha que a primeira delas foi em janeiro e, a segunda, em agosto último. “Ficamos com medo. É um susto e o que vem depois? Nós fazemos a ocorrência, mas fica por isso mesmo. Como vai ter investigação se não tem perícia ou algo concreto? *Nos sentimos desprotegidos*”, reclamou. Após o segundo **ataque**, Andreia conta que policiais militares estiveram no local, mas sugeriram que eles arrumassem as coisas e se **mudassem** da região.

A ocorrência foi registrada na Delegacia de Polícia do Céu Azul, segundo Andreia, como **ataque** à residência. Na semana que vem, representantes do terreiro Ile Aira Axe Mersan Orun vão reunir pais e mães de santos de terreiros vizinhos para uma reunião. Eles querem discutir que atitudes vão tomar diante de tantos **ataques** na região.

Postado em 03/12/2015 12:54 / atualizado em 03/12/2015 15:01

Caroline Pompeu

A primeira forma de leitura sugerida pelo modelo de dispositivo adotado nesta pesquisa, a polissêmica ou literária, permite ampliar as possibilidades de entendimento por meio da abertura da compreensão – em que pese o texto jornalístico ser parafrástico em sua base. O título da notícia do “Correio Braziliense” afirma que o terreiro foi atacado pela “terceira vez esse ano”. O termo “terreiro” apresenta significado denotativo e conotativo: como espaços reservados para o culto de religiões afros, espaços públicos e, em seu sentido real como espaço de terra batida, a área externa da residência.

Ainda no título, a expressão “Do entorno” faz questão de ressaltar a localidade referida como a região denominada de Entorno do Distrito Federal, delimitando, assim, o cenário do ocorrido. Substantivo masculino, a expressão significa na linguagem do cotidiano “o que rodeia”, “vizinhança”, “ambiente”, etc. É preciso se aprofundar nesta compreensão, já que torna-se sujeito nas reportagens. Desta maneira, a palavra se origina de “torno”, vocábulo de ação para representar o ato de dar forma no barro e girar. O “entorno” ganha a noção de primeira ordem do que está em volta. Todavia, ao morador da região, devido às características sociais da localidade, se expressa também como atribuição de local perigoso, desprezível, relegado, esquecido, etc. O repórter, logo, escolhe caracterizar o que é particular, violência em uma cidade, para ocorrência no Entorno – conjunto de cidades. Já a expressão “em menos de um ano” demonstra

uma informação de quantidade, de algo de grande estatura, de numeralidade, sendo o “menos” contraposição ao não dito – o mais – como expressão de que algo é reiterado, repetitivo, (a) normal, comum, esperado, etc. O “mais”, diga-se, é usado na frase inicial, dando ao fato intensidade e volume.

O corpo da notícia repete a ideia iniciada no título com o verbo “atacado” – ou seja, agredido, remetido, enfrentado, rompido, etc. Esta expressão foi usada oito vezes, como núcleo da informação. Todavia, negligencia-se o furto, que é o mais certo pela narrativa, em referência ao desaparecimento de dinheiro e notebook. A expressão ‘ataque’ é simbólica do que não se quer ver e o que se vê: representa forma diferenciada de violência, com maior valor notícia do que um simples e corriqueiro furto.

Assim, a notícia como um todo, sob o manto da polissemia, revela intolerância, agressão, violência no Entorno, mais do mesmo, medo, susto, religiosidade, destempero religioso, violência sem controle, desamparo, reincidência, etc. O segundo momento proposto para a compreensão do discurso diz respeito à leitura parafrástica. Busca-se reduzir o texto a um grupo de ideias dominantes e que foram explicitadas pelo autor.

Ao iniciar a leitura parafrástica do texto em análise é possível perceber que a frase usada de manchete “Terreiro no Entorno do DF é atacado pela terceira vez em menos de um ano” atende de forma uniforme a busca do explícito e da objetividade – uma das características do texto noticioso, quase sempre de baixíssima polissemia. Por meio desta leitura é possível habilitar o texto para responder aos elementos essenciais do discurso. A sequência de questionamentos no quadro atende aos critérios desta fase analítica, ao perscrutar os sinais objetivos essenciais do relato jornalístico em estudo:

<b>Quadro 9 - Questões parafrásticas</b>	
<b>O texto diz respeito a alguma forma de violência?</b>	Sim, por meio das expressões “atacado” e “arrombar”
<b>Existe alguma ideia dominante?</b>	Terreiro no Entorno é atacado novamente
<b>Qual o interesse do locutor?</b>	Informar um fato ocorrido e que existe sensação de medo no Entorno quanto às agressões aos terreiros, principalmente a uma permuta do ‘ataque’ pelo ‘furto’, comunicado

	mas não hiperbolizado.
--	------------------------

A terceira leitura, a arqueológica, traz as lembranças ou pistas que o interlocutor possibilita ao analista. Remonta-se os discursos que deram sustentação ao atual. A expressão “pela terceira vez”, no caso, já é indicial de que existem outras situações em que ocorreram agressões contra terreiros localizados nos municípios do Entorno. O “Correio Braziliense” abordou a questão em 12 de setembro de 2015 com a notícia “Dois terreiros de candomblé são incendiados no Entorno do DF”<sup>72</sup>. O webjornal denunciou o “ataque” um mês antes, em que aponta “intolerância religiosa” no local.

Percebe-se, pelo noticiário acumulativo identificado, a tematização dos atos de violência contra religiosos. Este sentimento de intolerância religiosa nos últimos anos tornou-se evento determinante das cidades do Entorno e de Brasília, cuja coleção de fatos já proporciona um problema característico.

A quarta espécie de leitura desta notícia é a enunciativa. Os enunciados gerais indicam que existe na região do Entorno indisposição reiterada e repetida com as religiões afros, cuja manifestação religiosa e pública ocorre nos terreiros. O texto noticioso reconhece o caráter sagrado do templo. Por isso o denomina e o caracteriza. O enunciador (a fonte) informa uma grande certeza, revelada pelo jornalista, o locutor, por meio da sua convicção ou interesse.

Se conforme Ducrot (1987, p. 195) o enunciador é aquele cujo ponto de vista se revela por meio dos acontecimentos, pelo menos neste texto está claro que locutor e enunciador se confundem no discurso. Percebe-se o temperamento do jornalista ao se comportar de forma engajada nos fatos narrados e apresentados como sendo de Andreia de Freitas, uma das religiosas do espaço, que é a fonte e enunciativa do discurso. A condução do texto e a escolha do percurso são orientadas para reescrever o fato de que o terreiro foi atacado por conta da intolerância religiosa.

Quadro 10 - Leitura enunciativa	
<b>Enunciados</b>	- Mais um terreiro foi <b>atacado</b> no Entorno do DF.

<sup>72</sup>Acessado em 21 de janeiro de 2016:  
[http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/09/12/interna\\_cidadesdf,498369/doi-terreiros-de-religioes-afros-sao-incendiados-no-entorno-no-df.shtml](http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/09/12/interna_cidadesdf,498369/doi-terreiros-de-religioes-afros-sao-incendiados-no-entorno-no-df.shtml)

	<p>- (...) <b>vândalos</b> quebraram o telhado e entraram no <b>templo</b> Ile Aira Axe Mersan Orun.</p> <p>- Andreia <b>acredita</b> que a motivação do ataque tenha sido <b>intolerância religiosa</b>.</p> <p>-“Observamos que eles querem nos <b>impor medo</b>. Querem que deixemos o local”, justifica.</p> <p>- É a terceira vez neste ano que o terreiro <b>é invadido</b>.</p> <p>- Andreia conta que policiais militares estiveram no local, mas sugeriram que eles arrumassem as coisas e se <b>mudassem</b> da região.</p>
<p><b>Enunciadores:</b> mulher entrevistada e repórter do “Correio Braziliense” não identificado, que é o locutor</p>	<p>Posição expressa e ativa de denúncia de uma violência. O modalizador do discurso revela adesão e juízo de valor favorável ao discurso da fonte. Uso reiterado do termo “ataque”, utilizado oito vezes durante todo o texto. Marca linguística do discurso denota emissor despersonalizado. A dêixis é entorno (lá), na atualidade, relato em terceira pessoa.</p>
<p><b>Enunciatários:</b> leitores do webjornal</p>	<p>Leitor padrão passivo, tendo, todavia, a oportunidade de se manifestar através dos comentários:</p> <p>Exemplo:</p> <p>Jefferson - 07 de Dezembro às 10:00:</p> <p>“No meu vizinho entraram e também roubaram e deixaram uma bagunça semelhante, será que foi intolerância religiosa também?”/</p> <p>eridan - 03 de Dezembro às 14:37</p> <p>A Polícia está dando cobertura para este vandalismo. Se fosse numa igreja que eles frequentam, já teriam tomado providência. Já está passando da hora destes terreiros começarem a</p>

	montar armadilhas.
--	--------------------

Na quinta espécie de leitura, a argumentativa ou de estratégia discursiva, observa-se que o texto noticioso comunica reincidência de acontecimentos, que, de fato, foram registrados anteriormente pelo próprio webjornal, conforme visto. Existe no texto, todavia, a apropriação da versão das supostas vítimas como uma verdade, numa deliberada produção retórica. Não se usa a expressão ‘suspeita’ – adequada a um fato ainda não processado pelo Poder Judiciário, órgão e poder cuja obrigação é dizer a verdade processual. Assim, o texto utiliza expressões já taxativas e condenatórias, como “vândalos quebraram o telhado” ou “Mais um terreiro foi atacado no Entorno do DF”.

O jornalista assume a voz da vítima e para isso estrutura seu argumento. E ao mesmo tempo desenvolve um relato que perpetra medo e a informação de que o Entorno não é seguro para se viver, o estigmatizando como lugar arriscado para praticar sua religião. Por isso sugere, através da citação da fonte, que: “(...) arrumassem as coisas e se mudassem da região”. Sobressaem do texto os argumentos: A1: Um terreiro foi atacado; A2: O terreiro teve pertences furtados, caso de um notebook; A3: A entrevistada acredita que a motivação do ataque tenha sido intolerância religiosa; A4: alguém deseja que eles deixem o local. A1 é um fato não comprovado e mesmo assim assumido como verdade, A2 é o elemento de prova (mas que não é desenvolvido pelo jornalista no texto), A3 é uma interpretação da fonte e não contradita pela reportagem e A4 aparece como uma suposição. Observa-se que A3 e A4 estão afeitos a um discurso do medo, polissemia indicada na primeira leitura efetuada, que tenta deslocar o discurso de crime para intolerância, de criminosos que furtam para vândalos – apenas uma particularidade do acontecimento.

O tempo da escrita é o antontem, tendo ritmo linear: fato-relato-consequências. O ritmado encadeamento dos períodos termina com a argumentação final de que é preciso abandonar a cidade. O ritmo da escrita leva ao leitor celeridade da informação, o

impele para dentro do desejo argumentativo do autor, provocando um movimento em direção ao ato conclusivo: é preciso mudar da região<sup>73</sup>.

Na sexta modalidade de leitura, a de acontecimento, observa-se que o relato é desenvolvido em um ritmo que abrange o fato e a interpretação, onde se consolida a ideia de que o texto é monofônico – emanado de uma fonte apenas. O fato é, como dito, o furto e a invasão – tipificados em uma lei infraconstitucional. O acontecimento hiperbólico, com um news-value, é a intolerância religiosa – agressão a uma cláusula pétrea da Constituição, qual seja, a inviolabilidade de crença e o livre exercício dos cultos religiosos. A aproximação da linguagem com o acontecimento é ancorada pelas imagens, que forçam a compreensão de que ocorreram rupturas físicas nos objetos e nas trancas. O relato não flui com naturalidade: não se percebe no texto o aprofundamento e correlações com os casos anteriores, muito menos se desenvolve e se busca questionar a frase do policial, que sugere o afastamento do local ou mesmo o “ataque”. Todavia, o fato se amplifica, denotando uma complexidade maior do que o evento relatado: a intolerância religiosa, a agressão ao culto e a violência de um direito.

### 1.3.2. A.D do texto 1: “Tiroteio na rua 'inferninho', no Entorno, mata um deixa dois feridos”

<b>Quadro 11 - Texto jornalístico</b>
<b>Tiroteio na rua 'inferninho', no Entorno, mata um deixa dois feridos</b>
<b>O crime aconteceu no distrito de Vendinha, em Padre Bernardo, e a polícia ainda busca autor dos disparos</b>
Uma pessoa <b>morreu</b> e duas ficaram feridas após um homem <b>não identificado</b> entrar atirando em uma rua do distrito de Vendinha, <b>a 50 km de Padre Bernardo (GO)</b> . O crime aconteceu por volta das 15h da tarde <b>deste sábado (19/12)</b> .
A Polícia Militar de Goiás ainda não confirmou as identidades das vítimas. Mas informou a morte de um homem adulto no local do tiroteio. Outras duas vítimas foram socorridas com vida para o

<sup>73</sup> Lourenço Chacon (1998), em sua pesquisa sobre ritmo da escrita, focaliza na pontuação os elementos determinantes, mas não exclusivos, para o uso rítmico do discurso, tendo em vista a comunicação. Neste sentido, ele considera as marcas gráficas como elementos que também auxiliam na construção discursiva: “Nossa opção pelos sinais de pontuação se justifica, portanto, primeiramente pelo que eles têm de essencialmente gráfico. A pontuação, diz Perrot (1980, p. 67), pertence “ao escrito e não ao oral”, um sinal de pontuação “não se pronuncia” (CHACON, 1998, p. 89).

Hospital de Brazlândia, **já no Distrito Federal**. Não se sabe se os ferimentos eram leves ou graves.

A rua onde o crime aconteceu é apelidada de “**inferninho**”, um conhecido ponto de tráfico de drogas na cidade. Segundo o policial que atendeu a ocorrência, os moradores informaram que o atirador estava em uma moto.

Postado em 19/12/2015 16:09

A leitura polissêmica do texto “Tiroteio na rua 'inferninho', no Entorno, mata um deixa dois feridos” desperta uma primeiridade informacional com grande abertura por conta do uso de uma figura de linguagem. A informação não contém foto ou qualquer imagem. O título faz uso de metáfora de lugar e enfoque no fato violento: “Tiroteio na rua 'inferninho', no Entorno, mata um deixa dois feridos”. O texto traz um erro, que é a ausência da conjunção coordenativa aditiva ‘e’ que deveria ligar “um” e “deixa”. O título utiliza a expressão “Entorno” em vez de outra palavra mais precisa, caso de Padre Bernardo, município onde ocorreu o fato relatado. Visa, assim, não isolar a violência. Antes disso, opta-se em concentrar a imagem criada pelo homicídio ocorrido tendo em vista tratar o particular como geral. A notícia é resumida, assumindo quase a proporção de nota. Ela suscita como um todo o relato de algo depreciativo, de morte, de pessoas de ‘segunda classe’, de um lugar não bem localizado, indefinido territorialmente, um inferno, uma zona, um ponto de conflito, de envolvimento com ações degradantes, imorais, de pessoas despersonalizadas, etc.

Sendo a expressão “inferninho” a mais polissêmica, pois remete a um espaço onde impera a licenciosidade, o sexo livre, a prostituição, terra sem lei e onde tudo pode, pois as regras são territorialmente derogadas, os demais conteúdos revelam um conteúdo fechado de interpretação. Ainda no campo da polissemia, a expressão adverbial “já” desconjunta o espaço/tempo Entorno-Distrito Federal. O advérbio desloca-se para expressar a mudança de lugar: assim a “morte” ocorre no Entorno, no inferno; a vida é salva depois no Distrito Federal. A lei considera a mesma região, mas o enunciador e emissor faz questão de trazer a diferença.

A leitura parafrástica possibilita perceber que ocorreu supostamente um crime de grandes proporções para o lugar, com um morto e dois feridos, mas que são poucas as informações. O jornalista tem menos informações do que é de se esperar em um texto jornalístico – ele não sabe, por exemplo, “quem” e “por quê” ocorreram os crimes. E

mais: assume que ocorreu crime, conhecimento que depende de investigação policial e uma sentença – afinal, se a conclusão indicar legítima defesa não ocorreu crime. Na tabela a seguir, os questionamentos suscitados perscrutam os elementos e objetivos essenciais do relato jornalístico em análise:

<b>Quadro 12 - Questões parafrásticas</b>	
<b>As informações básicas da notícia foram divulgadas?</b>	Não. Existe uma grande dúvida sobre nomes e como ocorreu o crime. Não se sabe também se os feridos estão em estado grave. Não se consegue responder, assim, as questões elementares da notícia, que surge incompleta.
<b>Existe alguma ideia dominante?</b>	Morte no Entorno, um lugar que tem uma rua batizada de “Inferninho”
<b>Interesse do locutor</b>	Informar que ocorreu um tiroteio, relatar a violência na Rua Inferninho.

Percebe-se que a “Rua Inferninho” é conhecida e supostamente popular no Entorno, mas ao menos midiaticamente não apresenta nenhuma citação, a não ser a da própria notícia. O Distrito de Vendinha, por sua vez, é citado como localidade a 5 km do DF que tem 70% da população com dengue, de acordo com uma notícia. O distrito tem 15 mil habitantes e as menções revelam informações negativas, como um registro em vídeo que percorre as ruas e diz que o local sofre “ausência quase total de estado”<sup>74</sup>.

A quarta espécie de leitura do dispositivo, a enunciativa, apresenta relato curto e pouco detalhista, cujo interesse é enunciar a violência que ocorre nas cidades que estão próximas de Brasília. O discurso mostra que a região, apesar de integrar o estado de Goiás, tem mais contato com o Distrito Federal, como quando diz que as pessoas foram atendidas no DF. O locutor é o próprio jornalista/empresa, que traz ao texto uma fonte policial, que também pode ser enunciativa. Em específico, no segundo parágrafo, ocorre a citação da PM, que “ainda não confirmou” as identidades das vítimas.

<sup>74</sup> Vídeo visualizado em 14 de fevereiro de 2016: <https://www.youtube.com/watch?v=62QUEGIFeA4>

Quadro 13 - Leitura enunciativa	
<b>Enunciados</b>	<p>E1: Uma pessoa morreu e duas ficaram feridas após um homem não identificado entrar <b>atirando</b> em uma rua do distrito de Vendinha (...)</p> <p>E2: O <b>crime</b> aconteceu por volta das 15h da tarde deste sábado (19/12).</p> <p>E3: A Polícia Militar de Goiás ainda <b>não</b> confirmou as identidades das vítimas.</p> <p>E4: A rua onde o crime aconteceu é apelidada de “<b>inferninho</b>”, um conhecido ponto de tráfico de drogas na cidade</p> <p>E5: Segundo o <b>policia</b>l que atendeu a ocorrência, os moradores informaram que o atirador estava em uma moto</p>
<b>Enunciadores:</b> policial, etc. Repórter do “Correio Braziliense” não identificado assume informações	Posição expressa e ativa de relatar a violência. Interesse em caracterizar a rua e seu nome peculiar. Conteúdo ocultado: a realidade da região, as estatísticas, a relação de violências do distrito, etc.
<b>Enunciatórios:</b> leitores do webjornal	Posição padrão passiva, tendo, todavia, a oportunidade de se manifestar através dos comentários. Mas ninguém se manifestou.

A leitura argumentativa demonstra um discurso típico de relato da violência, onde se observa na penúltima frase a intenção de revelar aos leitores os motivos da rua ter o apelido de “Inferninho”. O autor desenvolve os seguintes argumentos: A1: ocorreu um tiroteio com mortes; A2: o crime aconteceu no Entorno, Rua Vendinha; A3: Polícia Militar de Goiás sabe pouco das identidades das vítimas e dos autores; A4: a rua onde correu o crime é um ponto de tráfico. O A1 domina os demais argumentos ao tratar do fato, do acontecimento relatado na notícia: o tiroteio. O argumento subsumido indica que a série de violência ocorreu no Entorno, que é citado sem qualquer caracterização geográfica ou explicação. O silêncio dá a entender que a área é de

conhecimento comum dos leitores. Ainda sobre A2, o jornalista diz que Vendinha está a 50km de Padre Bernardo (GO). O conteúdo ocultado é o fato de que o distrito está mais próximo do Distrito Federal – a 5 Km de Brazlândia.

Em vez de fatos, A3 revela ausência de dados: a notícia não afirma quem são os autores da agressão. Mas não informa também quem são as vítimas. E tal fato demonstra desprezo e desinteresse com o morto – seja da fonte da informação (enunciador) ou mesmo do autor (locutor/enunciador). O A4, por fim, diz respeito à caracterização do local onde ocorreu o crime: trata-se de ponto de tráfico. O repórter apenas caracteriza, sem desenvolver classificação ou pormenorizar a localidade. A argumentação carece de ritmo.

A sexta leitura flagra o momento do acontecimento e o tempo narrativo criado pelo jornalista. Os fatos brutos, portanto, revelam que em um lugar muito próximo do Distrito Federal, apesar de não explícito, ocorre um tiroteio onde duas pessoas são feridas e outra morre sem deixar registro das características essenciais do suposto crime e da qualificação dos mesmos. A composição do texto é monofônica, dando ao enunciador “polícia” protagonismo e, por imperícia ou interesse, o jornalista deixa de ser mero locutor para anunciar e dar o veredicto de ocorrência de “crime”.

O enunciador do texto traz ao público, contudo, o acontecimento da violência do Entorno do Distrito Federal, separando dois mundos: o que apresenta leve sensação de segurança, oculto no texto, e o completo abandono, desabamento social, por meio da insegurança frente à violência na região. DF é contraposto ao “inferno”. Forma-se, através da notícia, portanto, um mundo à parte e distante tanto do Distrito Federal quanto da cidade Padre Bernardo ou mesmo da capital goiana. Não se trata, assim, de uma troca de tiros, mas a descrição de um cenário de risco no “Entorno”.

### 1.3.3. A.D do texto “Troca de tiros em Valparaíso de Goiás leva homem de 30 anos a óbito”

Quadro 14 - Texto jornalístico
<b>Troca de tiros em Valparaíso de Goiás leva homem de 30 anos a óbito</b>
<b>Ainda não se sabe a motivação do homicídio</b>
Na tarde deste domingo (20/12), um <b>homem de 30 anos</b> morreu em Valparaíso de Goiás após uma troca de tiros com outros dois indivíduos no meio da rua. O crime ocorreu por volta de 15h45 e a

vítima morreu na hora, no lote 505 da quadra 160, Vila Guaíra, **segundo** a Delegacia de Polícia do Céu Azul.

Não se sabe a motivação do homicídio ou a identidade dos autores, mas, de acordo com informações do Comando de Operações da Polícia Militar (Copom) do Entorno Sul, a **vítima** tinha um mandado de **prisão** a cumprir. A perícia **ainda** está no local.

Postado em 20/12/2015 19:14

Laisa Queiroz

A leitura polissêmica da notícia “Troca de tiros em Valparaíso de Goiás leva homem de 30 anos a óbito” tem reduzida abertura. O autor não utiliza nenhuma metáfora, concentrando-se ao fato, impossibilitando de se criar múltiplos sentidos ao relato. O título já expõe o evento, tendo como característica a capacidade de resumir as demais informações, que aparecem na abertura da informação. Contudo, persistem ao menos duas leituras: a vítima morreu ou foi morta. O título é naturalístico e a notícia reproduz isto na medida em que diz que “ (...) um homem de 30 anos morreu (...)”. O uso da preposição/advérbio ‘após’ conota ato contínuo ou consequência de um evento não controlável e independente dos autores. E mais uma vez, por distorção do autor, ele utiliza a expressão crime, como que relacionando morte ao delito. A leitura parafrástica oferece a objetividade do evento sob o controle do enunciador, ao reproduzir o sentido do fato que foi relatado para ele por uma fonte e logo após enunciado como verdade:

<b>Quadro 15 - Questões parafrásticas</b>	
<b>As informações básicas da notícia foram divulgadas?</b>	Não se sabe quem é a vítima e autor; nem a motivação.
<b>Existe alguma ideia dominante?</b>	Crime. Troca de tiros em Valparaíso de Goiás com uma morte
<b>Algum silêncio?</b>	Não se localiza Valparaíso de Goiás, nem sobre sua distância de Brasília ou da capital goiana
<b>Interesse do locutor</b>	Relatar mais uma morte

A leitura parafrástica nos leva a conclusão de que ocorreu troca de tiros (em vez de assassinato ou execução), no meio da rua de Valparaíso de Goiás, e que não se sabe o motivo do crime, mas, diz o texto com esta mesma conjunção adversativa frisante “mas”, a vítima tinha um mandado de prisão para cumprir. O uso da conjunção adversativa “mas” comunica, assim, contraste e oposição ao argumento de que não se sabe o motivo, mas expõe-se um “portanto”. Pelo autor, diante da ênfase, sabe-se ao menos uma pista que suscita polissemia: o morto já teria experiência de outros crimes e “morreu” por conta própria.

Percebe-se a ânsia do jornalista em descrever objetividade ao enumerar até o endereço onde ocorreu o fato (no lote 505 da quadra 160, Vila Guaíra), mas sem o interesse em dizer “quem” morreu no local – suspeita-se que se reproduz o endereço por conta da falta de informações e tais dados constarem das ocorrências compartilhadas via aplicativos de celulares disponibilizados pela PM. O silêncio em referência ao “quem” parece ser estratégico, já que se opta em não revelar as razões do nome não constar no relato. A arqueologia da notícia relatada pelo webjornal do “Correio Braziliense” mostra que o local do crime, a Vila Guaíra, no Céu Azul, tem histórias de violência já acumuladas – inclusive o relato de ataque ao terreiro de candomblé.

O local do suposto crime tem até uma Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops) e uma escola estadual militar. Um infundável relato de casas em locais de risco e ruas interrompidas por erosões serpenteiam as informações de que vivem no bairro inúmeros ex-presidiários de Valparaíso e que ali teria origem parte dos atuais detentos. Conforme relatos nas redes sociais da internet, um dos locais mais perigosos da vila seria a Baixada do Guda, onde a polícia acredita que ocorra refino da droga que chega da Bolívia. Desta forma, o discurso da notícia é, de fato, um dis-curso, uma continuidade de um fato que não é novo, mas mero antecedente.

A quarta leitura nos traz à tona o enunciado geral de que ocorreu uma morte em Valparaíso, formando, assim, um discurso dialógico, enumerativo, cujos enunciados não se encontram fechados. O ritmo noticioso é de fato-relato, mas o tempo da notícia é o agora, o tempo real, categorizado pela presença do ‘está’: “A perícia ainda está no local”.

Quadro 16 - Leitura enunciativa	
<p><b>Enunciados</b></p>	<p>E1: (...) um homem de 30 anos <b>morreu</b> em Valparaíso de Goiás após uma troca de tiros com outros dois <b>indivíduos</b> no meio da rua (...)</p> <p>E2: (...) a vítima <b>morreu na hora</b>, no lote 505 da quadra 160, <b>Vila Guaira</b>, segundo a Delegacia de Polícia do Céu Azul</p> <p>E3: Não se sabe a <b>motivação</b> do homicídio ou a identidade dos autores</p> <p>E4: “(...) a <b>vítima</b> tinha um mandado de prisão a cumprir”</p> <p>E5: A <b>perícia</b> ainda <b>está</b> no local.</p>
<p><b>Enunciadores:</b> Polícia Militar e Polícia Civil, além da repórter/locutora do Correio Braziliense – Laísa Queiroz</p>	<p>Posição expressa e ativa de relatar a violência. Interesse em caracterizar o bairro, a rua e a quadra</p>
<p>Enunciatários: leitores do webjornal</p>	<p>Posição padrão passiva, tendo, todavia, a oportunidade de se manifestar através dos comentários. Ninguém se manifestou, entretanto.</p>

A leitura fornece quatro argumentos para a análise: A1: Uma pessoa morreu em Valparaíso; A2: não se tem notícia dos autores; A3: ocorreu de dia e na rua; A4: não se sabe o motivo, mas a vítima tinha mandado judicial para cumprir. Portanto, significa “morreu por dever algo”, já que a ação anterior teria motivado uma condenação. A leitura de acontecimento revela a hiperbolização da violência que ocorre em Valparaíso, ao tentar mostrar que o fato se desdobra à luz do dia e a vítima geralmente deve alguma

coisa, já que tem mandado de prisão a cumprir. O acontecimento generalizado, então, é a violência sem freios, que rompe na região a todo instante.

#### 1.3.4. A.D do texto “Juiz manda soltar presos da cidade”

<b>Quadro 17 - Texto jornalístico</b>
<b>Juiz manda soltar 38 detentos</b>
<b>Segundo magistrado, prisões preventivas ultrapassavam limite razoável de tempo</b>
<p>A <b>liberação</b> de 38 detentos da comarca de Pirenópolis, a 127 quilômetros de <b>Goiânia</b>, levanta um impasse entre o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) e o Judiciário goiano. Considerados de alta periculosidade, os <b>acusados</b> estavam presos preventivamente por processos de crimes como homicídio, tráfico de drogas, roubo e furto. O juiz Levine Raja Gabaglia Artiaga <b>decidiu soltar</b> os réus após chegar à cidade <b>para substituir</b> o titular da comarca, que está de férias, alegando que eles estavam presos há mais de 120 dias, “acima do limite razoável para a prisão preventiva.” O promotor de Justiça da cidade, Rafael de Pina Cabral, afirma que as <b>solturas</b> “ferem o bom senso, já que as prisões eram legais.”</p> <p>A maioria dos acusados foi <b>solta</b> entre quarta e quinta-feira da semana passada. Lotado na comarca de Corumbá de Goiás, Levine também passou a atuar em Pirenópolis no dia 19 de novembro. Ele acentua que liberou os presos depois de analisar 45 processos desde que chegou à comarca como substituto. Deste total, apenas sete acusados seguem presos porque respondem a outras ações penais, de acordo com o magistrado, que, em relação ao prazo da prisão preventiva, teve posicionamento diferente do juiz Sebastião José da Silva, titular de Pirenópolis.</p> <p>Todos os <b>acusados liberados</b> ainda não foram julgados e, portanto, não têm sentença condenatória. “Estavam presos preventivamente há mais de 120 dias, o que caracteriza excesso e ilegalidade da prisão”, enfatiza Levine, destacando que já houve decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) reconhecendo o período máximo como prazo razoável da prisão, em outros casos específicos. Segundo o juiz, os réus estavam em presídios de outras 10 cidades, já que Pirenópolis não tem a sua <b>própria penitenciária</b>.</p> <p>O promotor da cidade critica a postura de Levine. “É de se estranhar uma pessoa chegar à comarca e mandar expedir 38 alvarás de soltura”, ponderou ele, acrescentando que a situação impõe medo na comunidade local. “Há pessoas que foram presas porque estavam praticando assaltos nas ruas, tráfico de drogas, invadindo casas. É uma situação que causa grande temor na comunidade local, que vai ficar a mercê da criminalidade”, assevera Rafael. Ele ainda afirma que a medida do juiz substituto coloca em xeque o trabalho desenvolvido para combate da criminalidade em Pirenópolis.</p> <p>O juiz substituto rebate, dizendo que “a criminalidade é um problema de segurança pública.” “Não posso aceitar e não posso descumprir a lei. Tinha preso há mais de um ano. Porque não se</p>

julgava esses réus e porque estavam presos há tanto tempo sem julgamento não sei dizer”, observa Levine. “Tomei a medida da garantia da lei. A prisão cautelar, quando passa do prazo razoável, precisa ser mais bem justificada, para que não seja ilegal”, afirma ele. O **POPULAR** solicitou ao Centro de Comunicação Social do TJ-GO entrevista com o juiz Sebastião José da Silva, mas não obteve retorno.

O juiz substituto diz que comunicou suas decisões à Corregedoria-Geral de Justiça de Goiás (CGJ), que respondeu, por nota à reportagem, que “não há nada a ser questionado em relação à soltura de presos provisórios com prazo expirado”.

Autor: Cleomar Almeida/ Data: 04/12/2015

A leitura polissêmica do texto traz múltiplas possibilidades de compreensão: conflito entre a Justiça e o Ministério Público, Pirenópolis está relegada ao crime, órgãos do Poder Judiciário apoiam seus integrantes sem se preocuparem com os moradores, legalismo do Judiciário, confusão legal, insensibilidade do Judiciário, descumprimento das leis penais, interior com alta criminalidade, etc.

A retranca categoriza a cidade de Pirenópolis e o título se refere ao fato: “Juiz manda soltar 38 detentos”. Trata-se de texto fático, com baixa variação polissêmica, ancorado no evento que repercute na realidade: presos foram soltos pelo Poder Judiciário, representado pela figura de um juiz de Direito. O ‘olho’ da notícia, resumo mais detalhado do texto que segue abaixo do título, reproduz a versão do magistrado, que trata dos motivos de sua ação. A única metáfora utilizada pelo autor do texto visa criar confronto entre os dois polos (promotor e juiz) da notícia ao simular um jogo de xadrez: “Ele ainda afirma que a medida do juiz substituto coloca em xeque o trabalho desenvolvido para combate da criminalidade em Pirenópolis”.

A notícia não é ilustrada por foto, mas por box (destaque) com textos em detalhe, que classificam as espécies de prisão que existem. O uso da informação é incorreto, pois o jornalista cita seis espécies de prisão e inclui a prisão por dívida alimentícia como sendo uma prisão penal, o que não procede, conforme o Código de Processo Penal. O conteúdo do quadro apenas em parte se coaduna com a informação.

A partir da leitura parafrástica é possível perceber as informações explícitas e objetivas da notícia. Observa-se que o discurso do título é diferente do conteúdo da notícia. Enquanto o título se concentra no fato jurídico (“Juiz manda soltar 38 detentos”) o conteúdo trata do conflito que se desdobra deste fato, demonstrando que, na verdade, a abordagem noticiosa é mais ampla do que o título.

<b>Quadro 18 - Questões parafrásticas</b>	
<b>As informações básicas da notícia foram divulgadas?</b>	Sim, descreve-se o nome dos envolvidos (juiz e promotor) e o fato (o que) motivador da notícia. Existem dois fatos, na verdade, o ato de soltar os presos e o conflito jurídico originado.
<b>Existe alguma ideia dominante?</b>	Conflito entre juiz e promotor por causa da soltura de 38 presos; insegurança jurídica
<b>Interesse do interlocutor</b>	Informar o conflito entre promotor e juiz

O discurso do conflito entre promotor e juiz é clássico nos noticiários jurídicos, devido ao acirrado embate entre os dois profissionais que participam da administração da justiça. O discurso da notícia veiculada pelo “O Popular”, referente à liberação de presos por respeito à lei, é um discurso corrente e de vasta continuidade no noticiário.

As fontes fazem surgir no texto a informação geral e cumulativa de que juízes estão acostumados a colocar presos nas ruas quando o sistema de segurança é falho ou quando não existe amparo na lei para a prisão. Em 22 de janeiro do mesmo ano, também no Entorno, em Planaltina, um magistrado soltou 20 presos por motivos semelhantes (superlotação de cadeia). Observa-se que o discurso que se exterioriza é o de que o sistema prisional no Entorno é polêmico, de pouca segurança jurídica e conflituoso, tendo em vista os embates entre promotores, delegados e magistrados.

A leitura enunciativa nos mostra que existem conflitos e constatações no texto em análise, tendo como orientação jornalística a abertura para duas fontes do interdiscurso. As circunstâncias da enunciação revelam o interesse do jornalista em revelar que existe confronto entre duas figuras poderosas do sistema judicial. Assim, a forma noticiosa se adequa a um processo de revelar uma dissonância no Poder Judiciário, que não agradaria os moradores, falsamente representados pelo promotor que evoca a expressão ‘comunidade’ – que é também assumida pelo jornalista.

<b>Quadro 19 - Leitura enunciativa</b>
--

<p><b>Enunciados</b></p>	<p>E1: “Juiz manda <b>soltar</b> 38 detentos”</p> <p>E2: “A <b>liberação</b> de 38 detentos da comarca de Pirenópolis, a 127 quilômetros de Goiânia, levanta um impasse entre o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) e o Judiciário goiano”</p> <p>E3: “O promotor de Justiça da cidade, Rafael de Pina Cabral, afirma que as <b>solturas</b> “ferem o bom senso, já que as prisões eram legais.”</p> <p>E4: O <b>promotor da cidade critica</b> a postura de Levine. “É de se estranhar uma pessoa chegar à comarca e mandar expedir 38 alvarás de soltura”</p> <p>E5: O <b>POPULAR</b> solicitou ao Centro de Comunicação Social do TJ-GO entrevista com o juiz Sebastião José da Silva, mas não obteve retorno.</p> <p>E6: “(...)É uma situação que causa <b>grande temor</b> na comunidade local, que vai ficar a mercê da criminalidade”, assevera Rafael”</p>
<p><b>Locutor:</b> Cleomar Almeida (jornalista)</p>	<p>Posição expressa e ativa de <b>relatar</b> o conflito e os pormenores jurídicos do embate</p>
<p><b>Enunciadores:</b> promotor de Justiça e juiz</p>	<p>Posições antagônicas.</p>
<p><b>Enunciatários:</b> leitores</p>	<p>Posição padrão passiva, sem possibilidade de comentários no mesmo dia e espaço.</p>

Em E1, o locutor assume o fato como informação “neutra”, mas com nítido interesse em criar um argumento primário, reforçando a parêmia de que a polícia prende e a Justiça solta. Se o E2 traz à tona o conflito entre juiz e promotor, E3 desenvolve o argumento do promotor, que critica a atitude. Se E5 revela a incomunicabilidade do juiz, o E6 fecha com o discurso do promotor, que se coloca como protetor da população. A Análise de Conteúdo (A.C) no estudo anterior demonstrou que Pirenópolis é a cidade mais citada pelas mídias investigadas, principalmente pelos aspectos turísticos. Este

afastamento estatal dos presos do município, por meio da ausência de uma cadeia pública, não foi explorado pelo autor do texto.

A leitura argumentativa ou de estratégia discursiva nos apresenta três argumentos dominantes: A1: presos foram soltos da cadeia com aprovação de um juiz; A2: promotor não concorda com ação e juiz reafirma que cumpre a lei; A3: cidade enfrenta criminalidade e situação pode piorar. A argumentação utiliza o movimento rítmico para dar coesão textual ao conflito, sendo os parágrafos e aspas os elementos desta esgrima conceitual. As alternâncias enunciativas, logo, produzem uma ideia de que existe um pareamento argumentativo equilibrado.

Através da leitura de acontecimento, percebe-se que a narrativa flui dentro do padrão noticioso jornalístico, dando espaço para as duas fontes, como já revelado. No sentido de Claude Zilberberg (2007), todavia, se percebe que mais do que um fato pontual e noticioso, o que se vê é um acontecimento referencial: o choque entre Poder Judiciário e Ministério Público. Ao separar o acontecimento do fato, percebe-se que este é diminuto frente a uma grande indecisão jurídica que prejudica os moradores – sendo este, portanto, o acontecimento delimitador.

#### 1.3.5.A.D do texto “Fugas em Goiás deixam 1,3 mil longe das cadeias”

<b>Quadro 20 - Texto jornalístico</b>
<b>Fugas em Goiás deixam 1,3 mil longe das cadeias</b>
<b>Do total de fugitivos, 466 escaparam do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, sendo a maioria do regime semiaberto. 570 foragidos são do interior</b>
Até o dia 10 de dezembro, 570 detentos <b>fugiram</b> de cadeias no interior de Goiás e não haviam sido recapturados. No complexo prisional de Aparecida de Goiânia, <b>466</b> deixaram de cumprir pena na colônia agroindustrial do semiaberto e 12 conseguiram sair da Penitenciária Odenir Guimarães (POG). Outros 27 empreenderam fuga da Casa de Prisão Provisória (CPP) e cinco deixaram o Núcleo de Custódia. Junto desses, somam-se os que estavam no Centro de Triagem, Casa do Albergado e os que tinham sua localização como indefinida em suas fichas e o número chega a <b>1.378</b> foragidos em todo Estado.
No interior, a cidade com <b>maior número</b> de foragidos é Formosa, <b>no Entorno</b> do Distrito Federal, com 86 registros. Logo em seguida, <b>outra</b> cidade do entorno, Luziânia, aparece com 53 fugitivos. Depois, Trindade tem 50 presos foragidos. Além dessas três, outras 60 cidades registraram

alguma fuga nos últimos anos. Os dados mostram registros desde 2002, sendo que até 2010, os números de presos que ainda constam como foragidos não passam de 10 a cada ano. Muitos dos presos que constavam nas listas em anos anteriores podem ter sido recapturados ou mortos.

Um servidor temporário que atua em um presídio no sudoeste goiano relata que as fugas no interior ocorrem, principalmente, por **falta de contingente**. Ele diz que chega a ficar sozinho cuidando de mais de 30 presos. Ele prefere não se identificar por medo de ser punido. “Tivemos um treinamento antes de entrar no presídio e nunca mais. Eu acredito estar preparado, mas ainda falta pessoal. Não adianta ter o treinamento melhor do mundo e trabalhar sozinho. Eu sei que sairei em breve, mas temo por quem vai ficar.” O temporário não pretende seguir carreira nessa área.

### **Estrutura**

A **falta de estrutura** também é apontada por um diretor de presídio ouvido pela reportagem. Ele também pediu para manter seu nome em sigilo e acrescentou que os prédios das cidades do interior não possuem estrutura para abrigar presos. “Temos cadeias que permitem acesso de objetos, drogas. Em outras cidades, **até antigas** escolas viraram presídios. Com essa estrutura, não temos **nada a esperar** se não novas fugas.” O POPULAR mostrou em maio que sete presos fugiram do presídio de Piracanjuba após serrarem as grades de uma janela, únicos dispositivos que os separavam da liberdade.

Dos 1,3 mil presos foragidos, 37% cumpriam algum tipo de pena por envolvimento com crimes de roubo. Sete deles terminaram com a morte da vítima e os crimes foram tipificados como latrocínio. Ao todo, **160 homicidas** também deixaram de cumprir suas penas em presídios de todo estado até o dia 10 de dezembro. Em terceiro lugar no ranking, aparece o furto e tráfico de drogas, com 157 casos cada um. Desses foragidos, 835 cumpriam pena no regime semiaberto, 214 no regime aberto e 159, fechados.

04/12/2015

Cleomar Almeida

Trata-se de reportagem que reúne dados sobre as fugas em Goiás ocorridas em 2015. O repórter não explica a construção do fato: como foram coletados os números, se a pedido da equipe de reportagem ou através de uma pesquisa realizada pelo sistema prisional. Devido ao uso de um formato de apuração por meio de técnicas de reportagem, que se diferencia da estrutura fixa da notícia, sobressaem angulações<sup>75</sup>, o que permite um maior exercício da polissemia.

<sup>75</sup> Nas reportagens, uma angulação é um ponto de vista escolhido pelo autor. Nas notícias também é possível se concentrar em um ângulo da informação, mas não se pode deixar de relatar a estrutura da

A leitura polissêmica do texto revela múltiplos sentidos, que mais parecem divergências de hierarquia da organização do que propriamente novos significados, tais como a possível desorganização do sistema prisional, a falta de contingente de servidores públicos que possa vigiar e punir detentos, a periculosidade dos criminosos e a fragilidade estrutural dos presídios, que possibilita a constante ocorrência de fugas.

O título destaca o termo “longe” das cadeias, advérbio para grande distância utilizado pelo jornalista para dramatizar o fato. De imediato, é possível suscitar a dúvida da ilusão do sentido único expresso no título de que as fugas “afastam” 1,3 mil pessoas das cadeias. No tocante ao Entorno do Distrito Federal, o autor informa que a região é uma das que mais sofrem com o problema das fugas: “No interior, a cidade com maior número de foragidos é Formosa, no Entorno do Distrito Federal, com 86 registros. Logo em seguida, outra cidade do entorno, Luziânia, aparece com 53 fugitivos”. Diante do texto, observa-se a categorização conflitiva de “interior” e “entorno”, tendo em vista a separação regional com a parte central do Estado de Goiás e a proximidade com a capital. Durante a leitura parafrástica é possível compreender a grande dimensão das informações explícitas da notícia, quais sejam: evasões de presos são comuns em Goiás e já perpetraram 1,3 mil fugas das cadeias.

A sequência de questionamentos permite compreender exatamente a reprodução e repetição do discurso formulado e sedimentado pelo jornalista:

<b>Quadro 21 - Questões parafrásticas</b>	
<b>O texto diz respeito a alguma forma de violência mensurável?</b>	De uma sensação de violência, já que o aumento de criminosos nas ruas pode potencialmente aumentar a produção de violências. O mais correto, contudo, é observar a existência de um tom ameaçador provocado pelo texto ao revelar falta de perspectiva para o problema.
<b>O texto se refere a alguma espécie de crime?</b>	Não sob a leitura parafrástica. É, inclusive, lícito ao preso tentar a fuga.

---

notícia: que costuma ser rígida, com informações sobre quem é o personagem da notícia, o que aconteceu, onde ocorre, quando e como, dentre outras qualificações.

<b>Existe alguma ideia dominante?</b>	Divergência entre juiz e promotor; fugas são crescentes nos presídios de Goiás, tendo o Entorno do DF como uma das regiões mais problemáticas
<b>Interesse do locutor:</b>	Informar que existe falta de estrutura e alertar para a sensação de medo no Entorno e outras cidades e regiões goianas

A leitura arqueológica permite observar que o problema das fugas de presos no Entorno é recorrente. Observa-se que o assunto assumiu importância durante aquele mês, exatamente pela quantidade de fatos referentes a presos destacados na mídia, o que gerou esta pauta voltada para a contagem geral dos presos que fugiram em Goiás. No mesmo mês, no dia 27, um grupo com sete presos fugiu de penitenciária em Rio Verde. Até aquele dia, em menos de seis meses, ocorreram três fugas apenas naquela unidade<sup>76</sup>. “O Popular”, desta forma, apenas registra essa amplificação de casos, que na maioria das vezes denota a completa incapacidade do Estado em manter o sistema prisional. A leitura enunciativa revela as categorias da enunciação, que é colocar as vozes para se chocarem ou alinharem – e neste caso, é baixa a polifonia, uma vez que as fontes e jornalistas falam as mesmas informações. Os alocutários recebem a informação através de um mapa de enunciados, que repete o tema da precarização do sistema:

<b>Quadro 22 - Leitura enunciativa</b>	
<b>Enunciados</b>	<p>E1: Fugas em Goiás <b>deixam</b> 1,3 mil longe das cadeias</p> <p>E2: Um servidor temporário que atua em um presídio no sudoeste goiano <b>relata</b> que as fugas no interior ocorrem, principalmente, por falta de contingente.</p> <p>E3: Ele também pediu para manter seu nome em <b>sigilo</b> e acrescentou que os prédios das cidades do</p>

<sup>76</sup> <http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/12/grupo-com-sete-presos-foge-de-penitenciaria-em-rio-verde-go.html>

	<p>interior não possuem estrutura para abrigar presos.</p> <p>E4: Temos cadeias que permitem acesso de objetos, drogas. Em outras cidades, até <b>antigas escolas</b> viraram presídios.</p> <p>E5: Ao todo, 160 homicidas também deixaram de cumprir suas penas em presídios de todo estado até o dia 10 de dezembro.</p> <p>E6: Desses foragidos, 835 cumpriam pena no regime semiaberto, 214 no regime aberto e 159, fechados.</p>
<b>Locutor:</b> Cleomar Almeida (jornalista) e TV Anhanguera	Relatar e dramatizar um problema, comunicando a sensação de medo
<b>Enunciadores:</b> o jornalista e as fontes entrevistadas que não se revelam	Posições convergentes em uma criação polifônica. Não é falsamente plural, apesar de se observar que inexistem identificação das fontes mais contundentes nas falas.
<b>Enunciatários/alocutários:</b> leitores	Posição padrão passiva.

Já no modo de leitura argumentativa é possível perceber a monotonia do discurso: A1: Goiás tem inúmeras quantidades de fugas; A2: quem conhece esta realidade pede anonimato para falar, pois existe coação; A3: homicidas e traficantes que deveriam estar presos, na verdade, estão nas ruas; A4: a situação vai piorar. Desta fase argumentativa se sobressai o silêncio: quem coage o servidor que fala a verdade? Percebe-se marcação de atos para impedir que a informação e a realidade sejam apresentadas aos leitores.

A leitura de estratégia discursiva é realizada pelo enunciatário/locutor tendo em vista produzir efeitos como o de medo e susto frente a um fato que é tão comum e que é possível contar vários eventos reincidentes. Diferente da notícia, que busca objetivar os fatos e se atentar para o equilíbrio, a reportagem acelera seu ritmo em direção a comunicar mais do mesmo e variar uma temática que defende um ponto de vista e uma opinião. O jornalista conduz a uma representação social que revela argumentos

negativos para o sistema de segurança, cujo toque final é o A4 (a situação vai piorar). Pela leitura dos argumentos, percebe-se a desesperança como estratégia argumentativa.

Neste texto, assim, o jornalista faz uso de recursos sintáticos que reforçam o argumento: estado ineficaz/falta de perspectivas/vai piorar. Os elementos centrais utilizados pelo autor é a sequência argumentativa, que inicia e termina com dados numéricos e estatísticos, responsáveis por enrijecer o argumento e torná-lo de difícil questionamento por conta do ar de autoridade. O acontecimento central não é um fato determinado, mas o conjunto deles. Neste sentido, o autor utiliza a técnica da reescritura do já dito em outros momentos para tratar de um fato maior e hiperbólico: Goiás é um estado inseguro, com a presença crescente de criminosos nas ruas, sem perspectiva de que as prisões sejam feitas com qualidade e impossibilitem a fuga. E o Entorno do DF seria a zona mais perigosa de todas, conforme deixa explícito o repórter ao se expressar: “(...) a cidade com maior número de foragidos é Formosa, no Entorno do Distrito Federal, com 86 registros. Logo em seguida, outra cidade do entorno, Luziânia”.

### 1.3.6. A.D do texto “Efetivo extra vai ajudar em duas frentes em Goiás”

<b>Quadro 23 - Texto jornalístico</b>
<b>Efetivo extra vai ajudar em duas frentes em Goiás</b>
<b>Mas erro em portaria impede sequência do trabalho da FN em Goiânia. Equipes aguardam correção para voltar ao trabalho</b>
O trabalho da <b>Força Nacional</b> de Segurança em Goiás foi <b>prorrogado</b> pelo Ministério da Justiça, no último dia 3, por mais 180 dias para que as equipes auxiliem na elucidação de crimes de homicídio na região do Entorno do Distrito Federal. A portaria do Ministério da Justiça, porém, não contemplou o trabalho desenvolvido pela Força Nacional em Goiânia, onde ainda existem 330 inquéritos de homicídios ocorridos antes de 2008 que estão na Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública.
“Foi um <b>erro formal</b> que será corrigido. É um processo burocrático e enquanto não é corrigido, o pessoal da Força Nacional não tem como trabalhar aqui”, contou o delegado-chefe da Delegacia Estadual de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), Breyner Vasconcelos Cursino. Segundo ele, com a renovação do convênio do Estado de Goiás com o Ministério da Justiça nos próximos dias, a FN deverá concluir cerca de 80% dos inquéritos da Meta 2 em Goiânia.
“A ação da Força Nacional aqui na capital <b>fez</b> com que os índices de homicídio caíssem, já que investigando os casos mais antigos, desafogou as equipes da Delegacia de Investigações de

Homicídios. Na DIH, as equipes estão focadas nos homicídios recentes, prendendo mais e concluindo os inquéritos com maior rapidez”, disse.

Entre setembro de 2013 e novembro deste ano, período em que a FN trabalhou na capital, 247 inquéritos de homicídio foram concluídos e remetidos ao Poder Judiciário.

Com a renovação do convênio, a FN atua também na investigação dos crimes de homicídio **no Entorno do Distrito Federal**. “A diferença é que aqui, a Força Nacional vai trabalhar também na elucidação dos casos recentes de homicídios e perícias forenses, em auxílio às equipes do Grupo de Investigações de Homicídios de Luziânia”, acrescentou o delegado Rodrigo Mendes de Araújo, regional da Polícia Civil em Luziânia.

Segundo ele, dois delegados, três escrivães e sete agentes da Força Nacional vão trabalhar junto com a Polícia Civil em aproximadamente 300 inquéritos de homicídios de Luziânia, além de atuar também na elucidação de crimes cometidos em Valparaíso, Cidade Ocidental, Novo Gama e Cristalina.

#### **Auxílio**

**Ainda no Entorno do Distrito Federal**, a Força Nacional de Segurança vai continuar o trabalho de recobrimento às ações de polícia ostensiva e preventiva, auxiliando nas atividades desenvolvidas pela Polícia Militar.

O coronel Divino Efigênio Almeida, chefe do Gabinete de Gestão e Segurança do Entorno do Distrito Federal, explicou que, com a extinção do Serviço de Interesse Militar Voluntário Especial (Simve), considerado ilegal pelo Supremo Tribunal Federal, cerca de 900 homens foram retirados das ruas.

“Com a deficiência em alimentar essa **cadeia preventiva**, solicitamos a prorrogação da Força Nacional de Segurança no Entorno.” A FN, segundo o coronel Efigênio, dá recobrimento às ações preventivas da Polícia Militar e **tem feito** com que os índices de criminalidade na região **caiam** desde 2012.

“Toda ajuda é bem aceita”, disse o coronel. Ele acredita que até a convocação dos excedentes da PM, a Força Nacional vai ajudar nas demandas da PM em Luziânia, Valparaíso, Jardim Ingá e Novo Gama.

Autora: Rosana Melo - 12/12/2015

A construção do discurso desta notícia tem como elemento visual determinante uma fotografia de arquivo, da Agência Brasil, em que um grupo de homens vestidos de militares, perfilados, rígidos e hierárquicos, como no Exército, são apresentados para ilustrar o título “Efetivo extra vai ajudar em duas frentes em Goiás”.

De forma imediata, percebe-se que se refere a uma notícia sobre confronto, ação, de preparo para alguma atividade. A notícia apresenta texto que revela a renovação de

serviços da Força Nacional, na região do Entorno. Ao utilizar a conjunção ‘porém’, a repórter orienta o texto para o fato de que Goiânia não tem ainda garantida a renovação, já que questões burocráticas (erro em portaria) impedem a atuação da Força Nacional. A leitura introdutória oferece, assim, baixa polissemia. São reduzidas as possibilidades diante da escassez da pluralidade dos significantes, do jogo metafórico e da intenção. Prováveis noções: segurança pública de Goiás precisa de ajuda, criminalidade das cidades goianas tem aumentado, qualificação do trabalho da Força, ato de heroísmo da Força Nacional em atuar nas terras goianas. Outro deslocamento possível diz respeito à precariedade da segurança do Entorno e a crise instituída após o fim das forças do Serviço Militar Voluntário (Simve), considerado inconstitucional, etc.

Ao dizer que “Toda ajuda é bem aceita”, um agente das forças estaduais de segurança dá a entender que não é apenas a FN que é bem aceita, mas qualquer outra ação é celebrada pelo Governo de Goiás, fato que denota, assim, o desespero dos policiais do Estado, que não conseguem combater o crime sem “auxílio”, outra palavra citada mais de uma vez na informação. A segunda leitura, a parafrástica, remete a Análise do Discurso para uma configuração mais fechada, envolta na ideia dominante, qual seja, o sentido dado pelo autor: “efetivo extra vai ajudar Goiás”. No caso, o motivo central do texto, desde o título, é focado no verbo ‘ajudar’. Portanto, o motivo seria a alta criminalidade/baixo investimento de Goiás nas atividades de segurança pública – agravadas quando o Estado perdeu o efetivo do Simve nas ruas do Entorno, grupo policial considerado ilegal e estruturado pelo Estado diante de uma urgência.

A leitura parafrástica desta notícia, portanto, se resume aos questionamentos e respostas que se seguem. Tal operação metalinguística revela que o jornalista opta pela boa notícia, conduzindo a abordagem para o sentido de que Goiás ganhará com a FN:

<b>Quadro 24 - Questões parafrásticas</b>	
<b>Goiás tem efetivo suficiente para combater a criminalidade?</b>	Não. Ao contrário, o Estado espera que a Força Nacional continue em território goiano, para assim vedar as lacunas deixadas pelo Simve.
<b>Existe alguma ideia dominante?</b>	Goiás terá ajuda da Força Nacional

<b>Interesse do locutor:</b>	Informar que o Estado terá um reforço de policiais nas ruas/ mostrar deficiências da polícia goiana/ exaltar o trabalho da Força Nacional
------------------------------	---

A apreciação arqueológica remete a uma já duradoura parceria da Força Nacional no Estado de Goiás. Desde a década anterior, a polícia criada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva atua em Goiás. Dados divulgados na época, por meio de relatório da Operação Entorno 2, observa, sob a ótica do Governo de Goiás, o seguinte: “Verificou-se antes do início da Operação da Força Nacional, que ocorreram nos cinco municípios 43 (quarenta e três) homicídios. Após o início da Operação nos mesmos municípios houve 27 (vinte e sete) homicídios, totalizando uma redução de 37% em relação ao dado anterior”. Desde o início das atividades da Força Nacional na região do Entorno observou-se na mídia o interesse do Governo de Goiás em anunciar a presença do efetivo nas terras goianas, tendo em vista criar uma sensação de segurança e demonstrar ação principalmente nas cidades do Entorno.

Os dados divulgados pelo tenente coronel Wellington José Reis, através do relatório da época, Operação Entorno 2, faz parecer que a presença policial teria inibido a prática de crimes.<sup>77</sup> Notícias referentes às cidades do Entorno e Força Nacional revelam duas possibilidades: elas estão presentes no local pela precariedade de policiais ou carência de militares e a grande criminalidade. Ou seja, um discurso está interligado ao outro. Na maioria das reportagens e documentos observa-se apenas as ‘falas’ das autoridades. Uma reportagem do “Correio Braziliense”, que não faz parte do *corpus* da Análise de Conteúdo desta pesquisa, todavia, trouxe comentários de moradores conflitantes quanto a expectativa da presença da Força Nacional:

(...) Os moradores da cidade aprovaram o reforço no policiamento com algumas ressalvas. “Saber que tem mais segurança nas ruas é sempre bom. Da última vez que eles vieram aqui diminuíram a violência, mas assim que eles foram embora, voltou ao que era”, comenta a faxineira Valdivina Vieira, 32 anos – e critica: “de vez em quando esses policiais fazem coisas que não tem necessidade”. O ajudante de pedreiro Sebastião Gonçalves, 61, espera que a segurança aumente e a violência diminua. “Estava faltando policial

<sup>77</sup> “Com relação a Lei 10.826/03, em seus artigos 12 e 14 (posse irregular e porte ilegal de arma de fogo), foram apreendidas antes do início da Operação da Força Nacional 38 (trinta e oito) armas de fogo. Após o início da Operação com a Força Nacional foram apreendidas 28 (vinte e oito) armas que equivalem a uma redução de 26% em relação ao dado anterior. Tal fato decorre do aumento do efetivo de policiais e de FNs, causando talvez uma inibição aos cidadãos infratores da lei” (REIS, 2011).

aqui, é bom que tenha chegado mais gente. Quanto mais, melhor”, comemora. (...) (CORREIO BRAZILIENSE, 18 de abril de 2011)

A leitura enunciativa traz como sujeito da locução o jornal e o autor do texto e principalmente os sujeitos enunciadores, quais sejam, os policiais entrevistados. O tom dialogal elaborado pela jornalista-locutária acrescenta elogios ao trabalho da Força Nacional, através das inserções de aspas de Breynner Vasconcelos Cursino (delegado-chefe da Delegacia Estadual de Repressão às Ações Criminosas Organizadas), Rodrigo Mendes de Araújo (delegado regional da Polícia Civil em Luziânia) e coronel Divino Efigênio Almeida, chefe do Gabinete de Gestão e Segurança do Entorno do Distrito Federal. A repórter, assim, assume o ponto de vista dos entrevistados, ou seja, do governo, do aparato de segurança pública, não questionando os fatos expostos ou procurando expor eventos contraditórios, reduzindo a polifonia do texto.

Quadro 25 - Leitura enunciativa	
Enunciados	<p>E1: O <b>trabalho</b> da <b>Força Nacional</b> de Segurança em Goiás foi prorrogado pelo Ministério da Justiça, no último dia 3, por mais 180 dias para que as equipes <b>auxiliem</b> na elucidação de crimes de homicídio na <b>região do Entorno do Distrito Federal</b>.</p> <p>E2: A <b>portaria</b> do Ministério da Justiça, porém, não contemplou o trabalho desenvolvido pela Força Nacional em Goiânia, onde ainda existem 330 inquéritos de homicídios ocorridos antes de 2008 que estão na Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública.</p> <p>E3: “A ação da Força Nacional aqui na capital fez com que os índices de homicídio <b>caíssem</b>, já que investigando os casos mais antigos, desafogou as equipes da Delegacia de Investigações de Homicídios. Na DIH, as equipes estão focadas nos homicídios recentes, prendendo mais e concluindo os inquéritos com maior rapidez”, disse.</p> <p>E4: Entre setembro de 2013 e novembro deste ano, período em que a FN trabalhou na capital, 247 inquéritos de homicídio <b>foram concluídos</b> e remetidos ao Poder Judiciário.</p> <p>E5: Ainda no Entorno do Distrito Federal, a Força Nacional de Segurança <b>vai continuar</b> o trabalho</p>

	<p>de recobrimento às ações de polícia ostensiva e preventiva, auxiliando nas atividades desenvolvidas pela Polícia Militar.</p> <p>E6: O coronel Divino Efigênio Almeida, chefe do Gabinete de Gestão e Segurança do Entorno do Distrito Federal, explicou que, com a extinção do Serviço de Interesse Militar Voluntário Especial (Simve), considerado <b>ilegal</b> pelo Supremo Tribunal Federal, cerca de 900 homens foram retirados das ruas.</p> <p>E7: “Com a deficiência em alimentar essa cadeia preventiva, solicitamos a prorrogação da Força Nacional de Segurança no Entorno.” A FN, segundo o coronel Efigênio, dá recobrimento às ações preventivas da Polícia Militar e tem feito com que os índices de criminalidade na região caiam desde 2012.</p>
<b>Enunciadores:</b> repórter do “O Popular” – Rosane Melo e entrevistados	Posição expressa e relatar importância da Força Nacional, sua capacidade e endossar as falas dos entrevistados.
<b>Sujeitos dos enunciados</b>	Breyner Vasconcelos Cursino (delegado-chefe da Delegacia Estadual de Repressão às Ações Criminosas Organizadas), Rodrigo Mendes de Araújo (delegado regional da Polícia Civil em Luziânia) e coronel Divino Efigênio Almeida, chefe do Gabinete de Gestão e Segurança do Entorno do Distrito Federal.
<b>Enunciatários:</b> leitores do webjornal	Posição padrão passiva. Sem possibilidades de comentários no mesmo espaço

O contexto histórico das enunciações expostas é de uma constante intenção do Governo de Goiás em enfrentar o aumento das ações criminosas no Entorno do Distrito Federal. Os sujeitos falantes da reportagem, produtores do enunciado, têm interesse em mostrar estatísticas positivas, ações e metas cumpridas e estreitar a aproximação com a Força Nacional. Todos os entrevistados se revelam articulados em mostrar como a ação das forças policiais de Goiás ganha com a presença da Força Nacional. O repórter se esforça para reafirmar a boa notícia, que é a renovação do acordo do Governo de Goiás com o Governo Federal. As estatísticas e dados apresentados pelas fontes não são

contestadas pelo jornalista. De E1 a E7, se observa o desfile de argumentos que interligam os enunciados, de forma rítmica a defender a presença da Força Nacional.

Através da leitura argumentativa compreende-se a formação de um contexto geral e outros acessórios. A atitude do locutor frente ao conteúdo produzido é de reconhecimento da ação: “Entre setembro de 2013 e novembro deste ano, período em que a FN trabalhou na capital, 247 inquéritos de homicídio foram concluídos e remetidos ao Poder Judiciário”. Percebe-se pela construção do locutor que existe nele a crença de que centenas de inquéritos de homicídios foram finalizados e a expectativa é que se repita estas ações agora em duas frentes realizadas pela Força Nacional.

Desta forma, a estratégia discursiva se assenta nos argumentos: A1: a Força Nacional vai ajudar Goiás em duas atividades: combate à violência no Entorno e outra na região sudeste; A2: a segurança está subordinada à burocracia, que prejudica o combate da violência; A3: a Força Nacional vai atuar em inquéritos de homicídios; A4: Qualquer ajuda para Goiás é válida, que está em apuros pela falta dos soldados do Simve. A argumentação é compreendida aqui em um todo e revela a força persuasiva da autora do texto, por seguir ritmicamente coerente com os blocos lexicais selecionados (“extra”, “ajudar”, “elucidação”, “desafogou”, etc) para realizar sua comunicação.

O fato relatado pela reportagem de “O Popular” deixa de ser apenas a informação de que a Força Nacional vai iniciar duas frentes de trabalho em Goiás. O grande acontecimento é reconhecer que isso será eficiente para manter a violência sob controle, com a redução dos índices de criminalidade. A narração do fato é aparentemente polifônica na medida em que se escuta vários sujeitos falantes, mas produz-se um truque, já que o discurso é monofônico ao se observar que as fontes caminham para a mesma construção: a chegada da Força Nacional tem o condão de ajudar as combalidas forças estaduais.

### **1.3.7. Entorno do Distrito Federal na rede**

As redes sociais concederam aos receptores da comunicação a possibilidade deles também produzirem conteúdo, replicar dados e compartilhá-los. Fruto da sociedade da informação, que provocou a fragmentação das mídias e ao mesmo tempo a união de muitas delas a partir dos últimos anos do século 20, as redes sociais digitais são na atualidade as mídias e plataformas de trocas simbólicas mais proeminentes.

É por meio delas que circula uma forma de interação desterritorializada e veloz, que interfere nas relações sociais, na cultura, na política e na produção de conhecimento. As características essenciais das redes sociais digitais são a interatividade e o exercício da comunicação em tempo real – os mesmos da internet, mas com maior capacidade de concentração e poder de intervenção. As redes sociais e esferas de encontro público constituídas na interação face a face anteciparam a interatividade das redes sociais, contudo sem o poder digital de desenraizar as pessoas de seus territórios e espaços físicos. Outra característica das redes digitais foi manter as características das mídias tradicionais e potencializar novos modismos interativos, como os microblogueiros, gamers online, digital influencer, youtubers, etc.

Para a Análise de Discurso e Conteúdo aqui engendrada, observou-se a capilaridade da rede e sua especificidade. Na atualidade, existe relativa quantidade de produtores de conteúdo voltada para o Entorno do DF. Pode-se dividir as manifestações comunicativas em usuários institucionais e particulares ou sociedade civil. Assim, na rede social Twitter, por exemplo, o perfil 5 ° CRPM Entorno Sul (@quintocrpm) procura informar dados sobre a violência praticada na região sul do Entorno, em específico sob o ângulo da Polícia Militar de Goiás. Das grandes redes, contudo, o Twitter é a com menor quantidade de menções ao Entorno e cidades da região, sendo raras as contas. Facebook e Youtube, por sua vez, apresentam várias menções ao se procurar a expressão Entorno. No Facebook, a conta Transportes DF e Entorno, por exemplo, trata de um dos principais problemas dos moradores: o deslocamento entre as cidades. Os municípios também apresentam perfis próprios, caso do distrito Jardim Ingá, de Luziânia, com mais de 100 mil moradores, e que tem várias espécies de perfis.

Para esta fase da pesquisa, em específico, optou-se em investigar o conteúdo do Youtube, fundado em 2005, por três empreendedores do site Paypal, utilizado para gerenciamento e transferência de dinheiro. O mecanismo básico do Youtube é o mesmo desde seu início: permitir que qualquer usuário carregue vídeos e compartilhe por meio da própria rede social ou de outras. O termo ‘tube’ tem o interesse de comunicar “televisionar”, sendo assim, em uma tradução literal, “Você televisiona”. Em 2006, o site foi adquirido pela Google, tornando-se, desta forma, a rede social mais ampla da empresa de tecnologia – também proprietária do Orkut e do Google Mais.

Diante desta fase final da pesquisa das mídias, opta-se pela mesma sequência e metodologia usada nas investigações anteriores, quais sejam, primeiro realiza-se a Análise de Conteúdo e na sequência a Análise de Discurso de um dos materiais

selecionados para integrar o corpus da A.C. Para a Análise de Discurso foi selecionado um vídeo produzido tendo em vista o conteúdo explícito sobre o Entorno do Distrito Federal e que apresente as características já citadas de investigar novos formadores de opinião, enraizados nas cidades e que sejam reconhecidos como moradores.

Nesta última fase da análise da mídia, procurou-se observar a busca pela expressão “Entorno do Distrito Federal”. A escolha do material observável se deu pelos cem primeiros vídeos classificados no próprio site em pesquisa realizada no dia 19 de outubro de 2015. Durante a busca, o sistema de apresentação de vídeos leva em conta o tempo visto pelos usuários em cada produção audiovisual. Após a experiência negativa de apresentar primeiro os vídeos com maior quantidade de visualizações<sup>78</sup>, o operador de conteúdo do Youtube optou pelo destaque conforme a fidelidade do espectador em relação ao tempo total da sessão.

#### **1.3.7.1. Análise de Conteúdo do site Youtube: a expressão Entorno do DF**

Conforme A.C, em 100 postagens de vídeo, 61 emissores diferentes se revezaram na divulgação de material referente ao Entorno. O Youtube não produziu material próprio, funcionando apenas como tecnologia de intermediação informativa, seleção, hierarquização e divulgação. Dos 61 emissores, o principal destaque ficou por conta da distribuição pessoal e particular de um dos associados ao site de vídeos. A conta “Kaká Silva - No Corró” é pública, sem uso de fakes, e reúne material produzido para a TV Record, no programa Balanço Geral e DF no Ar.

No dia da pesquisa, “Kaká Silva - No Corró” tinha 13.292 visualizações e apenas 40 inscritos. Apesar de a produção ser originária da emissora TV Record, Kaká, o repórter, opta em divulgar seu próprio trabalho em uma conta pessoal. Além de “Kaká Silva - No Corró”, a TV do Governo Federal é a mais atuante no upload (carregamento) de vídeos: a TVNBR registrou 31.349 inscritos e 16.022.100 visualizações.

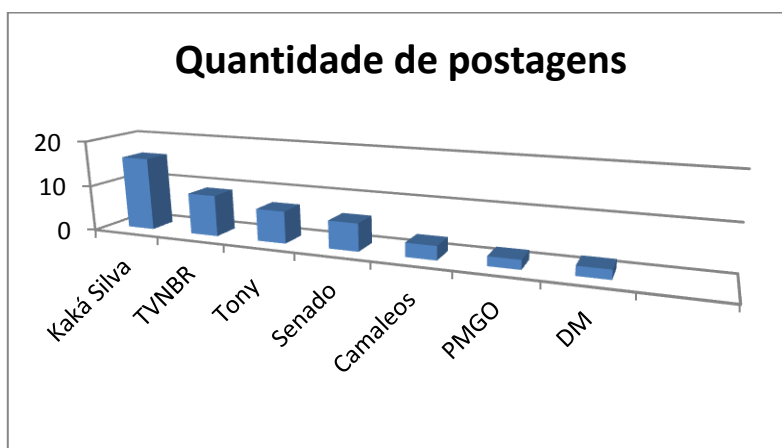
Tony Cinegrafista é o terceiro em postagens referentes ao Entorno e utiliza uma imagem do Mister M em sua identificação, não revelando detalhes a respeito de seu perfil na aba “sobre”, que é oferecida pelo Youtube para descrever o proprietário da conta. Ele tem 1.793.783 visualizações e 2.589 inscritos. A diferença na quantidade

---

<sup>78</sup> Em 2012, o site optou em valorizar em sua disposição de pesquisas o vídeo com mais tempo de exibição em relação às visualizações. A nova estratégia visava impedir que o site destacasse aqueles vídeos que utilizam falsas informações e imagens sensacionalistas para atrair visualizações.

entre um e outro pode ser justificada pelo tempo de inscrição. Enquanto a TVNBR foi aberta em 17 de dezembro de 2008, “Kaká” está inscrito desde 29 de abril de 2015. Dos três primeiros, “Tony” é o mais antigo, com conta fundada em 25 de novembro de 2008.

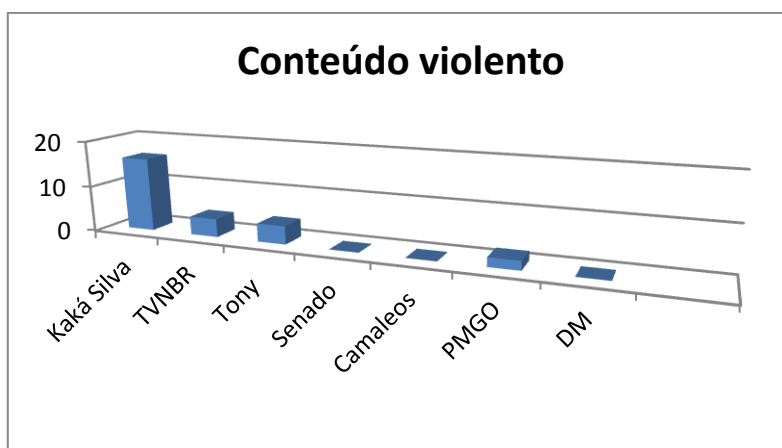
**Figura 6 – Quantidade de postagens no site Youtube referentes a expressão Entorno do Distrito Federal**



SILVA, 2015

Outra característica refere-se ao tema das postagens. Das cem analisadas, 47 são referentes aos temas alusivos à violência e segurança pública. Outras 53 versam sobre assuntos como publicidade na região do Entorno, encontro de capoeiristas, reportagens edificantes sobre ações beneméritas, encenações humorísticas, etc.

**Figura 7 – Conteúdo violento de postagens no site Youtube referentes a expressão Entorno do Distrito Federal**



SILVA, 2015

A violência persiste como principal tema de “Kaká Silva” ao passo que os outros emissores procuram equilibrar seus conteúdos. A produção individual é reduzida em comparação com as mídias tradicionais ou as instituições públicas, como a Polícia Militar ou Civil, que apresentam serviço de assessoria de imprensa.

Dentre as cem postagens com a expressão “Entorno do Distrito Federal”, 44 são originárias de reportagens veiculadas inicialmente em emissoras tradicionais, o que demonstra a força das mídias habituais na consolidação dos conteúdos das mídias interativas. Publicidade e material de governo marcam 24 postagens e produção própria apenas 18. Percebe-se também uma relativa colonização do espaço por conta da produção que envolve assessorias de políticos, com sete postagens.

### **1.3.7.2. A.D de humorístico sobre morador de Valparaíso interpretado por youtuber**

O vídeo<sup>79</sup> analisado foi compartilhado pelo canal Valparaíso Web e se refere a um episódio humorístico de 2 minutos e 42 segundos. A produção “Sim, eu moro em Valparaíso. VALPARAÍSO!?” apresenta imagem de baixa qualidade, mas revela cenário (estante ao fundo), montagem, encenação dramática do personagem e roteiro perceptível. No centro da tela, em primeiro plano, jovem negro interpreta um morador da cidade Valparaíso de Goiás, em clara manifestação comunicativa do que se habituou a chamar de youtuber<sup>80</sup>. Ele produz discurso em tonalidade exagerada, que serve à formulação de uma composição irônica e extremamente polissêmica. O conteúdo do texto é apresentado na tabela a seguir:

<b>Quadro 26</b> - Vídeo compartilhado pelo canal Valparaíso Web
Esse é o canal do Valparaíso Web sempre trazendo em tempo real fatos do Valparaíso de Goiás

<sup>79</sup> Acessado em 21 de junho de 2015: [https://www.youtube.com/watch?v=z\\_5YS7yit10](https://www.youtube.com/watch?v=z_5YS7yit10)

<sup>80</sup> Produtor de vídeo no canal YouTube, que aborda diversos assuntos. Antes era conhecido como vlogueiro, uma espécie de blog de vídeo.

*[Tonalidade entusiasmada e de saudação]*

*E aí, galera do Face, estou de volta! Estou aqui para falar para vocês o preconceito da reação das pessoas quando você diz a seguinte frase: “Eu moro em Valparaíso”.*

*[Mesmo locutor, início de diálogo sóbrio]*

- Você está entre amigos, de boa, na sua, calado. Aí vem aquele amigo, aquele amigão, e vai querer saber da sua situação e onde você mora. E vai te constranger publicamente. Ele resolve perguntar:

*[Mesmo locutor em tom interpretativo, com simulação de diálogo entre duas pessoas]*

“E aí, mano, você mora aonde?”

- Pô, mano, aonde eu moro??? Você sabe o Eixo? Pega o Eixo, aí você vai pro Eixo, vai firme e forte. Vai reto. Aí você faz balão, pega a principal e desce, desce, desce e pode ir e vai. Eu moro aqui, moro no Centro-Oeste. Você não vai me achar no mapa, mas é Centro-Oeste. Você vai, passa a fronteira com nada. Aí você vai ver algumas pessoas mortas no chão. Normal! Acontece todo dia. E você segue reto. Você vira a esquina. Eu moro bem ali, né, eu moro no Acre.

- No Acre?

- Sabe, mano, vou falar a verdade pra você: eu...moro em Valparaíso.

- Valparaíso? Pessoas mortas? Tráfico? Drogas? GTA? Funk ostentação?

*[Mesmo locutor em sentido explicativo da situação]*

Aí você, para tentar disfarçar sua pobreza, falar que Valparaíso fica perto de Brasília, faz fronteira com o DF, você fala:

*[Mesmo locutor em tom interpretativo, com simulação de diálogo entre duas pessoas]*

- “Não, pô, mas tipo: Valparaíso é perto do Gama.”

- Gama?

-GS?

-Açougue?

[Mesmo locutor em sentido explicativo da situação]

Mas isso não passa de uma imagem destrutiva que a mídia passou para a população brasileira. A verdade é que Valparaíso é uma cidade muito pacífica. (Uma voz ao fundo diz: “Perdeu, dotô!”).

[Tonalidade entusiasmada e de saudação]

E aí, galera? Gostou do vídeo? Gostou, se amarrou? Curte. Compartilha. E... (...imagens do personagem em estilo cantor de funk).

### 1.3.7.3. Leituras do discurso

O youtuber relata em estilo *stand up comedy*, mas em enquadramento cinematográfico de *selfie* (plano fechado), as dificuldades em explicar aos amigos onde reside. Com muito humor e agitação, ele diz que sua cidade não é ruim como as pessoas pensam. “E aí, galera do Face, estou de volta! Estou aqui para falar para vocês o preconceito da reação das pessoas quando você diz a seguinte frase: “Eu moro em Valparaíso”. A leitura polissêmica permite encontrar múltiplas significações, como a dificuldade em morar em Valparaíso, a reação negativa das pessoas, o preconceito e a própria dubiedade do comportamento do locutor: ele anuncia no início que existe “preconceito das pessoas”, mas ele mesmo reforça o preconceito, quando a voz ao fundo diz “perdeu, dotô” – em uma espécie de reação ao que disse antes, sobre a crença no caráter pacífico da cidade. Percebe-se, logo, uma comunicação ambígua: o perigo relatado pela mídia e o fato que ocorre ao longo da encenação.

O humorista admite que sua cidade é violenta. Ao relatar que existe “preconceito”, ele assume o discurso de que mora em algum lugar que é considerado longe, pobre e violento. Neste sentido, de leitura parafrástica, é possível reduzir o texto a algumas ideias dominantes: existe preconceito em relação às pessoas quando se diz que mora em Valparaíso. A arqueologia da violência na região do Entorno do Distrito Federal remonta midiaticamente ao período em que as cidades ao redor de Brasília eram consideradas uma espécie de baixada fluminense do final da década de 1990, principalmente pelas analogias em relação aos índices de criminalidade.

A construção da Capital Federal impôs na região uma relação de centro-periferia que não existia até a década de 1950. Com esta relação de dependência, as cidades mais próximas passaram a receber grandes quantitativos de moradores, que residem no

Entorno, mas que trabalham em Brasília. Conforme explanado em outros momentos deste estudo, ainda sobressai nos municípios próximos um candente noticiário de criminalidade, muitas vezes com narrativas de linchamentos, massacres, *serial killers* e até mesmo moradores integrantes de grupos terroristas do Estado Islâmico.

O caráter enunciativo traz uma confusão entre o sujeito da enunciação. O ator/personagem que não revela seu nome é também um enunciador, portanto, um portador do enunciado – e locutor, óbvio, pois externa a informação. Já o enunciatário é o público em geral. Assim, é enunciado o fato do ator que interpreta o jovem morador de Valparaíso de Goiás anunciar que morar em Valparaíso é arriscado/objeto de preconceito. Ele é quem diz que mora perto de Brasília e “tenta disfarçar a pobreza”.

A narrativa tem enunciados que podem ser analisados por meio das frases: assim, a frase enunciativa traz ao mesmo tempo sentido e referência, a tornando uma unidade completa. Como o vídeo apresenta dois níveis de exposição (de narrador e de intérprete), surgem dois enunciados principais: “Estou aqui para falar para vocês o preconceito da reação das pessoas quando você diz a seguinte frase: “Eu moro em Valparaíso” e “Sabe, mano, vou falar a verdade pra você: eu...moro em Valparaíso”.

Outra forma de leitura, a argumentativa, possibilita a análise das ações dramáticas. Ela procura as figuras de retórica e metáforas para descrever a angústia que é ser abordado a respeito do local onde mora. O discurso tem uma virada: o autor tenta falar algo, mas diz outra coisa ao inserir a dúvida e a sequência em que aparentemente é abatido de forma violenta quando afirma que Valparaíso é uma cidade pacífica, fato que salienta então o grau elevado e polissêmico da mensagem.

O intérprete do discurso realiza o deslocamento das expressões “Face”, “Açougue” e “GTA”. Elas não expressam os significados comuns atribuídos a elas. “Face” é em sentido a popular rede social, apesar do vídeo ser publicado no Youtube. “Açougue” é inserido no texto com o sentido de que a cidade é um matadouro, com sangue, etc. E GTA é introduzido em sua expressão de Grand Theft Auto (GTA), referência ao jogo de game que apresenta cenas de violência entre gangues.

<b>Quadro 27 - É possível resumir a argumentação em uma sequência</b>
A1 - Existe preconceito contra quem mora em Valparaíso de Goiás
A2 - Para tentar disfarçar a pobreza diz-se que Valparaíso fica perto de Brasília
A3 - É uma ação destrutiva pensar assim de Valparaíso, mas pode ser mesmo perigoso...
A4 - Sim, Valparaíso é muito perigoso!

A exterioridade do texto revela um contexto de completa humilhação, em que o jovem procura apresentar uma narrativa despreziosa, mas fundada em uma realidade reflexiva do local que “você não vai achar no mapa”. O encadeamento da mentira e da revelação de que não se deseja mais mentir é uma virada dramática dentro do contexto narrativo. A segunda virada é a afirmação de que a imagem destrutiva da cidade foi construída pela mídia e que o município é “muito” pacífico.

O acontecimento é que um simples vídeo de um youtuber, enviado para as redes sociais, traz mais do que humor. Traz uma dimensão expansiva, que perpassa a vergonha, a sensação negativa, o preconceito e a possibilidade de perpetrar o estigma, dando ao morador sinal que, sim, o separa dos demais habitantes da RIDE. O desfecho, com um ataque anônimo contra o personagem, busca revelar que novamente ele não estava falando a verdade ou que foi surpreendido, finalizando com uma mensagem de que Valparaíso é violenta, a ponto de o personagem ser atacado dentro de casa.

#### **1.4. Publicidade do Entorno do DF**

A produção publicitária referente ao Entorno do Distrito Federal foi ínfima durante o período analisado. Fora os publieditoriais já contabilizados na A.C, apenas no dia 13 de dezembro de 2015 o jornal “O Popular” tratou da região em um anúncio de ¼ de página, em que a “TV Anhanguera” celebra o aniversário de Luziânia. O anúncio impresso faz uso das cores azul e laranja, tendo a disposição de seis blocos de informação: sendo três textuais e três icônicos. Os elementos icônicos remetem a um fio laranja, elemento de design, a logomarca da empresa anunciante e uma foto que simboliza Luziânia, a Igreja do Rosário.

Observa-se nos signos textuais, todavia, a informação em seu sentido maior: “Na geografia, Luziânia está no Entorno de Brasília. No nosso coração, fica bem no centro”. Observa-se, portanto, uma leitura que reforça e estigmatiza o Entorno na relação entre centro e periferia, já que o coração se mantém no centro das pessoas, tendo o deslocamento de órgão nobre, central, determinante para a vida. Já Luziânia, para a geografia, estaria no entorno “de Brasília”. Além da definição incongruente com a expressão corrente (Entorno do Distrito Federal e não apenas de Brasília), existe um questionamento quanto ao reconhecimento do Entorno como elemento geográfico, na medida em que é uma categoria legal e de Estado, mas sem estudos conclusivos de que a expressão seja geográfica.

Figura 8 – Anúncio veiculado em O Popular, no dia 13 de dezembro de 2015

**NA GEOGRAFIA,  
LUZIÂNIA ESTÁ  
NO ENTORNO  
DE BRASÍLIA.**

**NO NOSSO  
CORACÃO, FICA  
BEM NO CENTRO.**

Parabéns, Luziânia,  
pelos 269 anos.  
A TV Anhanguera tem  
orgulho de escrever  
junto com você  
essa grande história.



  
TV ANHANGUERA

O POPULAR, 2015

### **1.5. Considerações**

Esta fase da pesquisa se propôs a analisar se o conteúdo midiático produzido tendo em vista a tematização do Entorno do Distrito Federal determina ou não uma forma de violência invisível, pouco percebida por ser simbólica, na medida em que supostamente mexe com o sistema nervoso e moral dos envolvidos, ora os depreciando ora os tornando personagens de noticiário violento. Para esta pesquisa foi proposta, portanto, a Análise de Conteúdo e Discurso de duas manifestações midiáticas:

- a) Veículos tradicionais, como “Correio Braziliense”, e “O Popular”
- b) Postagens de vídeos realizadas no Youtube
- c) Publicidade referente ao Entorno

No tocante ao estudo das mídias tradicionais, nos dias investigados, foi possível observar que não existe preponderância do noticiário de violência e segurança pública sobre o Entorno. Apesar dele ser determinante, existem outras modalidades de informação, conforme se apreende pela Análise de Conteúdo. Percebe-se, nos dias pesquisados, baixa incidência de notícias sobre crimes e violência no jornal “O Popular” – economia, cultura/comportamento e saúde estão à frente. A violência/segurança pública aparece na quarta colocação. Contudo, o mesmo não ocorre com o “Correio Braziliense”. O jornal escrito em Brasília noticiou mais as temáticas sobre violência e crimes, com acentuada diferença de 15 abordagens para 4 de cultura/comportamento, a tematização que ocupa o segundo lugar.

No geral, por meio da hipótese formulada no início desta pesquisa, imaginava-se que seria flagrante a sobreposição do noticiário sobre crimes, principalmente por “O Popular”, que ignorou vários fatos violentos ocorridos no período estudado, sendo a maioria repercutida pelo “Correio Braziliense”. Apesar da diversidade de cobertura – notada tanto em “O Popular” quanto no “Correio” – ainda se observa uma grande desconsideração quanto aos temas populares, caso dos esportes praticados nesta região.

Nem mesmo o futebol é citado no período investigado, tendo Brasília e Entorno do DF equipes profissionais que se enfrentam corriqueiramente e que participam de campeonatos nacionais. O time de futebol do Luziânia, por exemplo, é o mais antigo de Goiás e bicampeão do Campeonato de Futebol do Distrito Federal (o Candangão) e ainda, sim, não foi citado na cobertura jornalística analisada.

Quanto às localidades do Entorno, ainda em referência ao aspecto noticioso, observou-se que Pirenópolis é a cidade mais citada nas notícias/reportagens, tanto no jornal “O Popular” quanto no “Correio Braziliense”. No primeiro ela teve 13 citações, três a mais do que o próprio Entorno. No “Correio”, o município histórico bate também a expressão “Entorno do DF”, com sete contra seis citações.

Esta predileção por Pirenópolis indica preocupação turística-recreativa, em que moradores destas cidades centrais – Goiânia e Brasília – a consideram como extensão de seus domínios. Ao focar mais o município, que tem bem menos habitantes do que outros centros populacionais do Entorno, as duas mídias realçam o caráter de atenção aos seus leitores nas respectivas capitais – e menos os leitores das cidades do Entorno. Por sua vez, a constituição da localidade Entorno como a segunda colocada mostra a crescente estigmatização dos municípios, com nítido interesse em classificar várias localidades, com histórias e aspectos semelhantes, como sendo a mesma coisa. Ou seja, existe, de fato, uma classificação das cidades e categorização quanto ao aspecto de entorno, de afastado, de “ao redor” de um centro.

Uma violência simbólica ainda mais perceptível diz respeito a quem os dois veículos de imprensa dão voz para se manifestar. A cobertura midiática do webjornal publicado pelo “Correio Braziliense” e de “O Popular” tem a predileção por fontes oficiais. Ou seja, não se abre espaço de manifestação do pensamento para os moradores, mas aos agentes burocráticos, como policiais, gestores públicos, juízes, etc. No caso do “Correio”, existe a proporção do dobro de entrevistas com fontes oficiais em referência aos moradores – 14 contra 7.

Em “O Popular” esta negação é ainda mais acentuada, talvez devido a distância do veículo em relação aos municípios citados nas coberturas. Enquanto as fontes oficiais foram atendidas 22 vezes na exposição de suas falas, apenas três moradores tiveram suas posições publicadas. Quanto à sensação do conteúdo noticiado, as mídias optam por conteúdos cujo valor-notícia seja negativo – o que se revela dentro do esperado na cobertura midiática geral. Em “O Popular”, 14 informações veiculam as chamadas “bad news”. Mas as boas notícias estão em taxa elevada, com 13 ocorrências.

No “Correio”, devido ao forte apelo noticioso do conteúdo violento, a proporção não se repete: 22 notícias “ruins” contra quatro de boas notícias.

No aspecto discursivo, observou-se nas notícias selecionadas um baixo interesse em construir textos compreensivos a respeito do Entorno, principalmente em relação às suas origens, história e motivações. O esquecimento se faz presente na medida em que se repete um discurso preponderantemente monofônico, que não procura a pluralidade de vozes. O silêncio é, com certeza, uma das maiores violências invisíveis observáveis.

Apesar da existência de outros conteúdos temáticos, os discursos que hiperbolizam a violência são proeminentes. E o que é mais grave: procuram correlacionar o Entorno à violência. Em “O Popular” existe uma menor incidência de cobertura sobre crime, fato que hipoteticamente evidencia o desinteresse daquela mídia em tratar dos temas tópicos que ocorrem no Entorno. Conforme se percebe no mesmo período, na investigação do “Correio”, “O Popular” evita o noticiário sobre crime. Ao contrário, o “Correio Braziliense” trata da criminalidade e de violências com maior insistência. Tal fato indica uma posição do jornal “O Popular” em não divulgar ou reduzir a exposição de tais fatos. Em contrapartida, durante o mês investigado, percebe-se grande presença de noticiário referente à Pirenópolis. Observa-se que das cidades do Entorno, trata-se de uma das mais pacatas nas estatísticas de violência, fato que sugere a existência de uma quebra de paradigma: como dito, a de que a cobertura de Pirenópolis interessa mais ao veículo do que as ocorrências nas demais cidades da região.

A Análise do Discurso revela, desta forma, uma categorização dos moradores como inseridos em ambientes violentos e desorganizados. É o que se extrai das reportagens publicadas por “O Popular” no tocante à fuga de presos (caso de “Juiz manda soltar 38 detentos”). O noticiário selecionado do “Correio”, por sua vez, comunica o risco que é estar na região. “Tiroteio na rua 'inferninho', no Entorno, mata um e deixa dois feridos”, “Troca de tiros em Valparaíso de Goiás leva homem de 30 anos a óbito” e “Terreiro no Entorno do DF é atacado pela terceira vez em menos de um ano” indicam maior intimidade do jornal de Brasília com a realidade da região, apesar de amplificar a ideia de que o Entorno tenha grande produção de violência. A relação da região com a violência é perceptível muitas vezes pela construção do título da notícia, que ecoa ação violenta e prática reiterada de atos agressivos. Percebe-se um interesse em categorizar que a violência ocorre no “Entorno”, conforme o título de duas das notícias selecionadas para a Análise do Discurso.

Outro fator já perceptível com a Análise de Conteúdo diz respeito ao caráter monofônico das notícias. Em vez de produzir locuções polifônicas, onde se abre espaço para a divergência de fontes, o que se percebe é a construção do noticiário em sua maioria sem a riqueza do relato dos moradores. Atribui-se a fala da Polícia Militar e Polícia Civil na maioria das vezes como estatuto de verdade. O jornalista assume o papel de locutor e muitas vezes enunciador, já que apresenta informações e frases cujas fontes não são claras ou não foram assumidas por ele.

Outro aspecto verificável é a desumanização da violência, em que os jornalistas não publicam o nome das vítimas nem dos supostos autores, o que revela desinteresse no aspecto humano e na individualização dos sujeitos. Ao desconsiderar as pessoas e realçar o fato, o jornal assume que o mais importante é o relato, portanto a história e seus clichês.

Observa-se um comportamento diferente do habitual, quando existe a denominação dos suspeitos, das vítimas e dos moradores. Nas notícias analisadas, além de escassas às referências aos envolvidos no crime, se percebe o desinteresse em publicar fotos e desenvolver continuidades acerca do assunto já noticiado. É, portanto, um noticiário com grande potencial de estigmatização, na medida em que reforça a construção de imagens do Entorno do DF e não as reinterpreta posteriormente.

O aspecto da produção de conteúdo para as redes sociais permitiu perceber que a temática da violência é determinante. Como sua base está no interesse e na iniciativa própria na maioria das vezes, a produção de audiovisual que é enviada para o YouTube não respeita parâmetros distributivos e de interesse geral. Existe uma grande quantidade de produtores e emissores. A maioria dos temas abordados pelos vídeos encontrados no site [www.youtube.com](http://www.youtube.com) diz respeito a assuntos relacionados à segurança pública e violência, que reforçam o potencial de estigmatização das cidades.

A Análise de Conteúdo (A.C) revela questões como predominância de postagens de vídeos da grande mídia e opção por relacionar o Entorno do Distrito Federal com os altos índices de crime. Percebe-se que a produção sobre o Entorno pode ser dividida em iniciativa individual e nas pré-ordenadas – quando o conteúdo é extraído de mídias tradicionais como emissoras de tevê ou órgãos públicos. A Análise do Discurso (A.D) traz à tona uma tentativa conflituosa de um canal do YouTube e também do autor do vídeo humorístico em aceitar a imagem violenta da região e ao mesmo tempo questionar o suposto estigma, que teria sido produzido por meio das reiteradas veiculações na mídia. Existe, assim, uma retroalimentação do estigma e um interesse em questioná-lo.

As duas metodologias permitem perceber a reiteração dos temas e das suspeitas de estigmas e as condições enfrentadas pelo morador, quase sempre segregado por conta da localização onde mora. A partir da análise da mídia, o conceito de estigma e sua aplicação sob a ótica de Erving Goffman nos ajuda a compreendermos mais o que se passa no Entorno. A informação sobre o indivíduo através das características mais ou menos permanentes atua como lanterna para iluminar e vigiar seus passos. E também taxá-lo através de símbolos e imagens. Sendo assim, a partir da análise do vídeo humorístico, notou-se o reforço social de que o Entorno é perigoso, semelhante a um jogo de game (GTA) e, em imagem, a um açougue, com corpos dilacerados no chão. O olhar estigmatizador revela um atributo depreciativo e que modula a imagem conforme as informações percebidas pelo observador.

Por sua vez, o único anúncio publicitário produzido tendo em vista a região – veiculado em “O Popular” – não só reforça a possibilidade do estigma como deixa clara a condição dos moradores, tratados em uma relação de centro-periferia resoluto tão bem identificada na fase teórica a partir das constatações de Niklas Luhman (*apud* RODRIGUES e NEVES, 2012) e Manuel Castells (1972). Ao anunciar que Luziânia pode estar no Entorno, mas que para a emissora ela fica no coração, observa-se o deslocamento metafórico: entorno (periferia) e coração (centro). Quer dizer, pode ser do Entorno, mas será bem-vindo. Ou melhor, apesar de estar no Entorno, é considerado pela TV Anhanguera como respeitável.

## **CAPÍTULO 2 - GRUPO FOCAL COM MORADORES DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL**

Esta tese é baseada na noção de que existe um conjunto de violências não plenamente percebido. Não bastasse a dificuldade em identificá-lo, esse grupo de violências não costuma sofrer a coação das esferas jurídicas como ocorre com os delitos tradicionais e físicos. Assim, percebe-se que a violência executada no âmbito das mídias, aquela perpetrada pelo Estado ou pelos próprios moradores ocorre de forma livre, muitas vezes num fluxo contínuo e manifesto, sem qualquer espécie de repressão das instituições. Todavia é possível percebê-la, através do mal-estar que causa, principalmente nas pessoas, seja interferindo na sociabilidade seja causando dissabor e desagrado por conta de determinadas situações que muitas vezes são entronizadas pelos sujeitos vitimados, ora os diminuindo ora os silenciando.

Trata-se, portanto, de algo que ocorre no âmbito social, no diálogo, na conversação, na exposição de discursos, fato que extrapola o direito e que é muitas vezes considerado normal e até não identificado. A violência simbólica se evidencia no sentido de que muitas vezes quem a sofre não percebe. Por outro lado, esta mesma violência se converte em transgressão moral, na medida em que pode afetar o sistema nervoso das vítimas, as depreciando, promovendo isolamento e aniquilamento social. Nos casos de agressão contra a honra, esta modalidade de violência invisível pode ser, inclusive, jurídica, criminal, identificável como delito, pois fere direitos protegidos pela legislação.

No capítulo anterior ficou evidenciada a modalidade mais comum de violência invisível, que é a simbólica, perpetrada pelos veículos de comunicação em seus movimentos e ações que negam a consolidação de uma cidadania comunicativa baseada na pluralidade de fontes e na amplitude temática. Agora, ao sondar o comportamento e o emocional dos moradores de três cidades do Entorno do Distrito Federal, busca-se perceber em que medida eles são vítimas e também autores destas espécies invisíveis de

violência. Baseado nos Grupos Focais, este *frame* é a partir de agora objeto de observação no sentido de que inúmeras espécies de desatenções civis ocorrem no cotidiano dos moradores, bem como jogos de insinuações, dramas, frustrações, medos, silêncios e divergências que habilitam as interações sociais. Inspirado em Goffman (1988), procura-se perceber a partir de agora como o indivíduo realiza o seu enquadramento interior frente à estrutura exterior. A partir desta relação é possível recolher subsídios para compreender questões como as causas da violência física e simbólica, segundo os moradores; a apreensão dos moradores quanto às imagens que circulam nas mídias; a percepção interativa e simbólica que os mesmos têm dos agrupamentos nas cidades do Entorno do Distrito Federal, deles próprios e dos criminosos e como eles percebem as violências morais e institucionais que ali se realizam.

Sob este domínio de análise, a tese caminha, assim, para a compreensão do conteúdo dos discursos produzidos em um Grupo Focal realizado com 30 moradores divididos em conjuntos de cinco pessoas. Foram realizados dois Grupos Focais por cidade. A pesquisa teve início em Luziânia, depois Águas Lindas e, por fim, Valparaíso de Goiás. Os moradores foram provocados a partir de temáticas diversas: como percebem a violência, como lidam com a cobertura midiática, qual o grau de sujeição deles em atividades criminais e violentas, como toleram o fato de serem moradores de cidades consideradas dormitórios. Enfim, o olhar dos residentes é que formará o *corpus* a ser analisado e ajudará a compreender tanto os aspectos que já foram aqui estudados quanto os que serão expostos referentes à violência institucional no capítulo seguinte.

Para a compreensão destas manifestações de opinião e diálogos foi utilizada a mesma metodologia da Análise de Discurso proposta para os estudos de mídia, em que se aplica não só uma espécie de leitura, mas várias, conforme a necessidade do discurso delimitado. Ao fim, expõe-se um relatório e um quadro com a Análise de Conteúdo geral quanto aos discursos dos moradores para determinados temas que se evidenciaram pela regularidade e saliência nos relatos.

As pesquisas com as comunidades foram realizadas em etapas. O autor voltou ao Entorno do Distrito Federal quatro vezes. Portanto, nos dias 7, 9, 22 e 24 de abril de 2016 foram realizados os grupos focais respectivamente em Luziânia (7 e 9), Águas Lindas de Goiás (22) e Valparaíso (24). Em cada cidade procurou-se montar dois Grupos Focais, com a divisão de grupos de cinco pessoas. Objetivou-se organizar a reunião tendo em vista aspectos representativos dos municípios, como a divisão

equilibrada entre homens e mulheres, faixas etárias, grau de instrução, bairros, campo profissional. Como o Grupo Focal é sempre conduzido por um moderador, optou-se nesta fase da pesquisa que duas pessoas participassem da sua realização: um moderador e um relator. Três pessoas<sup>81</sup> foram convidadas a acompanhar o pesquisador durante o estudo de campo. Diante de um padrão estipulado com o perfil prévio de participantes desejados para a construção do Grupo Focal, dois pesquisadores foram em busca da pré-seleção. De uma triagem prévia de 48 pessoas restaram os participantes dos seis grupos instalados. O Grupo Focal foi conduzido pelo moderador, que tentou manter a discussão e os relatos de forma focalizada, sem perder a interação com os presentes e ao mesmo tempo o enfoque<sup>82</sup>. Dentro destes relatos, logo, surgem experiências, pontos de vista e as representações simbólicas dos moradores. O produto final destes encontros foi registrado em áudio e nos relatórios anotados durante a realização da pesquisa. Este material foi digitado e composto em forma de texto para, enfim, ser utilizado com o destaque dos discursos mais relevantes.

De antemão, se anuncia aqui que o sentido grupal da pesquisa foi importante para compreender se os relatos são críveis e dentro da normalidade da região, do município e de suas vizinhanças e também pelo fato de muitas vezes a memória ser reforçada e reprovada ou aprovada socialmente pelos presentes. Assim, mesmo apresentando opiniões e pensamentos divergentes, os moradores se puseram como coletivo, se perceberam como integrantes de uma mesma realidade.

Falas individuais e expressivas ditas fora do Grupo Focal também foram levadas em conta para esta parte da investigação, na medida em que configuram importantes informações e relatos sobre uma realidade que não é vivenciada pelo investigador. Todos os grupos focais foram iniciados, após a apresentação dos pesquisadores e do propósito da reunião, com uma provocação referente às notícias publicadas na mídia.

---

<sup>81</sup> Todos os três pesquisadores auxiliares são estudantes universitários. Discente do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Jackeline Osório agiu como relatora. Ulisses Aesse, jornalista com formação em Comunicação Social pela UFG e discente de Direito da Faculdade Cambury, e Heráclito Aquino, discente de comunicação social da Faculdade Araguaia, auxiliaram na seleção dos integrantes do Grupo Focal, além de possibilitarem aspectos funcionais, como segurança, estadia, alimentação e transporte da equipe até o Entorno.

<sup>82</sup> Assume-se aqui a dificuldade no controle do grupo, que deveria ser melhor preparado para esta espécie de abordagem. A aplicação metodológica atendeu aos pressupostos científicos sugeridos na tese, como encontro prévio e desenvolvimento de um diálogo preventivo para amortecer possíveis impactos do diálogo. Mas cada grupo apresentava suas características, tendo em alguns casos ocorrido grande dificuldade de expressão dos participantes. Daí que em vários momentos o moderador assume uma figura de inquiridor, já que o diálogo sofria rupturas e silêncios. Após a realização percebe-se que talvez seja necessário o uso de técnicas mistas, tendo em vista que existiu maior dificuldade de expressão no Grupo Focal entre os homens e principalmente naqueles com menor grau de instrução.

Apesar dos participantes permitirem a divulgação de seus nomes, optou-se pelo uso das iniciais e categorização dos mesmos conforme o sexo e profissão. A não identificação justifica-se pela análise do pesquisador da conjuntura e dos relatos dos mesmos, tendo em vista a proteção dos participantes.

## 2.1. Moradores de Luziânia – Grupo Focal 1

A realização do Grupo Focal ocorreu no dia 7 de abril, na Rua Doutor João Teixeira, Setor Aeroporto, sorveteria Saborizze, localizada na região central do município. O Grupo Focal iniciou às 14h30 e se finalizou às 15h50. Os participantes ocuparam duas mesas de fundo da sorveteria. O local não estava movimentado, o que facilitou a realização da pesquisa. A seguir ocorre a apresentação e qualificação dos participantes e correlata Análise do Discurso.

<b>Quadro 28 - Grupo Focal 1 – Luziânia</b>		
<b>G.J</b>	25 anos, sexo feminino, ensino fundamental, artesã	Naturalidade: Belo Horizonte (MG)
<b>J.R</b>	42 anos, sexo masculino, ensino médio completo, motorista	Naturalidade: Anápolis (GO)
<b>N.P</b>	52 anos, sexo feminino, ensino médio incompleto, serviços gerais	Naturalidade: cidade não informada, Mato Grosso do Sul
<b>A.R</b>	32 anos, sexo masculino, superior completo, desempregado	Naturalidade: Luziânia (GO)
<b>L. G.</b>	26 anos, sexo feminino, superior completo (advogada)	Naturalidade: Luziânia (GO)

### 2.1.1. A cobertura da mídia em relação ao Entorno

Os entrevistados do Grupo Focal 1 se revelam atualizados quanto ao uso de internet e demais mídias eletrônicas. Dos cinco entrevistados, quatro afirmaram que acessam notícias sobre o município e sua região na internet. Em sua maioria eles não acreditam que exista algum desvio da cobertura midiática, apesar de apontarem questões de fundo quanto aos meios de comunicação.

**J.R:** Cara, eu tenho bastante acesso à internet. Mas o que eu posso dizer sobre a mídia mesmo, principalmente os jornais que a gente assiste aí, é que em caso de grande repercussão eu acho que as autoridades resolvem mais rápido. Eu acho que acontece isso. Quando é caso que não dá tanta repercussão demora mais. Eu assisto mais jornal, acompanho mais jornal...O jornal de Luziânia da TV Anhanguera assisto bastante.

**G.J:** Tem um jornal aqui de Luziânia, que passa só as coisas daqui. Tipo assim: acaba de matar uma pessoa aqui eles vão lá, filmam e mostram no jornal. Assisto mais pelo jornal porque pela internet não acompanho.

**Moderador:** Algo incomoda vocês nesta cobertura?

**J.R:** Não. Têm pessoas que nem sabem que um parente morreu, aí passa no jornal: todo mundo fica sabendo.

**N. P:** A mídia mostra uma realidade, sim. Não acredito que a mídia cria, não. Eu assisto jornal, eu vejo na internet tudo. Acesso mais a Globo, o G1.

**L.G:** Nos últimos tempos o que a mídia tem feito mais cobertura é da violência, mas eu acredito que é porque a incidência tem sido muito grande. Então, como a notícia são dados violentos, acaba que a mídia acaba informando essa questão.

**Moderador:** Ela produz uma imagem negativa dos moradores?

**L.G:** Eu acredito que não. Mas como a incidência de violência tem sido grande em Luziânia, talvez as pessoas fiquem com receio dos moradores da cidade por crer que a maioria seja voltada pra criminalidade. Mas no modo geral, acho que não.

Diante dos diálogos e respectivos discursos percebe-se que os moradores são impactados pela cobertura midiática e reconhecem nela a ressonância do que ocorre na região. Pelo discurso, é explícita a resposta de que a mídia não causa males consideráveis aos moradores. Ao fazer uso da primeira pessoa, com a utilização do “eu” [“Cara, eu...], ao externar sua opinião, J.R diz que “as autoridades resolvem mais rápido” os casos expostos na mídia. Seu papel social é de profissional que tem emprego, com grande estabilidade e vivência no município. J.R nasceu em Anápolis, mas veio em busca de trabalho e resolveu ficar em Luziânia.

O motorista assume o papel de enunciador, se coloca como protagonista e fala com convicção, reiterando inclusive um aspecto funcional: a mídia informa a família quando um dos parentes morre. De imediato, surge o estereótipo de que a mídia retrata a realidade. A leitura polissêmica possibilita uma oposição: a mídia reforça uma função, ela informa com mais realce a violência (já que informa “mortes dos parentes”). Assim, a mídia assume, de fato, uma linguagem da violência, pois comunica e informa, auxiliando na circulação dos relatos de crime (CALDEIRA, 2000). Para o morador, o discurso sobre o crime é classificatório na medida em que ressignifica os limites entre o bem e o mal, alerta as zonas de conflito e conforta os familiares.

Dos cinco participantes, três foram convictos na exposição do que pensam sobre a mídia: J.R, N.P e L.G. Eles reforçaram a ideia de que a mídia divulga, sim, violência e

que cumpre seu papel, não questionando, por exemplo, a importância de se divulgar outros conteúdos. O motorista J.R, originário de Anápolis, apresentou um discurso experiente e vivido. A percepção do ritmo de seu discurso – evidenciado por uma oralidade ligeira e concatenada – revela um fluxo de certezas e várias leituras midiáticas. Tranquilo, os movimentos respiratórios que ditavam sua opinião produziram uma certeza da exposição. Ele não enxerga na produção midiática desvios ou silêncios, como quando agenda determinados fatos e ignora outros. A leitura arqueológica da imprensa produzida na região revela que inexistem estudos sobre mídia no Entorno. Os entrevistados afirmaram que se informam sobre as ocorrências do Entorno por meio da emissora da TV Anhanguera e sites de notícia, além de redes sociais (Facebook e WhatsApp).

A compreensão dos enunciados revela respostas de expressão de negatividade ao assunto exposto. O silêncio de A.R mostra desinteresse e despreocupação com o tema. L.G é a que melhor sintetiza a aceitação da cobertura jornalística e midiática: E1<sup>83</sup>: “Nos últimos tempos o que a mídia tem feito mais cobertura é da violência”; E2:(...) “mas eu acredito que é porque a incidência tem sido muito grande”; E3: “Então, como a notícia são dados violentos, acaba que a mídia acaba informando essa questão”.

O argumento contém como fato a apresentação da violência na imprensa, sendo que sua razão estabelece uma conclusão bastante criticada nas teorias modernas de mídia: a imprensa retrata a realidade como um espelho, tendo como característica a objetividade. Logo, a conclusão do argumento determinante em N.P e L.G é “A mídia mostra o que acontece”. No discurso do morador, o fato não seria, portanto, o aumento da cobertura jornalística sobre crimes, mas a ampliação das ocorrências dos fatos violentos. Em sua maioria, como era de se esperar, os enunciadores do Grupo Focal 1 não percebem violência simbólica nem assumem a mídia como uma das perpetradoras dos estigmas relacionados ao Entorno. Mesmo diante da enunciação do mediador sobre o fato da mídia potencialmente estigmatizar moradores, o coletivo rejeitou qualquer consideração negativa, endossando a cobertura.

### **2.1.2. A violência na vizinhança**

---

<sup>83</sup> Utiliza-se “E” maiúsculo para categorizar uma divisão dos enunciados. Por sua vez, quando necessário, utiliza-se o “e” minúsculo para classificar enunciadores.

Os moradores que integram o Grupo Focal 1 realizaram considerações sobre a violência que ocorre nas vizinhanças, entre parentes e sua percepção em referência aos crimes que acontecem na cidade que habitam, em Brasília e no restante do Entorno. Diferente do discurso sobre a mídia, a concepção quanto à produção da violência é bastante divergente entre os integrantes.

**J.R:** Tenho dois vizinhos que roubaram tudinho da casa deles. Os meus dois filhos foram assaltados por causa do celular. Tenho três filhos e dois moram aqui. Eu moro no setor Leste. O bairro já foi um dos bairros mais tranquilos de Luziânia, hoje não é mais. Tem muito crime, muito assalto nas residências...Em parte a vizinhança chega a informar quem são os assaltantes do bairro, isso aí a gente conversa. Já fui assaltado. Eu tava chegando do trabalho por volta das 21h e me roubaram a carteira, relógio, corrente de ouro. Já tem bastante tempo.

**Moderador:** Foi na polícia, J.R?

**J.R:** Fui. Registreí ocorrência e tal porque meus documentos foram roubados. Tanto que os caras usaram todo meu talão de cheque...

**Moderador:** Já praticou alguma violência, J.R?

**J.R:** Graças a Deus não. Discussão...acho que sim. Mas não me lembro...

**G.J:** Olha, não é questão de ser o entorno, é qualquer cidade. Que nem eu aprendi com minha mãe e com meu pai, se você souber entrar e sair num lugar, você entra e sai de qualquer lugar. Vai de onde você se mistura, vai depender com quem você se mistura, o que você quer fazer da sua vida. Que nem eu, quando eu vivia no mundão e queria tudo errado na minha vida só aconteceu tudo errado. Eu sofri várias tentativas de homicídio. Eu não morri porque Deus não quis, porque Deus tinha um propósito na minha vida e permitiu que eu não morresse. Mas, assim, quando eu vivia dessa forma, eu passei por vários fatos: eu levei pedrada, tive três afundamentos de crânio, entendeu? De pessoas que eu me envolvia, pessoas que mexiam com droga, vendiam droga, pessoas dessa forma. Então assim, aquilo ali foi uma coisa que eu procurei pra mim porque se eu fui conviver no meio de pessoas ruins eles não iam ter coisas boas pra me dar em troca. Então, assim, hoje minha vida é diferente, não tenho convivência. Muitas pessoas que são violentas ou é porque 'teve' aquela convivência em casa. Um filho que convive com pai agredindo a mãe e os filhos todo santo dia não tem como ter uma estrutura familiar boa. Pra poder ter uma estrutura boa tem que ter uma família estabilizada, mas não uma família estabilizada no dinheiro, mas uma família que ame, que sinta, que tem aquele momento, que todo mundo conversa, dialoga... Que nem eu, ela tem seis anos e ele quatro [G.J aponta para os filhos que a acompanham sentados], mas várias coisas do mundo eles já sabem por que eu mesmo chego e converso: olha, filho... que nem ocorre de às vezes pegarem moedinhas, em algum lugar, eu já explicava que se hoje você pega uma moeda, amanhã você pega algo muito maior. Não pega nada de ninguém, procura trabalhar...Hoje muitas das vezes pra gente tá vivo a gente tem que calar. Já passou aqui mesmo em vários lugares casos de pessoas que discutiram banalmente por causa de um vizinho, de um portão e o vizinho matar por ignorância.

**Moderador** – G.J e demais tem como serem mais específicos em relação à vizinhança e à comunidade?

**G.J:** Moro no Jardim Brasília Sul. Na comunidade todo mundo ajuda todo mundo, entendeu? A gente procura se ajudar. Tem aquelas pessoas que a gente não se mistura aquelas que a gente sabe que só Deus pode agir, mas também não anda atirando, tipo destrata a pessoa por ela fazer coisa errada,

entendeu? Acho que um “oi”, um “bom dia” ou “boa tarde” não mata ninguém e isso faz muita diferença num lugar. A gente procura respeitar, cada um respeita o que cada um faz. Claro que a gente não vai apoiar um bandido assim, né?! Que nem esses dias acusaram um rapaz lá dele ter abusado de uma criança da idade da minha filha, então juntou as próprias pessoas da comunidade e mataram ele da pior forma possível. Eu presenciei porque eles invadiram a casa do homem, depois fizeram exame e disseram que não, que ele não fez. Mas quem sou eu pra falar? A comunidade se vingou. Que nem lá onde moro não fica esse tipo de gente, as pessoas não aceitam, ainda mais com criança. Junta os mais abençoados, bem santos e eles não deixam, matam mesmo.

**Moderador:** G.J, já praticou alguma violência?

**G.J:** Não. Mas os outros praticavam muito em mim. Porque quando eu morava na rua sofri várias agressões físicas por não querer ter relação.

**L.G:** [Sou do] Bairro Santa Luzia. Eu moro lá há muito tempo, acho que ajuda. Meu bairro, graças a Deus, é tranquilo, mas tem outros bairros mais conhecidos por maior incidência de roubo, tráfico, furto...

**N.P:** Não tem pra onde correr, se vai pra Goiânia tem, Brasília tem, não tem pra onde correr. Todo lugar tem assalto, tem roubalheira, tem tudo...

**Moderador:** Qual seu bairro?

**N.P:** Moro no Setor Kennedy.

**Moderador:** Vocês conhecem o bairro dela?

**A.R:** Não ando muito para o bairro dela, não. É perto do meu, mas não sou acostumado andar por lá, eu venho pro Centro direto.

**Moderador:** Qual seu bairro?

**A.R:** Setor Norte Maravilha I.

**Moderador:** Alguém conhece esse bairro?

**N.P:** É vizinho meu lá. Minha cunhada mora lá. Era um bairro tranquilo antigamente, mas a violência está atingindo lá. Na casa da minha cunhada mesmo já teve três tentativas de assalto.

**Moderador:** Que tipo de violência tem em específico em seu bairro?

**N.P:** Assalto, tudo... Povo entrando nas casas, a pessoa não pode sair pra trabalhar e deixar a casa sozinha...Eu saio de noite e chego de noite, quase não vejo ninguém. Quase não tenho relacionamento.

Os moradores que participaram do Grupo Focal 1 foram mais participativos quando o assunto toca à vizinhança. A formulação da pergunta diz respeito a uma tentativa de perceber as lembranças imediatas e sensações adjacentes à qualidade de vida. As mulheres foram mais interativas do que os homens, que se revelaram no geral menos informados. Entre os dois homens do grupo, o silêncio e as respostas lacônicas comunicaram inicialmente desconhecimento, mas depois interesse nos relatos projetados. Ou seja, se não falaram com expressividade, olharam. Mostraram atenção.

A.R é o menos participativo, franze os olhos, mexe as pernas em demasia, tem certa descontinuidade em suas inserções. Afirma que se formou em contabilidade, mas faz “bico”. Não tem emprego. O discurso central da abordagem é de que os moradores tem uma obrigação em zelar pela região, ora informando os demais sobre os suspeitos que circulam na vizinhança ora agindo como reguladores das ações ocorridas no bairro.

O detalhamento discursivo de G.J é surpreendente, na medida em que relata com realismo a participação de integrantes de sua comunidade em um linchamento. Para dar veracidade ao relato, criando uma onisciência do papel social, G.J usa recursos como a terceira pessoa “você”, que é, na verdade, ela: “Vai de onde você se mistura, vai depender com quem você se mistura, o que você quer fazer da sua vida”. A percepção extraída da leitura polissêmica em G.J indica que determinados enunciados/unidades dos discursos se baseiam em ensinamentos, conteúdos alegóricos e reflexões coletivas. Pela experiência de vida, seu discurso é ambientado em conhecimento da violência que vivenciou e ainda vivencia. G.J relata que desde a infância se envolveu com a criminalidade, a ponto de ser levada para o Entorno do Distrito Federal após sua vida se “fechar” em Minas Gerais.

Supõe-se que sua característica narrativa alegórica tem a ver com o ato de frequentar a igreja, ambiente rico em trocas de discursos simbólicos e polissêmicos, além de ter amadurecido após tornar-se mãe. Ao se expressar com “(...) se você souber entrar e sair num lugar, você entra e sai de qualquer lugar (...)” ela pode remeter a pelos menos duas significações: a de que existe livre arbítrio, logo, cada um escolhe o caminho a seguir – e a criminalidade independe do “lugar” – e a ideia de que tendo competência faz qualquer coisa. Logo, a escolha é do sujeito – retificando, assim, um dos conhecimentos dominantes principalmente dos ambientes pentecostais e neopentecostais, de que existe o livre arbítrio<sup>84</sup>.

As ideias conflitantes são ressaltadas adiante quando ela usa a expressão “Vivia no mundão”. Ela se expressa não no sentido usual do morador dos estados do Norte ou Nordeste, já que sua origem é o Sudeste, de que “mundão” é lugar muito longe e distante, mas, sim, na acepção evangélica. Assim, “mundão” significa o mesmo que um crente diz de outro quando este deixa de frequentar a igreja ou passa a fazer coisas que a denominação não aceita, sendo referido como “ele voltou para o mundo”.

G.J desenvolve seu discurso ainda com “vai depender com quem você se mistura”, “Hoje muitas das vezes pra gente tá vivo a gente tem que calar” e a expressão polissêmica mais violenta deste discurso a respeito da vizinhança: “Junta os mais abençoados, bem santos e eles não deixam, matam mesmo”. A última frase se refere a uma espécie de aceitação: a vizinhança pode fazer justiça com as próprias mãos. Os

---

<sup>84</sup> As igrejas protestantes tradicionais minimizam esta teoria teológica bíblica com a ideia de predestinação, ou seja, de que Deus tem um domínio total sobre nossos atos e que nos escolhe e não é escolhido. Não existe consenso. Os versículos bíblicos parecem se contradizer.

“abençoados” são os juízes. E G.J assume que seus vizinhos teriam participado em peso de um linchamento e assassinado um suspeito de estupro: “Que nem esses dias acusaram um rapaz lá dele ter abusado de uma criança da idade da minha filha, então juntou as próprias pessoas da comunidade e mataram ele da pior forma possível”. A enunciação estabelece um tempo não concomitante à enunciação: “esses dias”.

“Da idade da minha filha” conduz a uma percepção parafrástica de que “poderia ser minha filha”: a vítima do estupro era como a filha de G.J, que se ausenta omissivamente da decisão macabra de assassinar o suspeito: “Mas quem sou eu pra falar?”. Outro discurso que desperta uma leitura parafrástica é o de que moradores de maior renda assumem que o bairro onde moram são menos sujeitos à violência. L.G, por exemplo, relata que seu bairro é “tranquilo”. Percebe-se, pela forma de se vestir e se expressar, que é uma jovem da classe média da histórica cidade, tendo um discurso de que a violência ocorre nos “outros” bairros e localidades – caso do Jardim Ingá.

O linchamento relatado por G.J realmente ocorreu e provocou discursos que se espalharam na rede. Conforme a notícia do “Correio Braziliense”, no dia 2 de novembro de 2015, moradores invadiram a casa de um homem identificado como Lazir, na quadra 24 do Setor Jardim Brasília Sul, e o lincharam com paus, pedras, uma roda de carro, pé de cabra e martelo. Como contextualização, é importante expor o comentário de um enunciatário/leitor postado após a reportagem ser publicada no site do “Correio”:

Que país é esse? Porque a mãe dessa garota não comunicou as autoridades competentes? Será que ela está feliz com o desfecho dessa história? E o homem é suspeito, cadê a presunção de inocência? E se esse homem for inocente? Esse caso me remeteu ao caso da mulher que foi morta por populares e era inocente. Agora cabe a polícia judiciária aplicar a punição para essa mãe, até mesmo porque ela ao relatar o suposto fato, sabia dos riscos, induzindo a população a violência. Gente será que estamos retrocedendo para olho por olho, dente por dente? Ou devemos amarmos uns aos outros como Jesus nos amou? A lei está aí para punir os que praticam crimes e nós não temos o direito de agirmos com as próprias mãos. Temos que saber que somos seres sociáveis e se não conseguimos viver em sociedade temos que nos isolarmos... Estamos piores que animais selvagens.... (Gladiston - 03 de Novembro, às 18h32)

Aqui se faz uma ressalva: a leitura dos enunciados presentes nos Grupos Focais remete a uma lógica. Cada argumento tem um enunciador, logo sendo, óbvio, a impossibilidade de resumir todos em um – ao contrário da enunciação uniforme observada quando se analisa a visão dos participantes do Grupo Focal em relação à cobertura midiática, que se mostra unívoca. Assim, os enunciadores N.P e J.R expõem enunciados que comunicam que seus bairros são violentos. A.R não desenvolve

propriamente um enunciado, se abstendo de opinar de forma consistente e L.G enuncia que seu bairro é tranquilo, mas outros da cidade não são. G.J apresenta um enunciado que expõe suas contradições, principalmente quando argumenta que separa as pessoas: E1 – “Na comunidade todo mundo ajuda todo mundo, entendeu?”; E2 – “Tem aquelas pessoas que a gente não se mistura, aquelas que a gente sabe que só Deus pode agir”; E3 – “Mas também não (...) tipo destrata a pessoa por ela fazer coisa errada” e E4: “A comunidade se vingou. Que nem lá onde moro não fica esse tipo de gente (...)”. A artesã G.J coloca, assim, a língua em funcionamento para mostrar como a “comunidade” resolve retirar do seu convívio os moradores que eles não toleram. Como enunciativa, atribui uma referência a “nós” [a gente], mas logo em seguida se retira quando diz que a “comunidade se vingou”. O sujeito falante toma a palavra e passa de narradora para interlocutora, produzindo um sentido confuso, pois se inclui [“a gente não se mistura”] e se afasta [“a comunidade”].

Os adjetivos usados por G.J se chocam [“bandido” e “santo”] durante a enunciação que unifica a narração e interlocução em uma clara demonstração de seu pensamento hostil a qualquer vizinho que seja uma ameaça real. Uma abordagem argumentativa do discurso de G.J (e1) e de L.G (e2) exprime em certa medida como alguns moradores encaram seu pertencimento na vizinhança. Primeiro, e1: inicialmente a leitura enunciativa não revela incongruências do discurso, mas o mesmo não se pode dizer na leitura em que se faz em busca do argumento: A1: todos se ajudam; A2: um “oi” e um “bom dia” ou “boa tarde” não mata ninguém; A3: os mais “abençoados” e santos não deixam os “bandidos” e matam mesmo. A argumentação é então, na verdade, um encadeamento discursivo de contradição: a comunidade mata e a conclusão é achar “santo” quem mata os eleitos na vizinhança. Esta é a lei da argumentação ou princípio geral: matar bandido ou quem a vizinhança escolhe como alvo é aceitável, é algo “santo”, o que se revela em um exemplo de violência simbólica e moral.

Por fim, ainda sob uma leitura argumentativa, a advogada L.G traz à tona o fato de que seu bairro não apresenta problemas de violência. Todavia, refere-se aos outros bairros como perigosos. Ex-estagiária do Ministério Público, ela recorda pouco depois do fim do Grupo Focal 1 que a causa da violência, em sua opinião, não é gente da vizinhança, mas os “menores envolvidos com drogas”, como se eles fossem oriundos de um não-lugar, ou seja, como se aparecessem do nada ou como se fossem exclusivos

moradores de bairros distantes do seu. A razão<sup>85</sup>, para ela, portanto, é de que menores que moram longe são violentos, ou de que a violência é um produto dos “outros”.

Como acontecimento, ainda em referência à enunciação de G.J, observa-se que a violência não se trata apenas de um comportamento isolado dentro da vizinhança. Pelo que se nota, existe uma disposição no Jardim Brasília Sul, em determinados momentos, para a destruição da vida dos selecionados. Os relatos de linchamentos são comuns em Luziânia, com raras variações, como os que ocorreram no Jardim Ingá; quase sempre moradores irrompem em busca de algum suspeito pela prática de crimes.

Assim, o relato de G.J é mais do que uma aceitação desta espécie de vingança realizada por “santos”; ela endossa o fato, diz claramente que “a gente procura se ajudar”. Neste discurso percebe-se que a vizinhança desenvolve particularidades não esperadas em uma vida em comum, comprovando a noção de Zygmunt Bauman (2005) para os aspectos ausentes nas comunidades – e que exatamente pelas ausências destas características deixa de se categorizar como tal.

### **2.1.3. Morador como vítima e as cifras negras**

Durante a realização do Grupo Focal 1, um fato se sobressaiu sobre a vida dos demais enunciadorees: eles, em sua maioria, foram vítimas de alguma forma de violência patrimonial ou física. Conforme os relatos, percebe-se que a noção de violência não é restrita e fechada. Os moradores de Luziânia se reafirmam como testemunhas e vítimas. Questionados, eles negam que sejam produtores de violências – exceção de um, J.R, que jamais foi levado para uma delegacia, mas que já protagonizou discussões. Diante da abordagem a respeito da vitimização, parcela minoritária dos participantes não admite de imediato que tenha sido vítima. Dos cinco, três interrompem a fala, recordam e em seguida prestam a informação. Estas pessoas agem, portanto, em relação às situações baseando-se no significado que sua fala tenha para os ouvintes – em especial o enunciador moderador. Não é automática, portanto, a referência à vitimização. Sob a égide da leitura polissêmica, tal comportamento [toda enunciação] transmite esquecimento dos fatos, desinteresse em relatá-los, dificuldade em categorizar a violência, receio em falar.

---

<sup>85</sup> Por delimitação de tema, espaço e tempo, não é possível problematizar aqui a questão da criança e adolescente no Entorno do DF. Mas refuta-se de imediato esta ideia de que a violência teria em alguma medida um parâmetro motivacional com o comportamento das crianças e adolescentes. É mais pertinente - sob a égide da ciência - encará-las, nestes estudos, como vítimas. A opinião da entrevistada é mantida como fato curioso e interpretativo.

Em contrapartida, percebe-se, por exemplo, a inexistência de pudor em assumir ser vítima de crime e não procurar aparatos policiais para que o fato seja denunciado. Uma das hipóteses para tal comportamento parece ser a violência institucional caracterizada pela ineficiência do Estado em investigar, conclusão que motiva aos participantes falarem com uma espécie de conhecimento de causa – daí o entusiasmo em argumentar. Sendo assim, a ação violenta que causa danos físicos, psíquicos, sociais e econômicos nas vítimas muitas vezes sequer é registrada, não entrando para as estatísticas, fato que vai interferir, por exemplo, no quantitativo de policiais, já que a administração de segurança pública leva em conta as chamadas “manchas criminais”<sup>86</sup>.

Ao estudar a vitimização, Oliveira (1999) reafirma que a falta de amparo dos órgãos públicos (além das instâncias de controle) e da ausência de receptividade social em relação à vítima provocam uma ruptura social que pode ser implicadora para o controle da violência. Sob este viés, existem certos delitos considerados estigmatizantes. Apesar deles deixarem sequelas graves, a vítima cai no esquecimento e abandono, tanto pelo Estado quanto pelo próprio grupo social a que pertence<sup>87</sup> (OLIVEIRA, 1999, p. 114). E tal comportamento produz um fato a ser sublinhado: as estatísticas que são divulgadas oficialmente pelo Estado estão aquém da realidade dos números informados. A percepção das cifras negras é importante principalmente por elas serem em princípio seletivas, ao introduzir no sistema jurídico brasileiro uma prática de impunidade assumida pela vítima e aceita pelo Estado. Ao impor a lógica de uma discricionariedade seletiva, cabe aos moradores decidirem, a partir de uma série de questionamentos, quem poderá ser perseguido pelo Estado-juiz.

Considerados como crimes não relatados para as instituições públicas, as cifras negras são mais comuns do que se imagina, o que é perceptível nas interações presenciadas no Grupo Focal 1 de Luziânia.

**Moderador:** Pessoal, uma questão: como vocês observam a criminalidade? Vocês também são vítimas?

**J.R.:** Já fui assaltado. Eu estava chegando do trabalho por volta das 21h e me roubaram a carteira, relógio, corrente de ouro. Já tem bastante tempo. Registrei ocorrência e tal porque meus documentos foram roubados. Tanto

---

<sup>86</sup> Estratégia de combate da violência a partir da comparação de quantidade de delitos em dada região e a disposição do gestor em segurança colocar agentes de segurança para reduzir as ocorrências. O georreferenciamento de crimes leva em conta, portanto, os relatos e a quantidade de policiais que se dispõe para colocar na mancha. Assim, uma mancha de pouca criminalidade tem poucos policiais escalados para cuidar da região. Teve início a partir da Análise de Densidade de Ocorrência de Fenômenos (AD) (density analysis), utilizada no Estados Unidos nos anos 1980.

<sup>87</sup> Há que se considerar também o medo de denunciar e sofrer retaliações.

que os caras usaram todo meu talão de cheque... Já presenciei alguns assaltos. Mas me incomoda mais o homicídio porque o assalto é bens materiais não tem como comparar com a vida humana.

**N.P:** Já fui assaltada indo para o trabalho uma vez.

**Moderador:** Mas foi na polícia?

**N. P:** Não, não adianta. Parece que a polícia é comunada com eles... Minha menina mesmo foi assaltada dentro da van escolar, com arma, três entraram na van, no mesmo lugar que aconteceu com a amiga dela. É porque tinham coisas só, não tinha meus documentos...simplesmente levou uma bolsa minha que tinha blusa de frio, uma bíblia...

**L.G:** Bom, já fui assaltada. Eu estava indo para um ponto de ônibus, indo para meu emprego e veio um adolescente que me abordou e subtraiu minha bolsa. Mas minha irmã foi vítima recentemente, ela estava indo de ônibus pra Brasília teve um assalto e ela teve o celular subtraído.

**Moderador:** Pessoal, mas vocês sofrem a violência e então procuram a delegacia para tratar do assalto? Como é isso?

**L.G:** Não fui. Deixei pra lá... Porque as delegacias têm muito serviço, acaba que os crimes de menor relevância eles não apuram, nem chegam ao bem recuperado. Acaba que a gente deixa pra lá.

**G.J:** Eu procurava sempre que era agredida na rua. Só teve uma vez que não procurei. Porque quando a gente chega no hospital pra ser atendida eles perguntam se foi agredida fisicamente, se foi por um homem.

N.P e L.G apresentam os discursos mais consistentes dentre os moradores para justificar a inação frente à criminalidade e sua não-comunicação ao Estado. Apresentam uma tonalidade de voz decidida e firme. Olham com energia para o moderador e demais populares para se expressar. A questão mais atrativa é que existem dois discursos nesta linha: o de que o Estado é criminoso e o de que é ineficiente. A leitura polissêmica de “Não, não adianta. Parece que a polícia é comunada com eles...” significa receio de tratar de crimes com a polícia e comunica a vitimização institucional.

N.P utiliza a expressão “comunada” para denotar suspeita de que a polícia seja simpática aos criminosos ou mesmo atuante no crime. O segundo período não fica claro, todavia suscita que um crime já teria ocorrido duas vezes “no mesmo lugar”, cujo silêncio comunica como se existisse uma estratégia da criminalidade, não repreendida intencionalmente pelo Estado. A leitura parafrástica sugere dúvida quanto ao ato de procurar a polícia para elucidar o crime. Então não só não adianta como procurar a coloca em risco. O aspecto determinante dos crimes patrimoniais do Entorno parece ser as complicações: existem inúmeros relatos de que não resolve reclamar, que os moradores trabalham o dia todo e não sobra tempo para buscar Justiça, que já tentaram realizar ocorrência e não foram recebidos por delegados ou seu auxiliar, que a “denúncia pode prejudicar caso o criminoso perceba quem o denunciou”. A percepção desta espécie de violência – furto e roubo – de objetos e casas revela, de fato, uma conclusão e acordo tácito: os moradores passam a evitar as queixas dos roubos e furtos na medida em que o bem em jogo é menor do que a vida, por exemplo.

A leitura enunciativa, por sua vez, revela uma moradora que porta um enunciado perceptível em parcela da sociedade. Assim, E1: “Já fui assaltada indo para o trabalho uma vez”; E2: “Parece que a polícia é comunada com eles...” e E3: “Minha menina mesmo foi assaltada dentro da van escolar, com arma, três entraram na van, no mesmo lugar que aconteceu com a amiga dela” criam um discurso coerente, na medida em que a ação caminha para concluir e revelar suspeita contra o Estado. A leitura argumentativa oferece um deslocamento sensível do sujeito enunciador-locutor, sua percepção e ao fim a comprovação argumentativa. Se a leitura enunciativa flagra sua exposição, a argumentativa corrobora a ideia de descrença.

E mais do que descrença, existe, de fato, uma quebra de confiança na atividade policial no Entorno. N. P resume desesperança e temor ao mesmo tempo, retirando, assim, uma atribuição da polícia e a deixando em suspenso, sem notificação e resolução para os atos violentos. L.G, por sua vez, entra para as cifras negras não por temor da polícia, mas devido ao receio de que o sistema de segurança não seja aparelhado, o que indica a violência institucional do Estado. “Acaba que a gente deixa pra lá” significa desinteresse do enunciador-locutor, que em primeira pessoa demonstra que falta perspectiva e que crê em incompetência. Mas L.G não comunica de imediato ineficiência estatal, sendo necessária a sedimentação de um olhar polissêmico.

A leitura parafrástica revela agentes da segurança pública entremeados em muito serviço. Os enunciados são os seguintes: E1: “Porque as delegacias têm muito serviço”; E2: “(...) acaba que os crimes de menor relevância eles não apuram (...)”; E3: “nem chegam ao bem recuperado”; E4: “Acaba que a gente deixa pra lá”. A decomposição da linguagem mostra que a influência social que condiciona a enunciação determina o pensamento de L.G. Ela conhece por dentro o Ministério Público e percebe que o mais importante para ela, o bem perdido, jamais terá volta.

O sentido da frase, portanto, forma o argumento: a organização sintática, a repetição no início e no final do enunciado de que “deixa pra lá” indicam descrédito na capacidade do Estado resolver os conflitos sociais. Por sua vez, a função sintática de asserção comunica certeza, negando a proposição. Se junta ainda a entonação de desprezo, percebida durante a enunciação e contida no segmento “Não fui. Deixei pra lá...”, como representação de que L.G não cogita buscar a polícia para resolver o crime.

#### **2.1.4. Quem promove a violência**

Na abordagem do Grupo Focal 1 realizado em Luziânia, os enunciadores apresentaram versões diferenciadas e conflitantes sobre a origem da violência. As linhas gerais da escolha lexical indicam que “gente de fora”, “droga”, “o tráfico”, “educação”, “menores”, “gente daqui mesmo”, “efetivo”, a “falta de socialização”, “mas um todo” e “as pessoas de pavio curto” provocam um incremento nos relatos de violência. Em outras palavras, conforme a fala dos moradores, sujeitos [como menores, por exemplo] e condições [falta de socialização] provocam a violência.

Percebe-se que, sob o ângulo dos moradores, todas as hipóteses apresentadas são válidas para discussão e compreensão, tendo os discursos, em sua maioria, uma busca racional por imputar culpa às instituições – Estado, Prefeitura e polícia, principalmente. Mas sem realizar uma reflexão de que os moradores também sejam produtores de violência, caso G.J, que, devido sua experiência de “dentro da violência”, percebe que muitas vezes as pessoas “não toleram umas às outras” – sendo esta forma uma lei, uma racionalização utilizada para construir um dos argumentos expostos.

**Moderador:** Por que acontece violência aqui?

**N.P:** Primeiramente gente de fora, não tem emprego, droga também, falta de policiamento...

**L.G:** Porque aqui tem muito ponto de venda de droga. O tráfico em si já traz vários outros crimes, principalmente o furto e o roubo. A maior parte dos menores daqui pra manter o vício começam a subtrair na rua. É o meio deles de sustentar o vício.

**G.J:** Na violência Brasília e Luziânia estão empatadas. Brasília tem vários setores igual Luziânia. Jardim do Ingá é Luziânia, Valparaíso agora que virou município próprio, mas era Luziânia. É que nem no DF, Ceilândia, Norte é a mesma coisa daqui. Até nos bairros de classe alta a violência tá pegando, porque assim a pessoa que for assaltar ela não vai querer assaltar um pobre, ela pode assaltar um trabalhador no meio da rua. Mas entre assaltar uma casa no setor onde que eu moro e lá pra Brasília pra assaltar aquelas casas que têm lá, ele vai pra aquelas casas, porque lá tem o que garantir o roubo dele. Na casa de pessoas que têm menos condição, o que ele pode levar do trabalhador é o salário e a vida. Hoje eles andam muito covardes e eles tiram a vida se a pessoa não tiver dinheiro porque hoje é obrigação ter dinheiro pra eles roubar. Hoje funciona assim, entendeu? Eles agredem mesmo sem você reagir. Eu nunca passei por isso, mas conheço várias pessoas que passaram.

**J. R:** É gente daqui mesmo. Falta de educação e desde criança vai adquirindo essa violência. O que a gente vê hoje é muito menor de idade envolvido com violência, até crianças armadas praticando assaltos. Acho que devia fazer mais pelo entorno. Acho que parte da Educação, né? O estado deveria investir mais na educação e também existe o que ela estava falando aí o pai tem que dar bom exemplo para o filho pra não acontecer essas coisas que acontecem.

**L.G:** Em parte sim. O efetivo não consegue atender o número grande de violência. A outra parte é a socialização, porque ele nem foi inserido na sociedade, pois já nasceu no meio da criminalidade....

**G.J:** Acho que sim, não só o estado, mas um todo. As pessoas hoje têm o pavio muito curto, entendeu? As pessoas não toleram umas às outras, entendeu? Qualquer coisa resolve na briga, quer resolver de outras formas.

Acho que o ser humano precisava ser mais tolerante. E o estado criar lugares para nossos jovens.

**J.R:** Devido a impunidade também. A lei abrange bandido e esconde o trabalhador. Que nem o menor de idade, não tem nem um mês que eles foram assaltar um açougue lá perto de casa. Eles ameaçaram a filha e os dois netinhos e ele foi pra cima e os caras mataram ele dentro da casa dele. Você mora lá perto do açougue? [fala para G.J]. Eu conheço lá. Simplesmente deram três tiros nele na frente da esposa e os netinhos. Assim são menores, daqui 45 dias eles estão na rua. E essa família que perdeu o pai, o esposo, o avô? E o bandido quando sair vai fazer a mesma coisa.

Por meio de leitura em busca de múltiplos sentidos, dentro de uma proposta polissêmica, observa-se em específico “gente de fora” como um trecho de discurso determinante para compreendermos que um dos moradores acredita que imigrantes, visitantes, moradores de outras cidades, forasteiros, etc, são motivadores das cenas de violência. A percepção é de que N.P abre o discurso com um sentimento que não é dominante entre os moradores, apesar de presente: o medo dos que chegam de fora. Das cidades investigadas, Luziânia é uma das mais tradicionais, que revela uma conformação fechada em relação aos demais municípios, com forte tradição histórica e familiar.

J.R acredita que a violência tem origem nas pessoas da própria cidade: “Falta de educação e desde criança vai adquirindo essa violência”. Assim, os integrantes do Grupo Focal apresentam, cada um à sua maneira, uma ideia de quem seja o motivo da violência praticada na região. Em sua maioria, os apontamentos indicam Estado e problemas sociais – como desemprego e falta de educação.

Conforme notado nesta pesquisa, a multiplicação de cidades na região do Entorno do Distrito Federal a partir da década de 1990 intensificou uma tendência que se anunciava já nas décadas de 1980 a respeito de taxas de homicídios. O crescimento demográfico, urbanização e o surgimento de novas cidades coincidem com o aumento das taxas de homicídios na região do Entorno.

Observa-se no “Mapa da Violência”, por exemplo, que os homicídios em Goiás de 1979 a 1996 aumentaram 92%, sendo o final da década de 1980 e a década de 1990 marcadas por grande crescimento populacional no Entorno. Em 1979, Goiás registrou 752 óbitos por homicídios e outras violências. Já em 1996, a marca chegava a 1481 homicídios. Neste período surgiram cidades como Águas Lindas e Valparaíso de Goiás, principalmente a partir da expansão urbana e empresas/imobiliárias que grassaram naquela área. Luziânia, por sua vez, teve nesta época a formação de distritos como

Jardim Ingá<sup>88</sup>. Os seis estudos iniciais do “Mapa da Violência” não tratam de áreas metropolitanas de Goiânia nem de Brasília e seu Entorno, o que denota uma falta de preocupação sociológica com estes dados, já que inexistia a demanda desta pesquisa. Em 2007, Luziânia apresentava uma taxa de 46,4 homicídios por taxa de 100 mil, ocupando a 202º colocação. Mas em 2011 o município registrou 164 homicídios, saltando para a 21º posição dentre os municípios brasileiros com maior quantidade de assassinatos<sup>89</sup>. O salto revela, portanto, que existe de fato um incremento de atos homicidas na região. Ao lado de outros casos aqui relatados pelos moradores, estas mortes corroboram a ideia de que o município é palco de violências que incomodam e interferem na sociabilidade.

Várias enunciações podem ser aqui explicitadas, como a enunciação de que são os Estados, a vizinhança e as pessoas os responsáveis pela violência. Por outro lado, existem enunciados de que a culpa é dos próprios indivíduos: “As pessoas hoje têm o pavio muito curto”; “a pessoa que for assaltar” e “O que a gente vê hoje é muito menor de idade envolvido com violência, até crianças armadas praticando assaltos”.

L.G é a única a apresentar um argumento que une uma lei a uma conclusão: A1: “o tráfico em si já traz vários outros crimes, principalmente o furto e o roubo”. A jovem desenvolve uma narrativa argumentativa, em que acredita que a relação drogas-jovens é formadora da violência do Entorno do Distrito Federal<sup>90</sup>. É interessante observar o choque da exposição discursiva de L.G, advogada e moradora de bairro classe média, e G.J, artesã, mãe, e que mora em um bairro periférico: L.G desenvolve um discurso de baixa ambiguidade, orientado, com poucos erros de concordância e G.J, conforme o quadro, trata de forma sem sincronismo, com diversos flashes de possibilidades.

O discurso de L.G é um encadeamento em crescendo argumentativo<sup>91</sup>, que leva a crença de que existe um círculo vicioso, ou seja, um fato perceptível, localizável e observável: falta de efetivo-ausência de socialização e vício-tráfico de drogas. G.J usa outro argumento, menos “racional” e mais sensível: A1: “Uma série de fatores produz violência”; A2: “As pessoas estão cada vez mais intolerantes”; A3: “O estado precisa

---

<sup>88</sup> Surgiu através de empreendimento da imobiliária Queiroz Imóveis, em 13 de dezembro de 1970. Está localizado às margens da BR 040.

<sup>89</sup> Mapa da Violência Juventude – Homicídios e Juventude no Brasil. Consultado em 16 julho de 2016, em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf)

<sup>90</sup> A insistência de L.G em imputar a criminalidade aos jovens é aqui mantida como fato observável e que exigiria uma problematização mais complexa, já que, assim como a imputação aos imigrantes, simboliza exatamente a força da estigmatização. Ela não os enxerga como vítimas da violência.

<sup>91</sup> Não se utiliza aqui esta expressão no sentido dado, por exemplo, pelo linguista Oswald Ducrot (1983), apesar da base da análise argumentativa ter inspiração em suas pesquisas.

criar lugares para os jovens desenvolverem atividades”. Ou seja, os elementos da argumentação não conduzem a um crescendo conclusivo. G.J junta dois argumentos distintos, ampliando a riqueza de seu discurso: um é de reconhecimento (A1 e A2) e o outro de recomendação (A3). Como dito no início deste tópico, entretanto, o argumento de L.G é perceptível e localizável. Mas em outro momento ela desenvolve novas enunciações, como E1: “O efetivo não consegue atender o número grande de violência”; E2: “eles [crianças e adolescentes] nem foram inseridos na sociedade, pois já nasceram no meio da criminalidade”.

### 2.1.5. Estigma e preconceito

Uma das percepções mais claras da violência invisível enfrentada pelos moradores do Entorno do Distrito Federal diz respeito a forma com que são tratados ou como se sentem quando cruzam a fronteira e se deslocam até Brasília. Ao tomarem contato com pessoas, instituições ou valores do DF eles percebem diferenças de tratamento ou relatam saber de moradores que foram tratados de forma inadequada.

**Moderador:** O que significa Brasília? Existe alguma sensação de inferioridade?

**A.R:** Oportunidade.

**N.P:** É oportunidade de emprego, porque a gente mora aqui, mas tudo que a gente precisa tem que ir em Brasília, quando não é Brasília é Goiânia. Precisa de hospital tem que ir pra Brasília, precisa de faculdade tem que ir pra Brasília. Brasília é tudo, lugar bom pra morar, se eu tivesse condição ia morar lá. A pessoa fala assim: você mora lá naquele fim de mundo? Eles acham aqui um fim de mundo, né?! Eles acham violento, eles falam: credo, você mora naquele lugar violento?! Mas em Brasília também tem roubo, tem tudo, todo lugar...

**L.G:** Não fui ofendida, nem inferiorizada.

**G.J:** Dependendo do lugar sim. Esses dias estava passando na rádio que uma moça de Águas Lindas estava pedindo emprego lá em Brasília porque ela foi em vários lugares e ninguém quis pegar ela pelo fato dela morar longe, pelo preço da passagem de ônibus. As pessoas não quis contratar ela por causa do lugar.

Um tema delicado que foi exposto para os integrantes do Grupo Focal 1 de Luziânia, e que eles optam em responder de forma sucinta ou evitam se expressar, é a sensação de humilhação que existiria para algumas pessoas por residirem na região. Percebe-se, pelos discursos, que há diferenças entre o morador tradicional, de renda potencialmente mais elevada, e um originário de outras cidades, sem a mesma colocação. Enquanto L.G resume sua percepção a “Não fui ofendida, nem inferiorizada”, G.J e N.P expressam posições que revelam rebaixamento moral delas ou

de moradores. G.J usa o movimento corporal para reforçar que o fato é demasiadamente desconfortável.

Nesta fase, os integrantes são provocados sobre o significado do Distrito Federal para quem observa do Entorno. Dois moradores desenvolvem reflexões. A expressão utilizada por N.P e A.R é “oportunidade”. Logo, eles acreditam que a Capital Federal é algo bom, assim, preferem crer que “Brasília é tudo”. N.P desenvolve uma noção de lugar ideal frente às imperfeições das cidades do Entorno, que, na opinião dela, não têm hospitais, faculdades, etc. “Se eu tivesse condição ia morar lá”, arremata N.P.

Sob o aspecto polissêmico, observa-se que a enunciadora remete a admiração, desejo, vontade, reconhecimento de que Brasília é “tudo”, enquanto, sem dizer explicitamente o agora da enunciação, mas o revelando nos tempos verbais, reafirma que “...tudo que a gente precisa tem que ir...”. Ao afirmar “tudo” é possível perceber plena aderência a um interesse, que é forte na convicção: morar em Brasília. O uso do pretérito imperfeito “Se eu tivesse” indica uma situação que se prolonga.

A enunciação se desdobra em dois momentos: E1: “É oportunidade de emprego, porque a gente mora aqui, mas tudo que a gente precisa tem que ir em Brasília, quando não é Brasília é Goiânia”. Na sequência, E2 revela a ideia de condição, de capacidade e competência: “Precisa de hospital tem que ir pra Brasília, precisa de faculdade tem que ir pra Brasília. Brasília é tudo, lugar bom pra morar, se eu tivesse condição ia morar lá”.

No tocante ao estigma, dois participantes reafirmam que a prática é corrente. N.P faz um jogo de exposição e contra-argumentação, onde assume papel de narradora, dando ao interlocutor “pessoa” a fala para relatar o que “você” faz: E1: “A pessoa fala assim: você mora lá naquele fim de mundo?”; E2 “Eles acham violento, eles falam: credo, você mora naquele lugar violento?!”; E3: “Mas em Brasília também tem roubo...”.

Enquanto E1 e E2 se equivalem em termos da negatividade e interrogação, E3 desenvolve uma racionalidade, um argumento e a necessária conclusão-lei, a de que o Entorno é violento, mas qualquer lugar também – uma forma de relativizar o desejo não satisfeito de morar na Capital. Mas existe uma outra argumentação reiterada na passagem de E1 para E2: “fim de mundo” e “lugar violento” são as expressões utilizadas para descrever as sensações provocadas em N.P, que verbaliza, logo, dois enunciados: o de que realmente “sofre desprezo por morar no Entorno do Distrito Federal” e outro de defesa: “Brasília sofre dos mesmos males”. Assim, ela entra em

contradição com o discurso que antes realiza, aquele que a faz falar bem de Brasília: “Brasília é tudo, lugar bom pra morar, se eu tivesse condição ia morar lá”.

Em um terceiro discurso, em que a enunciativa é G.J, surgirá o argumento de que morar longe potencialmente estigmatiza. Assim, se encadeiam os enunciados: E1: “Dependendo do lugar, sim”; E2: “Esses dias estava passando na rádio que uma moça de Águas Lindas estava pedindo emprego lá em Brasília porque ela foi em vários lugares e ninguém quis pegar ela pelo fato dela morar longe, pelo preço da passagem de ônibus”; E3: “As pessoas não quis contratar ela por causa do lugar”. A conclusão argumentativa é de que o lugar interfere, sim, na visão de que os outros fazem de você.

G.J ao usar seu discurso para narrar o ocorrido em uma rádio reafirma que existe preconceito em determinadas situações, como quando os moradores do Entorno querem trabalhar em Brasília. Infere-se de seu discurso que o morador gasta mais com passagens do que os próprios residentes de Brasília, o que aumenta o custo com o empregado, fato que suscita também uma interpretação financeira e econômica.

## 2.2. Moradores de Luziânia – Grupo Focal 2

O Grupo Focal 2 de Luziânia ocorreu no dia 9 de abril, na Rua Doutor João Teixeira, Setor Aeroporto, na mesma sorveteria Saborizze, localizada na região central. Este encontro iniciou-se às 16h30 e terminou às 17h20. Os participantes se mostraram menos participativos do que o Grupo Focal 1. Assim como no primeiro, os homens foram os que falaram menos, sendo necessária maior intervenção do moderador. O Grupo Focal 2 é composto de três homens e duas mulheres. Dois trabalhadores informais, um frentista, um atendente e um desempregado analisaram, opinaram e realizaram reflexões.

<b>Quadro 29 - Grupo focal 2 – Luziânia</b>		
<b>J.R</b>	24 anos, sexo feminino, ensino superior incompleto, trabalho informal	Naturalidade: Luziânia (GO)
<b>M</b>	42 anos, sexo feminino, ensino médio, trabalho informal	Naturalidade: não informada (Espírito Santo)
<b>R.G</b>	45 anos, sexo masculino, quarta série, desempregado	Naturalidade: não informada (Tocantins)
<b>W.G</b>	53 anos, sexo masculino, ensino médio, frentista	Naturalidade: Luziânia (GO)
<b>C.J</b>	21 anos, sexo masculino,	Naturalidade: Gama (DF)

	ensino médio, atendente em sorveteria	

### 2.2.1. A cobertura da mídia em relação ao Entorno

Ocorre uma visão equilibrada dos integrantes, não se uniformizando um discurso argumentativo único de que a mídia manipula ou de que ela se concentra em determinados assuntos. Repetindo o Grupo Focal 1, não existe tal tendência, apesar dela surgir dentre os argumentos, por conta de algumas conclusões. É possível expor três argumentos: A1: “A mídia mostra mais violência do que ocorre”; A2: “A mídia é equilibrada”; A3: “A mídia não revela tudo que ocorre”.

O Grupo Focal 2 assiste informações pela TV em sua maioria, apesar de um dos participantes se referir ao Facebook como plataforma para se informar – tendência que se repete em outros Grupos Focais. R.G está há oito meses sem acesso a nada, pois se comporta como andarilho: “Só vejo o que acontece”. Apesar do equilíbrio, alguns dos argumentos referentes à mídia podem aqui ser compreendidos à luz da leitura polissêmica. Nem todos integrantes do Grupo Focal 2 acreditam que a mídia realiza bom trabalho. C.J questiona: “A mídia aqui mostra mais violência. Luziânia foi campeã no futebol e nem ouvi falar nos jornais. Acho errado isso, pois o povo daqui gosta de futebol”. Seu discurso é assertivo: mídia mostra violência e não revela futebol. O silêncio produz uma violência invisível, ferindo a cidadania comunicativa do morador.

A afirmação é corroborada por W.G, que acha pouca a exposição ao time do Luziânia, bicampeão do Candangão. Opinião contrária em relação à violência é apresentada por M, que acha a violência exposta na mídia menor do que a que ocorre: E1: “Às vezes eu acho que o jornal não mostra tudo que acontece, porque a gente sabe que a violência do entorno ultimamente tem aumentado pra caramba”; E2: “Eles noticiam uma média, não tudo”; E3: “Mas marginalizam mais Valparaíso e Águas Lindas”; E4: “Mas o Ingá por não ser cidade ainda é muito marginalizado, Parque Alvorada também”.

**Moderador:** O que vocês veem sobre as cidades do Entorno na mídia?

**J. R:** Eu assisto muito pouco jornal, assisto mais o do meio dia mesmo. Eles sempre relatam coisas boas e ruins. É equilibrado.

**M:** Às vezes eu acho que o jornal não mostra tudo que acontece, porque a gente sabe que a violência do entorno ultimamente tem aumentado pra caramba. Eles noticiam uma média, não tudo. Mas marginalizam mais Valparaíso e Águas Lindas. Mas o Ingá por não ser cidade ainda é muito marginalizado, Parque Alvorada também.

**Moderador:** W.G, você recebe informações por onde?

**W.G:** Televisão, no jornal de Luziânia.

**Moderador:** Você acessa informações daqui por onde?

**C.J:** Jornal do meio dia, o de sete horas, internet, redes sociais, principalmente Facebook. A mídia aqui mostra mais violência. Luziânia foi campeã no futebol e nem ouvi falar nos jornais. Acho errado isso, pois o povo daqui gosta de futebol.

**R.G:** Não tenho acesso a nada desde novembro. Só vejo o que acontece.

O encadeamento de enunciados em M. revela duas conclusões: A1: “a violência aumentou e os jornais não conseguem mostrar tudo”; A2: Marginalizam as “outras cidades”. Observa-se que a leitura polissêmica encontra no E1 “Mas marginalizam mais Valparaíso e Águas Lindas” uma forte conotação de que a violência e marginalização atingem mais os “outros”, como um dos discursos produzidos no Grupo Focal 1, os bairros distantes – caso do distrito Jardim Ingá.

O uso do recurso “mas” duas vezes [como que ressaltando esta adversidade, de que as cidades com mais violência para mostrar na mídia são as “outras” do Entorno, apesar de Ingá e Parque Alvorada serem ainda “marginalizados”] no sentido de W é pejorativo, já que expõe a sensação de violência em uma adversão seguida de outra – ou seja, ocorre uma acumulação reiterada.

### **2.2.2. Cifras negras e vitimização**

Quando são vítimas de violência, as participantes do Grupo Focal 2 de Luziânia relatam em sua maioria que não procuram a polícia. O discurso assume uma modalidade assertiva. A clareza é a tônica. Baixo uso de preposições subordinadas, e raciocínios longos, permite aos enunciadores evitarem, por exemplo, anacolutos. A gradação parafrástica de um enunciador para outro revela, assim, algumas certezas, responsáveis por levar o discurso a alguma forma de argumentação. Dos cinco que integraram a pesquisa, quatro responderam ao questionamento. Dos quatro, três optaram em não procurar a Polícia Civil para registrar a ocorrência. Eles apresentam um discurso dominante de que os roubos e furtos ocorreram em bens de pequena monta. Um dos presentes disse que “a gente foi embora e a polícia não tinha chegado”, comunicando descrença na eficácia da Polícia Civil em se engajar na investigação.

**Moderador:** Vocês já sofreram alguma espécie de violência?

**J. R:** Roubaram o carro, mas não estava nele. A gente foi para um barzinho, arrombaram o porta malas e levaram a mochila, perfume... A gente viu o

ladrão depois, até descemos, corremos atrás dele, só que ele escondeu no mato e aí já era. Chamamos a polícia, a gente foi embora e a polícia não tinha chegado. Aí a gente desistiu, porque já tinha duas horas que estávamos esperando eles e eles não tinha chegado. Não fiz boletim de ocorrência, só liguei mesmo. Era só uma mochila, que tinha camiseta, perfume... coisas de marca. Não compensava ir atrás.

**Moderador:** Já praticaram violência?

**M:** Eu já, mas aqui não. Coisas de escola, na adolescência.

**W. G:** Igual eu fui assaltado, eles meteram o 38 e pediram para eu deitar. Fiz um boletim de ocorrência.

**C. J:** Fui roubado no ônibus. Levaram meu celular, minha carteira... Estava vindo de Brasília, pois estava trabalhando lá.

**Moderador:** Foi na polícia?

**C.J:** Não...

**R.G:** Só fui assaltado uma vez. Levaram minha carteira com xerox da minha identidade, mas a original está guardada. Isso foi há uns vinte dias.

**Moderador:** Qual lugar você mora?

**R.G:** Setor Aeroporto, Alameda Santa Maria.

**Moderador:** Você foi na polícia no dia que foi assaltado?

**R.G:** Não fui, não. Era só xerox da identidade e R\$ 16.

Sob a leitura enunciativa, é possível compreender o desinteresse dos moradores: E1: “Chamamos a polícia, a gente foi embora e a polícia não tinha chegado”; E2: “Aí a gente desistiu, porque já tinha duas horas que estávamos esperando eles e eles não tinha chegado” e E3: “Era só uma mochila, que tinha camiseta, perfume... coisas de marca”. E4: “Não compensava ir atrás”. Os dois argumentos dominantes são, desta forma, a incapacidade da Polícia Civil agir [logo “não vou perder tempo com o boletim de ocorrência”] e o baixo valor dos bens furtados/roubados [“logo, trabalho e compro outros”].

O fato em si demonstra o desprezo pelas figuras sociais da polícia e do próprio Estado, reacendendo ainda a ideia de que crimes com bens sem valor ou de baixo valor não merecem reprimenda. O acontecimento, por sua vez, é algo grave: a displicência com pequenos delitos e a descrença no Estado revela uma apatia social com as instituições.

### 2.2.3. Entorno e Brasília

Neste momento do Grupo Focal 2 persiste nos diálogos e exposições dos atos de fala o interesse em chegar a Brasília. R.G revela que deseja ir para o Distrito Federal.

**Moderador:** Tem diferença entre Brasília e o entorno?

**C.J:** Ixi, tem demais. Vou dar um exemplo: fiquei quatro anos morando em Brasília e meu pai falava que quando eu voltasse pra Luziânia sentiria diferença dos amigos. As conversas com meus amigos de Brasília eram diferentes eles tinham a cabeça mais feita, tipo era terminar o ensino médio e entrar na faculdade. Aqui você fala em sair, eles querem ir pra festa... As pessoas são diferentes e as oportunidades lá são maiores e melhores.

**Moderador:** O que é Brasília, J.R?

**J.R:** É quando eu quero uma coisa cultural eu vou a Brasília, porque aqui não acho. Quando vou sair no final de semana normalmente vou pra Brasília, porque aqui não acho. É o escape de Luziânia. Faculdade, trabalho é tudo lá. 70% das pessoas trabalham lá.

**M:** Eu trabalhava em Brasília, só que eu levei uma pedrada, pois jogaram pedra no ônibus. E depois decidi não trabalhar lá mais. Porque você vê no noticiário todo dia assalto, homicídio, aí a gente fica apreensivo.

**J.R:** Eu gosto daqui. Gosto do bairro que cresci.

**M:** Eu gosto daqui, apesar de ter morado em Goiânia e Vila Velha

**Moderador:** Morador de fora é violento?

**M:** Acho que não influencia, não. Conheço muita gente de fora e elas não são violentas, pelo menos comigo.

**J.R:** Não gosto de Valparaíso de jeito nenhum. Acho lá feio, tenho medo, tudo tumultuado, é uma cidade escura. A gente anda lá com receio...

**M:** Eu morava lá. Por ser na BR é muito mal estruturada a cidade. Cresceu sem planejamento, com muitos terrenos baldios, matos, prédios, casas do lado. Isso prejudica na violência.

**J.R:** Entorno é Planaltina e outros lá, procuro não frequentar. O fato de você falar entorno ou seja não é Goiás, não é Brasília: é Entorno. Se não existisse entorno o preconceito seria menor.

**C.J:** Cidades menos valorizadas. Entorno não é uma cidade é um entorno de algum centro, no caso Brasília.

**Moderador:** O que é Brasília pra você?

**C.J:** Um lugar bom... Pelo menos os anos que morei lá foram bons pra mim. Foi lugar que fiz curso, estudei, entendeu?! Lá fiz amizades...

**R.G:** Eu sou de Tocantins. Estou perdido, moro na rua. Moro aqui desde novembro do ano passado. Estou precisando de dinheiro pra passagem de ônibus. Mataram um bicho lá no Estrela Dalva I, do dono da farmácia. Eu vim para Luziânia porque perdi minha família no Tocantins. Meu irmão mora em Valparaíso, no Parque Marajó, mas eu vim pra cá... Eu vim pra trabalhar na empresa Goiás Verde, aí não deu certo. Rapaz, tenho sofrido! Quero ir embora. Mas graças a Deus as pessoas me dão comida na rua, o cara lá da tapeçaria me arrumou um cantinho pra dormir, me arrumou um colchão, coloquei minha mochila...

**Moderador:** Você queria morar onde?

**R.G:** Queria morar em São Sebastião, no Distrito Federal. Tenho duas irmãs que moram lá. Ah, fica. Eles discriminam você. Minhas duas irmãs moram em São Sebastião no DF. Quando falam entorno de Brasília, é violência total. Elas têm medo de vir aqui. Eu tive em Santo Antônio do Descoberto. E lá não se compara com Águas Lindas de Goiás. Águas Lindas é a cidade mais violenta do entorno. Lá é perigoso em todos os bairros. Lá eu não ando igual aqui não. Lá em Girassol é perigoso também indo pra Padre Bernardo.

O discurso parafrástico dominante entre os participantes é de ir embora: R.G, por exemplo, tem parentes em Brasília. Todavia, ele vai ficando por conveniência, já que “as pessoas me dão comida na rua”. Existe uma contradição entre E1: “Quero ir embora” e E2: “Mas graças a Deus as pessoas me dão comida na rua, o cara lá da tapeçaria me arrumou um cantinho pra dormir, me arrumou um colchão, coloquei minha mochila...”. Seu discurso de vida em dificuldades faz uso de um relato emotivo. A observação das palavras mostra alguém que fica grato com o “cantinho” arrumado improvisadamente. Sendo menos hostil para o morador do que ele espera, R.G segue sobrevivendo nas ruas. Suas irmãs estão em São Sebastião e um irmão, segundo ele, vive em Valparaíso. C.J também tem como meta Brasília: “as pessoas são diferentes”.

Neste quadro, todavia, o enunciado mais impactante é de desprezo por Valparaíso. J.R diz: “Não gosto de Valparaíso de jeito nenhum. Acho lá feio, tenho

medo, tudo tumultuado, é uma cidade escura. A gente anda lá com receio...”. Assim, a própria moradora de Luziânia estigmatiza a cidade vizinha, opinião reforçada pelo reedizer parafrástico de M., que acredita que a estruturação urbana de Valparaíso “prejudica na violência” – no sentido de que incrementa e que influi nos atos violentos. Juntando os argumentos: “tudo tumultuado” = “mais violência”.

Em outro enunciado, J.R ratifica seu estigma perante os outros e diz que: E1: “Entorno é Planaltina e outros lá, procuro não frequentar”; E2: “O fato de você falar entorno ou seja não é Goiás, não é Brasília: é Entorno”; E3: “Se não existisse entorno o preconceito seria menor”. Percebe-se pelo ritmo do enunciado 1 ao 3 que o argumento de J é de que: “Entorno não é nada: não é Goiás, não é Brasília, seria melhor nem existir”. Ela oferece um argumento subentendido, dentro do espectro da polissemia: “J.R mora em Luziânia, não no Entorno. Logo, o Entorno “são” os outros lá”. O advérbio de lugar “lá” dá ênfase de que a enunciativa não está no Entorno, que é “lá”, ou seja, distante, mas não especificado – a não ser por estar, como diz o exemplo, em “Planaltina”.

**W.G:** Fico envergonhado pela cidade do jeito que está.

**Moderador:** Que bairro você mora, W.G?

**W.G:** Centro.

**Moderador:** Que tipo de crime tem no seu bairro?

**W.G:** Assalto.

**Moderador:** Então, como é sua relação com os vizinhos?

**W.G:** Ninguém conversa lá não.

**Moderador:** Que bairro você mora, C.J?

**C.J:** Parque da Saudade.

**Moderador:** A vizinhança é solidária?

**C.J:** Médio... De um lado é um caminhoneiro, só fica viajando e a outra vizinha quase não vejo. Até que lá é tranquilo. Mas tem um que é do lado oposto do meu, lá é mais violento. A cidade não é violenta, mas muitas pessoas são.

**J.R:** Nossa vizinhança desde pequeno a gente é criado lá, então todo mundo conhece todo mundo. Mudou pouca coisa. Aí na rua tem casa de muitos parentes, então pra gente é tudo tranquilo. Ah, esqueceu o carro na rua? A gente liga e avisa: seu carro está na rua, esqueceu de guardar.

Os laços de solidariedade foram analisados no Grupo Focal 2 de Luziânia tendo em vista as relações entre moradores. É possível observar que se formam duas conclusões referentes aos moradores: “eles não são solidários uns com os outros” e o inverso “existe solidariedade, principalmente no tocante à violência”. Percebe-se pelas asserções que o morador reconhece a possibilidade da emergência dos atos violentos e acredita na vizinhança para se proteger, caso do enunciado por J.R, em relação à sociabilidade: “todo mundo conhece todo mundo”. Compartilhar as experiências é uma das práticas comuns, pois existe uma relação de conhecimento geracional. J.R é uma

moradora típica que reconhece Brasília como polo cultural, mas que rejeita as demais cidades.

O oposto é também citado pelos participantes do Grupo Focal, que rejeitam a ideia de que exista estreitamento de relacionamento, como diz secamente W.G.: “Ninguém conversa lá não”. C.J também não encontra os moradores vizinhos.

#### **2.2.4. Humilhação e preconceito**

A sensação de discriminação é relatada por integrantes do Grupo Focal 2, principalmente por C.J, que revelou ter sido abordado pela Polícia Militar. Ele trabalha numa sorveteria e diz que não pode se comportar como outro jovem, que se veste com roupas de acordo com a moda. Se tira a vestimenta de “trabalhador” sofre abordagem da polícia. A enunciação central é: “Eu me privo de fazer muitas coisas por causa da discriminação”. Seu argumento é de que “não se caracterizar como trabalhador, em Luziânia, pode provocar abordagens na rua”.

**Moderador:** Vocês já sentiram alguma humilhação por morar aqui?

**C.J:** Tem muita discriminação. Eu trabalho aqui, né? Se eu sair daqui dez horas e tirar meu uniforme a polícia vai me abordar e a polícia não me trata como um trabalhador, entendeu? Eu me privo de fazer muitas coisas por causa da discriminação.

**J:** No teatro. É cômico. Eles perguntam você mora onde? Aí quando alguém fala que mora em Luziânia ele brinca pedindo pro pessoal esconder os iPhones. Tenho um barzinho de noite, quando vemos uma pessoa passando mais mal vestido, a gente já fica preocupada. E se passou de moto, todo mundo fica pasmo. Esses tempos pra trás tinha muitos assaltantes com motos que passavam em barzinhos e fazia uma espécie de arrastão, levavam tudo e iam embora.

**Moderador:** Já sofreu preconceito por morar aqui?

**W.G:** Não.

J.R se sente humilhada ao descrever o episódio do teatro e reconhece que “fica preocupada”: “Tenho um barzinho de noite, quando vemos uma pessoa passando mais mal vestido, a gente já fica preocupada”. A polissemia da expressão “ficar preocupada”, no contexto do discurso, remete a também “temer”, “amedrontar”, a não ser uma brincadeira tranquila e facilmente assimilável, etc. Portanto, não só o significado de “estado de vigília” pode significar o termo, sendo possível alargá-lo, no contexto de descrição, como o desejo de evitar e olhar com cautela o “mais mal vestido”.

No caso de ser moradora de Luziânia, J.R repete uma narrativa a respeito de um discurso cultural flagrado na pesquisa de mídia realizada no capítulo anterior, em que

um “stand up comedy” relata as agruras em dizer que é morador de Valparaíso. Mais uma vez, o humor é usado para retratar os residentes. J.R acha cômico e apenas descreve o fato, sem revelar que se importa com o conteúdo.

### 2.2.5. De quem é a culpa da violência

Quanto aos fatores que propiciam a violência observa-se um conjunto de argumentos, cujo melhor exemplo é a conclusão: “A culpa é do Estado”. Outros argumentos variados são pontuados laconicamente, sem interesse argumentativo dos presentes: “Falta de emprego”, “Ausência de Educação”, “A culpa é de todo mundo”.

**C.J:** [Culpa] de todo mundo.

**W.G:** Falta de emprego. A Dilma acabou com o país.

**J:** O estado tem culpa, a comunidade tem culpa, acho que todo mundo tem culpa. Acho que o estado deveria investir mais em segurança, a comunidade não é solidária e tipo trazer essas pessoas da violência. A gente empurra cada vez. Tudo por preconceito...

**M:** É. Falta estudo, falta incentivo, esporte, cultura...

**R.G:** Se eu te falar que é falta de política? Os políticos não ligam pra sociedade, não ligam pra ninguém, só querem saber deles, estão nem aí. Nós estamos conversando aqui tem 20 minutos e não passou uma viatura policial olhando as lojas. Pra mim é falta de segurança pública.

O enunciador R.G sofre particularmente uma série de infortúnios, como o desemprego e a falta de habitação. Ele mesmo expõe as dificuldades sob o enunciado E1, que revela os potenciais causadores de “tudo”: “Os políticos não ligam pra sociedade, não ligam pra ninguém, só querem saber deles, estão nem aí”. Ele desenvolve um encadeamento argumentativo que inicia com um questionamento em busca de um efeito interrogativo que não deseja respostas do ouvinte, mas influenciá-lo. Ele não permite tal possibilidade, pois já emenda dois enunciados para chegar onde, certamente, repousava sua opinião: E2: “Nós estamos conversando aqui tem 20 minutos e não passou uma viatura policial olhando as lojas.”

R.G acredita que a classe política seria responsável por criar um sistema que possibilita situações violentas. De onde fala, R.G articula uma série de enunciados que revela sua observação de momento, impondo o tempo linguístico – daí o enunciado final de que ele está observando a realidade e a polícia não passa por ele. A percepção de R.G não é mais de um simples andarilho; observa-se que ele começa a internalizar o modo de vida da cidade, mesmo tendo como foco sair de Luziânia e chegar ao Distrito Federal. J.R e C.J culpam todos, sendo que o discurso de J.R contradiz um anterior ao

dizer que a “comunidade não é solidária”. Percebe-se que ela fala de outros bairros, já que tenha ratificado anteriormente que sua vizinhança é “tranquila”.

### 2.3. Moradores de Águas Lindas – Grupo Focal 1

O Grupo Focal 1 realizado em Águas Lindas expõe um interesse ainda maior de seus integrantes em migrarem rumo ao DF. Não obstante revela também contradições ao discurso corrente como J.B., que, em vez de ir até Brasília, vem de lá. Diferente de Luziânia, a cidade que nasceu do Parque da Barragem se revela menos estruturada em tradições do que o município histórico, tendo mais imigrantes em sua estrutura social, o que pode ser percebido em estudos quantitativos e no próprio Grupo Focal. Dos dez participantes, como se verá, nenhum tem origem no Estado de Goiás.

A Análise do Discurso do Grupo Focal 1 de Águas Lindas quanto ao aspecto da humilhação/estigmatização revela que o conjunto tem comportamento não preconceituoso, mas é vitimado por tais emoções.

<b>Quadro 30 - Grupo Focal 1 – Águas Lindas</b>		
<b>A.F</b>	21 anos, sexo masculino, estudante, ensino superior incompleto	Naturalidade: Brasília (DF)
<b>O.S</b>	32 anos, sexo masculino, ensino médio completo, atendente de pizzaria	Naturalidade: não revelada (Minas Gerais)
<b>S.</b>	21 anos, sexo feminino, ensino superior incompleto	Naturalidade: Ceilândia (DF)
<b>J.B</b>	62 anos, sexo masculino, administrador de empresa, ensino superior completo	Naturalidade: São Paulo (SP)
<b>C. S</b>	34 anos, sexo feminino, caixa, ensino fundamental incompleto	Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)

#### 2.3.1. Mídia e violência no Entorno do Distrito Federal

O Grupo Focal 1 de Águas Lindas se mostra dividido, no sentido de que ora a mídia é reveladora de uma realidade ora se aproveita de determinado acontecimento para superdimensioná-lo. Sobrepõe, entretanto, um discurso de que a mídia não tem limites e que exhibe o “terror” sempre.

**O.S:** Muitas vezes a mídia aumenta muito, mas para quem mora aqui a violência é grande. Não digo no meu setor, a violência atinge mais setores de chácaras, setores mais afastados.

**S.:** No bairro em que moro acredito que não. Ocorrem assaltos, mas não é com tanta frequência como a mídia informa. Agora nos bairros mais pobres a violência acontece com mais frequência. Assim, no lugar em que eu moro acontecem assaltos com frequência no período de pagamento e olha que o posto policial é a menos de um quilômetro.

**J.B:** Acho que não. A mídia dá muito valor às coisas violentas e não procura um remédio pra aquilo.

**C.S:** Muitas coisas eles escondem a realidade. Eles não vão falar detalhe por detalhe, né?! Fala só o que interessa falar.

**A.F:** Acho que tudo é bem relativo. Mas a mídia mostra que a cidade é bem perigosa, não o morador, mas o local.

**S.:** Às vezes nem é tudo isso que ela passa. Quando eu chego lá no Distrito Federal, pois sou estagiária lá, as pessoas acreditam que muitas pessoas daqui são de má índole, entendeu?

**J.B:** As pessoas se sentem acanhadas em falar que moram aqui. Se for procurar emprego fora encontra dificuldade.

**C.S:** A mídia fala que Águas Lindas é muito perigosa, tem muitos crimes, assaltos... Já tem muito tráfico de drogas também, isso faz parte do crime também.

**Moderador:** As informações daqui vocês obtém por qual meio?

**C.S:** Facebook, TV CNM, que é a TV local daqui, G1, R7.

**J.B:** TV, jornal...E a informação que a gente tem de violência no entorno é de terror sempre. O jornal local só mostra miséria. Ele não relata nada de bom, ele vive do ruim. Em Brasília, se você falar que trabalha em Águas Lindas é um susto para as pessoas: “Pô, como você trabalha em um lugar daquele?” Eu trabalho aqui há 23 anos e moro em Brasília, faço o caminho inverso das pessoas. Me favorece a questão de trânsito. Para trabalhar aqui é tranquilo, não tem problema, não. Em 23 anos só fui assaltado uma vez no escritório.

O administrador J.B é cético com a exposição de Águas Lindas na imprensa. Ele responde à exibição de noticiário com uma negativa e coordena uma constatação pessoal e crítica: “(...) A mídia dá muito valor às coisas violentas e não procura um remédio pra aquilo”. O.S, atendente em pizzaria, realiza ponderação que já foi relatada anteriormente: a violência existe e acontece, mas a mídia acrescenta detalhes indesejáveis: “Muitas vezes a mídia aumenta muito, mas para quem mora aqui a violência é grande”.

A noção de O.S é a mesma de S., que também não acredita que a violência seja comum em seu bairro, apesar de se contradizer. A leitura dos enunciados mostra como E1 se contrasta com E3. Eis a sequência: E1: “No bairro em que moro acredito que não”; E2: “Ocorrem assaltos, mas não é com tanta frequência como a mídia informa”. E3: “Agora nos bairros mais pobres a violência acontece com mais frequência”; E4: “Assim, no lugar em que eu moro acontecem assaltos com frequência no período de pagamento e olha que o posto policial é a menos de um quilômetro”.

Conforme se vê, S. parece compreender violência no sentido de homicídios e não em referência aos crimes patrimoniais, já que entende que os assaltos sazonais de dia de pagamento sejam considerados naturais. Os participantes do Grupo Focal 1 acreditam que as distorções e os relatos de violência produzidos pela imprensa os prejudicam. J.B, C.S, A.F e S descrevem sensações desagradáveis. Todos os enunciados são negativos. O exemplo de S é mais figurativo. Primeiro, que ela toma a palavra depois de A.F, mostrando discordância: para este último, a mídia atinge a imagem da cidade e não do morador. S. reitera com seus enunciados: E1: “Às vezes nem é tudo isso que ela passa; E2: “Quando eu chego lá no Distrito Federal, pois sou estagiária lá, as pessoas acreditam que muitas pessoas daqui são de má índole, entendeu?”.

Esta unidade do discurso, em E2, revela o uso de uma modalidade interrogativa, como que para chamar atenção do ouvinte e ao mesmo tempo revelar que ela sabe do que está falando, por ser vítima contumaz da situação. Assim, por oposição à resposta de A.F, a jovem faz questão de revelar que ela assimila a negatividade da cobertura.

### 2.3.2. Vitimização e solidariedade em Águas Lindas

Observa-se aqui se os integrantes do Grupo Focal 1 foram vítimas de alguma forma de violência física ou patrimonial, se existe uma reação dos mesmos ao procurar o Estado para investigação, além da sondagem deles sobre a existência de laços de solidariedade. Compreende-se que a violência é comum no município, sendo considerada normal pelos moradores. Não existe solidariedade, não por desinteresse dos participantes do Grupo Focal, mas a dinâmica de vida [sair cedo e voltar tarde] impede o desenvolvimento de laços solidários e mais sólidos entre os vizinhos.

**Moderador:** Já foram vítimas de algum tipo de violência?

**A. F:** Nunca fui vítima de violência, graças a Deus. Mas tudo tem a ver com o tráfico de drogas. Já vi uma guerra entre gangues na rua com tiros, pancadaria, armas brancas...

**O.S:** Infelizmente já, duas vezes. Uma vez eu estava com a minha esposa e levaram os pertences dela. E fui assaltado também a caminho de Águas Lindas no ônibus. Em todos fui à polícia. Isso acontece muito. Até que agora parou um pouco porque tinha uma gangue que era especializada em assaltar ônibus, mas parece que alguns deles foram presos e felizmente as ocorrências diminuíram.

**S:** Aqui em Águas Lindas não. Mas já fui assaltada lá na Asa Norte.

**J.B:** De um assalto. A pessoa chega no escritório seu anuncia que é um assalto, te aponta uma arma e leva as coisas. Foi em 2000 esse assalto.

**C.S:** Não. Só um assalto que aconteceu em 2005, a gente foi subindo aí os malas falaram pra gente deitar no chão. Só uma vez também que aconteceu isso. Não tinha pista, era barro no asfalto. Faz tempo...

**Moderador:** Foram na polícia?

**J.B:** Chamei a polícia, mas não fiz nenhum B.O. A polícia demora duas horas para chegar no local e quer que você informe onde o ladrão está.

**C.S:** A polícia ia descendo e pegou os caras.

**Moderador:** Já presenciaram algum tipo de violência?

**S:** Aqui não.

**J.B:** Não.

**C.S:** Não.

**Moderador:** Quem é violento na comunidade de vocês?

**O.S:** São os vizinhos e as pessoas que vem de fora. Temos muitos casos de violência aqui de pessoas que vem de outra cidade como Edilândia, Cocalzinho, esse lado de Goiás...

**S:** Acredito que sejam criminosos que vão para a comunidade.

**Moderador:** Os vizinhos são solidários?

**O.S:** Cara, eu particularmente não tenho tanto contato com vizinho porque eu trabalho, saio de manhã e chego em casa tarde da noite. Por isso, é raro ter contato com alguém.

**A.F:** O meu caso é o mesmo dele. Acordo cedo pra ir pra faculdade e trabalhar. Venho em casa só pra dormir.

**S.:** Sim. Na parada mesmo as pessoas te avisam.

**C.S:** Na verdade é assim: eu chego de noite e vou dormir e de manhã venho trabalhar. Não tenho contato com os vizinhos. Às vezes eu chego e dou “bom dia” e “boa tarde” e pronto.

C.S sintetiza este relacionamento da comunidade em enunciados: E1: “Na verdade é assim: eu chego de noite e vou dormir e de manhã venho trabalhar”; E2: “Não tenho contato com os vizinhos”; E3: “Às vezes eu chego e dou “bom dia” e “boa tarde” e pronto”. Pelo relato, compreende-se que a aproximação é dificultada com as viagens constantes até o Distrito Federal. Uma imersão na vida dos moradores ajuda a perceber que não existe um “tempo” de convívio para desenvolverem afinidades.

A Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD) para Águas Lindas de Goiás demonstra que se gasta cerca de 1h30 minutos até o Plano Piloto, sendo que a viagem é realizada de ônibus. O último PMDA aponta que 60% dos trabalhadores que moram em Águas Lindas precisam se deslocar para o Distrito Federal e Regiões Administrativas. Além do trabalho distante, percebe-se a grande dificuldade em chegar com segurança, devido ao fluxo constante de roubos de ônibus, o que torna a chegada em Águas Lindas um verdadeiro estado de tensão.

Outra percepção dos moradores é de que a violência é praticada pela própria comunidade. O.S traça seu enunciado para atingir moradores de fora, ou seja, migrantes e moradores de bairros afastados: E1: “São os vizinhos e as pessoas que vem de fora”; E2: “Temos muitos casos de violência aqui de pessoas que vem de outra cidade como Edilândia, Cocalzinho, esse lado de Goiás...”. A visão de O.S reacende um potencial de estigma, já que é mineiro. O arremate de E2 “...esse lado de Goiás...” transfere a motivação da violência para quem chega de Goiás – que não representa o maior fluxo

de migrantes, já que apenas 2% dos moradores são de fato nascidos em Águas Lindas. A estagiária S. reforça a visão de que o crime não está inserido na própria vizinhança, ao enunciar: “Acredito que sejam criminosos que vão para a comunidade”.

Diferente da maioria dos participantes dos dois Grupos Focais de Luziânia, os moradores de Águas Lindas, quando vítimas de alguma violência, procuram a Polícia Civil para informarem que foram vítimas de alguma modalidade de crime. O.S, atendente de pizzaria, procurou a polícia nas duas vezes que foi assaltado. Já J.B ligou para a Polícia Militar, mas desistiu após a demora e apresenta um discurso cético: “Chamei a polícia, mas não fiz nenhum B.O. A polícia demora duas horas para chegar no local e quer que você informe onde o ladrão está”. A sequência de argumentos de J.B é de que até chama, mas não resolve: A1: “A polícia chega sempre atrasada”, A2: “Não existe investigação”.

### 2.3.3. De quem é a culpa pela violência no Entorno

Durante a realização do Grupo Focal 1, sob a ótica dos participantes, foi possível perceber que as causas da violência se repetem com a inclusão de uma variante polissêmica: a constatação por conta de A.F de que Águas Lindas é “terra do nem”.

**Moderador:** Vocês acreditam que a violência daqui é por qual motivo?

**O.S:** Cara, pela falta de policiamento.

**A.F:** Também pelos menores de idade, que sempre se envolvem porque não têm nenhum local para receberem eles pra cumprir a pena.

**S.:** Acredito que seja por acerto de contas, esse tipo de coisa. Acredito que em todos os lugares têm crack. Mas, no meu conhecimento, nunca houve vítimas que fossem inocentes, que não tivesse envolvido nessa questão do tráfico.

**J.B:** Falta de emprego é a causa maior.

**C.S:** Não sei... Não sei te falar...

**O.S:** Sim. Tanto o governo quanto o prefeito.

**A.F:** Tem um ditado em Brasília que eles brincam dizendo que Águas Lindas é terra do “nem”, nem Goiás nem Brasília, ficamos à deriva. Eles investem em cidades mais próximas de Goiânia que o entorno.

**S.:** O estado é culpado porque o município de Águas Lindas é muito desfavorecido. Acredito que o Governo de Goiás não se importa muito com o local e deixa a responsabilidade para o Distrito Federal e aí fica esse choque, ninguém se responsabiliza por Águas Lindas e aqui acaba se tornando esquecido, porque fica um jogando a responsabilidade para o outro, aí não tem investimento na educação, não tem um lazer para o jovem... Eu consegui minha faculdade aqui, mas minha irmã já estuda no DF e é muito longe. Eu acordo hoje para estagiar lá no DF todos os dias. É uma força de vontade, vem de uma questão familiar.

**C.S:** Pra te falar a verdade eu não sei, não. Estou por fora de tudo.

Sob esta expressão, já assimilada por alguns moradores e que se repetirá mais adiante, se desenvolve uma categorização conjuncional que indica negação nas orações. A expressão “nem” é ainda advérbio, mas em específico na significação de A.F torna-se a conotação de que Águas Lindas não é “nem Goiás nem Brasília”, surgindo daí um abandono administrativo. A polissemia do enunciado é ainda melhor compreendida quando A.F finaliza sua reflexão: “Tem um ditado em Brasília que eles brincam dizendo que Águas Lindas é terra do “nem”, nem Goiás nem Brasília, ficamos à deriva. Eles investem em cidades mais próximas de Goiânia que o entorno”. O termo “à deriva” conota sem controle, desgovernado, perdido, o que dito na entonação do enunciador revela descrença com a situação administrativa de sua cidade. Ela move a cabeça, gesticula com as mãos como se jogasse algo para longe.

Estimulado sobre a motivação da violência, A.F revela, assim, que a falta de comando de sua cidade e região inspiraria situações que propiciam a violência. Os demais locutores consolidam este sentido, caso de S, que ratifica a ideia de “nem” por meio de outra metáfora, o “choque”: “Acredito que o governo de Goiás não se importa muito com o local e deixa a responsabilidade para o Distrito Federal e aí fica esse choque...”. Os demais participantes acreditam que a violência é uma consequência, tendo razões definidas: desemprego, falta de policiamento, tráfico de drogas. Assim, no geral, para a compreensão das causas, sob o enfoque dos participantes, se obtém um movimento permanente entre dois processos, que podem ser resumidos ora no parafrástico (discursos já solidificados com os mesmos argumentos, desemprego, ausência de Estado, tráfico, etc) e o polissêmico (quando ocorre o alongamento dos significados, como a partir do uso das expressões “nem” ou “choque”).

#### 2.3.4. Significados de Brasília e Entorno

**Moderador:** O que significa Brasília pra vocês?

**S.:** É o que me dá oportunidade hoje de emprego, educação... Eu pretendo ir morar lá ano que vem pelo fato da minha irmã estar próxima de entrar na UNB. Já estou me formando o ano que vem e pretendo arranjar meu emprego. E a qualidade de vida lá é melhor, eu acredito.

**J.B.:** Hoje é um foco de política, porque Brasília não tem nada pra oferecer também, emprego lá é só comércio e construção porque nem indústria tem.

**C.S.:** Eu não conheço Brasília. Às vezes vou até na rodoviária deixar minha mãe que vai para o Ceará, mas se falar pra eu ir em tal parte em Brasília eu não sei.

**Moderador:** E o que é o entorno?

**S.:** Entorno é o lugar mais desfavorecido. Emprego é tudo na capital, em Brasília. Entorno é para morar mesmo, porque a maioria dos moradores trabalha na capital.

**J.B.:** Uma concentração muito forte de necessidades. Goiás se comprometeu a vir pra Águas Lindas com a Saneago, juntou com a Caesb para implantar esgoto aqui em 2000. No cronograma, em 2015 a cidade estaria 100% Saneago e nada ainda. O mesmo sistema de poço que chegava fazia um poço e vendia água continua do mesmo jeito, não tem um metro de esgoto funcionando, pois até hoje estão implantando.

Os participantes do Grupo Foca1 1 são céticos quanto à imagem da região do Entorno do DF. Em contrapartida, desenvolvem uma representação mais positiva de Brasília. S diz que Brasília dá empregos ao passo que o Entorno só serve para morar. Assim, Brasília torna-se meta para todos e estes não se aquietam enquanto não chegam lá: E1: “É o que me dá oportunidade hoje de emprego, educação...”; E2: “Eu pretendo ir morar lá ano que vem pelo fato da minha irmã estar próxima de entrar na UNB”; E3: “Já estou me formando o ano que vem e pretendo arranjar meu emprego”; E4: “E a qualidade de vida lá é melhor, eu acredito”. O enunciado em conjunto forma um discurso de que oportunidade de emprego e qualidade de vida são fatores que atraem moradores.

Para J.B, em seu discurso, o Entorno é “Uma concentração muito forte de necessidades”. A utilização do adjunto adverbial “muito forte” ressalta que de onde ele fala existe uma concentração de necessidades sociais. É, na verdade, uma reformulação parafrástica do que foi dito por S: “Entorno é o lugar mais desfavorecido”.

A diferença é que J.B enfoca, se aprofunda em um exemplo de como Águas Lindas espera pelo reconhecimento de que é preciso suprir as necessidades e, de fato, realizá-las. O enunciado referente ao sistema de esgoto revela mais uma vez um município solitário na resolução dos problemas: E1: “Uma concentração muito forte de necessidades.”; E2: “Goiás se comprometeu a vir pra Águas Lindas com a Saneago, juntou com a Caesb para implantar esgoto aqui em 2000”; E3: “No cronograma, em 2015 a cidade estaria 100% Saneago e nada ainda”; E4: “O mesmo sistema de poço que chegava fazia um poço e vendia água continua do mesmo jeito, não tem um metro de esgoto funcionando, pois até hoje estão implantando.”

O discurso de J.B é exemplificativo das demais reclamações dos moradores: ele contrapõe sistema moderno e antigo, estabelece referenciais de datas [2000-2015] e argumenta com ironia: “...não tem um metro de esgoto funcionando, pois até hoje estão implantando”. O autor do discurso usa dois gerúndios na sequência para exprimir a ideia de progressão indefinida das obras e força para que sua argumentação seja eficaz,

na medida em que procura aumentar a intensidade da adesão por meio do exagero e uso de expressões numéricas, caso de “100%” e “não tem um metro”.

## 2.4. Moradores de Águas Lindas – Grupo Focal 2

No dia 22 de abril foi realizado o Grupo Focal 2 de Águas Lindas, na avenida JK, no comércio de rações Agrotterra. Durante a realização da pesquisa foi possível observar a existência de um discurso focado na vivência cotidiana da violência, sendo que todos os participantes narraram relatos que presenciaram e que marcaram suas vidas.

Quadro 31 - Grupo Focal 2 – Águas Lindas		
A.F.S	52 anos, sexo feminino, ensino fundamental completo	Naturalidade: Teófilo Otoni (MG)
C.O	40 anos, sexo feminino, não informou nível educacional	Naturalidade: Feira de Santana (BA)
A.F	36 anos, sexo masculino, não informou nível educacional	Naturalidade: Teresina (PI)
T.	20 anos, sexo feminino, ensino médio, empresária	Naturalidade: João Dourado (BA)
W.	18 anos, sexo masculino, balconista, ensino médio completo	Naturalidade: Ceilândia (DF)

### 2.4.1. Mídia e violência

**Moderador:** O Entorno é violento como as mídias informam?

**A.F.S:** Com certeza. É muito perigoso. Deixa eu te falar uma coisa, a maioria dos adolescentes vem correndo de Brasília com os pais pra cá para os filhos não morrerem, aí quando eles chegam aqui juntam com os daqui e vira aquela bagunça. Em vez de melhorar, faz é ficar pior. Chega aqui falando que vai tirar o filho da bagunça. Aí chega aqui envolve com os daqui e acaba morrendo.

**A.F:** Pra mim não. Até onde eu sei a mídia aumenta, no meu ponto de vista. Mesmo porque onde eu vivo não vejo esse monte de coisa.

**A.F.S:** Tem aquele ditado: quem faz o lugar é a gente, graças a Deus nunca aconteceu nada comigo, nem com meus filhos e eu não tenho nada a reclamar. Mas o que eu vejo com os conhecidos, inclusive tem uns 20 dias que mataram uma amiga minha que o filho era envolvido com marginais. Ela estava saindo no carro com o genro e pensaram que era o filho dela, fuzilaram o carro. E ficou tudo por isso mesmo, ninguém comenta, ninguém fala nada.

**C.O:** Tem violência como todo lugar tem. Tem no entorno, tem no DF... Só que tem lugares que tem mais.

**Moderador:** Mas teve gangue aqui?

**A.F.S:** Já. Tem uns 20, 15 anos que foi uma violência danada. Teve uma noite que mataram 27 pessoas e falaram que foi uma só pessoa que fez isso. Foi na época de Natal e Ano Novo que tinha mais violência. Tanto que o prefeito mandava desligar a luz. Nós nem tínhamos Natal, passamos ter Natal há pouco tempo, nem podíamos fazer ceia porque invadiam a casa e tocava o terror na gente. Graças a Deus comigo não, mas vizinho meu passou por apuro. Aqui tem sequestro, aqui tem tudo. Os caras vêm de fora. Meu vizinho chegou, estacionou, apertou o botão pra entrar e já estavam esperando ele pra roubar a Hilux.

**T.:** Que aqui é violento é verdade. Não é só noticiário, tudo que passa acontece.

**Moderador:** A mídia trata o morador de alguma forma que não agrada vocês?

**A.F:** Eu entendo assim, ela propaga de tal forma a ponto de causar medo nas pessoas. A violência ela existe, o que eles falam acontece. Mas durante 30 minutos eles fazem um negócio acerca da violência que gera um certo medo nas pessoas, a ponto de não querer sair certo horário da noite, de deixar filho dentro de casa. A gente sabe que acontece violência, mas por causa do pequeno período que eles têm para anunciarem aquilo causa um certo terror nas pessoas. Tenho 36 anos de idade e nunca sofri com esse problema.

**C.O:** Acaba sendo, né? Porque generaliza. Tem violência em todo lugar, mas as vezes eles extrapolam pra dar audiência.

**W.:** Sim, é muita insegurança. Tenho vontade de mudar de cidade.

**Moderador:** Onde acessam para buscar informações da cidade?

**T.:** TV CNM, WhatsApp, Facebook...

Ao tratar da mídia, o discurso do Grupo Focal 1 reforça a visão de que ela retrata um cenário real, mas que sublinha aspectos negativos. A.F trata do curto espaço de tempo do noticiário, que é ocupado em sua maioria por notícias a respeito de violência. Ele nega que tenha sido vítima de violência. Seu discurso é de que a mídia comprime a realidade. Conforme seu enunciado, a intervenção midiática dá a entender que só ocorrem crimes na cidade: E1: "...ela propaga de tal forma a ponto de causar medo nas pessoas"; E2: "A violência ela existe, o que eles falam acontece"; E3: "Mas durante 30 minutos eles fazem um negócio acerca da violência que gera um certo medo nas pessoas, a ponto de não querer sair certo horário da noite"; E4: "A gente sabe que acontece violência, mas por causa do pequeno período que eles têm para anunciarem aquilo causa um certo terror nas pessoas"; E5: "Tenho 36 anos de idade e nunca sofri com esse problema".

Conforme a reflexão de A.F, portanto, A1: "A mídia faz o terror devido o curto espaço do noticiário"; A2: "O medo, após assistir a veiculação da violência por meio da mídia, faz com que não saiam durante a noite". Quando o questionamento se refere ao que se vê na mídia é de fato real, A.F.S difere de A.F, pois também jamais foi vítima, contudo expressa relato vivido da criminalidade: uma amiga foi assassinada há 20 dias, confundida e "fuzilada". Assim, ela salienta experiências criminais, que marcam as

narrativas do discurso da violência da cidade. A.F.S faz gestos de tremor ao recordar os acontecimentos, se mostra incomodada, quase desconcertada por falar o que sabe. Ela recebe uma ligação durante o Grupo Focal e atende. O marido pede para que ela não fale mais nada. Mas ela preferiu continuar. E dentre os relatos, pelo fato de ser pioneira, resgata um episódio que ocorreu próximo de seu comércio, paralelo à avenida JK, em que um homem teria assassinado 27 pessoas. O caso teria acontecido nos primeiros anos de Águas Lindas: E1: “Tem uns 20, 15 anos que foi uma violência danada”; E2: “Teve uma noite que mataram 27 pessoas e falaram que foi uma só pessoa que fez isso”; E3: “Foi na época de Natal e Ano Novo que tinha mais violência”. O fato demonstra uma chacina ou série de execuções de grande proporção, mas que não foi confirmada por outros moradores. A.F.S relatou com riqueza de detalhes, mas usou “falaram” em vez de uma descrição de que tenha se certificado do ocorrido.

#### **2.4.2. Vitimização, vizinhança e testemunho de violências**

Quando o assunto proposto para enfocarem é se sofreram “violência na pele”, os moradores que participam do Grupo Focal 2 relatam uma não violência, como A.F.S, A.F e C.O. Por sua vez, já presenciaram crimes, como A.F, que testemunhou dois assaltos e A.F.S, que presenciou assassinatos. Pioneira do município, ela guarda inúmeros relatos, como o que descreveu o homicídio: “Eu estava saindo do supermercado e entrando na minha rua. Aí o outro só chegou e falou é você mesmo, sabe? Eu não sabia se corria ou ficava”. W e T relatam que já tiveram armas apontadas para eles.

**Moderador:** Já sofreu alguma espécie de violência?

**A.F.S:** Comigo e com minha família nunca aconteceu nada, graças a Deus!

**A.F:** Aqui não, mas lá em Teresina sim.

**T.:** Aqui na minha loja já fui assaltada. Em um dia que eu estava sozinha na loja, aí a pessoa aproveitou e fez um monte de perguntas, mas quando eu desconfiei ele anunciou o assalto. Aconteceu em janeiro. E olha que aqui é um dos lugares mais movimentados que tem, onde mais tem policiamento.

**Moderador:** Já presenciaram alguma violência?

**A.F.S:** Morte. De você ficar parado sem saber se corria. Eu estava saindo do supermercado e entrando na minha rua. Aí o outro só chegou e falou é você mesmo, sabe? Eu não sabia se corria ou ficava.

**A.F:** Já presenciei dois assaltos.

**C.O:** Nunca presenciei não.

**W.:** Não. Mas já fui assaltado aqui no Jardim Brasília. Estava em uma banca de revista, aí eu estava indo embora na rua, aí o cara veio correndo por trás de mim e colocou a arma na minha cabeça. Ele tomou a bicicleta e eu fiquei gritando os caras do lava jato, eles foram atrás, mas o cara sumiu. Já fui assaltado em casa também. Eu tinha uma loja de vídeo game e eles entraram na loja uma hora da tarde, rendeu eu, meus pais, minha irmã. Fiquei com arma na cabeça mais de uma hora.

**Moderador:** Quem é violento na sua comunidade?

**A.F.S:** Gente que vem de fora e junta com os daqui e apronta mesmo. Mas aqui tem neguinho violento. Tem quadra aqui que quem manda são os chefes e só faz o que eles querem.

**W.:** Gente ruim mesmo. Gente que mora aqui e vem de fora também.

**Moderador:** Existe solidariedade na vizinhança? Alguma ajuda?

**A.F.S:** Acho que aqui é cada um por si. Aqui você pode ver que se alguém furar um buraco na parede daquela loja ninguém tem coragem de ligar pra avisar. A casa da minha filha foi assaltada quatro vezes seguidas. Ela chamou até Record. Eles esperavam ela ir levar os meninos para a escola e levavam tudo.

**W.:** São. No meu setor antigamente bandido lá era direto. Tinha uma esquina lá que se você passasse era pedir pra ser assaltado. Agora eles fecharam, fizeram até um muro pra não ter mais passagem.

**T.:** Nós temos um comércio lá também. Sempre quando estão sabendo de alguma coisa eles informam, já de alerta.

**Moderador:** Qual é o motivo para a criminalidade?

**A.F.S:** Acho que é a oportunidade de serviço que não tem. Eu sei que muitos procuram aí e não tem, mas querem isso, aquilo, mas os pais não podem dar e eles partem para a violência.

**C.O:** Eu particularmente acho que é falta de opção de trabalho. Sei que não é justificativa, mas alguns vão para o crime porque não encontram trabalho.

**A.F:** Falta de preparo dos pais para criar. Tenho duas filhas e elas são incapazes de fazer esse tipo de coisa, porque elas são bem tratadas, são bem ensinadas e tem educação na casa delas. Quando não tem apoio de família, não tem educação, não tem nada disso aí a tendência é partir para o lado que não serve.

**T.:** Talvez seja pela falta de policiamento.

**W.:** Policiamento é pouco aqui. Quando você precisa da polícia, ninguém vê.

**T.:** Eles passam nos principais lugares. Aqui no Jardim Brasília, eles passam na rua e some, mas se você vai para um lugar mais assim, você não vê ninguém, não sabem nem o que é polícia.

**Moderador:** Estado tem alguma espécie de culpa?

**A.F.S:** Acho que devia dar mais oportunidades.

**A.F:** Eu, em particular, acredito um pouco, pelo fato dos ensinamentos em algumas escolas incentivarem alguns tipos de situação, de acontecer e não ser coibido dentro da escola.

**T.:** Talvez sim. Se tivesse mais atividades para os jovens...

Outro enfoque diz respeito a quem produz violência, sendo que se repete um discurso de grupos focais anteriores: “Gente que vem de fora”. A.F.S diz que eles se juntam “com os daqui e apronta mesmo”. Ela, entretanto, diz que em Águas Lindas “tem neguinho violento”. O enunciado “Tem quadra aqui que quem manda são os chefes e só faz o que eles querem” revela, um quadro de criminalidade sem controle, baseada em grupos ou gangues, onde inexistia capacidade do Estado manter a ordem. Quando é colocado aos participantes o que motiva a violência, eles desenvolvem reflexões já apresentadas anteriormente, cujas conclusões são recorrentes: A1: “Falta de trabalho”; A2: “Falta de preparo dos pais”; A3: “falta de policiamento”.

### 2.4.3. Preconceito, estigma e violência

**Moderador:** Sofrem preconceito por morarem aqui?

**A.F.S:** De primeiro sim. Até minhas filhas mentiam quando estudavam. Chamavam elas de pé de Toddy. Eu fazia assim: colocava nas sacola nos pés pra chegar com os pés limpos. E quando perguntavam elas falavam que moravam em Ceilândia. Agora diminuiu porque virou cidade, né? De primeiro ninguém queria morar aqui, mas hoje o lote aqui está mais caro que no DF. Qualquer lote aqui é R\$ 200 mil. Aqui no comércio é R\$ 1 milhão.

**A.F:** Pra mim existe. Tem uma visão negativa dessa região. Talvez se conhecessem pensava diferente. Eles têm discriminação com a região, que é uma cidade violenta, as pessoas são suburbanas... Nesse sentido.

**C.O:** Tem um certo preconceito deles não quererem contratar pessoas aqui do Goiás devido ao custo que é muito alto da passagem.

**T.:** Às vezes acontece. Na linguagem eles falam: “Ah... de Águas Lindas? Ah... lá é uma cidade perigosa! Como você tem coragem de morar lá?”. As vezes não é desse jeito que eles pensam, mas é a visão que a cidade passa. A mídia acaba um pouco com Águas Lindas.

O discurso neste momento do Grupo Focal 2 é mais demonstrativo do estigma e da produção do preconceito em relação aos moradores. A maioria dos residentes confirma sofrer com críticas e comentários negativos em relação às suas origens. Assim, de acordo com os participantes, os moradores das regiões administrativas do Distrito Federal e de Brasília encaram os residentes de Águas Lindas com “discriminação” e “preconceito”.

Desta forma, o sentimento hostil imposto pelo meio, além da intolerância às origens dos moradores, acaba prejudicando quem mora na cidade, conforme enuncia C.O: “Tem um certo preconceito deles não quererem contratar pessoas aqui do Goiás”. A produção do estigma é observada na medida em que um número não perceptível de moradores do Distrito Federal estabeleceu uma forma de categorizar pessoas e seus atributos através das informações sociais coletadas.

Assim, as expectativas dos considerados normais, inferem os moradores de Águas Lindas, é não morar distante da capital ou em Goiás. Os residentes em Águas Lindas, mais do que os moradores de Luziânia, focam com clareza este sentimento de que são diminuídos e tratados com descrédito quando se apresentam como residentes do Entorno. Sem precisar quando, A.F.S diz que a família sofria diminuição social pelo fato de morar no município goiano. Uma leitura polissêmica dos enunciados detecta a expressão “pé de Toddy”, que não é ainda uniforme em todo país. O termo é conhecido em Goiás para representar a pessoa que tem o pé sujo, por morar em um local não pavimentado. A cor do pé remete ao alimento achocolatado, que é vendido em mercados e padarias. Caracteriza a presença de uma violência simbólica ao fazer nascer o sinal estigmatizante.

A expressão tem conteúdo negativo conforme se percebe em pesquisa na internet, como no site popular de perguntas e respostas do Yahoo!, onde a maioria dos que interagem não sabe o significado. “Nunca ouvi essa expressão...”, “Meu Deus cada coisa”, “sei lá nunca ouvi falar disso” se contrasta com as explicações como “Por aqui se usa muito essa expressão. Significa...o mesmo que Pessoa Pobre...!” e “Cara, pé-de-tody é uma expressão usada a para definir o pessoal que moram nos setores que ainda não são asfaltados, nota-se pela poeira nos pés. Quando falamos de mulher, são aquelas mulheres feias e desleixadas...”<sup>92</sup>. A.F.S descreve o que fazia no passado para reduzir os estigmas: “Eu fazia assim: colocava nelas sacola nos pés pra chegar com os pés limpos. E quando perguntavam elas falavam que moravam em Ceilândia”.

Ao identificar o estigma, portanto, mãe e filhas definiram estratégias para acobertar os sinais sociais que emitiam quando chegavam em Brasília. Mas A.F.S acredita que já não exista mais tal comportamento desacreditador. A.F crê que o sentimento ainda exista. Seu enunciado é de suposição de que se “conhecessem Águas Lindas”, talvez mudassem de opinião: E1: “Pra mim existe”; E2: “Tem uma visão negativa dessa região”; E3: “Talvez se conhecessem pensava diferente”; E4: “Eles têm discriminação com a região, que é uma cidade violenta, as pessoas são suburbanas... Nesse sentido”.

E1 apresenta sua consideração e reconhecimento do que foi questionado. Em seguida, ele enfoca e desenvolve sua reflexão, tendo E2 uma observação do acontecimento [“visão negativa da região”]. Em E3, A.F assume que o olhar dos outros seria equivocado, já que “pensava diferente” só ocorreria caso os moradores do Distrito Federal conhecessem o município.

Nesta fase da pesquisa, é interessante observar como e.1 C.O se expressa sobre Goiás, a partir da partícula “do”: “[...] contratar pessoas aqui do Goiás”. O uso de “do” em vez de “de” denota uma falta de intimidade com o Estado, um desconhecimento já que a referência a Goiás não admite o uso de “do”.

#### **2.4.4. Significados para Entorno e Brasília**

**A.F.S:** Brasília pra mim foi tudo. Eu tinha vontade de morar lá, não de aluguel, mas para o que é meu eu tinha coragem. Fica perto de tudo, porque aqui saúde e educação não tem.

---

<sup>92</sup> Acessado em 25 de julho de 2016 em <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20081009170225AAmJGt9>

**A.F:** Em particular não muita coisa. Só trabalho, porque lá vejo mais violência, muito mais. Se eu for dizer qual local é mais violento era onde eu morei lá no DF, no Condomínio Privê do Setor “Orelí”.

**C.O:** Só trabalho mesmo.

**T.:** De cidade é ótima, mas de governo...

**Moderador:** E o entorno?

**A.F.S:** Águas Lindas é uma cidade do entorno. Mas aqui no Jardim Brasília se alguém falar que mora no entorno é lá pra baixo.

**A.F:** Em volta de algo. Na verdade, o entorno é um local para desenvolver, como aqui em Águas Lindas as pessoas relataram que ela teve um crescimento rápido, mais que em muitos lugares. Entorno é isso: necessidade de crescimento.

**C.O:** Também aqui não é ruim. O problema aqui é a falta de emprego. Se a pessoa tivesse mais portas, mais lugares pra trabalhar seria bom.

**T.:** Acho que é como se fosse deixado mais de lado. O nome já fala: entorno. Eles priorizam mais o centro e o entorno deixam mais de lado. Igual acontece aqui. Em Águas Lindas nem o governo de Goiás se importa tanto nem o de Brasília, aí fica essa cidade jogada. Pelo menos eu acho isso...

Quando provocados a pensarem sobre a diferença entre os significados de Entorno e Brasília, os participantes revelam capacidade de reflexão sobre a dicotomia centro-entorno. T. faz uma análise sobre o significado, demonstrando sua percepção. A comerciante realiza seis enunciados, sendo que apenas o antepenúltimo traz a conclusão argumentativa: E1: “Acho que é como se fosse deixado mais de lado”; E2: “O nome já fala: entorno”; E3: “Eles priorizam mais o centro e o entorno deixam mais de lado”; E4: “Igual acontece aqui”; E5: “Em Águas Lindas nem o governo de Goiás se importa tanto nem o de Brasília, aí fica essa cidade jogada”; E6: “Pelo menos eu acho isso...”.

Se para A.F “entorno” significa “em volta de algo”, para A.F.S e C.O é falta de emprego, saúde e educação. A.F.S ainda revela como os próprios moradores encaram a expressão com vergonha: E1: “Águas Lindas é uma cidade do entorno”; E2: “Mas aqui no Jardim Brasília se alguém falar que mora no entorno é lá pra baixo”. A.F.S não argumenta propriamente. Ela informa, pois reconhece que onde está é Entorno, apesar dos moradores decidirem estabelecer que existe um lugar ainda mais categorizado com a região afastada de Brasília – que é manifesto com “[...] lá pra baixo”.

O Grupo Focal 2 apresenta visão equilibrada sobre Brasília, sem destacá-la da realidade de Águas Lindas. C.O e T. são monossilábicos, apenas resumindo “Só trabalho mesmo” e “De cidade é ótima, mas de governo...”. A.F.S apresenta visões diferentes de A.F: seu argumento é de que Brasília fica perto de tudo. Seus enunciados são elogiosos: E1: “Brasília pra mim foi tudo”; E2: “Eu tinha vontade de morar lá, não de aluguel, mas para o que é meu eu tinha coragem”; E3: “Fica perto de tudo, porque aqui saúde e educação não tem”. Desta forma, seu pensamento é um argumento que

provoca a reação de A.F, com outro diferente: “Brasília só presta por conta da oferta de trabalho”. Para comprovar seu argumento, ele realiza uma demonstração: “Se eu for dizer qual local é mais violento era onde eu morei lá no DF (...)”.

## 2.5. Moradores de Valparaíso – Grupo Focal 1

A realização do Grupo Focal de Valparaíso de Goiás ocorreu no dia 24 de abril de 2016, na feira do setor Jardim Céu Azul. O trabalho iniciou às 9h30 e terminou às 10h30. Os participantes foram agrupados próximos da parte externa da feira. O local estava bem movimentado e com muito ruído. No entanto, poucos se aproximaram do grupo durante a realização da pesquisa, facilitando o trabalho de conversação.

Um tema que foi comentado pelos participantes foi a morte de um estudante de 17 anos, vítima de um latrocínio um mês antes da realização da pesquisa. Segundo relatos dos moradores, o jovem levou um tiro após a desaprovação dos assaltantes quanto ao celular subtraído, que era de qualidade não desejada. A seguir realiza-se a apresentação e qualificação dos participantes e correlata Análise do Discurso.

<b>Quadro 32 - Grupo Focal 1 – Valparaíso</b>		
<b>A.K</b>	21 anos, sexo masculino, ensino médio completo, mototaxista	Naturalidade: Não revelada (Ceará)
<b>A.S</b>	26 anos, sexo masculino, ensino médio completo, mototaxista	Naturalidade: São Paulo (SP)
<b>A.C</b>	52 anos, sexo feminino, feirante, ensino fundamental incompleto	Naturalidade: Não revelada (Bahia)
<b>A.M</b>	32 anos, sexo feminino, professora, ensino médio completo	Naturalidade: Não revelada (Piauí)
<b>D. M</b>	31 anos, sexo feminino, diarista, ensino fundamental incompleto	Naturalidade: Teresina (PI)

### 2.5.1. Mídia e violência

**Moderador:** Qual assunto a mídia mais noticia sobre Valparaíso e Entorno?  
**A.S:** Olha, 99% é sobre a violência do Entorno. Não abordam melhorias, nada em benefício. Só se vê notícia ruim sobre o que acontece na cidade.

**Moderador:** Vocês acham que a mídia trata de forma preconceituosa o morador?

**A.S:** A mídia do DF sim, porque eles acreditam que todos os moradores do Entorno são mais violentos, mais perigosos... Eles acham que somos inferiores a eles.

**A.K:** Ah, véi, aqui a gente não tem nenhum valor. Aqui se a gente anda certo a gente está errado. Eles julgam a gente de todo jeito.

**A.S:** Somos julgados pelo simples fato de morar no entorno e não no DF.

**A.M:** Às vezes trata, sim, com inferioridade, porque quem mora aqui no Céu Azul é chamado de classe baixa mesmo.

Questionados sobre o assunto mais noticiado em Valparaíso nos últimos dias, apenas e.1 A. S se manifestou. Para ele, 99% dos assuntos abordados estão inseridos na temática da violência. O discurso exagerado será a tônica do grupo, que apresenta uma série de enunciados destinados a revelar pessimismo. Os aspectos ruins ou negativos da existência superam os bons ou positivos de acordo com os relatos, mostrando nitidamente um caráter mais descrente em instituições, nas relações sociais e na ideia de que podem ocorrer mudanças na qualidade de vida dos mesmos.

A.K trata de valor: “Ah, véi, aqui a gente não tem nenhum valor. Aqui se a gente anda certo a gente está errado. Eles julgam a gente de todo jeito”. O enunciador encadeia três enunciados cuja mensagem central é: “a gente (que mora em Valparaíso) não é nada”. Os argumentos de “julgamento de todo jeito” e de que não interessa “andar certo ou errado” reforçam a sensação de esmorecimento, ou seja, “tanto faz e tanto fez”.

Sem se aprofundar na questão da mídia, A.S corrobora os argumentos de A.K: “Somos julgados pelo simples fato de morar no entorno e não no DF”. Para o jovem, existe diferença na cobertura da imprensa do Distrito Federal e da produzida em Goiás: “A mídia do DF sim, porque eles acreditam que todos os moradores do entorno são mais violentos, mais perigosos... Eles acham que somos inferiores a eles”.

Desta maneira, o enunciador, no momento em que participa do Grupo Focal, assume o seu enunciado, ou seja, se projeta no relato e não apenas descreve: “Eles acham que somos inferiores a eles”. Esta sequência de determinações progressivas que se extrai de cada enunciado revela descrédito destes moradores com os jornalistas e caracteriza a violência invisível que sentem.

### 2.5.2. Testemunhas e vítimas da violência

**Moderador:** Já presenciaram algum tipo de violência?

**A.S:** Constantemente, roubo...

**A.K:** Ah cara, aqui a gente vê de tudo. Uma vez caiu uma corrida aqui pra mim lá no Ipanema. Eu cheguei e perguntei se conheciam o nome da pessoa e

eles responderam que não conheciam. Tinha uns quatro moleques na frente. Chamei a mulher no apartamento e entreguei pra ela. Quando ia embora, saíram dois rapazes de moto do mato e começaram a meter bala em todo mundo. Matou um e meteu bala em outro. Semana passada mesmo, quando eu virei a rua eles mandaram eu parar pra me roubar. É porque eu não parei, arrochei a moto, se não tinham roubado minha moto. Aqui direto roubam motos de um pai de família trabalhador.

**A.M:** Nesta rua já presenciei várias vezes a violência. Inclusive no ano passado mataram um bem aqui, como matam vários. A violência é a céu aberto, acontece a qualquer hora, a qualquer momento, qualquer dia. A marginalização dos menores está cada vez maior, pois os adultos colocam as crianças pra fazer o papel do assaltante.

**Moderador:** Já foram vítimas de alguma violência?

**A.K:** Graças a Deus não.

**A.S:** Sim, já fui assaltado. Estava descendo da casa de uma colega minha à noite e um rapaz de bicicleta me abordou com uma arma calibre 38 e pediu meu celular, minha carteira e tudo que eu tinha de valor.

**A.C:** Na Bahia, fui estuprada pelo sobrinho do meu pai e aqui tentaram me estuprar, mas Deus me deu livramento.

**A.M:** Graças a Deus não, mas tenho familiares que já foram, amigos, vizinhos... Esse menino que mataram aqui ele estava ensaiando um trabalho de escola, às 16h.

**Moderador:** Foram na polícia?

**A.S:** Não fui. Não ia resolver muita coisa. A gente vai lá e não resolve muita coisa, só fica com o boletim de ocorrência em mãos. Não vê eficácia indo lá.

**A.C:** Fui não... Só peguei a sombrinha e dei três nela.

**Moderador:** O que vocês acham que motiva a violência daqui?

**A.K:** Segurança né, véi! Aqui não tem polícia, pô. Aqui quando os caras te roubam não aparece nenhuma polícia. Agora se você fazer um gato aqui, eles aparecem. Um dia desses eu fiz um gato aqui e quatro policiais me cercaram e me encheram de multa. Agora os “maninhos” fazem gato, roubam, matam e não pegam eles. Aí não tem segurança nenhuma, pô. Os que se lascam são os certos... Querem fuder as pessoas honestas que trabalham aqui, que passam o dia todo pra fazer cinquenta, cem reais... Mas os bandidos passam aí desfilando de carro rebaixado, vendendo droga e os policiais não param ninguém.

**A.C:** Droga, falta de Deus, falta de união...

**A.M:** Na minha opinião, acho que foi essa crise, a falta de emprego... Mas também isso não influi em nada porque isso vem acontecendo há muito tempo. Acho que aumentou a violência e o policiamento deixa muito a desejar. Está uma negação. Tem policial, às vezes, que até está no tráfico também. A gente nem pode chamar tanto a polícia porque, às vezes, eles abafam o caso.

**D.M:** Falta de emprego e por conta desse envolvimento das pessoas. As pessoas saem de casa cedo arriscando a vida. Esses tempos só não fui assaltada porque fui mais esperta que o ladrão. Ele me seguiu e quando percebi corri para a parada. A violência está demais! A polícia quando precisa não tem.

Neste momento do Grupo Focal 1 de Valparaíso de Goiás os participantes agravam suas críticas e têm uma percepção pessimista da realidade. Os moradores não costumam procurar a polícia após a ocorrência de crimes. Não bastasse, reafirmam que temem os policiais, que tenderiam a “abafar” os casos que ocorrem. Os discursos ocorrem com carga emocional e mais facilidade de expressão do que os realizados em Luziânia e Águas Lindas. A narrativa sobre violência é explícita.

A situação de enunciação está relacionada ao momento – os moradores têm relatos vivos de violências ocorridos dias antes. A.M: E1: “Nesta rua já presenciei várias vezes a violência”; E2: “Inclusive no ano passado mataram um bem aqui, como matam vários”; E3: “A violência é a céu aberto, acontece a qualquer hora, a qualquer momento, qualquer dia”; E4: “A marginalização dos menores está cada vez maior, pois os adultos colocam as crianças pra fazer o papel do assaltante”.

A.M produz três conclusões: A1: “Violência ocorre a todo momento”; A2: “A violência ocorre aqui do lado”; A3: “Menores cometem crimes ordenados por adultos”. Este discurso reforça o de e.2 A.K, que considera não ter sido vítima da violência, mas relata tentativa de roubo, que ele escapou após fugir do criminoso: “Semana passada mesmo, quando eu virei a rua eles mandaram eu parar pra me roubar. É porque eu não parei, arrotei a moto, se não tinham roubado minha moto”.

Ainda no Grupo Focal 1 de Valparaíso, muitos resultados de Luziânia e Águas Lindas se repetem, caso dos relatos de que a Polícia Militar de Goiás está envolvida na prática de crimes. A.M evita procurar a polícia: “Tem policial, às vezes, que até está no tráfico também. A gente nem pode chamar tanto a polícia porque, às vezes, eles abafam o caso”. A.K se expressa com indignação contra as formas de abordagem e aos atos de violência que é vítima: “...Querem fuder as pessoas honestas que trabalham aqui, que passam o dia todo pra fazer cinquenta, cem reais... Mas os bandidos passam aí desfilando de carro rebaixado, vendendo droga e os policiais não param ninguém”.

Os participantes do Grupo Focal apontam a falta ou o comportamento da polícia como um dos motivadores da violência no município, sendo que A.C ainda remete a falta de “união” entre as pessoas.

### **2.5.3. Vizinhança, solidariedade e preconceito**

Os participantes do Grupo Focal 1 de Valparaíso de Goiás apresentam duas argumentações que se contradizem: A1: “Existe esperança na vizinhança, que é algo bom” e A2: “A vizinhança não é plenamente confiável”. A.K chega a enunciar: “Ah cara, lá onde eu moro ninguém gosta de mim porque eu tenho tatuagem no braço todo e eu tinha uma moto com cano trombal”.

**Moderador:** Os vizinhos de vocês são solidários?

**A.S:** Vizinhança sempre existe. Graças a Deus ainda existe aquela esperança de uma boa convivência.

**A.K:** Ah cara, lá onde eu moro ninguém gosta de mim porque eu tenho tatuagem no braço todo e eu tinha uma moto com cano trombal. Eles não gostam de mim porque faço barulho. Eu não ligo não, pô. Não tenho nada contra ninguém. Também não posso fazer nada se ninguém gosta de mim.  
**A.C:** Às vezes confio, mas desconfio...  
**Moderador:** Sente algum preconceito?  
**A.K:** Até então não, porque ninguém conhece nós.  
**D.M:** Nunca sofri preconceito. Muita gente fala essas coisas do pé sujo...

Reiterando um discurso polissêmico que aparece em outros contextos desta pesquisa, e.4 D.M rememora o estigma do “pé sujo”, que aparece em Luziânia e Águas Lindas, como “pé de Toddy”: “Nunca sofri preconceito. Muita gente fala essas coisas do pé sujo...”. Ao tema do preconceito, A.K responde que não sofre, pois sequer é “conhecido”, comunicando uma visão polissêmica de inexistência em relação ao DF. Ele quer dizer que não mantém contato com pessoas do Distrito Federal, apesar da vizinhança: “(...) porque ninguém conhece nós (...)”.

#### 2.5.4. Significados de Entorno e Brasília

Os participantes do Grupo Focal 1 de Valparaíso reforçam a ideia de que o morador deste município interpreta com mais potência as questões referentes à realidade. A.K sempre se levanta quando está em meio à sua fala, como que desejoso de se aproximar do moderador.

**Moderador:** O que significa a palavra entorno pra vocês?  
**A.S:** Esquecimento do poder público. Aqui é onde um fica empurrando para o outro. As vítimas correm para o DF porque não têm como ir para Goiânia. Fica o empurra-empurra. Aqui você não vê melhoria em nada.  
**A.C:** Volta.  
**A.M:** Dormida. Entorno se tornou dormida, porque as pessoas trabalham em Brasília e vem dormir aqui. Mas é a nossa casa e eu amo morar aqui. Já morei em vários lugares em Brasília e eu prefiro aqui.  
**D.M:** Eu morava em Brasília, mas depois que vim pra cá achei bom.  
**A.K:** Ah cara, eu tenho 21 anos e morei aqui até os 14 anos, fui para São Paulo e voltei. Só moro aqui porque casei e a mulher não quer ir embora se não eu não morava aqui. Aqui é muito perigoso.  
**Moderador:** E Brasília?  
**A.S:** Significa só a capital do país. Apesar da violência assustar bastante aqui, lá não fica pra trás não.  
**D.M:** Brasília é bom para emprego...  
**A.M:** Brasília era pra ser uma coisa boa. Brasília era pra ser exemplo, mas se corrompeu na política. As pessoas são tão desonestas que a gente não confia nelas. Vejo os testes de honestidade e as pessoas não veem que elas são desonestas. Minha colega foi assaltada e os ladrões a chamaram de vagabunda. Ela que trabalha e estuda? A gente é vagabunda porque trabalha?  
**Moderador:** Qual governo deveria se responsabilizar por Valparaíso?  
**A.S:** Nós somos moradores do Goiás. Então a responsabilidade legal é do Goiás. Só que pela distância da capital, não tem como a gente correr atrás

mais disso. Pra gente compensa ir para o DF, mas eles não têm responsabilidade nenhuma.

**A.C:** Acho que de Brasília, né?!

Quando o questionamento é o que significa a palavra “Entorno”, os participantes parecem reelaborar suas reflexões, tentando dar respostas à altura do termo proposto. Assim como a recidiva do “pé de Toddy”, surge em A.S uma variação da polissemia representada pela conjunção negativa “nem”, que ganha a roupagem de “empurrar”: “Aqui é onde um fica empurrando para o outro [...] Fica o empurra-empurra”.

Após descrever uma situação, A.S afirma: “Aqui você não vê melhoria em nada”. Ainda como polissemia, os participantes desenvolvem a significação para a expressão “entorno”: conforme A.C, “entorno” é volta; para A.M, significa “dormida”: “Entorno se tornou dormida, porque as pessoas trabalham em Brasília e vem dormir aqui”. A imagem de Brasília se deteriora no grupo, na medida em que existe a percepção de que a cidade é violenta como o Entorno: “Apesar da violência assustar bastante aqui, lá não fica pra trás não” ou “Minha colega foi assaltada e os ladrões a chamaram de vagabunda. Ela que trabalha e estuda? A gente é vagabunda porque trabalha?”. A.M diz que Brasília “era pra ser uma coisa boa” e D.M expressa que “Brasília é bom para emprego...” sem focarem ou desenvolverem suas opiniões.

Quando questionados sobre qual poder público deveria cuidar de Valparaíso, os participantes se confundem. Alguns deles sequer sabem quem é o governador de Goiás. Como os moradores de Águas Lindas, A.S diz que “nós somos moradores do Goiás”, com o “do” em vez de “de”. Ainda quando referente às atribuições de poder, A.C devolve uma unidade de discurso interrogativa, no sentido de pergunta-expectativa, em busca de resposta: “Acho que de Brasília, né?!”

## **2.6. Moradores de Valparaíso – Grupo Focal 2**

No dia 24 de abril de 2016 foi realizado o Grupo Focal 2 de Valparaíso, na feira do Setor Jardim Céu Azul, das 13h às 14h. Novamente, todos integrantes do grupo são oriundos de outros estados. Durante a realização do estudo *in locu*, foi possível observar que mesmo os participantes que nunca sofreram algum tipo de violência ficam receosos e abalados com a criminalidade. E apesar da insegurança, os participantes afirmam que o Setor Jardim Céu Azul é economicamente melhor para se viver.

<b>Quadro 33 - Grupo focal 2 – Valparaíso</b>		
<b>I.M</b>	33 anos, sexo feminino, cabeleireira, ensino médio completo	Naturalidade: não revelada (Piauí)
<b>S.O</b>	50 anos, sexo masculino, pedreiro, ensino médio completo	Naturalidade: não revelada (Maranhão)
<b>M.I</b>	60 anos, sexo feminino, microempresária, ensino fundamental incompleto	Naturalidade: Belo Horizonte (MG)
<b>R.G</b>	57 anos, sexo feminino, costureira, ensino fundamental incompleto	Naturalidade: não revelada (Minas Gerais)
<b>G. F</b>	54 anos, sexo masculino, ajudante, ensino fundamental completo	Naturalidade: Taguatinga (DF)

### 2.6.1. Mídia e violência

**Moderador:** Vocês se informam por onde a respeito da criminalidade?

**S.O:** Hoje a gente fica sabendo pela mídia, porque tempo a gente não tem. A gente vive pra trabalhar. Se você não trabalhar, não paga as contas, não põe comida na mesa, entendeu? Eu pelo menos não tenho tempo. Eu saio de casa às 4h, pois trabalho em Brasília, são 51 km. Tanto faz ir de ônibus como de carro que tenho que sair às 4h pra chegar na hora. E chego em casa às 20h.

**I.M:** Aqui a gente sabe de ver, de falar. Semana passada teve um assalto aqui e a mulher só não foi estuprada porque os meninos correram pra ajudar. Lá em casa eu estava no meu salão e dois moleques entraram armados, pediram o carro, levaram os celulares das minhas clientes. Foi terrível! Na minha vizinha os caras bateram nela e levaram o carro.

**Moderador:** Vocês acham que a mídia aumenta ou diminui a violência que acontece aqui?

**S.O:** Eu não sei te dizer. De repente você está assistindo jornal e fala que teve um assalto em Luziânia com vítima, depois Pedregal, Céu Azul, Valparaíso... Se não fosse real não passava. Para as autoridades não existe essa violência, né?! Se não fosse real os meios de comunicação não noticiavam.

**M.I:** Acho que fala a verdade. Acho que aumenta um pouquinho...

**Moderador:** A mídia trata de forma negativa o morador?

**S.O:** Eu acredito que ela esteja informando, embora não saia tudo porque as autoridades não deixam. Se há 10 homicídios as autoridades não vão dizer que houve 10, eles botam dois, três... Até dentro de Brasília mesmo você vê. As autoridades dizem que teve 50 sequestros relâmpagos, mas na verdade foram 100. Você sabe: em todos os lugares são assim...

**M.I:** A gente se sente mal porque ninguém gosta que fale da sua cidade. Eu sou moradora do Céu Azul e gosto muito daqui. É onde eu consegui ter meu lote, construí minha casa, minhas filhas fizeram faculdade.

Os participantes foram questionados quanto às mídias que acessam para terem informações da cidade, mas somente duas pessoas responderam. S.O reclamou da falta de tempo e disse que só pelas mídias obtém informação. I.M. demonstrou que as informações sobre violência são vistas no cotidiano: “Aqui a gente sabe de ver, de falar”. Ao serem indagados sobre a hipótese de que há exagero da mídia com relação às notícias do local, os dois que responderam, S. O e M.I, disseram que acham que a mídia fale, de fato, a verdade. S.O é irônico: fala que não existe esta violência para as autoridades e M.I declara com tom duvidoso que a mídia “aumenta um pouquinho”.

S.O e M.I, mais uma vez, foram os únicos a responderem a questão sobre a hipótese de preconceito/estigma do morador por parte da mídia. Para S.O a questão resultou de uma desconfiança dele com as informações veiculadas pelas mídias. E M.I revela um sentimento carinhoso pelo local e sobre suas conquistas no Setor Jardim Céu Azul, mas reclama da forma com que é retratada Valparaíso: “A gente se sente mal porque ninguém gosta que fale da sua cidade”. O silêncio expressivo não é de que não gosta de que falem, mas, no fundo, ela diz que não gosta que “falem mal” de sua cidade, principalmente por conta da violência. Os moradores citam, mais de uma vez, durante diálogos não presentes no momento do Grupo Focal, que a fama de “cidade mais violenta do mundo” é algo que incomoda, pois não sabem se é verdade.

## **2.6.2. Vitimização, vizinhança e testemunho de violências**

**Moderador:** Já sofreram algum tipo de violência?

**S.O:** Eu e minha mulher fomos assaltados na parada de ônibus, às 4h, com arma na cabeça. Eles levaram tudo: celular, a marmita na bolsa de uma senhora de 60 anos... Polícia a gente não vê nas ruas e as que tem é pra multar carro, moto...A gente não pode sair de dentro de casa que a polícia já está mandando encostar. Ontem mesmo mandaram eu encostar três vezes na mesma avenida. O cara me abordou 9h porque estava indo cortar o cabelo, 10h saí do cabeleireiro ele mandou eu encostar, o mesmo PM. Quando foi às 14h, eu na saída do supermercado colocando as coisas no porta malas... mandou eu encostar de novo. A polícia está aqui pra isso, não é pra ir atrás de bandido... Se não mudar o esquema do governo nós estaremos ferrados para o resto da vida.

**R.G:** Graças a Deus não.

**G.F:** Já, assalto, roubo... Já levei facada porque estava com uma criança no colo e vinha do serviço de noite e fui assaltado.

**M.I:** Não. Já entraram aqui uma vez, mas não levaram nada.

**Moderador:** Já presenciaram alguma violência?

**R.G:** Nunca vi. Mas chegar do meu serviço e vê a pessoa morta aqui embaixo e não ter chegado nem os parentes já. Aqui na feira mataram um

estudante de graça. Ele estava fazendo trabalho de ciência na feira. Vimos o pessoal correndo pra feira e quando chegamos lá ele estava agonizando ainda. Estudante de 17 anos fazendo a feira de ciência, os caras chegaram de bicicleta e pediram o celular, parte dos alunos recuaram e ele entregou o celular. Quando ele entregou o celular, o cara enfiou a faca aqui nele, assim, mesmo entregando o celular. Aquilo não sai da minha cabeça. Ele morreu com a caneta na mão, cara. Aquilo é uma injustiça! [ao iniciar “aquilo não sai da minha...” a mulher começa a chorar]

**G.F:** De vez em quando a gente encontra muito cadáver aqui no chão, que o povo mata, rouba... Isso aqui é comum.

**M.I:** Já, de matar aqui na porta, escutar os tiros, vê a pessoa morta. Homicídio é algo comum.

**Moderador:** Foram na polícia?

**G.F:** Fui não, já tinha roubado...

**Moderador:** Quem pratica violência aqui?

**S.O:** Todos: políticos, moradores...

**G.F:** Os usuários que mexem com isso. Eles atacam as pessoas. Onde eu moro às 22h as mulheres que chegam do serviço são assaltadas. Aí eu não posso fazer nada, pois andam armados...

Apenas I.M não se pronunciou a respeito da questão que trata da violência sofrida pelos participantes. Assaltado no ponto de ônibus, S.O reclama da ação da “polícia que só multa”. Quando S.O conta com detalhes a ação da polícia que pediu para ele encostar, a indignação é revelada no gesto de balançar o rosto repetidamente. G.F conta que também foi assaltado e levou uma facada, porém seu discurso não possui coerência, apesar do moderador ter refeito a pergunta para tentar ordenar sua resposta. Já M.I conta que não sofreu nenhuma violência, mas que já entraram na casa dela.

R.G em tom de espanto afirma que nunca presenciou violência, todavia, já viu uma pessoa morta na rua. Também relatou o caso que chocou muitos moradores, tanto no Grupo Focal 1 quanto no 2, o do estudante que morreu em um assalto na feira onde foi realizada a pesquisa. Ela conta que chegou a vê-lo agonizando. Segundo R.G, angustiada com a lembrança do homicídio, a cena não sai da cabeça. Ela pronuncia - com uma mímica de forma que tenha uma caneta no peito, com voz trêmula e dramática - o enunciado-síntese: “ele morreu com a caneta na mão, cara. Aquilo é uma injustiça!”. Seu discurso é alongado, com várias unidades, culminando, como visto, com uma modalidade assertiva exclamativa.

G. F afirma que de vez em quando encontra “muito” cadáver no chão e que é comum esta cena em Valparaíso – fato que remete mais uma vez à análise de mídia em referência ao texto da “stand up comedy” divulgada no Youtube e ao discurso e fala do crime, que circula pela cidade enquanto não ocorre o recolhimento do corpo. M. I também concorda que homicídio é algo comum, que já escutou tiros e viu a pessoa morta na porta de casa. G.F foi o único que respondeu se buscou a polícia após o assalto

sofrido. Em tom de desinteresse respondeu que não, pois já tinha sido roubado, refletindo, assim, um tom de incredulidade na ação da polícia de resgatar o bem perdido. Indagado sobre quem são as pessoas que praticam violência, S.O afirma que todos, políticos e moradores. Não fecha seu discurso, mas abre espaço para as reticências comunicarem um infinito. Já G.F coloca os usuários de drogas como os responsáveis. Sua impotência é transmitida pelo tom da voz, que imprime insegurança e incapacidade.

### 2.6.3. Preconceito e rebaixamento moral

**Moderador:** Já sofreram algum tipo de preconceito por serem daqui?

**I.M:** Somos os pés sujos ou pé de Toddy. É irônico e ao mesmo tempo não. Eu nunca levei a sério. Trabalhei muitos anos em Brasília, mas hoje não aguento mais. O transporte é horrível. Você chega cansada no trabalho e volta exausta.

**S.O:** Não. Eu ainda falo para os caras, você paga um aluguel aqui em Brasília por R\$ 700, mas em Valparaíso esse preço paga a casa própria. E vive até melhor...

**R.G:** Não. Tem colegas que moram aqui no Céu Azul, às vezes a gente pega o mesmo baú e elas falam que não moram no Céu Azul, falam que moram no Valparaíso. Qual a diferença? Eu não falo que moro no Valparaíso, eu moro no bairro de Valparaíso, Céu Azul. Eu saio de casa 5h30 e chego 18h30.

**G.F:** Não, isso aí eles escolhem as pessoas.

**M.I:** Não, nunca tive nenhum problema com isso.

Dos cinco participantes, apenas um afirma que existe, sim, preconceito por morar em um bairro de Valparaíso. Três desenvolvem enunciados para tentar argumentar que não sofreram tal violência, mas abordam questões com teor preconceituoso que reafirma potencial estigma; por exemplo, S.O usa a questão financeira. I.M reafirma o estigma “pé de Toddy”, apesar de também não o assimilar. Para isso, usa seis enunciados: E1: Somos os pés sujos ou pé de Toddy; E2: “É irônico e ao mesmo tempo não”; E3: “Eu nunca levei a sério”; E4: “Trabalhei muitos anos em Brasília, mas hoje não aguento mais”; E5: “O transporte é horrível”; E6: “Você chega cansada no trabalho e volta exausta”. I.M começa com E1, E2 e E3 articulados em crescendo, mas muda o assunto, se direcionando do controle da situação sobre preconceito [ainda que diga que é irônico e “não”] para a frustração. E4 e E5 elucidam o problema que a fez perder o interesse por Brasília: “O transporte é horrível”. Por fim, I.M usa uma categoria de embreagem enunciativa, onde desloca o significado de você

(alguém): “Você chega cansada no trabalho e volta exausta”. Quer dizer, “você” é ele e qualquer um que se predispõe a enfrentar o transporte que considera indigno.

Novamente, observa-se, a tentativa de encobertamento de algum sub-estigma, já que não obstante morar em Céu Azul é ainda mais potencialmente estigmatizante dentre os moradores, já que é bairro considerado mais violento do que os demais, conforme leituras arqueológicas anteriores. G.F tem uma explicação por não sofrer preconceito: as vítimas são escolhidas, o que não foi seu caso.

#### 2.6.4. De quem é a culpa

**Moderador:** Quem é responsável por Valparaíso, Goiás ou Brasília?

**I.M:** A gente fica na dúvida. Eles não sabem organizar...

**S.O:** Poderia ser Brasília porque talvez melhor... Goiás não faz nada. Nunca vi o governador chegar aqui e fazer uma obra. Tem um hospital ali, mas demorou muitos e muitos anos para ser construído. Eu nem sei quem é o governador de Goiás.

**G.F:** Os governos, os deputados que elegemos... Aqui está ligado a Goiás.

**M.I:** Moro em Goiás, mas acho que os dois deveriam se responsabilizar...

**Moderador:** O que significa Brasília pra vocês?

**S.O:** Brasília é a capital do país, deveria ser o espelho do país. Infelizmente, é o espelho da corrupção. Hoje quando você fala em Brasília... Brasília já foi sinônimo de poder, muitas pessoas queriam vir pra cá.

**R.G:** Brasília pelo menos foi um lugar pra mim trabalhar melhor que aqui. Sempre trabalhei lá, já tem 23 anos. Eu vim embora de Minas Gerais e trabalhei de doméstica cinco meses. Desde os dez anos eu fazia vestidos pra mim, aí consegui fazer um teste nesse ateliê de costura, passei e tem 23 anos que trabalho lá.

**G.F:** Brasília é bom pra morar... Mas não tem pra onde correr, se você vai para um canto tem violência, no outro também.

**M.I:** Acho uma cidade boa para trabalhar...

**Moderador:** E o entorno?

**I.M:** Eu gosto do entorno... Aqui no Céu Azul morei em duas quadras.

**S.O:** Violência, sobrevivência para os menos favorecidos, porque aqui a gente consegue comprar uma casinha... Lá em Brasília o que você compra aqui por dez lá é cem.

**R.G:** Olha, muita gente acha que tem que morar no DF. O entorno é melhor que o DF. Aqui a carestia está muita, mas lá está pior. Eu trabalho pertinho do Carrefour bairro, entrar ali pensando que você vai levar três sacolas, tem que tomar cuidado pra não levar uma, as coisas são muito caras. As carnes que a gente compra aqui de R\$ 18 lá é R\$ 26.

**G.F:** Entorno é onde a gente vive.

**M.I:** Os daqui vão trabalhar em Brasília porque não têm emprego pra todo mundo.

Os moradores que participaram do Grupo Focal 2 de Valparaíso de Goiás são descrentes quanto ao Governo de Goiás. Em sua maioria desconhecem ações públicas da unidade federativa a qual o município pertence oficialmente. O discurso de S.O é ambíguo e polissêmico ao expor que não sabe quem é o governador de Goiás: E1: “Goiás não faz nada”; E2: “Nunca vi o governador chegar aqui e fazer uma obra”; E3:

“Tem um hospital ali, mas demorou muitos e muitos anos para ser construído”; E4: “Eu nem sei quem é o governador de Goiás”.

A complexidade do discurso está na variedade de expressões das unidades. E1, E2 e E3 são assertivas críticas, que demonstram capacidade articulada em demonstrar insatisfação com o gestor. E4 é irônico e suscita a compreensão de que ele esteja sendo cáustico, de que não sabe, de que não se interessa pelo nome do gestor do estado.

Já a leitura da expressão “entorno” é também semelhante a de outros Grupos Focais realizados anteriormente, mas com variável de maior afeto à terra. Para S.O, o Entorno é “Violência, sobrevivência para os menos favorecidos, porque aqui a gente consegue comprar uma casinha...”. Sua conclusão de argumento é: “Lá em Brasília o que você compra aqui por dez lá é cem”. Ou seja, o custo-benefício interessa mais do que o viver onde não existe pertencimento. M.I argumenta que “Os daqui vão trabalhar em Brasília porque não têm emprego pra todo mundo”, sem, todavia, enunciar explicitamente contentamento com sua terra. Assim, corrobora discursivamente com M.I: só trabalha em Brasília por falta de opção.

R.G confirma o discurso de S.O e M.I revelando o que existe do argumento de que gosta do Entorno: E1: “Olha, muita gente acha que tem que morar no DF”; E2: “O entorno é melhor que o DF”; E3: “Aqui a carestia está muita, mas lá está pior”; E4: “Eu trabalho pertinho do Carrefour bairro, entrar ali pensando que você vai levar três sacolas, tem que tomar cuidado pra não levar uma, as coisas são muito caras”; E5: “As carnes que a gente compra aqui de R\$ 18 lá é R\$ 26”.

Os enunciados de R.G revelam diferença de preços que desestimula o morador do Entorno migrar definitivamente para o DF, por conta da “carestia”. Assim, o fato preço alto da carne é, na verdade, o acontecimento mais relevante economicamente para os moradores das cidades vizinhas: o custo de vida é excessivo e intransponível, o que faz com que parte considerável dos participantes indique desestímulo, descrença e desinteresse em tentar completar a missão que se propuseram: penetrar no território do Distrito Federal e ali ficar, constituindo moradia.

## 2.7. Análise de Conteúdo da participação dos Grupos Focais

Tabela 42 - Análise de Conteúdo			
Acredita que a mídia cumpre seu papel (não	Acredita que a mídia às vezes não cumpre seu papel	Acredita que a mídia manipula, distorce ou	

<b>distorce)</b>	<b>(opinião mista)</b>	<b>estigmatiza</b>	
<b>11</b>	3	10	
<b>Já testemunhou alguma espécie de violência</b>	<b>Já foi vítima de violência</b>	<b>Já participou de alguma violência</b>	
<b>9</b>	16	2	
<b>Se sofreu algum crime, registrou boletim de ocorrência</b>	<b>Não registrou nenhum boletim de ocorrência</b>	<b>Não confia na Polícia</b>	
<b>4</b>	10	1	
<b>O Estado tem culpa de alguma forma quanto à violência</b>	<b>A culpa é de todos, educação, moradores, menores, etc</b>	<b>A culpa é do tráfico de drogas</b>	
<b>15</b>	3	3	
<b>Gosta de onde mora</b>	<b>Gostaria de morar em outro lugar</b>	<b>Entorno (discurso negativo)</b>	<b>Distrito Federal (discurso negativo)</b>
<b>4</b>	11	12	6
<b>A vizinhança é solidária</b>	<b>A vizinhança não é solidária</b>	<b>Em parte a vizinhança é solidária</b>	
<b>9</b>	7	3	

A administração das técnicas de Análise de Conteúdo permitiu separar os segmentos de discurso e opiniões dos participantes dos Grupos Focais realizados em Luziânia, Águas Lindas e Valparaíso. Conforme a análise, é perceptível através da reiteração dos enfoques e das saliências argumentativas que a maioria dos participantes acredita que a mídia cumpre seu papel, qual seja, informar com isenção e imparcialidade os fatos noticiosos sobre o Entorno do Distrito Federal. Mas a diferença é de apenas uma adesão opinativa frente aos que acreditam que a mídia manipula e distorce a imagem das cidades localizadas no Entorno do Distrito Federal.

Uma opinião intermediária foi sentida ao longo da realização dos Grupos Focais, em que o morador do Entorno acredita que às vezes a mídia manipula tais dados. Por manipulação percebe-se que os moradores querem dizer distorção tanto de conteúdo das reportagens quanto do seu dimensionamento na agenda diária, quando, por exemplo, ocorre uma valorização em demasia de determinado assunto.

Em outra abordagem, a pesquisa procurou focalizar a aproximação do morador com atos de violência. Percebe-se que a região do Entorno do DF é mesmo violenta, segundo os relatos dos residentes. Nove pessoas afirmaram ter testemunhado alguma espécie de violência, sendo os delitos patrimoniais a maioria – em Valparaíso de Goiás, segundo já apresentado, os relatos são referentes aos homicídios. A maioria dos

entrevistados (16) relatou ter sido vítima direta de alguma forma de violência – crime patrimonial, lesão corporal, etc.

A tentativa de focar a produção de violências entre os próprios moradores sofreu forte resistência dos mesmos, devido, principalmente, a necessária sinceridade para tratar de algo particular e negativo. Apenas duas pessoas confessaram ter participado de alguma forma de violência ou relataram ações que podem inferir alguma prática de agressão.

No tocante às cifras negras, 15 pessoas desenvolveram reflexão sobre o assunto, sendo que 14 foram vítimas de violência. Dez não procuraram o poder público para registrar o boletim de ocorrência. Quatro moradores, todavia, buscaram a polícia e relataram o crime. Um dos participantes foi explícito ao afirmar que não confia na polícia e não a procuraria em hipótese alguma.

A metade dos participantes do Grupo Focal (15 indivíduos) indica que o Estado tem culpa de alguma forma no incremento de atos violentos no Entorno do Distrito Federal. Três pessoas generalizaram, apontando culpados no Estado, nos moradores, nos adolescentes infratores, etc. Igual resultado foi registrado para o tráfico de drogas.

Outros discursos produzidos nos três Grupos Focais dizem respeito ao grau de contentamento dos moradores com o lugar onde moram. Apenas quatro moradores disseram que gostam de residir no Entorno; 11 gostariam de morar em outro lugar. A proporção de moradores com visão negativa para o entorno é o dobro do mesmo olhar direcionado para o Distrito Federal (12 por 6). A maioria dos moradores acredita que a vizinhança é solidária (9). Por sua vez, sete moradores apresentaram enfoque contrário e pejorativo sobre a vizinhança. Um grupo menor, três pessoas, desenvolveu discursos intermediários, de que os vizinhos sejam solidários.

<b>Distrito Federal</b>	7
<b>Goiás</b>	5
<b>Piauí</b>	3
<b>São Paulo</b>	3
<b>Minas Gerais</b>	3
<b>Bahia</b>	3
<b>Maranhão</b>	1
<b>Espírito Santo</b>	1
<b>Tocantins</b>	1

<b>Ceará</b>	1
<b>Rio de Janeiro</b>	1
<b>Mato Grosso do Sul</b>	1
Fonte: Silva (2016)	

A Análise de Conteúdo revela ainda a quantidade de imigrantes que mora no Entorno do Distrito Federal, tendo o DF caracterizado como principal fluxo migratório, com sete dos participantes dos Grupos Focais realizados. Na sequência, após os próprios goianos, com cinco participantes, os moradores de São Paulo, Piauí, Minas e Bahia integram o grupo formado com 30 moradores da série de seis Grupos Focais.

## **2.8. Compreensão dos dados**

A realização da série de Grupos Focais permitiu compreender sob o viés dos residentes em três cidades do Entorno aspectos como o impacto das mídias em seu cotidiano, a compreensão deles quanto a produção e estabelecimento do que entendem como mecanismos de noticiabilidade e se percebem na mídia um olhar discriminatório e estigmatizante. Tal tentativa de estudo se deve ao interesse em perceber o potencial estigmatizante da mídia, já investigada no capítulo 1 da parte 2, em sua matriz inicial em que se busca compreender a produção de notícias. Percebeu-se na investigação anterior uma série de distorções, como a produção de notícias monofônicas, sem a presença das “vozes” dos moradores, e textos voltados para a marcação de estigmas, que reforçam aos moradores suas categorizações de moradores suburbanos e periféricos. Além dos desvios na imprensa, foram percebidas distorções claras na publicidade e na produção de comunicação nas redes sociais, que acentuam o noticiário de violência em detrimento de outras manifestações culturais e sociais importantes para a região.

Por sua vez, a realização do Grupo Focal permitiu conhecer o que pensam os residentes, pessoas, enfim, que vivenciam a realidade do Entorno. No tocante ao relacionamento com a mídia, perdura um equilíbrio entre os participantes, que ora apontam amplificação exagerada ora aceitam e concordam com a forma com que o Entorno é exposto pelas mídias. Constata-se que mesmo os participantes que aceitam o condicionamento das mídias não percebem como estas engendram a escolha de seu noticiário e os motivos de não concederem o direito de fala ou a variação temática da

cobertura. Nota-se claramente a percepção já explicitada da violência simbólica, em que se acentua, isto sim, a manipulação das palavras.

E através das palavras tanto jornalistas quanto moradores, hoje atentos à circulação de notícias também nas redes sociais, produzem efeitos e exercem uma violência invisível e insidiosa. Para considerável parte dos moradores, ela sequer é sentida. Portanto, a violência simbólica, sob a ótica bourdieusiana, se perpetua na e pela ignorância das pessoas quanto aos fatos que produzem e vivenciam. E tal exercício é cruel, na medida em que aquele que a exerce muitas vezes não sabe que a exerce. E pior: aquele que a sofre não sabe que a sofre, como recorda Ramonet (1999, p. 58-59).

Assim, a circulação nos inconscientes ocorre por meio de uma seleção de assuntos e temáticas que não representam a realidade, mas que reforçam a produção dos estigmas. Uma das características das reportagens e notícias não percebidas e não comentadas pelos moradores é a despersonalização do próprio noticiário sobre violência, que tem tratado a morte das vítimas e os autores de crimes de forma a não revelar nomes, tornando os envolvidos anônimos, reforçando um caráter mais do que invisível, mas um fato real, onde o acontecimento é a morte e não a vítima.

Outra percepção extraída dos seis Grupos Focais realizados refere-se à sensação de violência presente na realidade. A grande maioria apontou ter sido testemunha direta de crimes ou vítima. Dois moradores assumiram ter praticado alguma forma de violência. Tal aspecto social marca e delimita o cotidiano dos moradores, reforçando neles uma percepção mais aguçada da criminalidade. A violência presente nas narrativas e declarações dos residentes varia conforme o município, tendo os moradores de Valparaíso de Goiás ressaltado maior expressividade do homicídio ao passo que residentes de Luziânia não citaram tal modalidade de crime. Águas Lindas, por sua vez, produz no inconsciente a memorização das duas espécies de crimes mais comuns: homicídios e crimes patrimoniais.

É interessante perceber como aspectos expostos na produção midiática surgem de forma reiterada na expressão dos sujeitos falantes do Grupo Focal. A Análise do Discurso do youtuber investigado no capítulo 1 da parte dois deste estudo, em que se tropeça em corpos nas ruas, é citada, por exemplo, no relato de um dos moradores de Valparaíso, que diz ser comum encontrar cadáveres no chão do município.

As exposições dos moradores na pesquisa demonstram profundo descrédito com as instituições públicas, principalmente quando assumem fazer parte das chamadas cifras negras. A maioria não procura a autoridade policial para registrar boletins de

ocorrência e assim informar que foi vítima de criminalidade. Tal comportamento é revelado ora com o olhar de desdém em referência às autoridades, incapazes de resolverem os problemas de segurança, ora com medo da polícia. Relatos dos residentes sugerem que procurar a polícia pode ser pior do que sofrer calado com a violência a que foi submetido, tornando, assim, tais violências invisíveis para as estatísticas divulgadas pelos órgãos de segurança pública.

Outro resultado que salienta o caráter da violência é a percepção de solidariedade entre os moradores, sendo que existe um equilíbrio entre os que observam uma vizinhança ativa e participante, principalmente nos aspectos da segurança coletiva, e aqueles que não confiam nos vizinhos e os apontam como praticantes de crimes. A hipótese de que a vizinhança também é violenta, portanto, e que se expressa em atos violentos, é perceptível, principalmente no caso do enfocado por uma das moradoras de Luziânia. A percepção é de que o Estado é um dos motivadores da violência. Na proporção de dois por um, nem mesmo o DF agrada os residentes do Entorno, que tecem críticas tanto à Brasília quanto às suas cidades.

É mais do que necessário também perceber a composição e origem dos moradores do Entorno. Tendo uma imensa maioria de residentes imigrantes, a região é ocupada de forma desordenada, improvisada e sem a necessária acomodação daqueles que chegam em busca de melhores condições de vida. Pelos relatos, eles acreditam que Brasília seja uma terra de oportunidades, onde poderão encontrar empregos e até mesmo moradia. Daí que pelo Grupo Focal percebe-se que a maioria dos moradores do Entorno é composta por antigos residentes do Distrito Federal, que ou não conseguiram permanecer na unidade federativa devido ao custo de vida ou resolveram comprar a própria residência no Entorno em vez de se manter em imóveis alugados.

Este confinamento dos mais pobres no Entorno do Distrito Federal evidentemente apresenta exceções, como de J.B, o empresário, que vem de Brasília para ganhar dinheiro em Águas Lindas. E ele vem exatamente com a disposição de lotear e vender imóveis, aumentando ainda mais a densidade demográfica do município. Todavia, percebe-se que existem traços de solidariedade dentre os moradores, em que pese uma difícil estruturação, na medida em que existe medo, sensação de insegurança e falta de contato – a maioria se encontra no transporte público, em direção ao DF. Esta impossibilidade de contato físico reforça a dificuldade em estreitar a aproximação social, em traçar sociabilidades e definir pontos em comum.

No sentido exposto por Bauman, a respeito de comunidade, portanto, perdura exatamente a dificuldade para manter um sentimento recíproco e vinculante, além de outras características que permitem a construção de um “círculo aconchegante”, conforme se verifica em Goran Rosenberg, citado por Bauman (2001, p.16). Percebe-se, pelas pessoas que participaram dos Grupos Focais, um maior grau de solidariedade e comunitarismo no caso da histórica Luziânia e menor em Valparaíso de Goiás.

Apesar desta dificuldade em caracterizar os moradores como uma vizinhança coesa e solidária, ainda assim ela está distante de outras formas, como os guetos, sejam eles de negros ou de imigrantes. Ao contrário, as cidades investigadas do Entorno são heterogêneas, com um livre fluxo de moradores que se originaram em diferentes regiões do país e que estão baseados em um território que se organiza a partir de uma variante da tipologia centro-periferia, onde os pobres moram invariavelmente na zona de risco, local que não oferece estrutura de segurança pública, hospitais, moradias e ambientes inseguros sob o ponto de vista da defesa civil. Apesar de isolados em suas moradias, na maioria das vezes, eles conseguem fluxo de trabalho na Capital Federal.

Não ocorre então o que Bauman diz sobre os mecanismos da disposição do lixo. O sociólogo relata que este depósito é produzido na medida em que os pobres não são mais úteis como “exército de reserva de produção”, tornando o morador, portanto, consumidor inútil e incapaz de fazer parte do ciclo capitalista. Na pesquisa junto ao Grupo Focal, as cidades do Entorno não simbolizam depósitos humanos, como quer também Wacquant, mas exatamente o contrário: cidades que oferecem mão de obra – ainda que seja dado um sinal de alerta, com a intervenção de dois moradores, que relataram o custo alto do transporte para que os empregadores do DF passem a evitar residentes da região metropolitana do Distrito Federal.

Nesta posição, a periferia transformada em Entorno ganha nuances próprias que fogem ao tipo cunhado por Raul Prebisch<sup>93</sup>(1982). É reconhecido o desenvolvimento desigual de Brasília e cidades goianas, que, inclusive, como visto, inspira uma lei complementar específica para corrigir tal distorção. Mas Brasília não assimila o desenvolvimento técnico nem se especializa em produtos industriais. Trata-se, isto sim, de um centro administrativo, que não impede a industrialização do Entorno. O que se impõe é a condição da periferização e criação de limites de território onde existe

---

<sup>93</sup> Esta pesquisa assimila a ideia de centro e periferia mais no sentido do entorno, como propõe Niklas Luhman (*apud* RODRIGUES e NEVES, 2012, p. 92), sem, claro, deixar de reconhecer a noção preliminar de Raul Prebisch (1982) para redefinir os diferentes papéis desempenhados por dois setores do sistema capitalista. Prebisch tratava, na verdade, da conformação global.

infraestrutura social na região administrativa e uma localidade no entorno onde se nega direitos sociais elementares. Prebisch já ressaltava que centro e periferia não significam necessariamente desenvolvimento-subdesenvolvimento. Nada impede que a periferia ou entorno sejam desenvolvidos. A hierarquização desenvolvimentista e a negação dos direitos é que gera a desigualdade e profunda pobreza nas cidades goianas mais próximas de Brasília, já que os moradores são atraídos como reserva de mão de obra, cuja missão é atender principalmente o setor de serviços que atua em Brasília.

Esta relação centro-periferia é mais específica da discursividade das cidades de Brasília e daquelas mais próximas, já que se percebe independência dos municípios mais afastados, caso de Pirenópolis, Alexânia ou Abadiânia<sup>94</sup>. Assim, portanto, como se compreende na discussão aqui problematizada, o discurso da violência e a consequente violência simbólica, institucional e moral se originam em um discurso institucionalizado e reconhecido desde já na norma que instituiu a RIDE. As falas da desorganização, da criminalidade, da falta de políticas públicas, enfim, constituem um *corpus* de análise e não necessariamente uma consequência da relação de trocas comerciais capitalistas entre centro e periferia, já que ambos, muitas vezes, permutam de posições diante do fato de Brasília surgir posteriormente ao Entorno e se manter focada na função administrativa.

Por fim, não menos importante, é necessária a observação de que as cidades muitas vezes se constroem de forma semelhante, tomando, assim, rumos diferentes depois que se instalam, devido, principalmente, a atitude dos que as habitam e as conduzem. A experiência de Elias e Scotson (2000) em Winston Parva revela esta diferenciação, que tem algo a ser aproveitado para as cidades “criadas” no Entorno, caso de Valparaíso de Goiás e Águas Lindas.

A estigmatização dos *outsiders*, como observado pelos autores, ocorre quando estes se confrontam com os já estabelecidos (2000, p. 27). No caso da relação entre Luziânia, Águas Lindas e Valparaíso é possível identificar não a ocorrência de troca de insultos dos moradores, como descrevem Elias e Scotson, mas a abordagem que diminui os demais. Inúmeros enfoques do Grupo Focal demonstraram isso, como quando uma das moradoras de Luziânia diz que não gosta de Valparaíso de Goiás ou que não reconhece sua cidade como Entorno – mesmo enfoque dado por uma residente de Águas Lindas em relação a outros moradores, estes, sim, residentes do “Entorno” e não ela.

---

<sup>94</sup> No anexo desta tese é possível analisar as especificidades econômicas e sociais dos municípios mais próximos e mais distantes de Brasília.

É preciso que se diga tendo em vista Elias e Scotson: a expressão “entorno” é pejorativa para a maioria dos moradores, sendo, assim, a própria designação um ato de humilhação. “Com frequência, os próprios nomes dos grupos que estão numa situação de outsiders trazem em si, até mesmo para os ouvidos de seus membros, implicações de inferioridade e desonra” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.27).

Durante a realização do Grupo Focal foi percebido, no ato da fala, certa indisposição em realizar reflexão sobre o termo, fato que demonstra grande impaciência em se desdobrar no que causa mal estar e traz sensações ruins. Assim, por mais que se tente contornar tal situação, como a propaganda analisada no capítulo 1 desta segunda parte, morar no Entorno é sempre estar distante do centro. Ainda que o publicitário queira pensar diferente.

### **CAPÍTULO 3 - ESTADO VIOLÊNCIA**

Conforme Max Weber, por meio do estado, os homens dominados se submetem à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores, desde que, claro, exista contrapartida que venha a interessar aos integrantes da coletividade (1968, p. 56). Espera-se do estado a qualificação para arrecadar recursos da sociedade e gerir orçamentos, tendo em vista o bem-estar social. Diante desta constatação, neste terceiro e derradeiro capítulo, propõe-se a sondagem de violências institucionais que podem interferir na sociabilidade, socialização e qualidade de vida dos moradores de Águas Lindas – cidade escolhida para o estudo das políticas públicas em razão dos *satisfiers*.

Esta investigação tem como base fundante os discursos realizados por moradores que participaram do Grupo Focal, entrevistas, coleta de opiniões, leitura de leis e relatórios de execução orçamentária, pesquisas específicas sobre cada abordagem aqui realizada. É preciso entender que o estado tem na concentração da força e de recursos financeiros uma de suas mais proeminentes características e que dela advém sua manifestação. O orçamento público é documento legal que traz previsão de receitas e consequentes despesas do governo durante um ano, sendo, assim, elemento descritivo das ações públicas e desta manifestação efetiva de poder.

A fixação de Doyal e Gough (1991) quanto à capacidade/obrigação do Estado para contribuir com a melhora da saúde física, mental e autonomia dos seres humanos se aproxima da mensuração das medidas tomadas pelo poder público tendo em vista a

construção de uma realidade mais justa. A partir desta teoria começamos a percepção dos aspectos qualitativos referentes às políticas públicas que visam atender especificamente Águas Lindas tendo em vista aspectos como saneamento, habitação adequada, ambiente de trabalho desprovido de riscos, ambiente físico saudável, cuidados de saúde, relações primárias significativas, segurança física, educação apropriada, transporte, etc.

Talvez esta tenha sido a hipótese mais fácil a ser avaliada: exatamente o excesso de “Estados” para atender o Entorno e sua completa ineficácia a ponto de caracterizar suas ações como violência institucional. A ideia de que o poder público considera com desdém a prestação de serviços no Entorno do Distrito Federal é sintetizada pela teoria que surgiu nesta região nas duas últimas décadas: a Teoria do “Nem”. Ou seja, a teoria de que Goiás, Distrito Federal, municípios e União se unem para atuar na região, mas aos olhos dos moradores “nem” um “nem” outro satisfazem seus direitos.

### **3.1. Satisfiers e qualidade de vida**

Sexto município mais populoso de Goiás, Águas Lindas não tem oferta de água potável. Ao contrário do que prevê a legislação<sup>95</sup>, o município enfrenta problema de acesso à água desde sua fundação e na ocasião da pesquisa as perspectivas anunciadas eram as mesmas de sempre: em breve a cidade terá saneamento e água tratada. De acordo com a teoria de Doyal e Gough (1991), a água potável é determinante para a saúde, higiene e produtividade. Águas Lindas convive com um paradoxo: tem água por perto, mas não a utiliza para satisfazer as necessidades da população.

Nós somos abastecidos por captação de sistemas de poços profundos, o que torna problemático nosso abastecimento. É uma situação contraditória, pois somos quem estamos mais próximos do espelho d'água e os que menos usufruem dele. (Morador, professor, Parque Águas Bonitas)

A atuação dos poderes públicos (Prefeitura de Águas Lindas, Governo de Goiás, Governo do Distrito Federal e Governo Federal) demonstra que não ocorre o cumprimento da Portaria 2.914/11, fato que evidencia desídia quanto ao *satisfier*. O sistema de poços artesianos é estruturado com milhares de cisternas espalhadas pela cidade<sup>96</sup>. Em vários bairros, dentre maio e agosto, eles secam, causando dificuldades.

---

<sup>95</sup> Portaria Federal 2.914/2011

<sup>96</sup> Ação Civil Pública protocolada em 2011 pelo Ministério Público de Goiás denuncia o comércio privado de água no município: “A água, bem público constitucionalmente garantido, passou a ser extraída e comercializada como atividade lucrativa, como se se tratasse de verdadeira mercadoria, de tal forma

Oficialmente, o consórcio Caesb/Saneago é o responsável pela administração do serviço de oferta de água e da preparação para o sistema de saneamento. A situação mais grave tem sido a questão da saúde pública.

A principal fonte de contaminação por nitrato é a falta de esgotamento sanitário, que leva a população a adotar o uso de fossas. A deposição de matéria orgânica no solo aumenta a quantidade de nitrogênio, que então é biotransformado em nitrato que possui grande mobilidade, alcançando e se depositando no manancial subterrâneo. Em concentrações elevadas, o nitrato pode causar: metamoglobinemia (conhecida como Síndrome do Bebê Azul), câncer gástrico, hipotensão postural e dores de cabeça. (CAMPOS e ROHLFS, 2011)

Segundo Souza (2014), em termos de qualidade da água, Águas Lindas possui índice global de 25,71, em uma escala de 0 a 100. O município se encontra na 212ª posição no ranking estadual: “Estudo do Instituto Mauro Borges (SEGPLAN, 2013) também aponta este município como carente de atenção dos gestores, que apresentou o pior índice para a saúde”. (SOUZA, 2014, p.71).

Conforme a Lei Orçamentária para 2014 que orienta as receitas e despesas da Prefeitura de Águas Lindas, a gestão destinou R\$ 7.121.459,76 para atender a área de saneamento. Por sua vez, um programa de Saneamento Básico da União concedeu ao município R\$ 16.521.459,76. Em saneamento, detalhando os recursos da prefeitura, foram anunciados projetos de R\$ 6.841.459,76, que deveriam atender ao saneamento básico urbano e ao Promiu (Programa de Mobilidade e Infraestrutura), sendo que as ações de saneamento totalizavam apenas R\$ 280 mil.

Naquele ano, a Prefeitura anunciou a retomada das obras de pavimentação e saneamento básico do Complexo Santa Lúcia. O Orçamento Público do Estado de Goiás<sup>97</sup>, através da Lei nº 18.366, por sua vez, não cita Águas Lindas, destinando genericamente sob o Programa 1016 o desenvolvimento integrado da região do Entorno, caso da implantação de infraestrutura urbana e social, com gastos orçados em R\$ 17.056.000, e desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, orçado em R\$

---

que a exploração expandiu-se de forma notável, acompanhando o crescimento populacional”. Consultado em 17 de outubro de 2016: [http://www.mppe.mp.br/siteantigo/siteantigo.mppe.mp.br/uploads/LbiZoOJNc-T159WCTY9\\_fA/wXAq67TuEsU3ap-ry\\_MieA/ACP\\_-\\_GO\\_-\\_2001\\_-\\_inexistncia\\_de\\_fornecimento\\_em\\_municpio.pdf](http://www.mppe.mp.br/siteantigo/siteantigo.mppe.mp.br/uploads/LbiZoOJNc-T159WCTY9_fA/wXAq67TuEsU3ap-ry_MieA/ACP_-_GO_-_2001_-_inexistncia_de_fornecimento_em_municpio.pdf)

<sup>97</sup> O Programa de Desenvolvimento Integrado da Região do Entorno do Distrito Federal, no anexo do Orçamento de 2014, destina R\$ 85.016 milhões para o esgotamento sanitário e abastecimento de água do Entorno.

4.100,000. A falta de determinação de onde e como serão gastos os recursos, em qual cidade e qual obra, ferem os princípios da transparência e da publicidade, tornando difícil a análise da gestão pública. O orçamento da União, através da Lei 12.952/14, não especifica recursos para saneamento. No caso de Águas Lindas, o relatório orçamentário de 5º bimestre<sup>98</sup> – que revela de fato o que foi gasto – mostra a execução de 0,27%.

A moradia é outro *satisfier* negligenciado pelo Estado. O conceito de habitação adequada é consolidado pela Agenda Habitat<sup>99</sup>, evento realizado em Istambul pelas Nações Unidas (ONU), em 1996, e que destaca a necessidade de privacidade, acesso físico, segurança, garantia de posse, estabilidade da estrutura física, adequada iluminação, ventilação, fornecimento de água, saneamento, etc. Portanto, a habitação é um direito social<sup>100</sup> que se correlaciona a outros, como o trabalho e o saneamento. Conforme dados do Plano Distrital de Habitação (GDF, 2012), o déficit habitacional de Águas Lindas em 2012 era de 2.664 unidades. Os dados são conflitantes: o déficit é de 5.972, em 2010, de acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP), sendo inapropriado o resultado de que em dois anos ocorreu redução de 3.308 moradias. De 2009 a 2014, 856 residências teriam sido construídas pelo “Programa Minha Casa, Minha Vida” no município<sup>101</sup>. O déficit pode ser ampliado, caso se avalie a variante “domicílios precários, improvisados e rústicos”. O Plano Distrital de Habitação do DF não avaliou a coabitação familiar, que poderia aferir se existem interesses de familiares constituírem domicílio exclusivo.

Diante da grande demanda de residências, o que se observa é o uso de Águas Lindas como depósito de mão de obra para o Distrito Federal, visto que a cidade goiana constitui uma das alternativas ao grande déficit habitacional de Brasília. No levantamento de 2010, o DF apresentava déficit de 126.169 unidades.

---

<sup>98</sup> Como o objetivo central deste estudo não é o aspecto orçamentário, mas se aprofundar nesta especificação, utiliza-se, assim, relatórios de amostragem, que são significativos da execução orçamentária, uma vez que trazem amplo detalhamento do bimestre vigente e dados consolidados dos meses anteriores.

<sup>99</sup> Programa Habitat da Organização das Nações Unidas (ONU).

<sup>100</sup> A Constituição Federal estabelece a moradia como direito social: “Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

<sup>101</sup> O Edital de Credenciamento n. 001/2015, do “Programa Minha Casa, Minha Vida” realizou licitação para a construção de 117 unidades residenciais a um custo de R\$ 60 mil, no Complexo Santa Lúcia, o que demandaria cerca de 7 milhões de investimentos. Cada unidade habitacional básica deverá possuir área mínima de 36 metros quadrados.

A luta pela moradia é cotidiana na região. Durante a execução empírica desta pesquisa, no dia 5 de junho de 2016, a Polícia Militar do Distrito Federal (PM-DF) realizou operação de retirada de todos ocupantes da chamada “Torre Palace Hotel”<sup>102</sup>, o primeiro prédio do setor hoteleiro do DF, abandonado perto das instâncias de decisão de Brasília, em 2013. Cerca de 80 famílias ocupavam o local. A ação que ocorreu por volta das 6h incluiu enfrentamento com moradores, uso de dois helicópteros e atuação de cerca de 200 PMs contra os sem-teto, que atacaram com tijolos, pedras e fogo os policiais responsáveis pela ação<sup>103</sup>.

O caso revela a existência de um conflito permanente ancorado por intenso fluxo migratório para Águas Lindas. Pela pesquisa FJP, quanto mais próxima de Brasília a cidade do Entorno, maior é o déficit habitacional<sup>104</sup>. Conforme dados do Ministério das Cidades, nos municípios goianos que mais contrataram unidades habitacionais pelo programa Minha Casa Minha Vida cerca de 60% da população trabalha no DF. No caso de Valparaíso e Águas Lindas, 60% e 70%, respectivamente, eles demoram mais de meia hora para chegar ao local de trabalho (CARVALHO e MEDEIROS, 2014)<sup>105</sup>.

A LOA 2013, para exercício de 2014, destinou R\$ 5.039.000,00 para a Secretaria de Habitação, sendo que apenas em residência foram destinados R\$ 11.049.000,00 para atender os moradores. Os recursos incluídos por Águas Lindas já reúnem aqueles destinados pela União e Estado, fator que revela aplicação total que não atende a sequer 20% das necessidades do município em 2010, quando o déficit é aquele apresentado pelo indicador do Plano Distrital de Habitação, levando, portanto, a hipótese de que existe orçamento para a área, apesar de não fazer frente à demanda real.

O Relatório de Execução Orçamentária de outubro de 2014 indica que as políticas públicas de habitação são contingenciadas. Na LOA, o município previu R\$ 10.819.633,33, mas após a aprovação da lei realizou correção do orçamento para R\$ 7.274.683,33. Até outubro, a despesa empenhada era de R\$ 551.543,62 (liquidada em

---

<sup>102</sup> Quando em atividade, o Torre Palace Hotel apresentava 140 apartamentos distribuídos em 14 andares, construído na Quadra 4 do Setor Hoteleiro Norte, a menos de 4km do Congresso Nacional.

<sup>103</sup> “Cerca de 200 homens do Batalhão de Choque (BPChoque) e do batalhão de Operações Especiais (Bope), auxiliados por dois helicópteros e pelo Corpo de Bombeiros, participaram da ação. Os ocupantes se renderam às 7h07” (Correio Braziliense, 05/06/2016).

<sup>104</sup> Na escala, Valparaíso de Goiás, a cidade mais próxima, apresenta déficit de 6.103; já Alexânia, mais distante, 660.

<sup>105</sup> Pesquisa intitulada “O Programa Minha Casa Minha Vida na Área Metropolitana de Brasília: análise da localização dos empreendimentos” (2014). Segundo o próprio Relatório Técnico do Plano Diretor de Águas Lindas de Goiás (2002) a criação das cidades-satélites e o processo de invasões impulsiona a expansão da periferia

543.496,23). Sendo assim, a Prefeitura aplicou 0,747%, deixando ainda um saldo de R\$ 6.731.187,10 que não foi usado em habitação, não cumprindo sua função originária.

Outro *satisfier* negado aos moradores é evidente: o ambiente físico saudável. Existem inúmeros riscos para a população, que podem ser classificados em naturais e humanos. Aspectos de saúde pública sobressaem, como a concentração de determinadas doenças, caso da dengue<sup>106</sup>, zika e chikungunya. Com 18 anos de existência, não há uma política de meio ambiente no município, fato comprovado pelos investimentos destinados à área, conforme a Lei Orçamentária 2014. Não bastasse, a Estação de Tratamento de Água (ETA) Rio Descoberto tem registrado o aumento do grau de degradação da bacia<sup>107</sup>.

Nóbrega (2005) já alertou para o excessivo número de casos de conflitos ambientais e fundiários de Águas Lindas. Ele denuncia a problemática do adensamento urbano que compromete áreas ambientais a partir da sobreposição de usos e ocupações do solo incompatíveis com a manutenção da qualidade dos recursos naturais da cidade. O adensamento urbano que ameaça a APA do Descoberto se intensificou com o fim da era Roriz<sup>108</sup> no Distrito Federal, responsável por criar políticas de atração de moradores.

---

<sup>106</sup> O pesquisador acompanhou o drama da família de Maria Cardoso de Oliveira, que faleceu devido a dengue hemorrágica. É o caso típico: ela precisava com urgência de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Precisou ir até Brazlândia (DF) para receber atendimento, onde morreu. O atestado de óbito confirma a morte por dengue hemorrágica em 30 de janeiro de 2016.

<sup>107</sup> Inaugurada no ano de 1974; hoje é responsável pelo abastecimento de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Santa Maria, Gama, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Guará, Cruzeiro e também reforçando o suprimento para Brasília, atendendo mais de 60% do DF. Em 7 de novembro de 1983, foi sancionado pelo Governo Federal o Decreto 88.940, criando a Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio Descoberto. O Decreto de criação buscava implementar um mecanismo destinado à promoção do bem-estar futuro das populações do Distrito Federal e de parte do Estado de Goiás, bem como, assegurar condições ecológicas satisfatórias às represas da região. A APA tem por finalidade a proteção da Bacia do Rio Descoberto e de sua represa que abastece cerca de 65% da população do DF. A APA do Rio Descoberto abrange as Regiões Administrativas (RA) de Taguatinga (RA III), Brazlândia (RA IV) Ceilândia (RA IX) e o município de Águas Lindas – Goiás, perfazendo uma área de 35.588 ha, dos quais 28.000 ha encontram-se no território do Distrito Federal.

<sup>108</sup> Gestões de Joaquim Roriz, político originário de Luziânia e governador do Distrito Federal em quatro mandatos: 1998-1990, 1991-1995, 1999-2003, 2003-2006. Sua política habitacional se caracterizou por ofertar residências e atrair imigrantes. Sua imagem é controversa, como pode ser observado por dois modelos diferentes de opinião que circulam em ambientes territorializados e desterritorializados como a internet. Em uma publicação do Correio Braziliense, onde é apontado como o melhor governante da história do DF para 1/3 dos moradores, ele é enaltecido e criticado de forma violenta: “Se o DF hoje é esse mar de favelados, de “ei moços”, flanelinhas, bandidos e desocupados, a culpa é desse capeta maldito, que trouxe todo O LIXO DO BRASIL para cá, em troca de votos. Brasília era pra ser um paraíso, só gente culta, com estudo e dinheiro. Nada de sujeira, nada de criminalidade, quase uma Europa incrustada no meio de Goiás. Aí veio esse capeta e estragou tudo. Parece que moramos numa certa região que nem posso falar. Povo FEIO, sem pescoço, cabeçudo. Merece uma morte lenta e dolorosa. Cada um que é assaltado no DF pode colocar a culpa nesse cara!”(Curious Jorge) e “(...)Algumas pessoas criticam o melhor Governador que o DF teve, Joaquim Roriz. Há que se lembrar (apesar de não precisar),

O *satisfier* segurança física foi um dos mais apontados pelos moradores como ineficiente. Durante a realização da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD-2015) constatou-se resultados que revelam divergências em termos quantitativos com os relatos dos Grupos Focais, cuja maioria descreveu vitimização:

A maioria da população de Águas Lindas (65,3%) acima de 16 anos alegou não ter sofrido nenhum tipo de violência no ano de 2014. Do total da população pesquisada, 10.033 pessoas (4,9%) declararam terem sofrido algum tipo de violência em 2015. Dessas, 77% declararam ter sido vítimas de roubo (com emprego de grave ameaça ou violência contra a pessoa) e furto (sem violência ou grave ameaça). Dos que declararam, 40,9% (4.102 pessoas) declararam ter sofrido violência em sua própria residência e disseram ter feito denúncia junto às Polícias Civil, Militar ou Rodoviária, enquanto que a maioria (55,2%) não denunciou o ocorrido aos órgãos de competência. (PMDA-2015, 2016, p.25)

Os dados da PMDA revelam situação identificada nos Grupos Focais, em que os moradores engrossam as fileiras das chamadas cifras negras e que amplia a sensação de insegurança, taxa a polícia de ineficiente e cria um ambiente de desconfiança. Dentre os bens mais furtados e roubados, destacam-se veículos e bicicletas. As espécies mais comuns de violência são os roubos de bens gerais (3.608), furtos pessoais (3.064), arrombamento de domicílios (1.285), agressão física/ameaças (791), roubo de bicicletas (247), furto de dentro do carro (148), furto de carros (99), roubo de motocicletas (49), furto de bicicletas (49). Indicativo da violência institucional, a pesquisa de amostragem revela que a maior parte dos moradores que relata ter sofrido violência, 4.152 (41,39%) residentes, foi agredido nas ruas e espaços públicos, quantitativo ligeiramente maior do que a violência em casa, registrado em 4.102 (40,89%).

A estrutura dada pelo Governo de Goiás tendo em vista a repressão ao crime é criticada devido ao efetivo policial, considerado abaixo da média<sup>109</sup>. Um dos delegados que atua no município relatou para esta pesquisa a existência de 65 policiais (entre civis e militares) que atendem pela segurança do município. Águas Lindas tem dois

---

que Roriz, foi responsável por construir cidades como Vicente Pires, Samambaia, Águas Claras entre outras, dando dignidade não somente aos que mais necessitavam, como também aos que detinham considerável poder aquisitivo (aliás, agradeça a ele! se não fosse por Roriz estas cidades não existiriam, e quiçá, os que moram nelas estariam aqui, morando no DF). Acessado em <http://blogs.correiobraziliense.com.br/cbpoder/para-um-terco-dos-brasilienses-roriz-foi-o-melhor-governador/>, em 12/08/2016.

<sup>109</sup> Os dados de quantitativos de policiais só aumenta o abismo entre Goiás e Distrito Federal. Enquanto o Distrito Federal tem a melhor proporção de policiais por habitantes do Brasil, com 1 para cada 194, Goiás está em sétimo dentre os que apresentam o maior déficit de policiais. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2015, Goiás tem um policial para cada grupo de 538 pessoas. O estado tem pior média do que o Brasil, que registra um PM para cada 473 habitantes.

delegados e quatro agentes para atender uma região. O município é um dos que mais acumulam inquéritos não concluídos, conforme relatório do Ministério Público de Goiás (2013, p.3).

<b>Tabela 17 – Número de inquéritos não concluídos em Municípios do Entorno do Distrito Federal – 2013</b>	
<b>Município</b>	<b>Número de inquéritos não concluídos</b>
Águas Lindas de Goiás	<b>1.859</b>
Santo Antônio do Descoberto	<b>1.080</b>
Valparaíso de Goiás	<b>2.314</b>
Novo Gama	<b>1.100</b>
Cidade Ocidental	<b>434</b>
Planaltina de Goiás	<b>1.491</b>
DPCGO (2013)	

Outro fator que chama a atenção é a baixa resposta dos Poderes Executivo e Judiciário para ofertar atendimento aos crimes cometidos nos municípios analisados. “Observados os números de homicídios e o quantitativo de sentenças por cidade, percebe-se que o percentual de conclusão dos casos foi muito pequeno: 0,99% em Águas Lindas de Goiás, 2,75% em Luziânia e 1,75% em Valparaíso de Goiás” (COSTA; ZACKSESKI; MACIEL, 2016, p. 42). Assim, o comprometimento do fluxo do sistema de justiça revela que nas cidades do Entorno, em específico em Águas Lindas, a elucidação de crimes é inferior em relação às localidades próximas, como o Distrito Federal, na casa dos 60%, conforme estudo citado. “Impressionou o resultado de Águas Lindas de Goiás, ao se considerar o número de registros (101) e o número de sentenças (1)” (COSTA; ZACKSESKI; MACIEL, 2016, p. 42).

Conforme a estrutura de distribuição de delegacias da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, a Central de Flagrantes de Águas Lindas se responsabiliza por outras cidades, caso de Santo Antônio do Descoberto, Cocalzinho, distrito de Girassol e Padre Bernardo. O município conta com duas Coordenadorias Integradas de Operações de Segurança (Ciops), Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), um presídio, um CRPM 17ª Delegacia Regional de Polícia – Águas Lindas.

A Polícia Militar de Goiás, em relatório sobre efetivo e equipamentos, revela que existem 191 policiais militares, sendo que a necessidade deveria ser suprida com 629 policiais. A polícia reconhece ainda má qualidade de armamento e déficit<sup>110</sup>. Tanto é verdade que existe política de doação do Governo do Distrito Federal para o Governo de Goiás. Desde 2013, a PM-DF doa armas obsoletas para a PM-GO<sup>111</sup>. O sistema prisional tem uma situação mais grave, com déficit de vagas e servidores. Em 2013, a população carcerária era de 239, sendo que o presídio oferece capacidade para 50 detentos. Águas Lindas conta com uma Unidade Prisional, contendo 16 servidores, o que é insuficiente, aponta relatório do Ministério Público (2013, p. 8)<sup>112</sup>.

Um dos fatos mais graves é a ausência de um Instituto de Medicina Legal (IML), fator que interfere nos relatos colhidos pelos integrantes do Grupo Focal. Sem IML, cuja assistência é suprida pelo instituto de Luziânia, o morador de Águas Lindas, bem como dos demais municípios, é obrigado a conviver com a demora no recolhimento dos corpos. Um dos relatos é de que no Entorno se encontram mortos espalhados nas ruas. Tal fato ocorreria reforçando a linguagem da violência, o que dá ao município um caráter de superexposição da morte. Em termos de estrutura de investimento, os gastos universais com segurança pública são de responsabilidade dos Estados. Ao município, segundo a Lei Orçamentária, existe rubrica destinada ao segmento, através de investimentos na Defesa Civil. A dotação inicial para este serviço foi de R\$ 228.930,00,

---

<sup>110</sup> Déficit de 03 Fuzis Taurus Parasar Cal. 762, 02 Carabinas Famae Taurus CT 40 – Cal. 40, 02 Submetralhadoras, Famae Taurus MT 40 – Cal. 40. Déficit de 120 algemas, 07 bafômetros, 09 capacetes de choque, 09 cassetetes, 145 coletes antibalísticos, 30 coletes refletivos (trânsito), 60 cones de sinalização, 07 detectores de metal, 09 escudos de choque, 102 lanternas de sinalização, 27 rádios transceptor (HT), 11 Taser, 80 Tonfa, 05 radares móveis, 32 celulares funcionais e 79 espargidores – gás de pimenta.

<sup>111</sup> A doação demonstra a precariedade do armamento da Polícia Militar de Goiás durante a realização desta pesquisa: a PM do Distrito Federal informou que deixou de usar o modelo em 2005, quando adotou a pistola .40, mais moderna. Segundo a PM-DF, se não doassem para Goiás, esse material seria destruído. A PM-DF informa que o armamento é uma criação do século 19 que não condiz mais com a prestação de serviços em segurança pública no âmbito da modernidade. Após a doação de mil unidades, o DF efetuou mais uma doação de 600, conforme consta no Diário Oficial da União, de 4/12/2014. Fato noticiado em 4/12/2014 em <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/12/pm-do-df-doa-600-revolveres-calibre-38-policia-militar-de-goias.html>

<sup>112</sup> A mesma situação do Hospital Regional se repete no caso do presídio, que já teve recursos liberados pelo Governo Federal diante do Governo de Goiás. “Visando conter tal problemática, foi assinado em 31 de dezembro de 2008 o contrato de repasse nº 2634.02791-28-13/2008/Ministério da Justiça/Caixa2 com o Governo do Estado de Goiás para a execução da Construção da Penitenciária para Jovens Adultos no Município de Águas Lindas, repassando o valor de R\$ 14.850.000,00 (catorze milhões oitocentos e quinhentos mil reais) e a título de contrapartida do Estado o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)” (Relatório da construção do presídio de Águas Lindas, 2013, p. 2).

mas atualizou-se para R\$ 318.530,00, sendo que, conforme o Relatório de Execução Orçamentária, 51,39% da despesa foi liquidada, restando saldo de R\$ 154.847,27.

Os estados costumam destinar o terceiro maior bolo de recursos orçamentários para a segurança pública. Os maiores gastos em 2014, conforme a LO, foram destinados à educação (R\$ 2.753.557.000) e Secretaria da Fazenda (R\$ 2.670.350.000). Para Segurança Pública, sem contar os gastos com a Secretaria da Administração Penitenciária e Justiça, foram destinados R\$ 1.591.037.000<sup>113</sup>. O Governo Federal, através da Lei nº 12.952/14, não realizou previsão orçamentária para Goiás, nem prevê gastos com segurança, mas apresenta recursos de forma genérica atribuídos ao Ministério da Justiça, este, sim, aplica em serviços de segurança pública, caso da Força Nacional – unidade que esteve localizada em alguns municípios do Entorno durante a execução desta pesquisa.

Uma espécie de *satisfier* universal, as relações primárias, tem sido mensurada em algumas nações. Trata-se da análise da rede de apoios individuais que promove um ambiente emocionalmente seguro. Nestes grupos, é de fundamental importância perceber a aproximação dos moradores com familiares, parentes e vizinhança. No caso de Águas Lindas, chama a atenção dois fatores<sup>114</sup>: o pouco tempo que sobra para o desenvolvimento de laços duradouros e a composição demográfica.

Águas Lindas é um município com população composta majoritariamente por migrantes. Do total de 205.267 habitantes do município, apenas 8,6% (17.695 pessoas) são naturais de Goiás e 91,4% (187.569 pessoas) são naturais de outras unidades da Federação (PMDA-2015, 2016, p. 21).

A pesquisa PMDA 2015 indica que do total de não naturais, 39,9% (81.899 pessoas) nasceram no Distrito Federal e cinco estados concentram 40,4% dos demais imigrantes: Piauí, 11,6% (23.823 migrantes); Maranhão, 10% (20.462); Bahia, 8,9% (18.238); Minas Gerais, 5,3% (10.775) e Ceará, 4,7% (9.638). A interpretação destes dados é problemática, na medida em que existe a hipótese de que parte significativa dos

---

<sup>113</sup> No quadro de detalhamento do orçamento de 2014, em “Quadro de detalhamento da despesa por grupo e fontes”, “2900 - Secretaria da segurança Pública”, existe a previsão denominada de Melhoria da infraestrutura em segurança pública no Entorno do DF, modernização dos instrumentos de auxílio às ações policiais e fortalecimento e operacionalização do serviço de inteligência. Para cada uma delas, destina-se apenas R\$ 2 mil. Por sua vez, à modernização dos instrumentos de auxílio às ações policiais foram destinados R\$ 90.000.000.

<sup>114</sup> Neste sentido, se amolda a teoria da integração sócio emocional, abordagem aqui inserida a partir da contribuição de Heitmeyer e Anhut (2008). Ela trata de inúmeras variantes, sendo a mais próxima a que demonstra a empatia em comunidade, quando o indivíduo obtém reconhecimento moral. O comportamento violento pode ser uma reação a este não reconhecimento.

originários do DF ser, de fato, moradores de Águas Lindas que nasceram em Brasília, devido à ausência de maternidade no município. Este dado precisa de um estudo mais concentrado para averiguar a origem dos moradores. Todavia, os originários das demais regiões do Brasil simbolizam correntes migratórias predominantes, e que significam a separação das famílias – fato que pode interferir nas relações primárias significativas.

A Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD-2015) revela questões como a cidade ser composta por mais uniões estáveis (25,4%) do que por casamento civil (15,9%). No tocante aos aspectos primários de relacionamento humano, relativos aos familiares, o motivo principal da mudança dos migrantes é “acompanhar parentes” (121.984 habitantes/ 59,43%), o que pode ser compreendido como uma busca desta reconstituição das relações primárias rompidas.

A pesquisa em Grupo Focal revela dados idênticos ao obtido com o estudo da PMDA. A falta de solidariedade e relação confiável são potencialmente feridas em Águas Lindas. Tanto o Governo Federal quanto estadual e municípios não realizam ações para impulsionar as relações primárias. Existem no município 18 organizações sociais:

Há pouco espaço para convivência social nas proximidades do domicílio, apenas 4,7% dos domicílios situam-se em ruas arborizadas; 0,1% estão próximos a praças, parques e jardins; 1,5% contam com nascentes de águas; 0,6%, espaços culturais. Não houve registro de ciclovias próximas aos domicílios. A pesquisa constatou baixa participação social dos moradores, com pouca adesão a sindicatos, conselhos, associações, grêmios estudantil, cooperativas e organização ou entidades governamentais. (PMDA 2015, 2016, p. 40)

O *satisfier* educação apropriada tem sido mais bem apurado na atualidade brasileira, principalmente após o desenvolvimento de pesquisas realizadas no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Sob a ótica da prevenção, Cerqueira (2016) acredita que a educação é um investimento mais eficaz:

Duas teorias têm tomado o centro do debate sobre as causas da hipercriminalidade brasileira. De um lado, há os defensores da teoria das portas fechadas, para quem o fenômeno resulta da impunidade, da ausência de leis duras e da baixa taxa de encarceramento. De outro lado, há os que advogam pela necessidade de se abrir portas para que as crianças e os jovens de hoje em situação de vulnerabilidade socioeconômica não sejam os criminosos de amanhã. De acordo com essa visão, a prevenção ao crime nasce com o correto processo de orientação, supervisão e educação, desde a primeira infância, e segue com o oferecimento de boas oportunidades educacionais no ensino básico, que faça estreitar os elos de concordância dos valores individuais com os valores da cidadania, ao mesmo tempo em que possibilita aos jovens melhores inserções no mercado de trabalho (CERQUEIRA, 2016, p. 32).

Cerqueira indica que existe uma relação entre qualidade da educação e a taxa de assassinatos. Sob este viés, existiria uma afinidade direta entre o número de homicídios e a qualidade das escolas localizadas em 81 municípios brasileiros, aponta a pesquisa. Águas Lindas apresenta um panorama preocupante de investimento em educação, na medida em que existem relatos de má qualidade e falta de vagas na educação básica. O município apresentou 40.758 matrículas na educação básica em 2010, dentro do parâmetro de outros municípios goianos, como Anápolis (75.463), Luziânia (48.710) e Valparaíso de Goiás (33.165).

Pesquisa da Superintendência de Planejamento e Gestão (Suplan) do Ministério Público do Estado de Goiás revela que Águas Lindas não oferece vagas suficientes, tendo apenas 6,78% de matrículas em creches e 67,77% de matrículas na pré-escola. Ao lado de Aparecida de Goiânia, dentre as dez maiores cidades de Goiás, é a pior situação na oferta de vagas em sentido de creches (SUPLAN-MP, 2016). Apesar da baixa oferta de vagas, o município apresentou significativo aumento nos investimentos em educação na virada da década de 2000 para 2010.

<b>Tabela 18 - Evolução dos gastos com Educação – Águas Lindas</b>	
2007	32.458.318,95
2008	35.284.910,88
2009	42.152.903,54
2010	44.667.411,52
2011	56.509.859,76
Fonte: TCM	

Apesar do aumento dos gastos de Águas Lindas com educação, observa-se em dados extraídos do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) que existe o dispêndio financeiro com atividades que não são educacionais, caso de material de limpeza e combustível. Dos cinco municípios goianos que mais gastaram com estes serviços, Águas Lindas foi o que registrou maior consumo. Em 2007, a Prefeitura gastou 1,8%; em 2008, 2,5%; em 2009, o município consumiu 1%; em 2010 gastou-se 0,6% e em 2011, 2,2%. Nenhum dos municípios gastou mais do que 1% em 2011, fato que revela Águas Lindas notadamente com gastos suspeitos de recursos dedicados à educação.

A administração municipal de Águas Lindas gastou com material, combustível e manutenção de veículos, em média, R\$ 2.800,00 por aluno/ano, enquanto a Secretaria de Educação de Anápolis gastou em média no ano de 2011 a quantia de R\$ 1.000,00 por aluno/ano. É preciso lembrar que no caso do Município de Águas Lindas, não estão computados os gastos com os contratos de locação com pessoas físicas para transporte de alunos. (LEITE, 2014, p.12)

Conforme Butarelo (2007), a aquisição excessiva de combustível, óleo diesel, gasolina, álcool, etc, como recursos da educação tornou-se espaço para o desvio de recursos educacionais nas prefeituras. Em pesquisa sobre a aplicação do orçamento em educação no âmbito de Goiás, Leite (2014) apontou que Águas Lindas realiza gastos que se comparados com outras unidades apresentam distorção orçamentária.

O Município de Águas Lindas se destaca dos demais, pois nos últimos anos vem gastando uma quantia extremamente elevada dos recursos da educação para manter suas escolas limpas. Em 2008, foram gastos R\$ 2.999.217,42 com material de limpeza e higienização. Esse valor corresponde a um gasto, em média, por escola de R\$ 90.885,37 por ano, ou ainda, R\$ 146,00 por aluno/ano. A administração municipal de Planaltina gastou, no mesmo ano, com toda a rede de ensino R\$ 91.769,37 com materiais de limpeza. (LEITE, 2014, p.14)

O PMAD/2015 indica a existência de 66.280 estudantes no município (32,3% da população). Destes, 53.677 (81%) estão baseados em escolas públicas e 12.604 pessoas (19%) estão matriculadas em escolas privadas. Mas ainda estima-se que o número de moradores que não estuda chegue a 138.986 pessoas (PMAD-2015, 2016, p. 26). O PMAD indica que 50% dos moradores da faixa etária de 15 a 24 anos (41.024 moradores) não estudam. As pesquisas realizadas em Águas Lindas apontam que é grande a quantidade de crianças com 6 anos fora da escola: 7,3% (14.976 crianças). O estudo mostra que 12,7% dos alunos cursam seus estudos fora do município, sendo que a maioria estuda em Taguatinga (3.015 estudantes) (PMDA, 2016, p. 26).

Outro *satisfier*, o ambiente de trabalho desprovido de riscos, indica que o morador acumula riscos antes mesmo para chegar ao ambiente de trabalho, pois o “caminho” percorrido possui alto índice de violência. Segundo pesquisa realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (PMAD 2015, 2016, p.31), a maioria das pessoas vai para o Distrito Federal. Em relatório divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Goiás foi líder em assaltos a ônibus interestaduais. E a BR-070 lidera casos em 2015 - justamente o percurso dos moradores de Águas Lindas.

A ANTT registrou 22 ocorrências no trecho da rodovia federal que cruza Goiás. O montante significa 8% do total de crimes do gênero praticados em todo Brasil em 2015 (260)<sup>115</sup>. Como se trata de um trajeto que tem início em Goiás e termina no DF, caso se contabilize os crimes que ocorrem no trecho do Distrito Federal, a rodovia passa a abrigar 38 casos de assalto (ANTT, 2016).

A PMAD-2015 afirma que 19,5% dos trabalhadores utilizam ônibus como meio de transporte para chegar ao trabalho. “É expressivo o contingente dos que vão a pé para o trabalho (8%), enquanto os que usam bicicleta (0,9%) e motocicleta (1,7%) totalizam 5.289 trabalhadores” (PMAD 2015, 2016, p. 32). A pesquisa revelou que 395 moradores (3,94%) relataram que foram violentados ou agredidos no transporte coletivo. A mesma quantidade de residentes relatou ter sido agredida no trabalho, conforme a PMAD 2015.

Conforme relatório da execução orçamentária da Prefeitura de 2014, o valor destinado para fomento ao trabalho em Águas Lindas era de R\$ 599.360, mas com a atualização caiu para R\$ 205.810. Do valor atualizado foram utilizados apenas R\$ 133.217,76 – ou 35,27%. Ou seja, R\$72.592,24 ficaram parados ou foram gastos sem investir na área do trabalho. Não existe dotação orçamentária do Governo Federal<sup>116</sup> e do Estadual para o transporte do município.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é responsável pelo sistema de transporte público do Entorno uma vez que ocorre principalmente o transporte interestadual. A dificuldade em realizar transporte dentro do município cria situações peculiares da cidade. Segundo Mello (2013, p.76), a carroça é um importante meio de transporte mesmo a população rural sendo inexistente no município. A leitura que se faz é a deficiência do transporte público não somente na ligação semiurbana, mas também entre os bairros da cidade, o que motiva moradores a utilizarem a tração animal.

Apontado como causa da criminalidade pelos integrantes do Grupo Focal, o desemprego atinge grande número de pessoas, mas os dados econômicos e sociais não revelam com exatidão: o motivo seria o fato de que muitos que procuram emprego e não

---

<sup>115</sup> De acordo com a ANTT, o aumento de casos na rodovia do Entorno colocou Goiás como líder do ranking de assaltos no país.

<sup>116</sup> O maior interesse pelo transporte do Entorno do Distrito Federal não é pela qualidade, conforme se observa nas reclamações dos usuários, mas no filão econômico. Na região, existem quatro lotes que atendem o mercado das empresas de transporte. Os grupos econômicos se dividem para explorar as 1700 linhas de ônibus da região, que atendem cerca de 300 mil usuários ao dia. Apenas de Águas Lindas, metade da população que trabalha (79.724 pessoas) se desloca de ônibus para o DF.

encontram, ao desistir da busca, não são mensurados pelos órgãos responsáveis pela classificação estatística. O município tem 169.482 pessoas categorizadas como População em Idade Ativa (PIA). Conforme a pesquisa, das pessoas em idade ativa, 94.898 pessoas (56,0% da PIA) podem ser classificadas como População Economicamente Ativa (PEA). A subnotificação de desemprego no município é comum.

Dessa forma, o percentual de desempregados apontado de 7,3% (15.174 desempregados declarados num total de 94.898 ativos) não pode ser vista como definitiva, podendo, no máximo, aproximar-se da taxa de desemprego aberto. Nota-se que as 79.279 mil pessoas que têm trabalho remunerado correspondem a 38,6% do total da população urbana acima de 10 anos. Já os aposentados (não trabalhando) representam apenas 6% (PMAD 2015, 2016, p. 29).

De acordo com a PMAD 2015, existem 79.724 pessoas com ocupação, sendo que destes 15,2% (31.188) trabalham no próprio município. Todavia, um alto percentual de 22,8% (46.708 pessoas) atuam profissionalmente no Distrito Federal. Não bastassem as políticas de emprego inexistentes no município, outros programas de transferência de renda, caso do Bolsa Família, não funcionam como direito garantido e adquirido, nos termos da Constituição, mas como poder discricionário do governante. Acompanhamento realizado junto ao Governo Federal aponta redução de pagamentos nos meses de julho de 2015 a julho de 2016, motivados pela redução do orçamento destinado ao programa. Na mesma proporção ocorreu redução de valores repassados ao município. Em janeiro de 2015 foram gastos R\$ 3.088.521,00 e em dezembro de 2015 o governo repassou R\$ 2.765.835,00. A queda de repasses se acentuou em 2016, com medidas restritivas e imposições de impedimentos burocráticos. O Governo de Goiás, que concedia o Programa Renda Cidadã, modelo semelhante, suspendeu o programa em 2014 e 2015.

Diante de um cenário de desemprego e dificuldades financeiras, observa-se que existe um cenário mais propício ao homicídio nos municípios com menores rendas, conforme se percebe em pesquisas sobre a criminalidade da região metropolitana de Brasília. Costa e Souza (2012), ao estudarem o Entorno, chegaram a esta conclusão:

Pode-se afirmar, portanto, que são as áreas mais pobres que apresentam as maiores taxas de homicídios. As localidades com atendimento deficiente de serviços públicos, com precária infraestrutura urbana e baixa oferta de empregos, serviços e lazer são, flagrantemente, as mais afetadas pela violência (COSTA e SOUZA, 2012, p.308).

“Localidades como Paranoá (DF), Valparaíso (AMB), Luziânia (AMB), Águas Lindas de Goiás (AMB) e Brazlândia (DF) apresentam as mais altas taxas de homicídios”, afirmam Costa e Souza (2012). Chama atenção o crescimento acentuado do número de assassinatos. “Entre 2000 e 2010, os municípios dessa área apresentaram aumento de 59,3% nas taxas de homicídios, com destaque para Valparaíso (168%) e Águas Lindas de Goiás (137%)” (COSTA e SOUZA, 2012, p. 305).

### 3.2. Relatório

O conjunto de *satisfier* aqui analisado revela que existe intensa atividade orçamentária. Os recursos chegam de variadas formas, com origens distintas e aplicações diversas. Para a consecução desta fase da pesquisa, foram realizadas duas consultas com agentes públicos que se relacionam com Águas Lindas tendo em vista a percepção da aplicação orçamentária do município. O prefeito de Águas Lindas, Hildo do Candango, em encontro no dia 17 de junho de 2014, reconhece a dificuldade em aplicar os recursos, a enorme quantidade de leis que se submete e diz que a profusão de fontes de recursos mais dificulta do que atrapalha a gestão, pois não se tem certeza e segurança do retorno dos valores prometidos. Admitiu que podem existir falhas orçamentárias, mas que o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) realiza análise técnica, dando a cada empenho e gasto a devida checagem.

No dia 26 de novembro de 2014, o então senador Gim Argello recebeu no Senado Federal o pesquisador e explicou que existe intensa ação política para liberar recursos junto ao Governo Federal, segundo ele, “o principal financiador dos programas sociais dos municípios”. Durante a entrevista, o político<sup>117</sup> descreveu emendas orçamentárias que ele, senador pelo DF, direcionou para as cidades do Entorno. Por fim, entregou relatório com os recursos e respectivas rubricas. Nas palavras de Argello, as emendas e “influência política” dão o tom dos investimentos no Entorno do DF.

---

<sup>117</sup> Gim Argello foi preso preventivamente em 2016, na operação Vitória de Pirro, na 28ª fase da Operação Lava Jato. Em 6 de maio de 2016, ele foi denunciado pelo Ministério Público Federal por crimes de lavagem de dinheiro, corrupção, organização criminosa e obstrução à investigação. Durante a entrevista para esta pesquisa, relatou como interfere na liberação de recursos públicos para gestores, dando exemplos, de como conseguiu carrear recursos ao Estado de Goiás para os anos finais da gestão do governador Marconi Perillo, em 2013 e 2014. Na ocasião, o então senador pediu que as informações não fossem reveladas publicamente em todo seu conteúdo. Ele teria conseguido intermediar a liberação com o então ministro Guido Mantega, apesar do governador sequer entender de quais fundos sairiam os recursos e qual seria a origem dos mesmos. Ao final, explica Argello, ele conseguiu recursos para o Governo de Goiás investir em obras públicas como o programa de reconstrução de rodovias, o Rodovida. A estratégia Argello é, assim, pressionar os agentes públicos e realizar acordos intermináveis.

Vou mostrar aqui para você: Alexânia pediu um caminhão basculante. Ok? Bom, eu vou e faço o requerimento. Pego esse requerimento e vou lá na presidenta, ministro, secretário e peço. Tem que saber se é MDA PAC 2, Cidades PAC, Saúde PAC e pronto. O Governo Federal libera R\$ 250 mil. Está aqui, está pago. Antes, vem assim: empenhado. Aí tem que voltar lá e pressionar (ARGELLO, 2014).

Observa-se, a inexistência de rigor orçamentário e o uso de ações políticas para liberação de recursos públicos, o que demanda articulação política dos gestores com os parlamentares que exercem pressão e conhecem os bastidores dos órgãos que liberam recursos. Existe longo contingenciamento e retardamento de valores.

Nenhum dos *satisfiers* analisados mostrou grau de efetividade por parte da satisfação dos moradores e da dotação orçamentária. A pesquisa nos boletins orçamentários revela que na maioria dos casos nem mesmo o que é previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) é executado. Inexiste uma ação que efetive os direitos sociais, bases jurídicas para a concretização dos *satisfiers* analisados, o que reforça a presença irregular do Estado e a inexecução do prometido na Carta Política. A violência institucional é invisível, mas plenamente perceptível pelos contornos realizados em cada ação. A falta de universalidade das políticas públicas, de efetividade, eficiência e de moralidade exprimem uma forma violenta do Estado agir, tornando seres humanos em coisas, objetivando dados meramente estatísticos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve início ao se perceber que existe a prática reiterada de violências em um grupo de municípios que integram o Entorno do Distrito Federal. Desde a introdução, optou-se falar em violências devido ao fato de cada espécie adquirir desdobramentos e consequências próprias. Uma das espécies de violência é a invisível, caracterizada por implicações simbólicas, institucionais e morais. O problema determinante da pesquisa concentrou-se na existência de considerável produção de violências não físicas que afetam o morador a partir de estigmas e preconceitos.

Por meio da leitura das taxas de homicídios em cidades como Luziânia e Águas Lindas observou-se que outra espécie, a violência física, que afeta principalmente a vida, tornou-se evento recorrente dentre moradores. Seu aumento também implica em um maior acréscimo da violência invisível – esta última, responsável por intensificar o mal-estar e interferir na sociabilidade e qualidade de vida dos indivíduos.

O percurso desta tese foi completado, assim, para satisfazer duas questões principais. A primeira diz respeito a compreender outra forma de violência produzida e vivenciada em algumas cidades daquela região e que não é essencialmente física. A segunda questão relaciona-se com a compreensão do comportamento dos agentes e instituições que produzem esta modalidade de violência que não figura nas estatísticas e estudos quantitativos. Portanto, esta pesquisa se encaminhou para a formulação da tese de que outra forma de violência ocorre de modo frequente e sistemático no Entorno.

Durante o estudo, percebeu-se que um grupo de agentes – moradores, Estado e mídia – contribuiu de maneira decisiva para produzi-la e propagá-la.

Dentro da tradição da pesquisa social nas cidades, fundada principalmente na percepção das mudanças ocorridas com a urbanização, estabeleceu-se uma ponte de aproximação da violência física com a simbólica. A partir da compreensão das cidades do Entorno e suas estatísticas homicidas, buscou-se aqui entender como se dá a perpetuação da violência, principalmente a modalidade invisível. Diante do painel teórico sobre violência buscou-se compreender o encaixe das teorias, hipóteses e abordagens na realidade do Entorno. Munido de uma noção da violência invisível, da teoria da desorganização social e da integração institucional, dentre outras, procurou-se nas cidades isolar do comportamento de instituições e moradores um conjunto de ações que possa suscitar o debate acerca do estigma, da ineficiência e corrupção estatal e de outros desdobramentos práticos que ferem o emocional, a honra e a moral dos integrantes destas cidades.

No capítulo introdutório foi apresentada a metodologia utilizada na estruturação da pesquisa: a união de processos tradicionais e convencionais, mas eficientes, como indica Anselm Strauss (1997), foi o formato escolhido para compreender as questões sociais contemporâneas aqui problematizadas. Sob a noção de Melluci (2005) e Bourdieu (1994), a tese assumiu a pesquisa de orientação qualitativa, sem, todavia, ignorar conquistas e evidências quantitativas, tendo, assim, na abordagem prática sua principal base epistemológica. Diante dos processos metodológicos, optou-se pelas técnicas de pesquisa em Grupo Focal, análise documental e estudo de mídias, cujo desdobramento compreensivo se deu através das análises do Discurso e Conteúdo.

Durante as linhas iniciais da pesquisa, reconheceu-se a existência de uma modalidade de violência já denominada como “invisível”. Contornou-se sua definição a partir de aportes oferecidos principalmente por Bourdieu (2012), que a cita e categoriza de forma bastante próxima à violência simbólica. O sociólogo francês afirma que tal violência é suave e insensível, exercida pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento ou até mesmo através do desconhecimento. Após aproveitar tal contribuição e readequá-la ao que se pretende dizer com a pesquisa, optou-se em classificar a violência invisível como gênero de um grupo de violências não físicas e que adquirem a invisibilidade ao se configurarem através da linguagem, do comportamento e dos discursos, ferindo muitas vezes, assim, direitos e sentimentos.

A comunicação e o conhecimento juntam-se, deste modo, às práticas reiteradas e conscientes de ações cujos efeitos não são físicos, mas perniciosos para o bem estar dos indivíduos. Daí que conscientes ou não, intencionais ou não, estes comportamentos podem produzir efeitos indesejáveis nas vítimas. Estes mecanismos geram, então, uma violência invisível quando exercidos de forma simbólica, institucional, moral, psicológica ou de qualquer outra maneira que apresente reduzido uso de esforço físico.

Contra reducionismos e eventuais aplicações de teorias sem conformidade com a realidade do Entorno do Distrito Federal, aos moldes do que foi proposto por François Dubet (1994), buscou-se vivenciar a região através da experiência. O segundo capítulo foi escrito tendo em vista a procura de teorias que se amoldam implicativamente ao caso da violência ocorrida em cidades do Entorno, cujo objetivo é incrementar os aportes para a construção de uma leitura mais detida da violência simbólica à luz da violência física. Neste capítulo, definiram-se os agentes a serem pesquisados sob a noção de suas ações. Admitiu-se a aporia de Zygmunt Bauman quanto à implicação conceitual do que seja comunidade, mas sem ignorar a compreensão mais resumida de Erving Goffman. Por isso, nesta tese, equiparou-se o termo ao de moradores (e suas relações de vizinhança) ciente de que os laços de solidariedade idealizados para a compreensão das comunidades não seriam, de fato, encontrados de forma uniforme nos municípios.

Quanto ao Estado e sua missão institucional – que é garantir o bem-estar social (direitos sociais e individuais), tendo em vista atuar para impedir ou minorar situações de violência, gerando um sistema de garantia de segurança e paz –, consegue-se perceber que ele não detém o monopólio da violência na região. Nem se mostra racionalizado a ponto de ofertar *satisfiers* que possibilitem a vivência de um grupo social não violento. Ao contrário, como se percebe na análise de dados, ele catalisa os problemas sociais, não refreia a urbanização e gera uma situação de desorganização social que amplia a desigualdade e evidencia a violência. Como se observa, o Estado é legitimador desta situação violenta e aceita a condição de produtor do estigma maior, que se institui como centro-periferia, impondo, através da instituição da Capital Federal, a desigualdade – fato que por si só concentra recursos e impede a consolidação de direitos sociais nas cidades periféricas.

De modo semelhante, a mídia adota um comportamento institucional cujo padrão é proceder sem atender à liberdade de imprensa ou ao espectro de uma cidadania comunicativa, cuja essência é inspirar o anseio democrático através da participação e exercício dos direitos à informação – de informar e ter informações equilibradas, de ser

fonte de informações, de ser ouvido e representado. Na verdade, a imprensa assume a produção de violência simbólica – ainda que faça isso muitas vezes sem perceber e sem que sua vítima também sinta alguma violação ao seu direito.

O terceiro capítulo procurou aprofundar os contornos da violência invisível, com o desdobramento conceitual de suas espécies moral, simbólica e institucional. A trajetória da reflexão emprega conceitos de Norbert Elias (1990), Immanuel Kant (2003), Muniz Sodré (2006), Pierre Bourdieu (1996), Maria Cecílio Minayo (2007), Marie-France Hirygoien (2002), Teresa Caldeira (2000), dentre outros, tendo em vista compreender as similitudes e diferenças entre as espécies invisíveis de violência.

O autocontrole provocou uma redução das manifestações físicas mais brutas, mas evidenciou outros modos e práticas de sociabilidades consideradas inaceitáveis. Desde a antiguidade o uso da palavra para ferir já era tema de reprimenda. Mas na modernidade se lança um olhar mais detido para sua perversidade. Detração, soberba e calúnia passam a ser observadas e compreendidas como formas de violência. Na tese, observa-se que Kant trata do caráter do *spiritus causticus* e Bourdieu categoriza a violência simbólica a partir do caráter não físico e permeado pela comunicação produzida no âmbito do “poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 1996).

Muniz Sodré (2006) aponta para o estado de violência e violência institucional que surgem da relação entre administração pública e indivíduo, evidenciados pela forma contínua e estrutural com que se ferem os moradores. Por sua vez, Minayo (2007) demonstra que tal espécie de violência ocorre por meio das regras, relações burocráticas e políticas. Dentro das relações de estado, a violência institucional se desdobra ainda no vilipêndio moral dos moradores, principalmente quando ocorrem perseguições contumazes e limitação do direito de ir e vir.

A parte dois desta pesquisa – dedicada ao estudo empírico da mídia, do comportamento dos moradores e do Estado – comprovou as hipóteses formuladas durante a fase teórica da investigação. Através das Análises de Conteúdo e Discurso, o capítulo inicial demonstra como é negado o direito à informação dos moradores. Eles não recebem uma cobertura jornalística plural. A cobertura midiática analisada a partir do conteúdo do “Correio Braziliense” e de “O Popular” tem a predileção por fontes oficiais em detrimento dos moradores. O uso da voz dos agentes burocráticos, como policiais e gestores públicos, em desfavor dos moradores, torna-se violência simbólica da categoria mencionada por Bourdieu (1996).

O esquecimento revelado pelo discurso monofônico, que não busca a pluralidade de vozes, simboliza uma forma não física de violência, já que neutraliza a expressão dos residentes no noticiário diário. O melhor exemplo de esquecimento pode ser observado quando a cobertura jornalística ignora a principal equipe de futebol da região. Time mais antigo de Goiás, o Luziânia, bicampeão do Campeonato de Futebol do Distrito Federal (o Candangão), não foi citado nenhuma vez em 30 dias de cobertura jornalística. O time campeão foi literalmente invisível para o noticiário geral.

Outra característica observada na Análise de Conteúdo e Discurso diz respeito ao excesso de zelo do noticiário com a cidade turística Pirenópolis, município mais citado nas notícias e reportagens investigadas durante a pesquisa. A preocupação reflete o interesse da mídia em relação a um polo turístico, extensão recreativa dos moradores dos dois grandes centros urbanos, Goiânia e Brasília.

Por fim, a Análise de Discurso possibilitou a compreensão de que a violência ocorre por meio da linguagem, com colocações e expressões que solidificam estigmas. Desta forma, a informação social veiculada pelas mídias investigadas indica um espaço de criminalidade que evidencia a degradação do ambiente, cuja marca maior é uma biografia circunstanciada na estigmatização. Assim, a representação da rotina dos moradores se dá principalmente por meio da consolidação de informações referentes a tiroteios, mortes e epidemias. Este acúmulo noticioso acaba por evidenciar o que expõe Goffman (1988): o indivíduo constrói a imagem que tem de si mesmo a partir do material do qual outras pessoas já construíram a sua identificação pessoal e social.

É verdade também que o morador tem relativa liberdade em relação àquilo que elabora sobre sua imagem, mas é inegável o poder simbólico da mídia, que não deixa de evidenciar o estigma ao assumir o sentido da expressão “Entorno” como região periférica. O anúncio publicitário de que Luziânia pode estar no Entorno, mas que para a emissora ele fica no coração traz um deslocamento do discurso que provoca agressão moral, já que transmite clara intenção de suscitar o confronto entre centro e periferia: entorno (periferia) e coração (centro).

O capítulo 2 da segunda parte da pesquisa ofereceu informações sobre os seis Grupos Focais realizados nas cidades que integram a região do Entorno do DF. A partir da narrativa – que inclui gestos, relatos, reflexões e memórias – foi possível aos moradores explicarem e relatarem como se comportam frente à violência cotidiana. Através dos Grupos Focais é que se percebeu a passagem da violência física, que é descrita nos relatos e nos comportamentos dos entrevistados, para a violência invisível,

ora verbalizada ora sentida pelos mesmos através de suas percepções e compreensões. O relato do crime e o estigma convergem quando surge a fala. Esta, por sua vez, se torna veículo para a explicitação da violência simbólica e corporificação do estigma. Assim, a partir dos relatos, os moradores se comportavam ora como agentes da violência invisível ora como vítimas da mesma espécie de agressão.

Circunstâncias instadas pela desorganização social, falta de cumprimento dos *satisfiers* e a observação do ritmo frenético de vida naquela região foram determinantes para entender que a violência física do Entorno do Distrito Federal emerge de uma série de conjunturas. A falta de tempo para socialização motivada pelo deslocamento cotidiano, desigualdade social, a privação de bens, a articulação do crime organizado potencializam os atos de violência física. E toda esta esfera de acontecimentos acaba por inspirar as falas dos crimes, reações individuais adversas, corrupções e ineficácias estatais e a produção de inúmeras violências simbólicas contra os residentes.

A narrativa do linchamento que envolve uma moradora de Luziânia e o desprezo dos habitantes pela atividade policial no tocante às investigações mostram mais do que o aumento de cifras negras. Os moradores também cometem violência simbólica ao ignorarem os eventos criminais e não os relatarem para as autoridades policiais – e mais ainda quando participam dos linchamentos e até mesmo os legitimam com seu discurso, fatos que convertem a violência simbólica em moral (intencional). A colinearidade omissiva e as cifras negras permitem a circulação e acentuada formação do estigma e da violência tanto institucional quanto simbólica, na medida em que cria uma atmosfera de impunidade frente aos delitos que não cessam e se reproduzem em velocidade.

A investigação empírica possibilitou também estabelecer associações entre as condições de vida e a inutilidade dos procedimentos administrativos, que provocam reação inversa nos moradores. Tanto os indivíduos em condições de pobreza e desemprego quanto moradores que se apresentam inseridos no mercado de trabalho revelam sentir o que Muniz Sodré caracteriza como intrínseco à violência institucional – ou seja, a ocorrência de forma contínua e estrutural de uma desídia estatal, que não minora os problemas nem executa procedimentos racionalizantes da realidade.

Ainda na pesquisa empírica, no momento em que se distingue a postura dos moradores como vítimas frente ao estigma, principalmente quando são descritos pela expressão “pés de Toddy”, observa-se um exemplo de como suas identidades e personalidades são afetadas pelos discursos midiáticos e dos populares. Quando alguns dos participantes do Grupo Focal reconhecem a perda da respeitabilidade, pelo simples

fato de estarem no Entorno, ocorre novamente a rememoração do processo de estigma. Como evidencia Scotson e Elias (2000), os próprios nomes dos grupos que estão numa situação de *outsiders* carregam em si “implicações de inferioridade e desonra”.

Os estudos com os habitantes do Entorno do Distrito Federal reafirmam o grupo, mas revelam dissonâncias interpretativas. Conforme se percebe no discurso, vários moradores criaram imunidades da desonra. De acordo com parcela dos entrevistados, apesar de serem, de fato, residentes no Entorno, muitas vezes o “Entorno” era composto pelos “outros”, por outras cidades, por outras vizinhanças inferiorizadas. Ou seja, o estigma é sempre repassado para o município vizinho, o bairro mais violento, para os grupos considerados predadores e que não integram o próprio nicho do falante.

Encerra-se a pesquisa com o capítulo destinado ao estudo do comportamento do Estado, cujo conjunto de ações é interpretado como indicativo da presença de expressiva violência institucional. Apesar da característica invisibilidade, a violência engendrada pela ineficiente racionalização técnica motivou as vítimas a apontarem o Estado como um dos principais motivadores do comportamento violento no Entorno. Por ser despersonalizada, a violência estatal se caracteriza pela incapacidade de ordenar o cumprimento dos *satisfiers*. Se junta a esta característica a relação assimétrica perpetrada pelos agentes públicos e políticos que entram e saem das gestões sem garantir direitos básicos como hospitais ou escolas nos municípios.

Esta pesquisa tem como fundamento a constatação de que os *satisfiers*, identificados por Doyal e Gough, não são cumpridos nos municípios. A consulta às leis orçamentárias dos municípios, Estado e União, bem como relatórios de execução orçamentária, aliadas à pesquisa documental, serviu para demonstrar que existe um desencontro entre previsões de gastos e aplicações do Estado. O exemplo mais significativo deste contexto imerso na inépcia, negligência, improbidade e corrupção foi encontrado em Águas Lindas. O relatório orçamentário revela que apenas 0,27% do previsto para saneamento, por exemplo, foi aplicado em obras e serviços. A ausência de hospitais, de UTIs e a própria precariedade do IML, que deixa por horas a fio os corpos expostos no chão, tornam evidente a deterioração da qualidade de vida dos moradores, circulando uma informação social que agride a imagem dos mesmos.

A entrevista com o ex-senador Gim Argello, preso durante a Operação Lava Jato, serviu para compreender os mecanismos de liberação de recursos para as cidades do Entorno. Sua especificação de como age o Estado, a partir de experiência própria, é um exemplo do que Minayo (2007) descreve como violência institucional, já que se

procede ora por meio das regras ora através das relações burocráticas e políticas. Nas condições com que executa seus procedimentos, a confluência de Estados que se junta para atender aos moradores produz como resultado um conjunto de políticas públicas ineficientes e que atende aos interesses dos políticos. Evidencia-se que a racionalização estatal é desestruturada por jogos partidários, muitas vezes fundados em evidentes contextos de criminalidade política.

Conforme se percebe, a violência institucional é o acelerador dos problemas do Entorno. A Lei da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) foi destinada a criar o desenvolvimento e amparar os municípios, reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Todavia, o Governo Federal optou em deslocar o Fundo do Entorno – previsto originalmente nesta norma – exclusivamente para o Distrito Federal, dando ao primo rico uma bolada orçamentária mensal que possibilita ao ente federado, por exemplo, conceder a melhor remuneração da polícia brasileira.

Finaliza-se este estudo com a certeza de que a União, Estado de Goiás, Governo do Distrito Federal e prefeituras têm realizado gestões que não atendem aos moradores e que não garantem direitos sociais elementares. O Entorno do Distrito Federal surgiu a partir da construção de Brasília – um sonho das elites republicanas, públicas e regionais que atravessou o século 19 e se efetivou por meio de complexa fabulação de procedimentos jurídicos e conchavos políticos, adequação de interesses oligárquicos e consolidação de um novo modelo econômico inspirado no desenvolvimentismo.

Através da ousadia do então presidente Juscelino Kubitschek, mentor de frases de efeito como “50 anos em 5”, Goiás se transformou por meio da redução: propriedades rurais que se localizavam principalmente em Luziânia, Planaltina e Formosa foram desapropriadas pela União. Durante esta pesquisa, em cartórios dos municípios, percebeu-se um intrincado painel de fazendas que existiam em Goiás desde a colônia e que hoje se transformaram em largas avenidas cravadas em meio ao cerrado de pedras do Distrito Federal.

As fazendas Gama, Engenho Queimado, Paranoá, Alagado, Chapadinha, Rasgado, Ponte Alta, Água Quente, Guariroba, Larga de Santa Maria, Santa Maria, Desterro, Barreiras e Saia Velha foram repassadas para a União tendo em vista atender a recomendação legal que aparece pela primeira vez no artigo 3º da Constituição Republicana de 1891. A lei dizia que dali em diante pertenceria à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que seria oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.

Se for verdade que a construção de Brasília, especialmente, desafogou o litoral para felicidade da elite carioca, não se pode deixar de reafirmar que o Decreto n.480, que cria mecanismos da mudança da capital, se referiu bem antes aos goianos como “periferia”, vaticinando o que ocorreria da década de 1970 em diante. A chegada de Brasília legitimou de fato parcela da terra do estado como periferia, ao colocá-la nas bordas da capital administrativa. Antes fazendas, as áreas destinadas ao Governo Federal irradiaram na região uma ocupação inicialmente higiênica. A parcela de terra onde se construiu o asseado centro administrativo, judicial e político da nação passou a ser um núcleo de segregação: após o fim das obras os operários eram convidados a retornar para seus “mundões” na Bahia, Piauí ou Maranhão.

Ao redor, os teimosos que ficavam, e aqueles desavisados que chegaram depois, se instituíram como povo segregado e potencialmente estigmatizado pelos que os observavam do alto do Plano Piloto. Sem alvíssaras dos decretos, eles se embrenharam no Cerrado ou caíram no canto da especulação imobiliária que realmente – naquele momento – trocava lotes por relógio ou bicicletas. Com facões, desenharam cidades nas matas. Cientes de que estavam apartados da Capital, a partir da década de 1970, tornaram-se seres humanos confinados nos municípios que hoje compreendem a chamada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Nas quatro últimas décadas sofreram toda sorte de problemas sociais, tornando-se vítimas de um caldeirão de riscos. O salto tecnológico da racionalização, as novas mudanças nas relações de trabalho, a mecanização e a organização tecnocrática romperam com as formas de vida tradicionais da região, a ponto de ameaçar aglomerados de quilombolas e ciganos, que ainda hoje tentam se reorientar nos poucos caminhos que restam. O grupo alimentício francês Bonduelle se instalou na campeã do agronegócio Cristalina. Outros franceses, da La Farge, assumiram uma fábrica em Cocalzinho e passam a investir na produção de cimento. Esperam, no Entorno do DF, fazer com que a empresa supere os 4 milhões de toneladas/ano de produtividade.

A virada da década de 1990 para 2000 marca a mudança da rota da industrialização, que migra do DF para as cidades goianas. E onde é que entra a tradicional marmelada de Santa Luzia, o primeiro produto exportado por Goiás, ainda no século 17? Em qual lógica de mercado se insere a Luziânia colonial? Aí é que está: não entra, não insere. A liberação de forças destrutivas constantes e aceleradas revela uma profusão de conexões, que unem estados, oligarquias e investidores.

Dos problemas sociais à produção de violências, o Entorno do DF enfrenta a nova era da violência, a violência tecnológica, onde seus empresários e homens de poder muitas vezes o controla remotamente de lugares distantes – como o senador cearense Eunício Oliveira (PMDB), proprietário de grande extensão de terras em Corumbá de Goiás, cuja vigilância da propriedade se dá por meio de câmeras e novos *gadgets* digitais ainda desconhecidos para a maioria dos moradores da região.

Assim, o ciclone histórico que varre o Entorno traz em sua estrutura as mais variadas formas de desconstrução de sociabilidades e socializações, desagregando e ao mesmo tempo criando um fluxo constante de migrações e demandas cujo mote é esquecer o passado – seja o passado dos goianos seja o passado daqueles que chegam. Pirenópolis anuncia em seu centro histórico a construção de dois condomínios de balneários, como que acertando uma face inovadora da desordem que ousa dizer que precisamos desconstruir para modernizar. A edificação do Distrito Federal acarretou a destruição de uma paisagem importante do Planalto Central, reduziu as culturas rurais centenárias que ali se formavam e abriu espaços para uma industrialização fundada na colonização do mercado interno, que acelera ou desafoga na medida em que entra “capital” na fornalha da Capital. Nos territórios antes ocupados por indígenas, utilizados como moradas pelos lobos guarás, onde os ribeirinhos faziam uso da nascente que dá vida à barragem de Águas Lindas, instalou-se uma cidade sem aterro sanitário. Em vez da água do tempo, que convidava a todos para contemplarem de dentro sua larga e mansa balneabilidade, ela foi encanada, tratada e distribuída para lavar as calçadas e os carros pretos blindados que cortam velozes e reluzentes os eixos da Capital Federal em direção de autarquias, ministérios e tribunais.

Os imigrantes que chegaram depois dos pioneiros caíram desempregados, engrossando as filas de inativos nos municípios ao redor. Submetidos ao sistema que os estrutura em classe operária, eles, os habitantes do território do Entorno, adotam a prática sonâmbula de ir e vir, ora sendo assaltados no itinerário ora se adequando às regras de superconsumo que impera em Brasília, capital cujo alto custo de vida se impõe a despeito da zona de pobreza que a reorganiza todos os dias, juntando seu lixo, limpando suas fezes, servindo sua comida, dando aos poucos seus sistemas nervosos para que tudo seja feito do jeito que os governantes querem e desejam.

A pesquisa empírica nos municípios demonstrou que não existe uma violência física exclusiva do “Entorno do Distrito Federal”, como a mídia nos faz acreditar através de um discurso característico. Cada cidade apresenta sua individualidade e

particularidade estatística e de frequência de atos violentos bem como de narrativas. Conforme se percebe, os municípios rurais do Entorno, com exceção de Cristalina, apresentam baixo índice de criminalidade física. Mas ao mesmo tempo o estigma cobre toda a região, a ferindo com expressões, gestos e ações muitas vezes invisíveis.

Não obstante este estudo chegar ao fim, novos problemas e questionamentos surgem, como entender a relação entre industrialização e violência, a ação violenta das subculturas que habitam a região, a lógica do tráfico de drogas, a interferência da mídia no comportamento violento ao redor das escolas do Entorno e a mensuração dos efeitos dos desarranjos familiares na violência juvenil. Sugere-se ainda, para novos estudos, a relação das taxas de emprego e criminalidade, a violência invisível contra mulheres e crianças, a presença do poder simbólico nas ações violentas dos estados, o comportamento da Justiça criminal diante da violência jurídica e a compreensão da sociabilidade dos imigrantes que chegam em busca de uma nova vida.

Ao Entorno do Distrito Federal resta a reflexão de uma máxima adaptada: entre as cidades da RIDE, permeadas por comunicadores, gestores e moradores, tal qual aqui se idealizou o presente estudo, existem os que vivem a violência e os que vivem dela. Erradicá-la exige mais do que operações da polícia e ações espetaculosas que enfeitam as manchetes. Esta violência é real: na imprensa e nas ruas. Visível e invisível, ela nos toca de um jeito ou de outro. Aos gestores, mídias e moradores, não existe como fugir dela. Viver desta violência implica uma responsabilidade com o futuro de todos que habitam o território do Entorno, sejam eles os dominantes ou dominados.

## REFERÊNCIAS

- ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Editora Summus, 1995.
- ANHUT, R; HEITMEYER W. **Disintegration, Recognition and Violence**. Les Cahiers de Psychologie politique, Revue. 2006.
- ARIZA, Camila Guedes. **Qualidade Ambiental em Águas Lindas de Goiás e a Gestão dos Recursos Hídricos**. 2010. 206 f. Dissertação (Mestrado - Departamento de Geografia) – Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2010.
- ARRIETA, Gricelda Azevedo. **A violência na Escola**: a violência na contemporaneidade e seus reflexos na escola. Canoas: Ed. Ulbra, 2000.
- AUBERT, N. **A neurose profissional**. in Chanlat, J.F. (Coord.). O Indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993.
- AVRITZER, L; COSTA, S. **Teoria Crítica, democracia e esfera pública**. In. MAIA, Rousiley e Maria Ceres (Org.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARTHES, Roland. **Essais critiques**. Paris: Seuil, 1964.
- BAUER, Martin; Gaskell, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. São Paulo: editoria Vozes, 2000.
- BAUMAN, Z; LUHMANN, N; BECK, U. **Las consecuencias perversas de la modernidad**. Barcelona: Anthopos, 1996.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, A.; LASH S. **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**. Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BÍBLIA. N. T. **Tiago**. In: Bíblia Sagrada: Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.
- BISPO, Clísy e Bispo e Souza, Vera Lúcia. **Violência institucional sofrida por mulheres internadas em processo de abortamento**. In: Revista Baiana de

Enfermagem. Acessado em 21 de junho de 2016. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/3909>>

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism: perspective and method**. New Jersey: Prentice-Hall, 1969.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. A filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 2012.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma Teoria da Prática**. In: ORTIZ, Renato (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu, São Paulo: Editora Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **Esboço de uma teoria da prática**. Lisboa: Celta, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **Effets de lieux**. Pg. 249-262 in Pierre Bourdieu et al., La Misère du monde. Paris: Points/Seuil, 1993.

\_\_\_\_\_.; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BUTARELO, Fernanda Stefani. **A municipalização do ensino fundamental: a política nacional de financiamento e a aplicação de recursos da educação pelos Municípios do Estado de São Paulo após a Emenda Constitucional nº 14/96**. 2007. Tese de doutorado (Marília-SP: Unesp), 2007.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

CAMARGO, Candido P. Ferreira de (Org.). **São Paulo, 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo:CEBRAP/Paz e Terra, 1976.

CAMPOS, T. DE S.; ROHLFS, D.B. **Avaliação dos valores de nitrato em águas subterrâneas e sua correlação com atividades antrópicas no município de Águas Lindas de Goiás**. Goiânia. PUC, [2011]. Acesso em: 02 abr 2014. Disponível em: <<http://www.cpgls.ucg.br/arquivosUpload/1/File/.../SAUDE/86.pdf>>.

CANO, Ignacio; SANTOS, Nilton. **Violência Letal, Renda e Desigualdade Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2001.

CARVAHO, Alice; MEDEIROS, Valério. **O Programa Minha Casa Minha Vida na Área Metropolitana de Brasília: análise da localização dos empreendimentos**. Artigo apresentado no III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, em São Paulo, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

\_\_\_\_\_. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERQUEIRA, Daniel. **Mapa de homicídios ocultos no Brasil**: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2013.

CERQUEIRA, Daniel. **Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

- CHACON, Lourenço. **Ritmo da Escrita**: uma organização do heterogêneo da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e Poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHESNAIS, J. C., **Histoire de la Violence**. Paris: Pluriel, 1981.
- CODEPLAN. **Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios-PMAD**. Brasília: Codeplan, 2016.
- COELHO, Edmundo Campos. **A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Formas de violência contra a mulher**. Acessado EM 12 DE FEVEREIRO DE 2017. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>>
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão; ZACKESKI, Cristina; MACIEL, Welliton. **Investigação e processamento dos crimes de homicídio na Área Metropolitana de Brasília**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 10, p. 36-54, 2016.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão; SOUZA, Dalva Borges de. **A Violência no Eixo Brasília-Goiânia**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, p. 299-311, 2012.
- COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**: Estudos sobre o culto, o Direito e as Instituições da Grécia e de Roma. São Paulo: Editora Edipro, 2001.
- DEBORD, GUY. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.
- DECKER, Scott H. **Deviant Homicide**: a new look at the role of motives and victim offender relationships. Journal of Research in Crime and Delinquency. Sage Publications Inc, 1996.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cartaz — Oboré, 1992.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese de doutorado. USP, 2011.
- DOYAL, L; GOUGH, I. **A Theory of Human Need**. New York: Guilford, 1991.
- DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- DURKHEIM, Emile. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- \_\_\_\_\_. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Leila. **Bambini**: a abordagem italiana à educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- EISNER, M. **Modernization, Self-Control and Lethal Violence**: The Long Term Dynamics of European Homicide Rates in Theoretical Perspective. British Journal of Criminology, 2001.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1990.
- \_\_\_\_\_. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- EUFRÁSIO, Mario A. **Estrutura urbana e ecologia humana**: a escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34, 1999.
- FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**. São Paulo: Edusp, 2001.

FELSON, Marcus. **Crime and Everyday Life**. London: Sage Publications, 2002.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora USP, 1971.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Unesp, 2011.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

FREUND, Julien. **Vista en conjunto sobre la obra de Carl Schmitt**. Buenos Aires: Struhart & Cia, 2006.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. **Análise do conteúdo**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Metódos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FONSECA, Rafael Maia Carlos. **História Ambiental do Município de Águas Lindas de Goiás – GO**. 2009. 88 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) – Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GARLAND, David. **A Cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Novas Regras do Método Sociológico**. Lisboa: Gradiva, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

GOMES, Wilson. **Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

GONSALVES, E.P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **A inclusão do outro: estudos de política**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2001.

HELOANI, Violência Invisível, 2003. Artigo. In: *Rae Executivo*. Acessado em 21 de janeiro de 2017. Disponível em <[http://www.vidaacarreira.com.br/violencia\\_invisivel.pdf](http://www.vidaacarreira.com.br/violencia_invisivel.pdf)>

HEMENWAY, David. **The public health approach to reducing firearm injury and violence**. In: *Stanford Law And Policy Review*, 2005. Acessado em 24 de fevereiro de 2015. Disponível em <[https://journals.law.stanford.edu/sites/default/files/stanford-law-policy\\_review/print/2006/06/hemenway\\_17\\_stan.\\_l.\\_poly\\_rev.\\_635.pdf](https://journals.law.stanford.edu/sites/default/files/stanford-law-policy_review/print/2006/06/hemenway_17_stan._l._poly_rev._635.pdf)>

HIBBELN, Joseph. **Fish Oil and Impulsive Aggressive Behavior**. In *Journal of child and adolescent psychopharmacology*, edição eletrônica Julho de 2015

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

- JOAS, Hans. **Interacionismo simbólico**. In: Anthony Giddens; Jonathan Turner (orgs.). Teoria Social Hoje. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- JÚNIOR, Dirley. **Direito Constitucional**. Salvador: Editora Juspodivm, 2009.
- KASZNAR, Istvan. **A leitura econômica da violência e segurança**. In Desafios da gestão pública de segurança. Oliveira, Fátima de (Org.). São Paulo: FGV, 2005.
- KOSTOF, S. **The city shaped: urban patterns and meanings throught history**. London: Thames and Hudson, 2001.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- LEITE, Renato. **Os gastos da educação nos municípios goianos após a implantação do Fundeb**. 2014. Artigo. Acessado em 21 de março de 2016. Disponível em <[http://www.anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT5/GT5\\_Comunicacao/Renato\\_RibeiroLeite\\_GT5\\_integral.pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/Renato_RibeiroLeite_GT5_integral.pdf)>
- LOZANO, José Carlos. **Hacia la reconsideración del análisis de contenido em la investigacion de los mensagens comunicacionales**. In RUIZ, Enrique Sanches; BARBA, Cecília Cervantes (orgs). **Investigar la comunicación: propuestas Iberoamericanas**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1994.
- KANT, Immanuel. **A Metafísica dos Costumes**. São Paulo: Edipro, 2003.
- LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Editora Paulus, 2005.
- \_\_\_\_\_. O conceito de sociedade. In: NEVES, C. B.; SAMIOS, E. M. B. (Org.). Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Poder**. Brasília: Edunb, 1985.
- MACHADO, Luis Antônio. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil Urbano**. In: Sociedade e Estado, vol. 19, no. 1 jan/jun 2004. Brasília: ed. UnB, 2004.
- MELO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.
- MELLO, Marcelo. **Brasília e Águas Lindas de Goiás: consenso e dissenso na produção de Corpos**. Artigo. Acessado em 21 de fevereiro de 2017. Disponível em <<https://revistas.ufg.br/atelie/article/viewFile/15480/15104.2013>>.
- MELLO, Marcelo. Brasília. **Águas Lindas de Goiás e o (des)encontro da racionalidade com a irracionalidade**. Tese de doutorado da Universidade Federal de Goiás(UFG). 198f, 2009. Programa de Pesquisa em Geografia, 2009.
- MOREIRA, Vania Maria Losada. **Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.
- MERTON, Robert. **Sociologia – Teoria e Estrutura**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.
- MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MICHAUD, Yves. **La violence apprivoisée**. Paris: Hachette, 1996.

MIGUEL, Luis Felipe. **O jornalismo como sistema perito**. Tempo Social: revista de sociologia da USP. São Paulo, vol. 2, n. 1, p. 197-207, maio de 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. 2010. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde**. Acessado em 20 de janeiro de 2016. Disponível em <[http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec\\_mulher/capacitacao\\_rede%20modulo\\_2/205631-conceitos\\_teorias\\_tipologias\\_violencia.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf)>

MISSE, Michel. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Civitas: Revista de Ciências Sociais, vol. 8, no 3, 2008.

MORGAN, D.L. **Focus groups as qualitative research**. California: Sage Publications, 1997.

NOBREGA, M.D.S. **Conflitos ambiental e fundiário de Águas Lindas de Goiás na divisa com o Distrito Federal**. Artigo, 2005. Acessado em 14 de abril de 2016. Disponível em: [http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vi\\_en/artigos/mesa3/Conflitos\\_Ambiental\\_E\\_Fundi\\_rio\\_De\\_guas\\_Lindas\\_De\\_Goi\\_s\\_Na\\_Divisa\\_Com\\_O\\_Distrito\\_Federal.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vi_en/artigos/mesa3/Conflitos_Ambiental_E_Fundi_rio_De_guas_Lindas_De_Goi_s_Na_Divisa_Com_O_Distrito_Federal.pdf)

NOGUEIRA, Maria Inês. **Assistência Pré-natal Prática de Saúde a Serviço da Vida**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

NUNES, Jordão. **Interacionismo simbólico e dramaturgia: a sociologia de Goffman**, Goiânia: Editora UFG, 2005.

OFFE, Klaus. **Mudanças Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Newton de. **A violência do ponto de vista internacional**. In: Desafios da gestão pública de segurança. Oliveira, Fátima de (Org.). São Paulo: FGV, 2005.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. **A vítima e o direito penal: uma abordagem do movimento vitimológico e de seu impacto no direito penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Quando o Estado agride a criança**. Unicef: 2014. Acessado em 15 de maio de 2016. Disponível em [https://www.unicef.org/brazil/pt/Cap\\_06.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_06.pdf)

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 7 ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2007.

PARK, Robert. **A notícia como forma de conhecimento**. In: Meios de comunicação de massa. São Paulo: Cultrix, 1976.

PARK, Robert. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**. (Org) VELHO, Otávio. In: O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PAULANI, Leda Maria. **Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo**, 2016. In: Revista de Economia Política. Acessado em 25 de fevereiro de 2017. <http://www.scielo.br/pdf/rep/v36n3/1809-4538-rep-36-03-00514.pdf>

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PEIRCE, C.S. **Some Consequences of Four Incapacities**. In: HARTSHORNE, C. Weiss. P. Collected Papers. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

PELUSO, Marília Luíza; TORMIM, Cassiana Vaz. **Violência social, pobreza e identidade entre jovens no entorno do Distrito Federal**. Espaço e Tempo, São Paulo,

n.18, p.251, 2005. Acesso em: 20 agosto de 2014. Disponível em:<  
<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/view/369/199> >

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

PERROT, Jean. **Ponctuation et fonctions linguistiques**. In: "Langue Française, vol. 45, n°45". Paris: Armand Colin. 1980.

POPPER, Karl R. **A Lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2013.

PORTÃO, Ramão. **Criminologia da Comunicação**. Santos: editora Traço, 1980.

PORTO, Sérgio Dayrell. **Análise do Discurso: o caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada**. Brasília: Casa das Musas, 2010.

PREBISCH, Raul. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**, 1949. Acessado em 20 de janeiro de 2016. Disponível em <<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>>

RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito**. Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**. Novas Tendências na Cobertura de Criminalidade e Segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Cesec, 2007.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

REA, L. M.; PARKER, R. A. **A metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

REIS, Wellington. **Relatório: Operação Entorno**. Documento, 2011.

RIBEIRO, Rômulo José. **IBEU Local: desigualdade urbana e centralidade do DF**. In: Observatório das Metrópoles, 2013. Acessado em 21 de janeiro de 2016. Disponível em  
 <[http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=659%3Aan%C3%A1lise-do-ibeu-para-a-ride-df-e-a-mb&Itemid=164&lang=pt#](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=659%3Aan%C3%A1lise-do-ibeu-para-a-ride-df-e-a-mb&Itemid=164&lang=pt#)>

RIGATTI, D. **When the city centre is no longer the centre of the city**. In: 5th International Space Syntax Symposium, 2005, Delft. Faculty of architecture, 2005.

ROCHA, Renato. **O papel do fortalecimento institucional municipal na sustentabilidade da gestão de caráter regional: o caso do município de Alexânia no Eixo Brasília-Goiânia**. Dissertação de Mestrado. 2007. 159 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília (UnB), 2007.

RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. **Niklas Luhmann: a sociedade como sistema**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012.

RONDELLI, E. **Linguagens da Violência**. In \_\_\_\_\_. Linguagens da Violência. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2000.

SANTANA, Nickolas; OLIVEIRA, Elton. **Evolução do uso e ocupação sobre áreas do cerrado no município de Água Fria de Goiás, por meio de técnicas de geoprocessamento**. Acessado em 21 de março de 2014 em <http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/viewFile/490/668>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

SEN, Amartya. **Inequality Reexamined**. New York: Russell Sage Foundation, Clarendon Press Oxford e University Press, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SHOEMAKER, Pamela J.; VOS, Tim P. **Teoria do gatekeeping**: seleção e construção da notícia. Porto Alegre: Penso, 2011.

SILVA, Welliton Carlos da. **O suspeito na cobertura jornalística**: a presunção da inocência no jornalismo. Dissertação de mestrado. 2009. 271f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás (UFG), 2009.

\_\_\_\_\_. **A construção jurídica do Distrito Federal e Entorno: como fazendas se tornaram periferias**. Dissertação de mestrado. 2016. 194f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Goiás (UFG), 2016.

SIQUEIRA, Deis. **As novas religiosidades no ocidente**: Brasília, cidade mística. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 2003.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. Estudios sobre las formas de socialización. Madri: Alianza Editorial, 1977.

\_\_\_\_\_. **On individuality and social forms**. Donald Levine (Org). Chicago: University: Chicago Press, 1971.

\_\_\_\_\_. **A Metrópole e a vida mental**. In VELHO, Otávio. O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. EDIPUCRS: Porto Alegre: 2006.

SOUZA, Dalva Borges de. **Violência, Poder e Autoridade em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2006.

SOUZA, Dalva Borges; FRATTARI, Najla. **Homicídios na Região Metropolitana de Goiânia**. 2010.

SOUZA, Saulo. **Avaliação da qualidade de água de captação e saneamento ambiental em Goiás**. Tese de doutorado. 2014. 109 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Goiás (UFG), 2014.

Shaw, C. R.; McKay, H. D. **Juvenile delinquency and urban areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SPIERENBURG, Pieter. **Long-Term Trends in Homicide: Theoretical Reflections and Dutch Evidence, Fifteenth to Twentieth Centuries** in: Johnson, Eric A; Monkkonen, Eric H. The Civilization of Crime: Violence in Town and Country since the Middle Ages. Urbana: University of Illinois Press: 63-105, 1996.

STRAUSS, Anselm. **Espelhos e máscaras**: a busca de identidade. São Paulo, Edusp, 1997.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRIVINHOS, Eugênio. **Visibilidade mediática, melancolia do único e violência invisível na cibercultura**, 2012. In Matrizes. USP. Acessado em <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38295/41121>

VALADÃO, L. A. N.; NASCIMENTO, L. C. do. **Lixo e cidadania**: a construção a partir da organização. Monografia de especialização. Universidade Estadual de Goiás. Formosa, 2004.

WACQUANT, Loïc. **Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality**. Cambridge: Polity Press, 2008.

WADA, Satsuqui. **Percepção ambiental e realidade local em Águas Lindas – Goiás**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2003. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2003.

- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros**. Brasília: RITLA/Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Mapa da Violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil**. Brasília: RITLA/Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Mapa da Violência 2010: Anatomia dos Homicídios no Brasil**. Brasília: RITLA/Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Mapa da Violência: A cor dos homicídios no Brasil**. Brasília: RITLA/Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, 2012.
- WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1968.
- \_\_\_\_\_. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WIEVIORKA, Michel. **O novo paradigma da violência**. Tempo Social: revista de sociologia da USP. São Paulo, vol. 9(1): 5-41, maio de 1997.
- \_\_\_\_\_. **Control of Violence – Historical and International Perspectives on Violence in Modern Societies**, New York: Springer 2011.
- WILGES, Ilmo José. **Finanças Públicas: orçamento e direito financeiro**. Porto Alegre: Editora AGE, 2006.
- WILSON, James. **Thinking about Crime**. New York: Vintage Books, 1983.
- WIRTH, Louis. **O Urbanismo como Modo de Vida**. In: Otávio Velho (org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- WOLFGANG, Marvin E; FERRACUTI, Franco. **The subculture of violence**. Towards an integrated theory in criminology. London: Tavistock Publications, 1967.
- WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: UFRJ Editora e Editora Revan, 1994.
- ZILBERBERG, Claude. **Louvando o acontecimento**. Revista Galáxia, n.13, 2007.

## **ANEXOS**

## **ANEXO A – Tabelas com taxas de homicídios e índices econômicos e sociais**

<b>Municípios que não registraram homicídios em 2012</b>
1- Água Fria de Goiás
2 – Cabeceiras
3 - Mimoso de Goiás
4 – Vila Boa de Goiás
Fonte: Mapa da Violência (2014)

♦ Estas cidades apresentam histórico de baixo índice de homicídios, tendo Cabeceiras exibido dois casos em 2008. Água Fria de Goiás, por sua vez, em seu histórico, traz mais ocorrências no passado recente, três em 2008, dois em 2009 e dois em 2011. Já Mimoso de Goiás não apresenta nenhum episódio nos levantamentos efetuados de 2008 para cá, sendo, portanto, nesta série histórica o município com menor índice de homicídios. Vila Boa já marcou 2 casos em 2008, 2 homicídios em 2009, um caso em 2010, 2 em 2011 e nenhum episódio em 2012, tornando-se, deste grupo cujo número de assassinatos é reduzido, um dos mais violentos, ao lado de Água Fria.

### **Municípios do Entorno do Distrito Federal que apresentaram números absolutos**

<b>de homicídios abaixo de 20 em 2012</b>
1 - Padre Bernardo - <b>15</b>
2 - Cocalzinho de Goiás – <b>12</b>
3 - Alexânia – <b>11</b>
4 - Corumbá de Goiás – <b>06</b>
5 - Pirenópolis – <b>05</b>
6 - Abadiânia - <b>01</b>
Fonte: Mapa da Violência (2014)

♦ O município de Alexânia está abaixo no índice de mortes por 100 mil habitantes, com 45,1. Em 2012, o município exibiu 11 casos, 14 em 2011, 16 em 2010. Em 2008, a cidade apresentou 12 casos de homicídio. Chama atenção o fato de apenas um homicídio ter sido contabilizado em 2009 e nos anos seguintes ocorrer uma súbita escalada de casos de assassinato. Dentro deste grupo intermediário, Corumbá de Goiás teve seis mortes em 2012, fato que a coloca à frente de Alexânia e Padre Bernardo na taxa de assassinatos por cem mil, com 57,3. Pirenópolis registrou 5 homicídios em 2012, o que significa 21,5 na proporção de mortes por 100 mil habitantes. Existe também relativa uniformidade no registro das ocorrências: nenhuma em 2008, 4 em 2009, 5 em 2010, 1 em 2011.

<b>Municípios do Entorno do Distrito Federal que apresentaram números absolutos de homicídios acima de 20 em 2012</b>
1 - Luziânia – 190
2 - Águas Lindas – 105
3 - Valparaíso de Goiás – 90
4 - Formosa – 68
5 - Novo Gama – 61
6 - Planaltina de Goiás – 60
7 - Santo Antônio do Descoberto – 43
8 - Cidade Ocidental – 35
9 - Cristalina – 26
Fonte: Mapa da Violência (2014)

♦ Valparaíso de Goiás contabiliza 90 casos de homicídios em 2012, o que significa 64,4 assassinatos por 100 mil habitantes. O município tem um indicativo de queda dos anos 2011 em relação a 2012: foram 39 assassinatos em 2008, 76 em 2009, 95 em 2010 e 110 em 2011. A

cidade apresenta uma taxa de homicídios por 100 mil abaixo de Luziânia (105,8) e acima de Águas Lindas (62,7). Valparaíso, em 2012, ocupou, portanto a 115ª colocação dentre as cidades com maior quantidade de homicídios por 100 mil pessoas, sendo que em Goiás ela se coloca em 8º lugar.

<b>Dez cidades goianas com maior taxa de homicídios</b>	
<b>1 - Luziânia – 105,8</b>	
2 - Santa Helena de Goiás – 76,2	
<b>3 - Planaltina – 72,4</b>	
4 - Nerópolis – 67,8	
<b>5 - Cocalzinho de Goiás – 67,3</b>	
<b>6 - Santo Antônio do Descoberto – 66,2</b>	
<b>7 - Formosa – 65,8</b>	
<b>8 - Valparaíso de Goiás – 64,9</b>	
9 - Aparecida de Goiânia – 62,8	
<b>10 - Águas Lindas de Goiás – 62,7</b>	
Fonte: Mapa da Violência (2014)	
*Em negrito, cidades do Entorno do Distrito Federal	

♦ Das 20 mais com maiores quantidades de homicídio por cem mil habitantes, 13 estariam no Entorno do Distrito Federal. Na tabela, das dez com maiores taxas, sete são municípios do Entorno do DF.

<b>Relação da distância de Brasília e homicídios por cem mil pessoas</b>		
<b>Cidades</b>	<b>Distância de Brasília</b>	<b>Homicídios por 100 mil</b>
Valparaíso	38,6 km	64,9
Novo Gama	41,2 km	62,2
Planaltina de Goiás	44 km	72,4
Cidade Ocidental	46 km	60,1
Santo Antônio	49 km	66,2
Águas Lindas	50,3 km	62,7
Luziânia	60 km	105,8
Formosa	79 km	65,8

Alexânia	91,2 km	45,1
Cocalzinho de Goiás	109 km	67,3
Padre Bernardo	115 km	52,4
Abadiânia	120 km	6,1
Corumbá de Goiás	129 km	57,3
Cristalina	132 km	53,6
Mimoso de Goiás	135 km	0
Cabeceiras	138 km	0
Água Fria de Goiás	143 km	0
Pirenópolis	149 km	21,5
Vila Boa de Goiás	163 km	0
Fonte: SILVA (2014)		

♦ No aspecto referente à territorialidade do Entorno e sua proximidade com o Distrito Federal, em um número significativo de cidades, mas não todas, percebe-se que quanto mais próximo o município em relação à Brasília, capital do DF, maior é o índice de homicídios. Conforme se extrai da tabela, por outro lado, os municípios que apresentam menor índice de homicídios estão mais distantes de Brasília. Das cinco mais afastadas, quatro são aquelas cidades do grupo 1, que não apresentam homicídios no levantamento de 2012.

<b>Relação de densidade e homicídios por cem mil pessoas</b>		
<b>Cidades</b>	<b>Densidade demográfica</b>	<b>Homicídios por 100 mil</b>
Mimoso de Goiás	1,94	0
Água Fria de Goiás	2,51	0
Vila Boa de Goiás	4,47	0
Cabeceiras	6,52	0
Cristalina	7,56	53,6
Padre Bernardo	8,81	52,4
Cocalzinho de Goiás	9,73	67,3
Corumbá de Goiás	9,76	57,3
Pirenópolis	10,43	21,5

Abadiânia	15,08	6,1
Formosa	17,22	65,8
Alexânia	28,09	45,1
Planaltina de Goiás	32,10	72,4
Luziânia	44,06	105,8
Santo Antônio	66,99	66,2
Cidade Ocidental	143,38	60,1
Novo Gama	487,29	62,2
Águas Lindas	846,02	62,7
Valparaíso de Goiás	2.165,48	64,9
Fonte: SILVA (2014)		

♦ Outro comparativo, tendo como base a taxa de homicídios, diz respeito à relação da densidade demográfica, indicativo da urbanização, com este padrão de contabilidade de mortes. Conforme a tabela, as cidades com menor densidade demográfica e menor grau de urbanização apresentam, sem que apareça de forma completamente uniforme, menores taxas de homicídios. No caso das quatro menores densidades territoriais, municípios com elevados traços de vida agrária, nenhuma delas apresentou homicídios durante 2012.

<b>Relação entre produção e homicídios por cem mil pessoas</b>		
<b>Cidades</b>	<b>Espécie preponderante de produção</b>	<b>Homicídios por 100 mil</b>
Valparaíso	Serviços/Indústria	64,9
Novo Gama	Serviços/Indústria	62,2
Planaltina de Goiás	Serviços/Indústria	72,4
Cidade Ocidental	Serviços/Indústria	60,1
Santo Antônio	Serviços/Indústria	66,2
Águas Lindas	Serviços/Indústria	62,7
Luziânia	Serviços/Indústria	105,8
Formosa	Serviços/Indústria	65,8
Alexânia	Serviços/Indústria	45,1
Cocalzinho de Goiás	Serviços/Indústria	67,3

Padre Bernardo	Serviços/Agropecuária	52,4
Abadiânia	Serviços/Agropecuária	6,1
Corumbá de Goiás	Serviços/Agropecuária	57,3
Cristalina	Agropecuária/Serviços	53,6
Mimoso de Goiás	Agropecuária/Serviços	0
Cabeceiras	Agropecuária/Serviços	0
Água Fria de Goiás	Agropecuária/Serviços	0
Pirenópolis	Serviços/Indústria	21,5
Vila Boa de Goiás	Agropecuária/Serviços	0
Fonte: SILVA (2014)		

♦ Os dados revelam que as cidades onde domina a produção agrícola, ou em que ela é mais preponderante, existe uma menor taxa de homicídios. Naquelas com maior industrialização ou grande combinação desta com serviços, a tendência ao homicídio é maior.

<b>Cidades do Entorno onde agropecuária é preponderante</b>				
	<b>Agropecuária</b>	<b>Indústria</b>	<b>Serviços</b>	<b>Taxa de Homicídios</b>
<b>Água Fria</b>	70.764	5.657	30.301	0
<b>Cabeceiras</b>	80.804	8.561	41.240	0
<b>Cristalina</b>	521.63	87.371	406.644	53,6
<b>Mimoso</b>	16.387	1.916	11.959	0
<b>Vila Boa</b>	45.589	11.609	34.455	0
Fonte: IBGE (2010)				

♦ O quadro demonstra que existem no Entorno do Distrito Federal cinco cidades onde a agropecuária é a atividade preponderante na consolidação do Produto Interno Bruto (PIB). Destes municípios, apenas um apresenta incidência de homicídios.

<b>Cidades do Entorno onde serviços é preponderante</b>				
	<b>Agropecuária</b>	<b>Indústria</b>	<b>Serviços</b>	<b>Taxa de</b>

				<b>homicídios</b>
<b>Abadiânia</b>	20.705	16.856	73.610	6,1
<b>Corumbá</b>	19.904	8.354	48.577	57,3
<b>Padre Bernardo</b>	55.793	26.111	127.908	52,4
IBGE (2010)				

♦ Quanto a relação produtividade/taxa de homicídios, outro grupo de cidades apresenta a bipolaridade serviços e agropecuária, que reúne três municípios, que não pontuam entre os dez maiores de Goiás em quantidade de assassinatos por cem mil habitantes, apesar de dois deles apresentarem uma taxa altíssima de mortalidade homicida.

<b>Cidades do Entorno com maior taxa de homicídios e produção</b>	
<b>1 - Luziânia – 105,8</b>	Serviços: 1.104.598/ Indústria: 625.759
<b>2 - Planaltina – 72,4</b>	Serviços: 365.294/ Indústria: 73.852
<b>3 - Cocalzinho de Goiás – 67,3</b>	Serviços: 79.493/ Indústria: 39.792
<b>4 - Santo Antônio – 66,2</b>	Serviços: 246.844/ Indústria: 73.852
<b>5 - Formosa – 65,8</b>	Serviços: 685.284/ Indústria: 160.247
<b>6 - Valparaíso de Goiás – 64,9</b>	Serviços: 656.962/ Indústria: 109.633
<b>7 - Águas Lindas de Goiás – 62,7</b>	Serviços: 627.109/ Indústria: 134.352
<b>8 - Novo Gama - 62,2</b>	Serviços: 391.947/ Indústria: 84.189
<b>9 - Cidade Ocidental - 60,1</b>	Serviços: 236.794/ Indústria: 62.707
<b>10 – Corumbá de Goiás - 57,3</b>	Serviços: 48.577/ Agropecuária: 19.904
Fonte: SILVA (2014)	

♦ Na análise do grupo de maior número de municípios, aquele em que serviços e industrialização são as grandes atividades econômicas, se encontram as cidades mais violentas em termos de homicídios. Onze municípios do Entorno, portanto, apresentam uma acentuada industrialização, visto que não existe nenhuma cidade desse grupo cuja produção industrial ultrapassa o setor de serviços. Logo, em todos os casos, o setor terciário é dominante. Observa-se, entretanto, que as cidades com maior índice de industrialização, em sua maioria, pontuam ordenadamente entre aquelas com maior índice de homicídios por cem mil habitantes.

<b>Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios</b>	
<b>Cidades</b>	<b>IDH-M</b>
Valparaíso de Goiás	0,746
Formosa	0,744
Cidade Ocidental	0,717
Luziânia	0,701
Cristalina	0,699
Pirenópolis	0,693
Abadiânia	0,689
Águas Lindas	0,686
Novo Gama	0,684
Alexânia	0,682
Corumbá de Goiás	0,680
Água Fria	0,671
Planaltina	0,669
Cabeceiras	0,668
Mimoso	0,665
Santo Antônio do Descoberto	0,665
Cocalzinho de Goiás	0,657
Padre Bernardo	0,651
Vila Boa de Goiás	0,647
Fonte: IBGE (2014)	

- ♦ No Entorno, no tocante à violência homicida, não existe relação com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Melhor exemplo é o caso de Vila Boa de Goiás e Mimoso. Elas estão dentre as que pontuam os menores IDH.

## ANEXO B– Roteiro utilizado para a pesquisa inicial nos municípios

<b>Roteiro para realização da pesquisa de campo utilizado nesta pesquisa</b>	
<p><b>1) Partida para cidade: Goiânia – Brasília- Cidade pesquisada Ou Brasília-Cidade pesquisada Ou Goiânia – Cidade pesquisada</b></p>	<p>As viagens ocorreram de três formas: ônibus, carro próprio ou carona com pessoas da confiança do pesquisador. Cidades como Alexânia são acessíveis a partir da própria Capital, mas Formosa ou Novo Gama, por exemplo, necessitava de ida até Brasília, pois não existe transporte (ônibus) de Goiânia e de carro é preciso passar pelo Distrito Federal.</p>
<p><b>2) Chegada na cidade e deslocamento para região central</b></p>	<p>Todas as cidades pesquisadas são formadas pela dicotomia centro-periferia, com exceção de cidades como Água Fria de Goiás e Cocalzinho de Goiás, que se revelam uniformes na distribuição de casas mais distantes e comércios.</p>
<p><b>3) Observação do bairro, detalhamento por meio de relatório escrito ou gravação, tomada de fotografias ou vídeo, recolhimento de objetos e materiais.</b></p>	<p>A coleta inicial de informações é visual, com a observação das peculiaridades da cidade, a imaginabilidade (formato das ruas, arquitetura, a forma das praças, a presença dos espaços públicos mais significantes). Realiza-se também, como forma de acelerar a coleta de informações, fotografias e gravações da observação. Caso necessário e de relevância, coleta-se materiais e objetos, como impressos (jornais, panfletos),</p>

	fotografias, etc...
<b>4) O caminhar pela cidade</b>	É a produção fidedigna de uma ambientação mais uniforme através da tentativa de conhecimento de alguns dos bairros, comércios e locais públicos de maior concentração de pessoas.
<b>5) A abordagem de pessoas</b>	É a tentativa de apresentação da proposta de pesquisa, bem como a busca de elementos e informações. A abordagem, de fato, pode começar em outros momentos, mas após a ambientação e melhor percepção da cidade/bairro é que o pesquisador opta por aqueles que serão questionados.
<b>6) O diálogo com as fontes de informações</b>	O diálogo não necessariamente objetiva gerar uma entrevista. Busca também informações coadjuvantes para a composição da observação e do relatório.
<b>7) A observação de diálogos</b>	O observador presencia em espaços públicos os diálogos de terceiros, as trocas de informações, as sociabilidades, os temas tratados.
<b>8) Entrevistas</b>	São previamente agendadas ou realizadas instantaneamente, com a abordagem de uma sequência não taxativa de questões referentes à violência. As fontes são questionadas se podem ou não serem identificadas, se podem ou não terem suas vozes gravadas.
<b>9) Checagem de dados e informações</b>	Fase que é realizada em dois momentos: durante a pesquisa de campo (em delegacias, Prefeituras e Poder Judiciário, por exemplo) e após, por meio de consultas em arquivos e registros digitais.
<b>10) Repetição dos itens 2, 3, 4, 5 e 6 em um ou mais bairros distantes do centro, tendo como objetivo abranger melhor a unidade territorial a ser analisada</b>	Pressupõe-se uma dificuldade maior na pesquisa em bairros periféricos e habitacionais por inúmeras razões, das quais se destaca: a) Menor quantidade de pessoas nos espaços públicos, b) Maior espaçamento dos comércios, c) Pessoas mais restritas, d) Maior desconfiança em relação ao pesquisador.
<b>11) Retorno para Goiânia ou Brasília</b>	A prioridade da pesquisa é o retorno imediato para Brasília ou Goiânia, devido a diversos fatores: a) Ausência de hospedagem nas cidades, b) Custo da hospedagem, c) Segurança do pesquisador. Todavia, nas cidades onde a coleta de informações não foi satisfatória, e desde que possível, ocorreram pernoites.

**ANEXO C – Decreto n. 480, que trata da criação de Brasília**

# DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE GOIÁS

A N O 118

Goiânia — Terça-feira, 3 de maio de 1955

NUM. 7.218

## ATOS DO GOVERNO DO ESTADO

**DECRETO n. 480, de 30 de Abril de 1955**

**Declara de necessidade e utilidade pública e de conveniência ao interesse social a área destinada à localização da Nova Capital Federal.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 38, item I, da Constituição Estadual; e

CONSIDERANDO que a mudança da Capital Federal, para o interior do país, imperativo nacional consubstanciado em tôdas as Constituições Republicanas, desde a de 1891, alcança, neste momento, fase decisiva; pois que,

CONSIDERANDO que a Comissão constituída por força do § 1º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1946, e a que se refere o decreto federal de 11 de dezembro de 1954, encerrando a primeira etapa de suas atividades, já fez a escolha do local destinado à nova sede do Governo da União;

CONSIDERANDO que tal medida é de indissociável interesse para todo o país, pois forçará o deslocamento de considerável corrente demográfica para o interior e com isto, desafogando o congestionamento do litoral, como que reencontrará a marcha dos Bandeirantes, estendendo, de fato, as nossas fronteiras econômicas aos limites geográficos do território pátrio e estabelecendo, em sentido verdadeiramente nacional, a irradiação do progresso do centro para a periferia; e

CONSIDERANDO que, cabendo a Goiás, por uma fatalidade geográfica, vir a ter dentro do seu território o futuro Distrito Federal, dêse acontecimento lhe advirão inegáveis e diretos benefícios, cujos efeitos se propagarão a tôda a região central do país;

CONSIDERANDO que se torna, por isto, dever do Estado de Goiás cooperar estreitamente com os órgãos federais, a fim de criar facilidades que assegurem a marcha ininterrupta do grandioso empreendimento; e finalmente,

CONSIDERANDO que, para tanto, se im-

põe, de imediato, adoção de providência que caiba a especulação em tôrno das terras compreendidas dentro do perímetro escolhido e já demarcado para a Nova Capital da República, RESOLVE, com fundamento no decreto-lei federal n. 3.365, de 21 de junho de 1941, e especialmente no art. 141, § 16, da Constituição Federal:

Art. 1º — Fica declarada de necessidade e utilidade pública e de conveniência ao interesse social, para efeito de desapropriação, a área destinada à Nova Capital Federal, e que, já escolhida e demarcada pela respectiva Comissão de Localização, dentro dos limites abaixo descritos, será oportunamente incorporada ao domínio da União: — "O perímetro começa no ponto de Lat. 15º 30' S e Long. 48º 12' W. Green. — Dêsse ponto segue para Leste pelo paralelo de 15º 30' S até encontrar o meridiano de 47º 25' W. Green. — Daí, por êsse meridiano de 47º 25' W. Green., para o Sul, até encontrar o Talweg do córrego Santa Rita, afluente da margem direita do Rio Preto. Daí, pelo Talweg do citado córrego Santa Rita até a confluência dêste com o Rio Preto, logo a juzante da Lagôa Feia. Da confluência do córrego Santa Rita com o Rio Preto, segue pelo Talweg dêste último, na direção Sul, até cruzar o paralelo de 16º 03' S. Daí, pelo paralelo de 16º 03' na direção Oeste até encontrar o Talweg do Rio Descoberto. Daí, para o Norte, pelo Talweg do Rio Descoberto até encontrar o meridiano de 48º 12' W. Green. — Daí, para o Norte, pelo meridiano de 48º 12' W. Green. até encontrar o paralelo de 15º 30' S, fechando o perímetro."

Art. 2º — O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 30 de abril de 1955, 67ª da República.

**JOSÉ LUDOVICO DE ALMEIDA**

Sebastião Dante de Camargo Júnior

José Peixoto da Silveira

José Feliciano Ferreira

Irani Alves Ferreira

Luiz Angelo Milazzo

Jayme Câmara

Três municípios que apresentaram significativas produções de violência (estudos quantitativos) foram pesquisadas de forma mais detida para a análise das narrativas de criminalidade e relatos derivados (medo, ansiedade, revolta, angústia). Apesar de todas cidades terem sido visitadas para a realização da sociologia da experiência, ocorreu um detalhamento da pesquisa em Águas Lindas, Luziânia e Valparaíso de Goiás. Segue-se breve relato do que se constatou na visita prévia aos três municípios, realizados em 2014.

### **Águas Lindas de Goiás**

Águas Lindas é visivelmente uma cidade urbanizada, com suas avenidas e movimentações frenéticas de carros e motos. Carros de som comerciais, carros com som automotivo de diversão, gente anunciado produtos e muitas pessoas conversando ao mesmo tempo caracterizam as avenidas principais deste município cuja densidade demográfica é de 846 pessoas por km<sup>2</sup>.

Na Avenida JK, as pessoas procuram por inúmeros comércios que abastecem a cidade: farmácias, lojas de roupa, de moto, açougues, autoescolas, bancos. Chama atenção a profusão de carros estacionados na calçada e o transporte variado com grande participação de usuários de bicicletas e motos. Os bairros sofrem com falta de saneamento e existem muitos residenciais sem asfalto, onde ocorreria maior incidência de crimes contra a vida, segundo uma autoridade policial, que depois que foi apresentado o propósito da pesquisa se negou a manter o diálogo.

- Aqui é geral a letalidade. Tem muito confronto, mas a maioria morre mesmo é se matando uns com os outros. Você perguntou o bairro? Jardim Perola, Barragem IV é assim. Mas escuta: o que você está fazendo? É pesquisa de que?

- Uma pesquisa sobre violência no Entorno. Gostaria de falar com você, saber sua experiência, relatos sobre a cidade...

- Não posso falar sobre esse assunto. Não fui autorizado pelo superior hierárquico, sinto muito. (Diálogo com um policial militar na avenida JK)

A observação do município ocorreu nos dias 10 e 11 de junho de 2014, terça-feira e quarta, nos períodos da tarde, 13h até 19h30. Era a segunda vez que o pesquisador visitava a cidade, tendo dificuldade de orientação, de localização de bairros e compreensão da parte urbanística do município, que se revelou de grandes proporções em sua densidade.

Não ocorreu pernoite no município, sendo a visita realizada a partir de Brasília, 44 Km de distância de Águas Lindas. Dados do Censo 2010 demonstram que a quantidade de habitantes teve crescimento de 50,8%, sendo que a média nacional foi de 12,3%. Isso é facilmente visível com a profusão de sotaques nas ruas, com uma clara demonstração de como a cidade atraiu moradores de outras localidades, por meio de intensas migrações.

Apesar da Avenida JK ser movimentada, faltam empregos na cidade, dizem as pessoas pesquisadas. Daí que a meta de quem não encontra emprego em Águas Lindas é buscar uma colocação em Ceilândia (DF), que está localizada ao lado, 20 Km de distância.

Tendo em vista o número de homicídios, Águas Lindas se situa na 70ª colocação no Brasil, com uma taxa de 66,1. No ano de 2009, ocorreram 76 mortes; 100 em 2010 e 108 em 2011. A média de assassinatos no município é, portanto, de um a cada 3,3 dias, o que evidentemente demonstra uma naturalização maior dos crimes no cotidiano devido à habitualidade.

Ao pedir entrevista para um homem que entrava na autoescola, ele disse que aguardava o filho com o dinheiro para dar entrada na carteira de motorista e que desejava falar sobre suas impressões no tocante à violência da cidade.

G. M. A. é empresário e gosta de falar sobre o assunto, pois, segundo ele, a violência o angustia muito desde que presenciou uma morte, que ele não quis abordar.

É horrível ter a sensação de que estamos obrigados a nos cuidar o tempo todo. Tem horas que penso em andar armado. Seria mais razoável, mais fácil nos defendermos. Eu tenho visto por aqui muita polícia. Quando tem, me sinto seguro. Mas quando falta, é só contar no dedo pra acontecer algo. Minha casa, nem vou contar, deve ter sido roubada umas seis vezes. Aqui na JK mesmo a polícia prende é dez, quinze de uma vez. Leva pra lá...E tiroteio é normal. Eu, que não tenho peito de aço, nem chego perto. Tenho medo até da sombra. (G.M.A, empresário)

À tarde, no dia 11, J.S.C, aposentando, ex-morador de Ceilândia, relatou que Águas Lindas é problemática por conta da falta de escolas, reclama que os meninos ficam nas ruas e diz que o bairros são “espraiados”, com difícil vigilância. O homem relata que ficou impressionado com um caso que viu na TV regional, em que jovens matam outro com vários tiros. Ele diz que “se surpreende e se espanta” quando escuta falar da violência, pois nunca presenciou nada grave a não ser briga em bar.

Procê ter ideia, nunca fui roubado aqui. Eu falo e ninguém acredita. Agora, vou te falar uma coisa: os ‘malandro’ é tudo menor, tudo na formatura do crime. Você vê o camburão levando menino direto. Esses dias, na TV, a gente viu um menor matando o outro, sem dó nem piedade, à luz do dia. O vagabundo chegou e atirou na cabeça. O moço caiu e continuaram atirando, atirando, atirando. Isso faz a gente pensar em Deus, como é que ele deixa isso acontecer, meu Deus, como ele deixa o povo se matar assim? (J.S.C, aposentado)

O caso é lembrado pelo delegado Fernando Gama como mais um do cotidiano da cidade, que ele diz ser violenta e perigosa por diversos fatores, como a desorganização da construção dos bairros, que facilita as fugas, “a falta de iluminação adequada, os matagais, o descontrole pela chegada de novos moradores, o inchaço das ruas”.

Esse crime que você tá falando foi elucidado. Demoramos uns seis meses até chegar aos culpados. Ocorreu em agosto do ano passado, tem imagens do crime na internet, pois um sistema de câmaras flagrou tudo. Você vê crianças brincando na rua, está entendendo? Idosos, gente normal, vindo do trabalho. A vítima era um adolescente de 17 anos, que descia tranquila. De repente, o assassino chega pelas costas e dá uns seis disparos, chuta a cabeça... O crime é perpetrado em plena luz do dia. O autor matou e saiu tranquilo, era o Cruzeiroense e o Meio Quilo. (Fernando Gama, delegado)

A vítima é Antônio Rony Ferreira da Silva, chamado pela comunidade de Gordinho, que teria evitado um outro crime no mesmo dia que seria praticado pelos seus assassinos. Conforme a polícia, os dois envolvidos seriam J. R.S e R.M.V.

O policial militar J.S.C, 40 anos, afirma que Águas Lindas se destaca das demais cidades, seja pela quantidade de pessoas seja pela crueldade de alguns crimes. Como agente de segurança, sugere que nem mesmo de folga ou ainda fora da cena de trabalho tem sossego. “Não é só dinheiro que se impõe às pessoas, mas o vício e a personalidade”.

Em 11 de maio, ele relata, conseguiu evitar um estupro quando se dirigia ao trabalho. O policial, que está lotado no 17º BPM, prendeu dois suspeitos: T.S.S., 26 anos, e A. L. L. S, 32 anos.

Eu dirigia para o trabalho por volta das 8h quando avistei um automóvel Palio pertencente à vítima. Ele estava parado no acostamento da BR-070 nas proximidades da barragem do Rio Descoberto, que é divisa da cidade com Brasília. De repente, eu vi: um indivíduo arrastando uma mulher pelos cabelos para o matagal. Mais distante um segundo elemento estava próximo ao veículo. Resolvi abordar o homem com a vítima. Foi quando o elemento largou a vítima e evadiu-se pelo matagal. Fui até o segundo elemento e dei-lhe ordem de prisão. (J.S.C, policial militar)

J.C.S se lembra do episódio pela frieza dos envolvidos e por ainda estar firme na memória. A mulher tinha parado para trocar o pneu do veículo e foi surpreendida pela dupla. Além de roubar os pertences da vítima, ainda a conduziu ao mato. Ela informou que seu filho menor, que estava no carro, tentou enfrentar os supostos criminosos.

Após indicação de J.C.S, procurei R.M. S. S, coordenadora do Centro de Atendimento as Vítimas de Crime, que relata existir uma onda de medo na cidade por conta da falta de segurança e escalada da violência ligada ao tráfico de drogas e violência policial. “Esse centro é mais uma forma de unir as pessoas, mas acontece que tá ficando difícil. É tanta gente que procura a gente em busca de atendimento psicológico, orientação jurídica que eu digo que é muito difícil seguir adiante, por falta de estrutura mesmo”.

No dia em que era realizada esta pesquisa, duas pessoas foram assassinadas e foi possível testemunhar em um dos bairros o transtorno causado por conta desta espécie de violência. Existe uma naturalidade e ao mesmo tempo torpor, que mostra como as pessoas sofrem com a ocorrência. Dois grupos se formaram rapidamente: de familiares e dos curiosos. Um jovem foi baleado e a Polícia Civil ainda não tinha suspeito do crime. A mãe da vítima estava no local, onde acompanhava de joelhos, próxima do corpo, a perícia. Duas horas após o crime, o IML ainda não tinha chegado.

### **Luziânia**

Luziânia é a maior cidade do Entorno do Distrito Federal e também apresenta a maior taxa de homicídios dentre as cidades goianas. De forte economia inspirada na área de serviços, o município guarda milhares de narrativas sobre violência que se entrecruzam principalmente na zona de comércio que se localiza na área central. Crimes contra o patrimônio dominam os relatos, apesar de existir uma uniformidade nas narrativas de outros delitos, caso de estupros e assassinatos.

Na mesma medida em que se observam histórias de crimes também podem-se flagrar movimentos que pedem paz e defesa dos direitos civis.

A cidade foi observada em duas oportunidades. No dia 17 de junho de 2014, terça-feira, a presença do pesquisador no município foi orientada a buscar e entender a formação do município e a disposição dos relatos mais proeminentes de violência, além da identificação dos locais onde ocorreram situações delituosas nos últimos anos.

Não existe um território exclusivo de onde são emanados atos de violência. Morro da Farinha, Serrinha, Vila São José, Estrela D’alva e o Centro são os locais mais citados pelos moradores e policiais. Contudo, a unanimidade é de que o Jardim Ingá, distrito do município, é o local com maiores relatos de violência e um desafio para a própria polícia, que só realiza ações na região com comboios de viatura.

De imediato, nas proximidades do Centro de Convenções, ao lado da Prefeitura, já foi possível encontrar moradores que pediam justiça pelos recentes casos de homicídios que ocorreram na cidade. As narrativas misturavam histórias de medo e indignação.

No primeiro dia da observação, sente-se de imediato o impacto da morte do faxineiro e caixa Cleiton de Marcianis, 28 anos, que também aparece nos relatos introdutórios desta pesquisa. Ele é tratado como uma pessoa conhecida por todos. Possivelmente, a popularidade do caso no município tenha se dado devido ao flagrante da morte, que foi registrada por câmeras de segurança. O rapaz é morto de forma selvagem, sem qualquer reação.

Os dois fatores podem ter despertado a indignação, a ponto de qualquer referência sobre violência no dia ser sempre o assassinato do jovem. J. E. M, estudante que participava de protestos em frente do Centro de Convenções, desabafa, em um dedicado depoimento.

Primeiro que nós estamos todos arrasados com tudo que tem ocorrido aqui. Segundo que a morte do Cleiton poderia ocorrer com qualquer um. E terceiro, que sentimos uma vida de merda, uma proteção de merda, um governo de merda, que não nos protege. Estamos cansados de presenciar cenas chocantes, esse terrorismo, essa rede de tráfico que tomou conta de Luziânia. Quem vê a cena do crime fica revoltado. Não existe ninguém que consegue ver aquilo e sair e comprar cigarro. Essa gravação tá dando o que falar porque nos mostra indefesos. Esse protesto aqui é só o primeiro. Queremos os assassinos do Cleiton condenados. E vamos conseguir. (J.E.M, estudante)

Ainda no Centro, ouvem-se relatos de mortes ocorridas nas proximidades. O servidor público M.J.A.R diz que no banheiro público do Centro de Convenções já foi encontrado um homem morto. “Mas esse foi

outro, no início do ano”. O servidor alerta que estamos cercados de traficantes na praça: “Olha lá...eles estão trabalhando...Está vendo aquele ali? É um. Falo porque sei, porque trabalho aqui e conheço tudo”.

Nunca fui vítima de violência, graças a Deus. Mas ando e conheço a cidade. Não saio à noite. A maioria é por conta de droga. Tem muito menor que mata. Quer dizer: não pode trabalhar, mas pode matar. Então isso vai se juntando e criando uma indignação. Tem hora que você sente a cidade sufocada. Você sente isso mesmo. (M.J.A.R, servidor público)

Luziânia tem um histórico de mortes que se incrementa a cada ano: ocorreram 106 assassinatos em 2008, 77 em 2009, 133 em 2010, 164 em 2011 e 190 em 2012. A taxa é de 105,8 homicídios por 100 mil pessoas, fato que coloca a cidade como a 15º com maior quantidade de assassinatos no Brasil.

A divisão de números de assassinato e dias por ano demonstra que existe um homicídio a cada dois dias na cidade. Neste ritmo, uma polifonia de narrativas se sobrepõe, tornando quase que homogênea a discussão em torno da violência. Apesar de cidade rica em manifestações culturais e mesmo esportivas, Luziânia convive com a habitualidade das ações criminosas e operações policiais.

Moradores que foram vítimas, em sua maioria, negam que exista segurança. E demonstram uma visão pessimista, que aponta para a piora e enfraquecimento da sociedade em relação ao sentimento de segurança.

O pessoal fala que é tudo droga. Não é. Tem droga sim, mas a polícia inventa: joga todo mundo em acerto de contas e nem sempre é assim. Minha residência já foi roubada, eu tava trabalhando. Levaram o notebook. A polícia demorou a chegar. Mas aí murei e acabou, viu. Mas hoje tá assim: você não trabalha, e já fica pensando em alguém te pegar na rua, te pegar em casa. Hoje em dia você está no carro, eles tomam, pronto e acabou. É assim. Mete a arma. E nem tudo isso que disse é droga. É maldade. Com a polícia é assim: tem dez que é. Mas um não é, aí colocam que é. (W.M.T, 33, não revelou profissão)

Em uma segunda visita à Luziânia, dia 22 de julho de 2014, outra terça-feira, a cidade apresentava uma atmosfera melhor, mais positiva: na entrada do shopping, um grupo de jovens discutia a performance do Luziânia no campeonato brasileiro que começaria em 15 dias. Campeão inédito do Campeonato Candangão (o Campeonato de Brasília), o Luziânia tornou-se assunto no município. Apesar de goiano, diga-se, o time mais antigo do futebol goiano, o Luziânia, ou carinhosamente Azulino, tornou-se um contrapeso à onda de violências.

As vitórias deixam o prefeito da cidade, Cristóvão Tormim, feliz, pois ele foi diretor do clube. Mas os dados de violência deixam o gestor um pouco irritado, a ponto de criar uma teoria para a grande quantidade de homicídios.

Quem fala que aqui é violento, o local onde mais morrem jovens, deveria se informar. Está em Luziânia o IML. Logo, a pessoa morre em outro lugar, mas acaba aqui, e notificam como morto justamente em Luziânia. Existe violência, mas ela não é desse jeito. (Cristovam Tormim, prefeito de Luziânia)

O militar coronel E., que atua nas cidades do Entorno, diz que uma das motivações para tamanha onda de crimes é a ação das gangues. Ele diz que a cidade está repleta de ‘soldados’ do tráfico e que grupos se confrontam constantemente. No caso da cidade, as gangues se organizam em bairros.

O Parque Estrela Dalva VII, por exemplo, já se defrontou contra Mandú II. Outro conflito comum é Setor Fumal contra Norte Serrinha. E as gangues campeãs são Jardim Ingá contra Parque Mingone, que costumam reunir até 40 a 60 pessoas de cada lado. Conforme o militar, existe uma engenharia homicida por trás do tráfico, que tira vidas de concorrentes e rivais, de maus pagadores, de fetiches dos traficantes (mulheres que eles se apaixonam e não correspondem) e vítimas das baladas dos traficantes. Quando estão de folga, e seguem para a balada, costumam atuar quando são ameaçados.

### **Valparaíso de Goiás**

Na sorveteria Viana, a promoção de um picolé cremoso sai por R\$ 0,50, conforme cartaz quase escondido em meio à confusão de imagens que se forma no quadro local. A Rua Amazonas, de frente, tem lojas de

moda (Cantinho Fashion), restaurantes (Tia Tereza), papelaria (20 de abril), igreja (Universal do Reino de Deus), pizzaria (Bela) e mais uns 200 comércios. O município de Valparaíso está tomado de mercados e todos praticamente com uma narrativa de furto e roubo. É raro no local algum empresário que não teve seu comércio roubado. Este é o primeiro fato que pode ser constatado na área comercial: temor por crimes patrimoniais.

No Jardim Joquei Club, a degradação do ambiente demonstra que mais do que criminosos, os donos dos comércios lutam contra o vandalismo imposto pelo modo de vida urbano: carros de som em demasia, ambulantes, prédios imundos, com cores de sujeira da terra e artificiais, das pichações, não tornam agradável o território. As pichações são sobrepostas, camadas e mais camadas de agressões visuais<sup>118</sup> formam a primeira imagem de Valparaíso, observada em 13 de junho de 2014. O orelhão da rua não tem mais telefone, a calçada está destruída e os empresários não sabem mais o que fazer para ter uma semana sem crimes contra o patrimônio.

J. N, dono de uma padaria, relata que a cidade nasceu perigosa, pois desde que está no município, sente a presença do medo e da escalada da violência.

A diferença de Valparaíso para Brasília é um beijo de pulga, já-já você está ali. Só que basta olhar ao redor. Não tem um muro, uma quadra, uma praça sem pichação. Você não vê uma coisa de bem na rua depois das 20h. É uma coisa horrível. Já passei aqui e vi um povo chutando minha porta. Liguei para a PM, ela flagrou o grupinho e dispersou, sem prender ninguém. Simples assim. Cheguei noutro dia e está um ovo na porta, tinham socado a porta toda. Já mataram duas vezes nesse local ali. É assim aqui. E desde a década de 1990. Você vê no Correio que quando alguém picha lá é preso. Aqui nunca ouvi falar de prisão. (J.N, empresário, 56 anos)

A. D, professora, diz que o ‘crime’ da moda ensina que não se pode ficar parada em ponto de ônibus mais. Ela e o marido já foram assaltados da mesma forma. “É só ficar dando bandeira que eles chegam, gangues, traficantes, é tudo, gente que vem de Planaltina, Ceilândia, aqui aparece de tudo. Chega, para a moto e assalta a gente. Dá um nervo”.

Se o que mais incomoda o setor empresarial é a quantidade de furtos e roubos e a paisagem urbana decaída de Valparaíso, os moradores de áreas periféricas se assustam com a profusão de homicídios. A cidade registrou 39 mortes em 2008, 76 em 2009, 95 em 2010, 110 em 2011 e trouxe uma queda em 2012, com 90. A taxa de homicídios é de 64,9.

Um policial militar informa que parte destas mortes tem a ver com “briga de família”, tráfico de drogas e a disputa de território por gangues de Brasília, Ceilândia e Valparaíso. Ele diz que perto da prefeitura, em uma mercearia, tem um rapaz de nome ‘C.’ que pode falar sobre os grupos que agem em Valparaíso. O PM afirma que o jovem já se recuperou e está distante do universo dos pichadores, mas que pode falar.

No local, o jovem magro e alto se mostra atencioso. Ele trabalha de entregador e se diz interessado em tratar do tema, ainda “mais para uma pesquisa”, conforme disse. Ex-integrante de uma gangue, denominada GSL, ele afirma que vai falar o que viveu até 2012, pois daí em diante decidiu mudar de “rota e de vida”.

C. diz que existe um submundo em Valparaíso que está interligado com o Distrito Federal e até mesmo com a capital, Brasília. “A gente fala Val. Moramos em Val, a guerra vai treitar lá em Val. Mas a pichação é de todos os lugares. Não tinha essa de ser uma cidade e outra”. Durante a conversa, o rapaz diz que não pretende falar sobre dois assuntos: drogas e assassinatos. “Isso já está mais distante ainda. E não tenho nada a dizer. Já ‘rodei’, entende, e não tinha nada a ver. Fiquei uns meses e depois fui solto, tinha a ver com aquela morte lá na W3 suja. E eu saí limpo”.

O ex-pichador diz que os grupos são organizados e existem dezenas deles entre Brasília, Ceilândia, Valparaíso, Gama e Planaltinas (de Goiás e do DF). “A Brasilinha tem uma gangue da pesada. São de laços nossos do GSL”.

O rapaz diz que existe uma determinação em pichar absolutamente todos os espaços encontrados e que para isso existe disputa. Primeiro entre os pichadores, depois entre estes e a polícia e até mesmo contra os grafiteiros – que ele diz “respeitar demais, mas eles não respeitam a gente”.

C. diz que a guerra de gangues jamais vai terminar. E ele saiu daquela vida por conta das mortes. “Quanto mais se cresce no movimento mais querem te apagar. Se você picha o Mané Garrincha ou a BR em um lugar de *responso*, com certeza, você está numa lista secreta, numa listinha negra, tá ligado?”. Apenas a experiência de C. é uma história profunda, de como existe um código e linguagem desconhecidos pela

---

<sup>118</sup> Um ex-pichador entrevistado, Celso, diz que é arte sem lei. E que “quem vê crime, vê o que quer, vê disco voador, vê Tiazinha, vê Vasco campeão”.

maioria das pessoas. Ele diz que a Polícia Militar e Civil sabem de tudo e acompanham os grupos. “Cada sigla (apelido) tem um cadastro. Se existe algo contra ele, a PM busca”.

O ex-pichador afirma que a PM conhece os “sem lei”, como se denominam os pichadores, por nome e rua onde moram. “Depois da gente, os parada é quem mais conhece do movimento”. C. diz que uma das disputas mais graves dentre gangues é a que envolve GSL (Grafiteiros sem Lei) e GSN. “É foda, você às vezes não sabe nem o motivo de tanta rivalidade, de tanta morte às vezes. Mas é que a coisa é meio sem controle. Tem muita gente envolvida. A gente contratava<sup>119</sup> alguém e de repente esse membro tá em outra. Aí, cara, acontecem coisas, né. Só sei que não tem morte por inveja. A treta é mais por outras paradas. A letra é respeitada, tem admiração, saca? Mas o cara não”.

C. relata que a violência de Valparaíso é menor do que se diz na imprensa e que sair à noite é “tranquilo” – mas tem que sair de três para cima, diz. Ele próprio não faz mais pichações apesar de gostar muito das letras ‘bolero’ e em determinada parte de sua vida “parecer louco”, pois pichava no pensamento, mexendo com as mãos. “Isso é viciante”.

Ao pedir que se aprofunde nas histórias sobre as gangues atuais e relatos da relação com drogas, ele se esquivava. “Não é todo mundo que usa ou trafica. É raro. A pichação é lei, ela que é o foco. Quanto aos assassinatos, não é assim gangue contra gangue. No final das contas, é um com um. Dois contra um. Assim. Foi assim com o Metal<sup>120</sup>, que eles passaram pra outra vida. Morreu na dele”.

C. diz que existem gerações de “grafiteiros” e que as últimas foram se acirrando e modificando: “Antes, bem antes, isso lá em 2000, ou antes, era só tomar boné. Depois começou o revide de um grupo contra o outro. E agora é guerra. Então não sei se é legal. Não tem mais lugar para pichar, você já não quer mais fama nem ‘mina’, pois tem a sua mulher, e pichar não dá dinheiro. Então, isso não interessa mais. Só história”. C. afirma que a pichação pode “ter morte, mas é minoria. A violência mesmo é do tráfico e de gente como esses caras que mataram a empresária, acho que ano passado. Falaram que era pichador, era nada”.

O jovem se refere ao assassinato da empresária Cleonice Araújo, que foi roubada, estuprada e queimada viva em 2013. A motivação seria o pagamento de R\$ 60, o valor que um homem teria garantido dar para cada integrante de uma gangue pelas rodas do carro. A gangue, na verdade, não tinha nada a ver com pichações e assumia a característica de grupo apenas para sair à noite.

Relatos como da morte da empresária são comuns e acabam justapostos devido a atualidade dos crimes. O pesquisador tentou contato com alguma das autoridades policiais do município, prefeita e Ministério Público para entender os motivos da criminalidade de Valparaíso ser tão complexa, mas o contato não ocorreu. Integrantes da Polícia Militar não conseguem produzir informações mais profundas, que possam explicar, por exemplo, a brutalidade dos crimes, permeados muitas vezes por decapitações, carbonizações e uso de muitas balas para atingir as vítimas.

As narrativas de homicídios na cidade são hiperrealistas e delineadas por uma sensação de vazio moral maior do que em outras cidades, como até mesmo Luziânia e Águas Lindas. É a cidade com maior influência de Brasília, devido à proximidade. Existe uma revolta generalizada com serviços como saúde e transporte público, outro assunto que vem à tona nas discussões sobre violência.

---

<sup>119</sup> Contratar, no caso, é atrair um reforço para o grupo de pichadores, alguém que é esperto, destemido e que colabora com a gangue. Em vez de pertencer, ele passa a ser uma espécie de afiliado do grupo.

<sup>120</sup> Um líder do antigo grupo de Celso que morreu após pichar o Teatro Nacional, em Brasília, e ficar visado pela Polícia e demais gangues.

